

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História
Belo Horizonte. Departamento de História. FAFICH/UFMG
www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista



temporalidades

Revista de história

18

ISSN: 1984-6150

Vol. 7, n. 3, set./dez. 2015

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
(Edição 18 v. 7 n. 3, set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2016.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG

e-mail: temporalidades@gmail.com
temporalidades@fafich.ufmg.br

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2016

Expediente

<p>Universidade Federal de Minas Gerais Reitor: Jaime Arturo Ramírez</p> <p>Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Diretor: Fernando de Barros Filgueiras</p> <p>Departamento de História Chefe : Ana Carolina Vimieiro Gomes</p> <p>Colegiado de Pós-Graduação Coordenador: Luiz Carlos Villalta</p> <p>Editor Chefe Prof. Dr. Magno Moraes Mello</p> <p>Conselho Editorial Cássio Bruno de Araújo Rocha Igor Barbosa Cardoso Márcio Mota Pereira Maria Visconti Sales Rafael Vinícius da Fonseca Pereira Valdeci da Silva Cunha</p> <p>Conselho Editorial Consultivo Nacional Adriana Romeiro (UFMG) Adriana Vidotte (UFG) Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC) Benito Bisso Schmidt (UFRGS) Bruno Tadeu Salles (UEG) Carlos Alvarez Maia (UERJ) Diego Omar da Silveira (UEA) Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN) Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG) Francismery Alves da Silva (UFSB) George F. Cabral de Souza (UFPE) Henrique Estrada Rodrigues (UFMG) Igor Salomão Teixeira (UFRGS) Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG) João Pinto Furtado (UFMG) Jonas Marçal de Queiroz (UFV) Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA) José Antônio Dabdab Trablusi (UFMG) José Carlos Reis (UFMG) Júnia Ferreira Furtado (UFMG) Kátia Gerab Baggio (UFMG) Leandro Duarte Rust (UFMT) Márcia Sueli Amantino (Universo) Marco Morel (UERJ) Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG) Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)</p>	<p>Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB) Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM) Paulo Pinheiro Machado (UFSC) Raquel Costa Santos (UESB) Regina Helena Alves da Silva (UFMG) Renato Pinto Venâncio (UFMG) Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG) Samantha Viz Quadrat (UFF) Sérgio Ricardo da Mata (UFOP) Soleni Biscouto Fressato (UFBA) Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB) Tiago Luís Gil (UnB) Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)</p> <p>Conselho Editorial Consultivo Internacional Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle) Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III) Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS) Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM) Hal Langfur (University of Buffalo) Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata) José Manuel Santos (Universidad de Salamanca) Mafalda Soares da Cunha (UÉvora) Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS) Pedro António de Almeida Cardim (UNL) Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM) Seth W. Garfield (University of Texas)</p> <p>Revisão Cássio Bruno de Araújo Rocha Igor Barbosa Cardoso Márcio Mota Pereira Maria Visconti Sales Rafael Vinícius da Fonseca Pereira Valdeci da Silva Cunha</p> <p>Diagramação Rafael Vinícius da Fonseca Pereira</p> <p>Capa Valdeci da Silva Cunha (imagem gentilmente cedida por Valdeci da Silva Cunha)</p> <p>Site/Banco de Dados Cássio Bruno de Araújo Rocha</p>
--	---

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adla Betsaida Martins Teixeira (UFMG)	Gustavo Santa Roza Saggese (FCMSCSP)
Adriana Pereira Campos (UFES)	Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)
Alexander Zhebit (UFRJ)	Greicy Pinto Bellin (UFPR)
Ana Maria Reis de Faria (Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos)	Jaqueline Souza Gomes de Melo (Faculdade Regional da Bahia)
André Drumond Mello Silva (UFJF)	Joelma Rodrigues da Silva (UnB)
Andrea Mazurok Schactae (UEPG)	José Marcelo Domingos de Oliveira (Faculdade AGES)
Angélica Aparecida Silva de Almeida (IFSudesteMG)	Kety Carla de March (UECO)
Aparecida Maria Nunes (UFAL)	Leonardo Pinto Mendes (UERJ)
Cândido Moreira Rodrigues (UFMT)	Luiz Carlos Gonçalves Lopes (CEFET-MG)
Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)	Luiz Gonzaga Morando Queiroz (UNI-BH)
Carlos Henrique Armani (UFSM)	Luiz Roberto Pinto Nazario (UFMG)
Cássia Rita Louro Palha (UFSJ)	Marcelo Freitas Gil (IFSul)
Cezar Augusto de Oliveira Franco (PUCPR)	Maria Amélia Garcia de Alencar (UFG)
Claudio Aguiar Almeida (UNIFIEO)	Maria das Graças dos Reis José (UFRJ)
Clóvis Ecco (PUC-GO)	Marilda de Oliveira Lemos (Unisalesiano)
Darlan de Oliveira Reis Junior	Raquel Rodrigues Lima (PUCRS)
Eduardo França Paiva (UFMG)	Rita de Cassia Colaço Rodrigues (TJRJ)
Elaine Cristine dos Santos Pereira Farrell (Universiteit Utrecht)	Rodrigo Davi Almeida (UFMT)
Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)	Rodrigo dos Santos Rainha (UERJ)
Felipe Augusto Barreto Rangel (UEFS)	Roseli Maria Nunes Henriques
Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva (Carnegie Foundation)	Roxana Guadalupe Herrera Alvarez (UNESP)
Fernanda Fioravante Kelmer Mathias (UFRRJ)	Silvia de Aquino (UFBA)
Flávia Cóprio Esteves (IFRJ)	Silvia La Regina (UFBA)
Flávio Pereira Camargo (UFG)	Vânia Carneiro de Carvalho (Museu Paulista – USP)
Flavio Vilas Boas Trovão (UFMT)	Vilma Mota Quintela (UFSE)
	Xenia Miranda Salvetti (UNIP)

Sumário

Editorial	04
Márcio Mota Pereira	
Rafael Vinicius da Fonseca Pereira	

Artigos Livres

Salvador dos homossexuais: militância homossexual e homosociabilidade na Bahia nos anos 1980 / Salvador gay: gay militancy and homosociability in Bahia in the 1980s.....	09
Ailton José dos Santos Carneiro	

O cotidiano dos indígenas nas páginas criminais – Paraná (1879-1885) / The indigenous everyday in criminal pages – Paraná (1879-1885).....	31
Ana Paula Galvão de Meira	

Narrativa policial e ficção científica: aproximações e diálogos / Crime fiction and science fiction: approaches and dialogues.....	49
Andreya S. Seiffert	

Eventos importantes relacionados aos direitos de homossexuais nos Estados Unidos analisados à luz de teorias culturais / Important events concerning gay rights in the United States analyzed in light of cultural theories.....	59
Fernando Vanzin de Gasperi	

Entre a audácia, a paixão e o prazer proibido: o homoerotismo em Bom-crioulo de Adolfo Caminha / Among the audacity, passion and forbidden pleasure: the homoeroticism in Bom-crioulo by Adolfo Caminha.....	71
Flávia Gangorra Paiva	
Juscelino Francisco do Nascimento	

O gênero e as cartografias do poder: representações jurídicas da masculinidade – Mallet-PR (1937-1944) / Gender and cartographies of power: legal representations of masculinity – Mallet-PR (1937-1944)	84
Gabriel José Pochapski	
Hélio Sochodolak	

O papel dos intelectuais no Le Monde Diplomatique / The role of intellectuals in Le Monde Diplomatique.....	106
Juliana Sayuri Ogassawara	
“Eu não te quero mais”: a violência de gênero diante da inversão de poder na relação afetiva / "I don't want you anymore": gender violence front of reversal power in affective relationship.....	131
Mirela Marin Morgante	
A aplicação de conceitos da História Cultural na Sonata nº 11 de Dawid Korenchender: a música erudita como fonte reveladora dos aspectos históricos / The use of concepts from Cultural History in the Sonata nº11 of Dawid Korenchender: classical music as the source and revelation of these historical aspects.....	147
Myrian Ribeiro Aubin	
Da associação ao trono visigodo a tentativa de unificação religiosa na Hispânia: a trajetória biográfica-política do rei Leovigildo (568-586) / From the association to the Visigothic throne to the attempt of unifying religiously Hispania: the biographical and political trajectory of King Leovigild (568-586).....	158
Pâmela Torres Michelette João Paulo Charrone	
A divisão funcional do espaço doméstico por gênero: um olhar através da imagem da mulher na propaganda de eletrodomésticos / The functional division of domestic space by gender: a look through the image of women in advertising appliances	177
Rafaela Cristina Martins	
À porta de Ana Francisca: um estudo de caso sobre gênero, escravidão e justiça / At Ana Francisca's door: a study on gender, slavery and justice.....	198
Rafaela Araújo Duarte Mello Vieira Arthur Rodrigues Pinheiro	
Os descendentes de quilombo e suas relações de memória e identidade: uma análise parcial do filme documentário Memórias do Cativo / The descendants of quilombo and their memory relations and identity: an analysis partial of the movie documentary Captivity Memories.....	217
Raquel de Fátima dos Reis	

- Memória e história do espiritismo em Santa Maria: navegando em suas histórias / Memory and history of spiritism in Santa Maria: sailing on their stories.....233**
Renan Santos Mattos
- Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil / Tancredo Neves and the redemocratization of Brazil.....249**
Rodrigo Francisco Dias
- O Bandoleirismo na América Portuguesa: Os casos de Minas e Pernambuco / The banditry in Portuguese América: The cases of “Minas” And “Pernambuco”.....275**
Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira
- “Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos / "Linguistic Contextualism" and "Conceptual History": bringing two approaches to the study of political languages and concepts.....298**
Rogério Barreto Santana

Resenhas

- MATTOS, Yllan de. A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681). Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2014, 240 p.....313**
Alex Rogério Silva
- CAMELO, Júlia Constança Pereira. O cordel e o migrante nordestino: companheiros de viagem. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.317**
Geraldo Magella de Menezes Neto

Editorial

O conselho editorial da Temporalidades, revista discente do programa de pós-graduação em História da UFMG, tem o prazer de publicar o número três do seu sétimo volume. Fugindo à regra não oficial de publicação de artigos na forma de dossiê, o presente número da revista Temporalidades, correspondente à sua 18ª edição, traz à luz da historiografia textos de autores que se debruçaram sobre os mais diversos assuntos de nossas ciências humanas; da literatura à música, da política ao cinema. A história, obviamente, não ficaria para trás em uma publicação pautada basicamente pelo estudo do passado, muito bem representado em todos os seus tempos, desde o medievo até a história contemporânea transitando pela história indígena e colonial do Brasil, pela teoria da história e pelos estudos do gênero.

Os trabalhos que compõem este número refletem a procura que a Temporalidades vêm alcançando enquanto canal propício para a publicação de artigos escritos por autores que, bem dizer, ainda estão começando suas vidas acadêmicas. Sem fugir, é claro, dos rigores que são inerentes a todas as publicações que prezam pela qualidade de seus artigos. Não deixamos que a condição de revista discente seja minimizada perante a aceitação de todos os artigos que a nós são enviados. Contudo, cumpre ressaltar que a Temporalidades está sempre aberta para acolher contribuições de pesquisadores reconhecidos e consagrados. Acreditamos que o recebimento e a publicação de artigos enviados por professores é um indicativo da credibilidade e reconhecimento que nossa Revista vem alcançando ao longo dos últimos anos. Um trabalho conjunto desenvolvido pelos editores, pareceristas e, sobretudo, pelos autores que depositam em nosso periódico a confiança e responsabilidade pela avaliação e publicação de seus respectivos trabalhos.

Nesse ínterim, não poderíamos deixar de agradecer, especialmente, todos os pareceristas que contribuíram para o presente número, lendo, relendo e avaliando minuciosamente os artigos que nos são submetidos e selecionando às cegas – ou seja, sem conhecer os nomes dos autores – os textos que são detentores de qualidade e aptos à publicação.

A crescente procura dos autores pela Temporalidades também reflete o grande número de cursos de graduação em História abertos no país nos últimos 10 anos, mas não apenas. Reflete, ainda, uma crescente produção historiográfica realizada por um sem número de professores, pesquisadores e acadêmicos, configurando assim um olhar mais voltado ao fazer história propriamente dito, e não apenas em rememora-la. Assim, e seguindo o exemplo dado por

Benedict Anderson, falecido recentemente, temos ciência de que é impossível saber o nome de todos os outros historiadores que estão, nesse momento, revivendo a história ao colocar no papel traços de nosso passado. Não temos a ideia do que nesse momento estão estudando, a partir de quais fontes bebem e nem das teses que propõem, ainda que tenhamos confiança de que estão em uma atividade constante, por ora anônima, mas simultânea e devotada, e que poderão vir à luz em um ou outro periódico, talvez na próxima Temporalidades, quem sabe?¹

A presente publicação foi criada com 17 artigos e 2 resenhas. Como abertura do nosso número 3, trazemos o artigo de Ailton José dos Santos Carneiro com o título *Salvador dos homossexuais: militância homossexual e homosociabilidade na Bahia nos anos 1980*. Seu objetivo é, dentre outros, mapear os espaços urbanos (públicos ou comerciais) que foram utilizados como pontos de encontro para uma homosociabilidade ou práticas homoeróticas em Salvador na década de 1980. Ailton Carneiro promove uma ampla revisão bibliográfica acerca da temática, da análise do Guia Gay da Bahia (1981), de matérias publicadas no Jornal Lampião da Esquina (1978-1983) e dos Boletins Informativos do GGB (1980-1988), além de diversas fontes orais.

Na sequência, Ana Paula Galvão de Meira brindou nosso leitor com seu artigo intitulado *O cotidiano dos indígenas nas páginas criminais – Paraná (1879-1885)*. Em seu texto, a autora problematiza a condição dos indígenas como réus, a partir da leitura de três processos crime que relatam conflitos originados em dois aldeamentos na Província do Paraná, durante o século XIX, sendo eles o Aldeamento das Marrecas, em Guarapuava e o Aldeamento São Pedro de Alcântara, em Tibagi.

Andreyra S. Seiffert contribuiu com o artigo *Narrativa policial e ficção científica: aproximações e diálogos*. Através de seu texto Seiffert procura discutir pontos de interseção entre a ficção científica e a narrativa policial – gêneros literários aparentemente distintos. O texto trabalha a importância do escritor Edgar Allan Poe para ambos os gêneros como um criador de elementos basilares iniciais e também discute, a partir de Borges, a criação dos gêneros literários.

Fernando Vanzin de Gasperi, em seu artigo intitulado *Eventos importantes relacionados aos direitos de homossexuais nos Estados Unidos analisados à luz de teorias culturais*, debate e problematiza três casos ocorridos nos Estados Unidos em fins do século XX e início do século XXI relativos aos direitos de homossexuais no país, à saber: a política militar conhecida como “Não pergunte, não conte” (*Don't ask, Don't tell*), a Lei em Defesa do Casamento (*Defense of Marriage Act*) e a decisão

¹ No original, “Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome dos 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles”. In: ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Cia das Letras, 2008, p. 57.

judicial proferida no caso *Lawrence v. Texas*. Gasperi procura compreender e desvendar o modo com que o desenvolvimento de tais programas afetou (e continua afetando) a cultura norte-americana.

No artigo *Entre a audácia, a paixão e o prazer proibido: o homoerotismo em Bom-crioulo de Adolfo Caminha*, Flávia Gangorra Paiva e Juscelino Francisco do Nascimento, discutem, em sentido lato, a representação do homoerotismo masculino, procurando encontrar possíveis elementos que condenam e inferiorizam a prática homoerótica.

O gênero e as cartografias do poder: representações jurídicas da masculinidade – Mallet-PR (1937-1944), de autoria de Gabriel José Pochapski e Hélio Sochodolak, procura apresentar as representações jurídicas da masculinidade entre os anos de 1937 a 1944 nos processos criminais do município de Mallet, localizado no sul do Estado do Paraná. Embasados nas obras produções de Michel Foucault, Pochapski e Sochodolak visam analisar a construção histórica nas afirmações da virilidade e na prática da violência enquanto elementos atrelados à masculinidade.

Juliana Sayuri Ogassawara, em seu artigo *O papel dos intelectuais no Le Monde Diplomatique*, buscou apresentar uma análise acerca do papel dos intelectuais consoante a visão dos intelectuais imbricados nas edições latino-americanas e na edição francesa do periódico internacional de circulação em escala global *Le Monde Diplomatique*, fundado em maio de 1954, em Paris.

Na sequência, apresentamos o candente artigo *“Eu não te quero mais”: a violência de gênero diante da inversão de poder na relação afetiva*, de Mirela Marin Morgante. A autora mobiliza os boletins de ocorrência registrados durante 9 anos (2002 a 2010 – totalizando 12.085 BOs), na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) de Vitória, Espírito Santo, para investigar e analisar os motivos percebidos e apresentados pelas mulheres para terem sido vítimas da violência – física, psicológica, sexual, entre outras. – por parte de seus companheiros.

Myrian Ribeiro Aubin, em seu artigo *A aplicação de conceitos da História Cultural na Sonata n° 11 de Dawid Korenchender: a música erudita como fonte reveladora dos aspectos históricos*, debruça-se sobre uma releitura da Sonata n° 11 de Dawid korenchender, compositor brasileiro considerado verdadeiro referencial teórico de algumas categorias conceituais da história social da cultura. Aubin procura aliar à análise da Sonata n° 11 de Dawid Korenchender um estudo histórico e conceitual capaz de elucidar aspectos do contexto social e histórico no qual a obra musical foi composta. Trata-se de uma profícua contribuição (ou melhor, de um verdadeiro convite) para o diálogo interdisciplinar.

No artigo *Da associação ao trono visigodo a tentativa de unificação religiosa na Hispânia: a trajetória biográfica-política do rei Leovigildo (568-586)*, Pâmela Torres Michelette e João Paulo Charrone, procuram, através de uma perspectiva teórica, contribuir, com questões concernentes ao dito ‘retorno’ dos estudos biográficos. Michelette e Charrone nos mostram que é possível utilizar um sujeito de grande destaque em sua época, sem cair, porém, nas “armadilhas conceituais e interpretativas” características da Escola Positivista. Nessa esteira, os autores selecionam alguns recortes biográficos do rei visigodo Leovigildo, que governou a Hispânia entre 568 a 586, para elucidarem as relações sociais e políticas, tão caras ao governante e a sociedade coeva, enfocando, não o caráter “heroico” e “idílico” do personagem, mas, mostrando, sobretudo, que seu governo, assim como outro qualquer, foi marcado por negociações e derrotas políticas.

Em sequência, no texto *A divisão funcional do espaço doméstico por gênero: um olhar através da imagem da mulher na propaganda de eletrodomésticos*, Rafaela Cristina Martins – Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas – realiza uma instigante análise sobre propagandas de eletrodomésticos retiradas do jornal Estado de São Paulo. A autora pretende demonstrar como as referidas propagandas sugerem que a mulher seja protagonista dentro de determinados espaços domésticos, evidenciando, dessa forma, uma divisão de gênero entre os espaços funcionais do ambiente doméstico.

No artigo *À porta de Ana Francisca: um estudo de caso sobre gênero, escravidão e justiça*, de autoria de Rafaela Araújo Duarte Mello Vieira e Arthur Rodrigues Pinheiro, somos apresentados com uma interessante e provocativa abordagem acerca da violência, com destaque para as relações de gênero em um caso ocorrido no Arraial de São José do Chopotó, Província de Minas Gerais. Os autores procuram elucidar as riquezas e multiplicidades das relações sociais através de uma perspectiva de gênero, através dos processos criminais extraídos do Arquivo do Fórum de Piranga, Rafaela Vieira e Arthur Pinheiro visam nos mostrar as parciais do julgamento nesta região do XIX.

Raquel de Fátima dos Reis, por sua vez, nos brinda com seu artigo *Os descendentes de quilombo e suas relações de memória e identidade: uma análise parcial do filme documentário Memórias do Cativo*. A autora separa o texto em duas partes, dessa forma, em um primeiro momento acompanhamos uma instigante reflexão acerca dos quilombolas – um grupo que exemplifica alternativas à propriedade plena, além de um debate acerca dos problemas de definição do conceito “quilombo”. Na sequência, Raquel dos Reis discute o filme enquanto fonte histórica abordando, dentre outros, as diversas possibilidades de reconstrução e incorporação de memória

e identidade pelas comunidades remanescentes de quilombo para reivindicar direito e o acesso à terra através do documentário *Memórias do cativo*.

Renan Santos Mattos, em seu artigo intitulado *Memória e história do espiritismo em Santa Maria: navegando em suas histórias*, problematiza o uso dos ambientes virtuais pelo Espiritismo Brasileiro, de modo a suscitar versões sobre sua origem e seus fundadores. Dessa forma, Renan Mattos objetiva analisar, nas palavras do próprio autor, “a visão mnemônica construída pela instituição espírita Aliança Espírita Santa-Mariense”, tomando como referência as noções de campo de Pierre Bourdieu e lugares de Memória de Pierre Nora.

Rodrigo Francisco Dias, em seu artigo *Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil*, traz para nossa edição um interessante debate sobre o papel desempenhado por Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil, durante os anos 1980. O objetivo do autor é problematizar a memória construída acerca desse processo de redemocratização do país que inseri Tancredo como agente central e responsável pelo fim da Ditadura Militar. Dessa forma, o autor aborda em sua análise a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, bem como o papel desempenhado pelo telejornalismo coevo na construção de uma imagem positiva do político.

No artigo *O Bandoleirismo na América Portuguesa: Os casos de Minas e Pernambuco*, de Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira, acompanharemos uma profícua análise dos conceitos utilizados para se definir o “ladrão” no século XVIII, sob a ótica da legislação coetânea, das acepções do dicionarista Raphael Bluteau e dos trabalhos produzidos pela historiografia espanhola. Em seguida, Oliveira apresenta um estudo comparativo sobre as ações de salteadores em Minas e em Pernambuco, especialmente nos sertões destas capitânias na segunda metade do século XVIII.

Rogério Barreto Santana escreveu o artigo “*Contextualismo Linguístico*” e “*História Conceitual*”: *aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos*, cujo objetivo central é realizar uma análise baseada na justaposição das duas “viradas discursivas”: a linguística e a hermenêutica. Por fim, a *Temporalidades* apresenta duas resenhas, uma elaborada por Alex Rogério Silva sobre a obra *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*, Yllan De Mattos, e outra de autoria de Geraldo Magella de Menezes Neto acerca da obra *O cordel e o migrante nordestino: companheiros de viagem*, de Júlia Constança Pereira Camelo.

Desejamos a todos e todas uma excelente e prazerosa leitura!

Márcio Mota Pereira
Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Salvador dos homossexuais: militância homossexual e homossociabilidade na Bahia nos anos 1980

Salvador gay: gay militancy and homosociability in Bahia in the 1980s

Ailton José dos Santos Carneiro

Mestrando em História social

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

ailtonet@hotmail.com

Recebido em: 10/06/2015

Aprovado em: 24/12/2015

RESUMO: A primeira organização homossexual baiana, o *Grupo Gay da Bahia (GGB)*, foi fundada em Salvador em 29 de fevereiro de 1980, sob a liderança do antropólogo Luís Mott. Dentre as novas estratégias políticas adotadas pelo grupo destaca-se a tentativa de politização da homossexualidade tanto dentro quanto fora do movimento. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como escopo partir da cartografia dos espaços urbanos públicos ou comerciais que serviam como pontos de encontro para uma homossociabilidade ou homoerotismo em Salvador nos anos 1980, tendo em vista as relações estabelecidas entre os frequentadores destes locais com a militância homossexual baiana encampada pelo *GGB*. Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática, da análise do Guia Gay da Bahia (1981), de matérias publicadas no *Jornal Lampião da Esquina* (1978-1983) e nos *Boletins Informativos do GGB* (1980-1988), e de fontes orais. E, por fim, analisa a rede de solidariedade e os conflitos decorrentes das intervenções do *GGB* nos espaços ocupados pelos amantes do mesmo sexo na capital baiana.

PALAVRAS-CHAVE: Militância homossexual, Homossociabilidade, Salvador-Bahia.

ABSTRACT: The first Bahian homosexual organization, Grupo Gay da Bahia (GGB) was founded in Salvador on February 29, 1980, under the leadership of anthropologist Luiz Mott. Among the new political strategies adopted by the group there is the attempt of politicization of homosexuality both inside and outside the movement. In this perspective, this study is scoped from the mapping of public and commercial urban spaces that served as meeting points for a homosociability or homoeroticism in Salvador in the 1980s, in view of the relations between the patrons of these places with homosexual militancy Bahia taken over by the GGB. For this, use is made of a literature review on the theme, the analysis of the Bahia Gay Guide (1981), of articles published in *Journal of Lampião da Esquina* (1978-1983) and GGB's Newsletters (1980-1988) and oral sources. And finally, analyzes the network of solidarity and conflicts arising from GGB interventions in spaces occupied by same-sex lovers in Salvador.

KEYWORDS: Gay militancy, homosociability, Salvador-Bahia.

Introdução

O Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), como era denominado anteriormente o

movimento LGBT¹, emergiu no fim da década de 1970, com a abertura “lenta, gradual e segura”, do Regime Militar (1964-1985). E, intrinsecamente dois acontecimentos marcam os primeiros passos dos militantes, ou seja, a publicação da edição de número zero do “Jornal Lampião da Esquina”, em 1978, voltado à discussão de temas de interesse deste segmento social e de outras minorias, e o surgimento do primeiro grupo organizado de homossexuais, o “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, fundado em São Paulo, neste mesmo ano.

Já no início da década de 1980, em meio à crise do Jornal Lampião da Esquina e do grupo *Somos-SP* e, posteriormente, com o encerramento das atividades dessas organizações, surgiu na Bahia, uma organização não-governamental também disposta a lutar pelos direitos civis dos homossexuais – o “*Grupo Gay da Bahia (GGB)*” –, formado pelo antropólogo paulista Luiz Mott. Assim, o *GGB* iniciou um novo estilo de militância política homossexual no país, muito mais específica e pragmática, focada na causa dos homossexuais, direcionando suas ações para além do interior da sociedade, tendo também como principal alvo o Estado. Essa nova forma de intervenção política dos homossexuais sob a égide da militância homossexual baiana foi propiciada, sobretudo, pelo processo de abertura política do Estado Nacional. Neste interstício, o *Grupo Gay da Bahia* se aproveitou das fendas abertas pela redemocratização do país para dar início a uma nova fase de politização da homossexualidade na Bahia e no Brasil.²

Dentre as novas estratégias políticas adotadas pela militância homossexual nos anos 1980, avulta-se, neste trabalho, a tentativa do *Grupo Gay da Bahia* de politização dos frequentadores do “gueto homossexual”³ de Salvador. Nesta perspectiva, esta proposta tem como escopo cartografar os espaços urbanos públicos ou comerciais que serviam como pontos de encontro para uma homossociabilidade ou práticas homoeróticas em Salvador nos anos 1980, tendo em

¹ Desde a Conferência LGBT, em 2008, o movimento político em torno da homossexualidade no Brasil é reconhecido pelas siglas LGBT, que designa a luta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros na busca por cidadania plena e direitos humanos no país.

² Para Simões e Facchini: O movimento político em torno da homossexualidade no Brasil pode ser dividido em três “ondas” ou fases: a “primeira onda”, focalizada no período que corresponde a “abertura política”, de 1978 em diante, quando surge o grupo *Somos* e o jornal *Lampião da Esquina*; a “segunda onda”, da qual o *Grupo Gay da Bahia* faz parte, marcada pelo processo de redemocratização do país, nos anos 1980, e pelas mobilizações em torno da Assembleia Constituinte e no combate à epidemia do HIV-AIDS; e a “terceira onda”, iniciada a partir de meados da década de 1990, caracterizada pela parceria entre Estado e grupos homossexuais organizados, pela adoção da designação LGBT para identificar o movimento e a consagração das “Paradas do Orgulho LGBT” em todo país. (SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.14).

³ “Gueto homossexual” refere-se a espaços urbanos públicos ou comerciais – parques, praças, calçadas, quarteirões, estacionamentos, bares, restaurantes, casas noturnas, saunas – onde as pessoas que compartilham uma vivência homossexual podem se encontrar.” (SIMÕES, Júlio Assis & FRANÇA, Isadora Lins. *Do “gueto” ao mercado*. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/julio01.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2014).

vista as relações estabelecidas entre os frequentadores destes locais com a militância homossexual baiana encampada pelo GGB. Para tanto, faz-se uso de uma revisão bibliográfica acerca da temática, da análise do Guia Gay da Bahia de 1981, de matérias publicadas no Jornal Lampião da Esquina e nos boletins informativos do GGB entre os anos de 1980 a 1988, e de fontes orais. Destaca-se a rede de solidariedade e os conflitos decorrentes das intervenções do *Grupo Gay da Bahia* nos espaços urbanos pelos amantes do mesmo sexo na capital baiana.

Vale salientar que a partir da segunda metade do século XX, a sociedade brasileira passou por importantes transformações, muitas delas ocasionadas pelo recrudescimento do processo de urbanização gerado pelo grande fluxo de migrações internas. Com isso, nas décadas de 1960 e 1970, as grandes cidades do país se tornaram o principal destino para um indivíduo ansioso em ingressar numa sociabilidade homoerótica e expressar coletivamente sua identidade homossexual. De acordo com o historiador estadunidense James N. Green⁴, a partir de 1972, houve nos principais centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, entre outros, um grande investimento em saunas, boates e discotecas voltadas, sobretudo, para o público homossexual masculino da classe média em expansão. Além desses espaços, os cinemas, praias e/ou praças públicas continuavam sendo importantes pontos de encontro eróticos, principalmente para os mais pobres e negros.

Para o sociólogo alemão Louis Wirth⁵, no artigo *O Urbanismo como Modo de Vida* (1938), o fenômeno da urbanização não deve ser compreendido apenas como um processo de atração de pessoas e inchaço das grandes cidades, mas também como um estilo de vida, uma influência que transpassa os limites do urbano. Segundo Wirth, são três as características básicas da cena urbana: quantidade de população, densidade da população e heterogeneidade. Desse modo, o sociólogo alemão define as cidades “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”⁶. Tamanha densidade demográfica e heterogeneidade garantia aos sujeitos ávidos em desfrutar dos prazeres do mesmo sexo, uma espécie de anonimato nas grandes capitais brasileiras. No entanto, como aponta Júlio Assis Simões e Regina Facchini⁷, esses grandes centros urbanos tão fascinantes e discretos também tinham seus riscos. Segundo os autores, mesmo o Código Penal Brasileiro não prevendo nenhuma punição à homossexualidade,

⁴ GREEN, James N., *Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

⁵ WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otavio (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Pp. 89-112.

⁶ _____, *O Urbanismo como Modo de Vida*, p. 95.

⁷ SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris*, p.72 e 73.

constantemente homossexuais sofriam agressões sob a alegação de vadiagem ou prática de atos obscenos em público. Esse era mais um dos fatores que faziam com que muitos optassem por formas de socialização mais privativas, como era o caso das reuniões e festas de grupos de amigos em residências particulares, fã-clubes de cantoras de rádio, barracões de escolas de samba, entre outros. Mesmo atestando a escassez de fontes, Simões & Facchini destacam também alguns espaços de concentração de mulheres homossexuais nos grandes centros urbanos, como alguns bares, restaurantes, boates e pontos de encontros de intelectuais, mas sempre com um cuidado maior em comparação aos homens no que tange à discrição.

Esta concentração de sujeitos em espaços públicos ou privados visando uma sociabilidade homossexual nos anos 1970 e 1980 é o que os sociólogos e antropólogos urbanos denominam de “gueto homossexual”. Para Júlio Assis Simões e Isadora Lins França, “o ‘gueto’ é importante na medida em que proporciona um ambiente de contatos no qual as pressões da estigmatização da homossexualidade são momentaneamente afastadas ou atenuadas”⁸. Embora Simões e França reconheçam a importância da categoria analítica “gueto”, importada dos estudos sobre a concentração urbana da comunidade homossexual na cidade estadunidense de São Francisco, eles alertam que, no caso do Brasil, é preferível utilizar as categorias “mancha” ou “circuito”.⁹ No entanto, tratando-se de um trabalho historiográfico centrado nos anos 1980, período em que o termo “gueto” estava ainda muito disseminado no país, sobretudo, no discurso da militância homossexual, é considerável o seu aparecimento nesta discussão.

O processo de urbanização e de ampliação dos espaços públicos de sociabilidade homossexual na década de 1970 foi responsável também por propagar um novo modo de representar a homossexualidade. Surge assim, o “entendido”. De acordo com Green, esse termo já circulava no Brasil desde a metade da década de 1940, seu uso se referia aos homossexuais da classe média tradicional, em sua maioria “enrustidos”, mas se populariza mesmo ao longo dos anos 1960. É neste período que sua aplicação passou a ter um viés político de afirmação homossexual que se distanciava do comportamento sexual hierárquico baseado na oposição

⁸ SIMÕES, Júlio Assis & FRANÇA, Isadora Lins. *Do “gueto” ao mercado*. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/julio01.pdf>. Acessado em: 20 de agosto de 2014.

⁹ De acordo com José Guilherme Cantor Magnani: “são as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante.” [...] A noção de circuito. Trata-se de uma categoria que descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, sendo reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais: por exemplo, o circuito *gay*, o circuito dos cinemas de arte, o circuito neo-esotérico, dos salões de dança e shows black, do povo-de-santo, dos antiquários, dos clubbers e tantos outros.” (MAGNANI, José Cantor Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, nº 49, 2002, pp. 22-24).

binária entre a “bicha-passiva-feminina” e o “bofe-ativo-masculino” e introduzia no imaginário social, mesmo que ainda das classes mais elevadas e intelectualizadas, um modelo mais igualitário equivalente ao preconizado por uma identidade gay nos Estados Unidos após a “Revolta de Stonewall”¹⁰. Neste sentido, o “entendido” se distinguiu da “bicha” ou “boneca” por sua ênfase no gênero masculino e pelo seu desejo sexual por homens que compartilhavam dessa mesma identidade. Esse deslocamento político gerado por essas novas representações identitárias homossexuais afeta também o corpo e as atuações desses indivíduos, que passam a se afastar cada vez mais de um comportamento visto como feminino e adotar posturas másculas, criando assim um fosso entre a “bicha-louca” e o “entendido-politizado”.

Desse modo, não é difícil depreender que estes grandes centros urbanos, com suas espacializações de desejos e performances, novas subjetividades e representações homossexuais, foram também terrenos férteis para o surgimento de uma militância homossexual no Brasil no final dos anos 1970. No entanto, Edward MacRae¹¹ denuncia, no artigo *Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas*, publicado originalmente em 1982, o distanciamento dos primeiros militantes homossexuais, em regra de camadas mais intelectualizadas da sociedade, dos diversos frequentadores dos guetos homossexuais, vistos por estes como “alienados”. Esta polarização ficou evidente quando, em 1981, o *Grupo Gay Da Bahia* enviou um artigo para o *Jornal Lâmpião da Esquina*, porta-voz do MHB em sua primeira fase, para noticiar o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON). Segundo MacRae, o texto escrito pela militância baiana carregado de palavras de ordem como “au au au é legal ser homossexual”, “ado ado ser viado não é pecado”, entre outras, gerou um mal-estar nos editores do jornal que buscavam construir nas páginas do seu periódico uma outra representação da homossexualidade, muito mais respeitável e distante das veiculadas na grande mídia e encarnada pelos frequentadores dos guetos homossexuais.

Este episódio envolvendo o *Grupo Gay da Bahia* é elucidativo para se perscrutar acerca das relações estabelecidas entre os militantes homossexuais baianos e os frequentadores dos espaços

¹⁰ A Revolta de Stonewall nos Estados Unidos é considerada o marco da liberação homossexual em todo mundo. Segundo Simões e Facchini, na madrugada de 28 de junho de 1969, o bar Stonewall Inn, um estabelecimento voltado para o público homossexual no bairro de Greenwich Village, em Nova York, enfrentou mais uma batida policial. Entretanto, nessa noite os frequentadores do bar, em sua maioria jovens não-brancos, reagiram de forma inusitada, enfrentando os policiais em uma verdadeira sublevação coletiva que durou o fim de semana inteiro. Devido a forte resistência, os revoltosos gritavam e pichavam nos muros expressões como *Gay Power* (poder gay) e *Gay Pride* (orgulho gay). Os autores ressaltam que foi a partir daí que o ser “gay” adquiriu um caráter subversivo, numa ampla postura de contestação política e cultural. (SIMÕES, Júlio Assis e FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 45).

¹¹ MACRAE, Edward. “*Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas*”. In: COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil*. Salvador; EDUFBA, 2011, p. 33 e 34.

de homosociabilidade em Salvador nos anos 1980, assim como perceber que locais eram esses e como o GGB atuou nesses espaços. Não obstante, de imediato é salutar analisarmos de forma mais detalhada o surgimento do *Grupo Gay da Bahia* e o processo de politização da homossexualidade engendrado pelo grupo nos anos 1980.

"Gueis baianos: rodem a baiana, tudo bem, mas deixem de ser alienados...": A fundação do Grupo Gay da Bahia (GGB)

O aparecimento de organizações civis em defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil coincide com a terceira onda do ativismo homossexual no plano internacional, iniciada no decênio de 1960.¹² Conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchini, essa fase permeada por constantes revoluções e transformações nos valores morais das sociedades foi o cenário propício para o surgimento dos grupos organizados de homossexuais em todo o mundo.

A tomada do poder pelos militares em 31 de março de 1964 gerou na sociedade brasileira uma cisão entre sociedade política e sociedade civil. O rompimento dessa delicada parceria atordou diversos setores sociais em expansão e estancou o debate em torno de reformas sociais e políticas.¹³ Com a chegada ao poder do General Emílio Gastarrazu Médici, no ano de 1969, a repressão militar atingiu seu paroxismo. Já na virada para a década de 70, a resistência dos estudantes a um governo autoritário e a reorganização da classe trabalhadora, em muito, impulsionada pela ala progressista da Igreja Católica e várias correntes de esquerda, gerou uma onda contestatória que agitou diversos setores sociais.

Oportunamente, foi neste momento que se criou no Brasil toda uma agitação político-cultural em torno da homossexualidade. O “desbunde” de uma cultura homossexual embaraçou ainda mais esse confuso período da nossa história marcado pela Ditadura Militar. É nesse interstício que emerge uma identidade homossexual coletiva no país. O historiador Claudio

¹² Os historiadores e demais teóricos da homossexualidade destacam três importantes momentos do ativismo homossexual pelo mundo. De acordo com Prado e Machado, o primeiro momento inicia na Europa em meados do século XVIII, intensifica-se na metade do século XIX e tem seu desfecho no início do século XX, o segundo momento tem seu começo nos anos 1940 e se arrasta até a década de 1960, quando tem início à terceira fase do movimento homossexual com a irrupção da “Revolta de Stonewall” nos Estados Unidos, em 1969. (PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra Homossexualidade: A Hierarquia da Invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008).

¹³ Para mais informações sobre os impactos do golpe de 1964 para a democracia brasileira, ver: TOLEDO, Caio Navarro. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia*. Revista Brasileira de História. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 24. N° 47, 2004.

Roberto da Silva¹⁴ sintetiza pelo menos três acontecimentos que colaboraram para a tomada de consciência política por parte dos homossexuais no Brasil:

O primeiro se refere à imprensa alternativa que promove uma reformulação da imagem associada ao indivíduo que sente atração por outros do próprio sexo; ele deixa de ser tratado como um amaldiçoado, incapaz de auto-realização, para transformar-se num ser que poderia provocar a revolução da estrutura social; o segundo se refere a produção acadêmica que retira a discussão do campo da medicina e da psicologia para colocá-la no campo das ciências humanas, alterando o enfoque ideológico e teórico da questão homossexual; o tema deixa de ser tratado como vício abominável, patologia e desvio, para tornar-se uma variável neutra da sexualidade humana, estudada como subcultura socialmente construída; e o terceiro se refere aos novos movimentos sociais que viabilizaram uma crítica ao machismo e ao racismo do país, conduzindo à reformulação das noções de gênero e sexo e à consolidação da identidade do militante homossexual.¹⁵

Analisando estas irrupções citadas por Silva, percebemos que a imprensa alternativa desempenhou um papel de grande importância para a emancipação política dos homossexuais no país, sobretudo, com o surgimento do “Jornal Lampião da Esquina”, fundado em 1978, por Aguinaldo Silva, João Antônio Mascarenhas, entre outros. Em consonância com MacRae¹⁶, este periódico se diferenciou das demais publicações que tratava do tema devido a sua íntima relação com as organizações homossexuais que surgiram nesse período, fazendo com que as ideias veiculadas no jornal funcionassem como uma espécie de baliza para a construção de homossexualidades politizadas em todo o país.

Vale salientar ainda, conforme assinalado por Silva, a importância das mobilizações coletivas em torno de identidades de raça e de gênero no Brasil para a formação do MHB. Nesta empreitada, o feminismo e suas críticas ao patriarcado e a desigualdade de gêneros acrescentou muito à causa dos homossexuais. Da mesma forma, a luta contra o racismo tornou-se um importante referencial teórico, emprestando à militância homossexual certa rigidez e melindre em torno da identidade, o que fez com que o discurso da “vitimização” se tornasse, a partir daí, uma importante arma na busca pelos direitos dos homossexuais.¹⁷

Entre esses grupos homossexuais organizados que surgiram na década de 1970, estavam

¹⁴ SILVA, Cláudio Roberto da, *Reinventando o Sonbo*: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

¹⁵ _____, *Reinventando o Sonbo*, p. 8.

¹⁶ MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade*: Identidade sexual e política no Brasil da “Abertura”. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

¹⁷ De acordo com Maria da Glória Gohn, esses sujeitos coletivos configuram os chamados “novos movimentos sociais” com ênfase na afirmação e reconhecimento de identidades culturais, em oposição aos “movimentos sociais tradicionais” que se baseiam na luta de classes. (GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2008).

o *Somos* – Grupo de Afirmação Homossexual, Ação Lésbico-Feminista, Eros e Libertos de São Paulo, o *Somos* e o *Anê* do Rio de Janeiro, o *Beijo-Livre* de Brasília, entre outros. O *Somo-SP* se destaca devido ao seu pioneirismo e estilo de militância que se aproximava tanto dos ideais anarquistas, que tinha como maior representante interno João Silvério Trevisan, quanto da dialética marxista, defendida por James N. Green, mais conhecido como “Jimmy”. Além desses, de acordo com Edward MacRae¹⁸, compunha a organização ainda, o próprio MacRae, Glauco Mattoso, Jean-Claude Bernadet, entre outros.

Já na década de 1980, contrariando a tese de “acomodação” e “declínio”, o movimento homossexual vislumbrou nas fendas abertas pela redemocratização do país a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas, iniciando assim um novo estilo de militância e diálogo com a sociedade política. Foi nesse interstício que surgiu o *Grupo Gay da Bahia*, fundado em Salvador, em 29 de fevereiro de 1980. A emergência do *GGB* está vinculada à chegada a Salvador daquele que seria o seu principal articulador: o antropólogo Luiz Mott. Em entrevista concedida ao jornal baiano “A Tarde”, em 16 de novembro de 2008, Mott remonta esse “mito de origem” do grupo. Segundo ele:

Eu vim para a Bahia depois de ter vivido uma relação heterossexual durante cinco anos, em Campinas, com duas filhas, aí então em 1978 eu assumi a minha homossexualidade e resolvi mudar para Salvador, fascinado pela beleza da cidade barroca, pelos negros, pelo clima e pelas frutas tropicais. E vim com a intenção de largar a universidade e viver uma vida meio hippie. Vim como professor visitante, e me beneficieei de um decreto de enquadramento, tornando-me professor adjunto. Depois fiz um concurso para professor titular. Em menos de um ano de chegada à Bahia, eu já tinha um namorado baiano, com o qual convivi durante sete anos. Estávamos numa tarde vendo o pôr-do-sol no porto da Barra quando um machão, percebendo que nós éramos gays - apesar de extremamente discretos -, me deu um tapa na cara, por pura homofobia. Foi a primeira vez na vida em que fui vítima de uma violência. Esse tapa na cara despertou a minha consciência da importância de defender os meus direitos como homossexual. [...] Aí a partir desse tapa na cara eu escrevi um anúncio para "O Lampião" que era assim: Bichas baianas, rodem a baiana, tudo bem! Mas deixem de ser alienadas. Vamos fundar um grupo de discussão sobre homossexualidade. Me escrevam!"¹⁹

O *GGB* contou inicialmente com a participação de 17 integrantes, todos homens, em sua maioria jornalistas, estudantes universitários e professores. Entre os membros-fundadores, chamam a atenção nomes como os de Ricardo Líper, Antônio Pacheco, também conhecido como Tony Pacheco, Alexandre Ferraz, Hédimo Santana, Wilson Santana, Aroldo Assunção, Huides Cunha, Davi Aranha, entre outros. Embora a iniciativa de formar um grupo político em torno da

¹⁸ MACRAE. *A Construção da Igualdade*.

¹⁹ Jornal *A Tarde*, 16 de novembro de 2008.

homossexualidade tenha partido de Luiz Mott, já se podia perceber nesse momento uma agitação político-cultural em Salvador para a construção de um movimento homossexual baiano. Muitos desses membros já discutiam e atuavam em defesa da homossexualidade, mesmo sem fazer parte de um grupo propriamente homossexual. Em entrevista concedida a Silva, Mott narra a formação do grupo:

Na época, um militante do movimento homossexual de São Paulo... que era baiano, voltou a Bahia. Ele entrou em contato comigo, colocou-me em contato com alguns anarquistas, jornalistas e professores. Essas pessoas também tinham pensado em organizar algo relacionado a movimento gay. Fizemos os primeiros contatos e marcamos a primeira reunião do Grupo Gay da Bahia. Foi no dia 29 de fevereiro de 1980... era um ano bissexto!! Reunimo-nos, dezessete pessoas num sábado à noite, estavam o Aroldo, Ricardo Líper, o caso de Ricardo Líper que era o Antônio Carlos Pacheco, um outro que chamava-se Alexandre Ferraz – anarquista-jornalista –, Carlinhos e o seu caso... Wilson. Este último era negro... ele se separou do Grupo Gay depois de dois anos e fundou o Adé Dudu.²⁰

Pode-se destacar entre esses membros citados por Mott, Ricardo Líper, Tony Pacheco e Alex Ferraz que, juntamente com outros estudantes da UFBA, fundaram o jornal anarquista “O Inimigo do Rei”, mais um importante editorial da imprensa alternativa do Brasil no período da Ditadura Militar. Além desses anarquistas, é notável também a participação de Wilson Santos que desde 1979 já atuava no Movimento Negro Unificado (MNU) baiano.²¹

A convocação direta de Mott e o fato dos demais membros não terem nenhum envolvimento com partidos políticos de esquerda fez com que o grupo se voltasse exclusivamente para as demandas da homossexualidade, contrapondo-se assim ao grupo Somos-SP que desde a sua fundação foi marcado por uma quebra-de-braço interna sobre a questão da participação ou não na “luta maior” – luta de classes. O que contribuiu, em muita medida, para a cisão do grupo.

Outra importante diferença do movimento homossexual baiano em relação à experiência paulista estava relacionada à construção de uma identidade homossexual coletiva do grupo. Enquanto o “Somos” trazia a necessidade de uma afirmação identitária homossexual no próprio nome, o GGB já nasce com essa identidade definida e consolidada compondo uma das suas siglas. Não obstante, antes de isso representar um contraponto entre esses dois grupos, trata-se mais de uma continuidade. Uma prova disso foi que logo de início o grupo iria se chamar

²⁰ SILVA. *Reinventando o Sonho*, p. 460.

²¹ Estas informações podem ser encontradas na entrevista concedida por Wilson Santos ao blog “Adé Dudu”. Disponível em: <http://adedudu.blogspot.com.br/2011/05/um-pouco-de-historia.html>. (Acesso em 02 de março de 2013).

“Somos-Bahia”, depois, por sugestão de Aroldo Assunção, o grupo foi definitivamente batizado de “Grupo Gay da Bahia”.²²

Já assumidos, a primeira aparição pública do GGB ocorreu em 13 de maio de 1980, em um ato público do MNU contra o racismo e a falsa abolição da escravatura. Aproveitando a ocasião, e a multidão que aguardava o som dos tambores da banda “Olodum”, Mott subiu no palanque para discursar sobre a dupla discriminação sofrida pelos homossexuais negros na sociedade baiana. Esse discurso era fruto dos debates que já ocorriam no grupo, levantados, sobretudo, por Wilson Santos.

A partir de 1982, o Grupo Gay da Bahia iniciou um processo de institucionalização. Primeiro, o grupo tratou de obter uma sede para as suas reuniões e organização das suas ações. O responsável pela concretização desse projeto foi Luiz Mott, que adquiriu um imóvel por conta própria para a instalação do grupo. A inauguração festiva da nova sede do GGB na Escada da Barroquinha, Edifício Derby, ocorreu em 15 de abril de 1982.²³

Outra importante iniciativa foi a elaboração de um estatuto nesse mesmo ano. Antes disso, a distribuição das tarefas e tomada de decisão no interior do grupo se dava por meio de consenso, de acordo com a concepção anarquista predominante no movimento, numa fórmula muito semelhante à do grupo Somos-SP. Nesse momento criou-se um regimento interno estabelecendo um colegiado composto por seis conselheiros, seis coordenadores, tesoureiro, arquivista, secretário e o presidente e vice-presidente. Para Marcelo Cerqueira²⁴, essa nova postura do grupo foi uma estratégia encontrada pelos seus membros para delinear e viabilizar novos projetos.

Em 1983, após uma longa batalha no judiciário que contou com a cooperação do advogado e militante homossexual João Antônio Mascarenhas, o *Grupo Gay da Bahia* obteve o registro de sociedade civil sem fins lucrativos. Essas primeiras conquistas da militância

²² Informações concedidas por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012. Vale ressaltar que Marcelo Cerqueira só ingressou no Grupo Gay da Bahia em meados da década de 1980, portanto, os dados cedidos por ele, anteriores a isso, por mais que tenham um caráter memorialístico, trata-se de uma “memória herdada”, pois foram informações adquiridas no convívio com Luiz Mott e demais membros-fundadores do grupo. O conceito de “memória herdada” se encontra nas formulações do sociólogo Michael Pollak. Segundo ele: “se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.” (POLLACK, Michael. *Memória e identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212).

²³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, Ano I, n° 03, Abril de 1982.

²⁴ Informações concedidas por Marcelo Cerqueira, em 27 de fevereiro de 2012.

homossexual baiana marcam o início de uma nova fase política da militância homossexual no Brasil. A partir desse momento, muitas das questões que emperravam o MHB em sua primeira fase, como as divergências político-ideológicas, resistências a qualquer forma de burocratização, a ausência de uma identidade homossexual coletiva consolidada e o afastamento do gueto gay, foram deixadas de lado. Ao invés disso, essa década presenciou o surgimento de grupos de homossexuais empenhados em discussões mais orgânicas, menos resistentes a institucionalização, focados numa identidade homossexual já estabelecida e preocupados com uma politização da homossexualidade tanto dentro quanto fora do movimento.

Esta nova postura política assumida pelos militantes homossexuais baianos deu a tônica da relação do *Grupo Gay da Bahia* com os frequentadores dos espaços de homossociabilidade em Salvador nos anos 1980. Na busca por uma maior politização da homossexualidade, o GGB passou a mapear as áreas de maior concentração homossexual da capital baiana. Destarte, cabe agora identificarmos que locais eram esses e como se dava a interação dos integrantes do grupo com os usuários desses espaços.

“Lugar praticado”: espaços de homossociabilidade em Salvador nos anos 1980

O lugar destinado aos homossexuais na estruturação social não fabrica apenas subjetividades, representações e práticas. A materialidade dessas produções se dá, principalmente, na ocupação do espaço e no uso que se faz dele. Conforme Michel de Certeau:

Um *lugar* é a ordem (seja ela qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] O *espaço* é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram.” Por isso ele afirma que “o espaço é um lugar praticado”, ou seja, é onde os sujeitos põe em movimento a posição que ocupa dentro da estruturação social.²⁵

Nesta perspectiva, “o espaço é um lugar praticado.”²⁶ Segundo Certeau, os espaços se especificam pelas ações dos sujeitos históricos. É por excelência existencial. Por conseguinte, zonas identitárias. Assim, o espaço urbano de Salvador recortado pelos amantes do mesmo sexo foi um *locus* privilegiado para a atuação do Grupo Gay da Bahia nos anos 1980, uma vez que sua geografia revelava diversas identidades e demandas homossexuais na luta por uma “cidadania

²⁵ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16º Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009, p. 184.

²⁶ _____. *A invenção do Cotidiano*, p. 184.

plena”²⁷.

A consideração do espaço enquanto lugar praticado, conseqüentemente, território identitário, é importantes para que percebamos na modernidade o fio condutor que une as questões sexuais às relações de poder. A estreita ligação entre sexo e verdade na era moderna não fabricou apenas discursos, trata-se, sobretudo, de um saber aplicado, o resultado desse entrelaçamento é visível na realidade das instituições e dos corpos, nas subjetividades e nas práticas dos indivíduos. O sujeito que se constitui na modernidade é um portador de uma sexualidade. “Pois, o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer: ‘Para saber quem és, conheças teu sexo’.”²⁸. De acordo com Foucault, cria-se um “dispositivo da sexualidade”²⁹.

Essa gama de “espécies *sexualis*” é essencialmente rotulada e direcionada a ocupar um lugar na sociedade. Para Stuart Hall, a identidade sempre se desenvolve em contextos marcados por relações de poder, é o meio pelo qual se “costura (ou para usar uma metafórica médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura”³⁰. Nesse sentido, a identidade cultural de um indivíduo é a imagem da posição que ele ocupa na sociedade moderna, representa sua “categoria”. Entretanto, segundo Hall, essa concepção sociológica clássica está cedendo espaço para outros argumentos que preveem a possibilidade desse mesmo indivíduo assumir diversas identidades. Essa constatação que o ser humano pode possuir múltiplas facetas nos gera fortes desconfianças acerca da necessidade de assumir uma identidade. Tal perspectiva serve ainda para desindexar o significado do conceito da homossexualidade, o que nos possibilita atentarmos para as diferentes formas pelas quais os sujeitos, ditos homossexuais, constroem suas identidades, concebem sua atuação político-social e orientam seus afetos e desejos sexuais no tempo e espaço.

Esta concepção de uma dimensão política do uso dos espaços urbanos também orientava a atuação do *GGB* nos anos 1980. Tendo em vista que o *Grupo Gay da Bahia*, logo em sua

²⁷ Para José Murilo de Carvalho, uma “cidadania plena” seria aquela que combinasse liberdade, participação e igualdade para todos. Conforme Carvalho: “Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos.” (CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 9).

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 229.

²⁹ Para Foucault, o “dispositivo da sexualidade” é um mecanismo de poder que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, com um objetivo de fazer com que o indivíduo confesse sua sexualidade. “Por confissão entendo todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito.” (_____, *Microfísica do poder*, p. 264).

³⁰ HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 12.

fundação, tinha como um dos seus principais objetivos: “atingir o maior número possível de homossexuais, conscientizando-os da necessidade de se organizarem e defenderem seus direitos de pessoas humanas normais, com os mesmos direitos legais dos demais cidadãos”³¹. Tal preocupação do grupo com esses territórios de sociabilidade homossexual partia da concepção que a existência desses espaços delimitados, por si só, evidenciava a negação dos direitos civis dos homossexuais. No entanto, esta constatação ao invés de servir para distanciar os militantes baianos dos guetos gays da cidade, negando sua importância na luta por uma cidadania plena homossexual, impulsionou-os ainda mais a lutarem pelo seu fortalecimento e ampliação, visando uma maior ocupação da cidade por aqueles que desfrutavam dos prazeres com o mesmo sexo.

Para Sandra Jatahy Pesavento, o reverso da cidadania é a exclusão social dos indivíduos, sua segregação espacial, seu direcionamento para os “maus lugares”.³² Percebe-se então que a cidade não é apenas uma arena de disputa, é também o que se disputa. Assim, na mais perfeita tradução do léxico urbano o que se encontra é o poder. Para Michel Foucault³³, o que delinea um território é sempre um certo tipo de poder que o vigia e o controla

Os “outros espaços” da cidade de Salvador – “heterotopias”³⁴ – foram cartografados pelo *Grupo Gay da Bahia* na primeira edição do “Guia Gay da Bahia”, publicado em 1981. Neste informativo produzido pelo grupo são listados os principais locais e estabelecimentos de sociabilidade homossexual na capital baiana no início da década de 1980, alguns deles em funcionamento desde os anos 1940 e 1950. Nesse excuro pela “Salvador dos homossexuais” duas regiões da cidade se destacam por atrair grandes agrupamentos de pessoas amantes do mesmo sexo: o centro e a extensa orla da cidade.³⁵

Na região central, as áreas de maior concentração eram: a Praça da Sé e o Terreiro de Jesus, pois muitos dos seus frequentadores residiam no Pelourinho; a Rua da Ajuda, com suas travessas e becos escuros que permitiam práticas sexuais “mais livres”; a Praça Municipal, devido

³¹ MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000, p. 31.

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

³³ FOUCAULT. *Microfísica do Poder*, p. 157.

³⁴ Foucault define “heterotopia” como sendo os espaços de contraposicionamentos reais. Para ele: “Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis.” (FOUCAULT, Michel. *Outros Espaços*. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fonte Universitária, 2009, p. 415).

³⁵ GRUPO GAY DA BAHIA. *Guia Gay Da Bahia*. 1981.

a grande circulação de pedestres que utilizavam o Elevador Lacerda; a Praça Castro Alves, principalmente nos dias de carnaval; a Praça da Piedade; a Rua Carlos Gomes; Largo dos Aflitos; e a Praça do Campo Grande. Na orla, no roteiro indicado pelo grupo, as principais áreas de convergência homossexual eram o Porto, o Farol e o Cristo da Barra, principalmente aos sábados e domingos, a Pituba, a Praia dos Artistas, no bairro da Boca do Rio, e a Praia de Placaford.³⁶

Neste momento, já se pode perceber também em Salvador a formação de um “mercado gay” com a presença de bares e boates voltados para, ou tendo como principais frequentadores, um público homossexual, em sua maioria das camadas médias, e em alguns casos, travestis e garotos de programa. Dentre esses estabelecimentos se destacavam a sofisticada Boate “Holmes”; situada no bairro do Gamboa; Boate “Tropical”, na Baixa dos Sapateiros; Boate “Safari”, na Rua Carlos Gomes, comandado por Waldeyton di Paula; e os bares “Cactus”, localizado no “Beco dos Artistas”, no Garcia, e o “Oásis” e o “Braseiro”, na Carlos Gomes. De acordo com o “mapa homossexual” elaborado pelo GGB, no início dos anos 1980, as lésbicas eram predominantes no “Zanzibar” e no “Barzim”.³⁷ Em matérias enviadas para o Jornal Lampião da Esquina, leitores soteropolitanos deste periódico também traçam seus roteiros de homosociabilidade na cidade de Salvador. Segundo relato de “Paulo Emanuel”:

A porta do Teatro Castro Alves foi descoberta no verão passado, entre os shows de Caetano, Simone e outras. Os gueis [sic] invadiram e formaram o "clube da escada". [...] Perto daí, no bairro de Fazenda Garcia, logo no começo, há um "beco" onde um francês inaugurou também pela mesma época do verão, um barzinho e restaurante. O barzinho era freqüentado pelos do "clube da escada" e por outros gueis, em geral classes B e A, que desfilavam os seus mais recentes modelos via Paris ou mesmo Iguatemi (shopping center). [...] Para gueis mais "barra pesada" (não há discriminação no tempo: somos todos iguais na noite, e no dia também), existem bares na Rua Carlos Gomes (centro) onde se pode encontrar companhia e bebida barata. [...] Nos bairros da Vitória e Barra há também bares para gueis classe A. [...] No Terreiro, Pelourinho e adjacências, é fácil a pegação barra pesadíssima, com michês. [...] Na minha modesta opinião, o clube da escada é o melhor local para quem vem de fora. [...] E ainda tem o fato de que se encontra aí pessoas de nível cultural alto, com quem se pode, além de transar um ótimo relacionamento sexual, trocar idéias, sensibilidades, talentos, vida. (Paulo Emanuel).³⁸

A ênfase dada às classes sociais dos frequentadores desses estabelecimentos comerciais, por parte desse informante, evidencia as desigualdades socioeconômicas e culturais no interior da

³⁶ GRUPO GAY DA BAHIA. *Guia Gay Da Bahia*.

³⁷ _____. *Guia Gay Da Bahia*.

³⁸ JORNAL LAMPLÃO DA ESQUINA. Ano 2. Nº 14, Julho de 1979, p. 4.

comunidade homossexual. Para o cientista político Juan P. Pereira Marsiaj³⁹, os locais públicos são sempre mais ocupados por homossexuais de classes mais baixas, expostos a todo tipo de vulnerabilidade, enquanto os espaços privados, saunas, bares, boates e outros, concentram um maior número de homossexuais das classes média e alta. Tal observação já poderia ser feita na década de 1980, uma vez que com a expansão de um mercado voltado para os homossexuais o *status* socioeconômico não definia apenas a classe social dos membros da comunidade, mas também o grau de marginalização que este sujeito poderia sofrer, podendo ser classificado como o “gay rico” ou “entendido”, mais palatável numa sociedade heteronormativa, ou a “bicha pobre”, vulnerável a todos os tipos de discriminações. Estes conflitos de classe entre os amantes do mesmo sexo na cena gay de Salvador foram evidenciados pelo *Grupo Gay da Bahia*, no artigo intitulado “*Bahia by Night*”, publicado em seu boletim informativo em abril de 1982. Segundo os militantes baianos:

Lastimavelmente, os gays baianos contam com mínimas opções na noite soteropolitana. Não temos nenhuma sauna gay. O principal cinema freqüentado pelos entendidos, o Capri, desde que pegou fogo, deixou a turma desamparada, passando vexame no Bristol devido à medieval intransigência de um tal gerente que mais parece um leão de chácara. Nem todos dispõem de Cr\$ 1.000,00 para passar uma noite no Holmes agora com máquina que solta neve e fogo londrino, tudo importado dos States. A boite Tropical, a Cr\$ 200,00 embora não seja tão violenta e baixo nível como muita bicha despeitada e metida a burguesa costuma alardear por aí, tem um inconveniente: os desagradáveis bofes e caçadores que costumam ficar estacionados na porta, inoportunos e muitas vezes perturbadores.⁴⁰

Com isso, pode se perceber que mesmo com o aumento dos espaços de homosociabilidade e de práticas homoeróticas na capital baiana, estes locais ainda eram poucos e restritos a um público seletivo, composto majoritariamente por homens brancos das camadas médias. Na própria apresentação do “Guia Gay da Bahia” de 1981, o *GGB* expõe uma Salvador para o turista interessado em desfrutar dos prazeres com mesmo sexo em sua visita, como uma cidade de desempregados, pobre e violenta, principalmente, se comparada às grandes cidades do sul-sudeste do país.

Diante destas limitações financeiras, muitos baianos ansiosos em praticar sexo entre iguais buscavam outros pontos de encontro de homossexuais que fossem mais acessíveis, como era o caso dos cinemas, como o “Cine Astor”, na Rua da Ajuda, o “Bistol”, no Politeama, e o “Pax”, na Baixa dos Sapateiros, entre outros, ou até mesmo sanitários públicos, que também eram

³⁹ MARSIA J., Juan P. Pereira. Gays Ricos e Bichas Pobres: Desenvolvimento, Desigualdade Socioeconômica e Homossexualidade no Brasil. *Cadernos AEL*. Vol. 10. Nº 18/19. 2003.

⁴⁰ *BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA*. Ano I. Nº 3. Abril de 1982.

utilizados para práticas homoeróticas.

Estes relatos acerca da espacialização da homossexualidade em Salvador no início da década de 1980 deixam escapar ainda uma outra preocupação dos militantes homossexuais baianos. Pois, além de demarcar os locais de homossociabilidade e homoerotismo na cidade, podemos perceber nas publicações do *Grupo Gay da Bahia* uma classificação dos amantes do mesmo sexo da cidade em “gays” ou “bichas”, “travestis”, “michês” e “bofes” ou “homens com práticas homossexuais”. Nesta tipologia dos homens soteropolitanos que praticavam sexo com homens, o grupo se valia dessas nomeações adotadas por esses próprios sujeitos para perceber a relação dessas diferentes subjetividades e representações homossexuais com os usos dos espaços públicos e privados na capital baiana.

A cartografização desses territórios e estabelecimentos ocupados por homossexuais em Salvador, nos início dos anos 1980, foi o que permitiu ao *Grupo Gay da Bahia* desempenhar uma série de ações voltadas para uma maior politização da homossexualidade na Bahia. Não obstante, muitas vezes estas relações eram marcadas não apenas por relações de solidariedade, como também de conflitos.

Solidariedade e conflitos: as relações entre o GGB e o “gueto gay” nos anos 1980

A atuação do *Grupo Gay da Bahia* nesses espaços urbanos dominados pelos amantes do mesmo sexo se dava de diversas formas, mas sempre tendo como objetivo “conscientizar” seus frequentadores da necessidade de lutar pelos seus direitos e tentando suprir suas diferentes “carências”, por se tratar de um grupo tão heterogêneo. Nesta finalidade, o GGB manteve um diálogo com os guetos homossexuais de Salvador, realizando manifestações político-culturais, distribuindo panfletos ou informativos acerca dos direitos civis ou negação deles para a comunidade homossexual, pichando em muros frases de conteúdos valorativos sobre a homossexualidade, coletando assinaturas para abaixo-assinados que visavam à alteração ou a promulgação de leis, e prestando serviços sociais ou defendendo gays, lésbicas e travestis das agressões praticadas por policiais militares e outros indivíduos que destilavam seu ódio contra esses sujeitos. Estas ações do grupo nas áreas de maior concentração de homossexuais em Salvador, principalmente no que tange ao combate à violência, são relatadas por Marcelo Cerqueira. Segundo seu depoimento:

A atuação do GGB, ela se dava, especialmente, porque naquela época havia muita repressão a travestis, a homossexuais. Então, era uma época que ainda existia a tal Delegacia de Jogos e Costumes, então muitos travestis e gays eram

presos porque não tinha a carteira de trabalho assinada nas mãos. [...] E, na delegacia, eram presos justamente por estarem na rua, acusados como vadiagem. Na delegacia eram obrigados a fazer faxina de banheiro, limpeza da delegacia, cozinhar e, muitas vezes, prestar serviços sexuais a outros presos e a outros indivíduos. Tínhamos uma ação muito presente nos “Beco dos Artistas”, num dos primeiros bares chamado “Cactus”, no “Zanzibar” também, na Federação, um bar lésbico, também a gente tinha muita ação lá e na antiga “Boate Tropical”, que funcionava na Rua do Pau da Bandeira. Era muito comum nessa época a polícia entrar nas boates e mandar acender as luzes e diziam “caçador de um lado e veados de outro”. E era horrível porque era um acinte aos direitos humanos. Então, o GGB lutou muito, batalhou muito, brigou muito com a polícia, durante muitos anos e situações como essas hoje não ocorrem, graças a essa ação que a gente fez.⁴¹

Com a transferência da sede da entidade para a Barroquinha, em 15 de abril de 1982, o *Grupo Gay da Bahia* começou a conviver e combater as cenas de abuso e agressões sofridas por homossexuais mais de perto. Isso ocorria porque de frente às novas instalações do grupo ficava um banheiro público que era frequentemente utilizado por indivíduos que buscavam desfrutar dos prazeres com o mesmo sexo. No Brasil, a prática de relações sexuais em público era (e ainda é) considerada ilegal, crime de ato obsceno⁴². Respaldaado nessa lei, e em seus próprios preconceitos, muitos policiais constrangiam, agrediam e prendiam vários frequentadores desse local. Diante das arbitrariedades do poder policial, o *GGB* atuou como um defensor dos frequentadores desse sanitário público.

9/12/82: Carta do GGB ao Secretário de Segurança Pública, (divulgada na Tribuna da Bahia) denunciando constantes violências da Polícia Militar contra os usuários do banheiro público da Barroquinha. Pichação na entrada do mictório: CUIDADO, VIOLÊNCIA! CUIDADO, PERIGO!⁴³

Além das diversas ações promovidas pelo grupo, a sede funcionava também, em alguns momentos, como uma espécie de “albergue” para gays, lésbicas e travestis vítimas de violência por discriminação sexual ou sem recursos para se manterem em Salvador. Como foi o caso da travesti mineira Paloma encaminhada ao grupo depois de ter sido encontrada perdida e sem dinheiro nas ruas da capital baiana. Este fato mereceu até um relato nos boletins informativos do grupo:

31/5: Um travesti mineiro, Paloma, foi encaminhado ao GGB, sem dinheiro e perdido na cidade: alojamos a amiga por uma noite na sede, presentearmos a mineira com alguns tickets de restaurante e a levamos à pensão de Marli

⁴¹ Depoimento concedido por Marcelo Cerqueira em 27 de fevereiro de 2012.

⁴² “Art. 233. Praticar ato obsceno em lugar público, ou aberto ou exposto ao público. Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. (BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2015).

⁴³ *BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA*. Ano II, nº 6. Março de 1983.

(travesti): dias depois voltou para Minas.⁴⁴

Essas aproximações da militância gay com os frequentadores do gueto homossexual nem sempre se dava de forma tão solidária ou amigável. Os conflitos entre eles ocorriam, sobretudo, devido à postura crítica do grupo frente às representações da homossexualidade produzidas por esses homossexuais. Por diversas ocasiões, os militantes protestaram contra os concursos de beleza, como o “Miss-Gay Bahia”, por considerarem implícitos nestes eventos a reprodução do machismo e da submissão feminina, além de não perceberem nestes ajuntamentos nenhuma contribuição para a luta homossexual.

No dia 28 de setembro, no Teatro Vila Velha, foi realizado o “2º Concurso da Beleza Gay” com o tema “Gay Paris”. O GGB aproveitou a oportunidade para questionar a validade de tais concursos numa carta aberta a toda a população e especialmente aos gays: “Há vários anos que as mulheres conscientes se recusam ser meros objetos de consumo da sociedade machista, denunciando a carece dos concursos de miss. Não obstante ainda hoje as bichas insistem em eleger a miss Brasil-Gay, a miss Cacau-Gay, etc.” A carta prossegue afirmando: “Um concurso de travestis pode até ter uma importância política na medida em que as bichas usassem de seu travestismo para criticar a rigidez da divisão sexual dos papéis, roupas, etc. Infelizmente, nem sempre isto é lembrado”.⁴⁵

Os conflitos desvelavam mais uma vez a “luta de representações”⁴⁶ acerca da homossexualidade entre os amantes do mesmo sexo, deixando transparecer assim uma dicotomia que tinha, de um lado, os “respeitáveis militantes”, e do outro, as “bichas loucas”. Sem embargo, a despeito destas e de outras críticas, diferentemente da experiência da militância do *Grupo Somos-SP*, o *Grupo Gay da Bahia*, em certa medida, assimilou como tática política a “fechação” que tanto contrariava o movimento homossexual paulista. Isto ficou evidente no acontecimento relatado acima por MacRae, quando o GGB enviou um artigo para a publicação no Jornal Lampião da Esquina, em 1981, contendo gritos de ordem como “éte éte éte, é gostoso ser gilete”, “o coito anal derruba o capital”, além das já citadas. O que gerou um desconforto na militância homossexual esquerdista do jornal, fazendo com que esta censurasse trechos do artigo considerados por eles frívolos e que serviriam apenas para reforçar ainda mais o preconceito contra os homossexuais. O sociólogo e ex-integrante do *Somos-SP* conta que foi só depois de muita discussão por parte do corpo editorial que se chegou ao consenso de se publicar ao menos um resumo do artigo, mas somente por se tratar de um texto sobre a militância homossexual no

⁴⁴ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano II, nº 04, Setembro de 1982.

⁴⁵ _____. Ano I, nº 2. Outubro de 1981.

⁴⁶ Para Chartier: “As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 18).

país, com a ocasião do I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste.

De acordo com MacRae, este incômodo da militância homossexual com a “desmunhecação” de certos homossexuais frequentadores do “gueto gay”, dava-se, sobretudo, pelo tom jocoso que muitos integrantes da comunidade homossexual se referiam a alguns valores e discursos sacralizados até pelo próprio movimento homossexual. Para MacRae:

Por ridicularizar todos os valores da sociedade, a “fechação” parece roubar dos militantes os pontos de apoio para as suas reivindicações e talvez seja esta a chave para a compreensão do seu poder, que está além da militância social e em um nível existencial profundo nos remete ao aspecto lúdico de nossa existência.⁴⁷

Outrossim, o *devoir* da “fechação” de muitos frequentadores do gueto homossexual pode ser entendido como uma forma de resistência à politização da homossexualidade sob a égide dos movimentos homossexuais, vista como tão necessária para conquista da cidadania plena, sobretudo, por partes dos militantes baianos do GGB. A socióloga Scherer-Warren sustenta que esta ênfase na cidadania foi de extrema importância para a ação dos novos movimentos sociais na década de 1980. Segundo a autora, “esta prática política decorre de uma reavaliação, estimulada pelo trabalho de educadores populares junto aos movimentos, dos princípios de legalidade e legitimidade.”⁴⁸ Todavia, comenta a autora, que muitas vezes este papel de educador era confundido com o de “dono” do movimento. No caso do *Grupo Gay da Bahia*, em seus primeiros anos, esta função educadora ficou, notadamente, sob a responsabilidade do seu principal representante – Luiz Mott. Sua posição de professor universitário e suas produções acadêmicas e literárias sobre a homossexualidade lhe conferiam o lugar de “intelectual orgânico”⁴⁹ do movimento. Esta noção de politização é corroborada também por Ciro Flamarion Cardoso, quando este afirma que: “a politização de sua sociedade consiste na existência de uma autoridade (princípio mediador) exterior à comunidade de base”⁵⁰.

No contraponto desta ideia de politização, o ato de desmunhecar pode ser perspectivado como um ato político de reivindicação de si, uma tática de recusa de uma consciência externa e

⁴⁷ MACRAE. *Os Respeitáveis Militantes e as Bichas Loucas*, p. 33 e 34.

⁴⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 55.

⁴⁹ De acordo com Gramsci, o intelectual orgânico é proveniente do grupo social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador, em contraposição, ao intelectual tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais. Cf.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 2*. 6ª ed Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; e GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

⁵⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e Poder: uma nova história política?”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 38.

“superior”, uma forma de não se alienar de si mesmo. Para Foucault⁵¹, quando a politização ocorre a partir das práticas particulares de cada sujeito, através de experiências concretas e imediatas, pode-se produzir toda uma teia de saberes que se estende “de um ponto de politização para outro” – redes de intelectuais específicos –, evitando assim a figura do “intelectual orgânico”, provedor de uma consciência política. Nesta perspectiva, a “fechação” de muitos homossexuais não seria uma forma de negar a importância desses movimentos sociais, mas sim de criticar seus *modi operandi*.

A partir da segunda metade da década de 1980, estas relações entre a militância homossexual e os homossexuais não-organizados marcada pela solidariedade e por conflitos adquirem novas feições. Isso, devido à confirmação dos primeiros casos de contágio do vírus do HIV/AIDS no Brasil. Desde a descoberta dessa “peste rosa” em 1982, como ficou conhecida a doença em seus primeiros anos, em decorrência do fato de ter atingido principalmente homossexuais, o GGB tratou de noticiar nas páginas do seu boletim todas as informações sobre essa contaminação no país. Nesse informe continha os principais sintomas da “AIDS”, sigla em inglês da “Síndrome de Imunodeficiência Adquirida”, como passou a ser conhecida esta doença, suas formas de contágio e os meios para evitá-la. Em 1985, quando esta epidemia já era uma realidade no Brasil, e a imprensa e os médicos passaram a reforçar antigos preconceitos contra os homossexuais, como a sinonímia entre homossexualidade e doença. Neste momento, havia ainda por parte da militância homossexual, além do medo de contágio, um receio que suas ações de combate a essa epidemia viesse atrelá-la mais ainda a homossexualidade, tornando-se mais um estigma. Esse primeiro posicionamento dos militantes homossexuais brasileiros está presente no depoimento de Edward MacRae, concedido a Claudio Roberto da Silva (1998). Nas palavras de MacRae:

Quando voltei ao Brasil, a idéia era que se tratava de mais um complô médico. A questão da AIDS era vista como outra fórmula pseudocientífica para oprimir os homossexuais, fazê-los retornar à margem. Muitos dos antigos militantes defendiam esse parecer. Certamente, também teria tomado esta posição, mas havia estado nos Estados Unidos e visto que o caso era sério. Os norte-americanos não estavam mais defendendo as antigas posições, então comecei a ver a questão sob outro prisma. Assim, houve momentos em que ocorreram algumas discordâncias entre eu e os militantes, mas eles eram pessoas inteligentes e logo começaram a perceber os perigos que estavam correndo.⁵²

No final dos anos 1980, o combate ao HIV/AIDS se tornou a principal luta do *Grupo Gay da Bahia*, aproximando-os ainda mais dos espaços de homosociabilidade e de práticas

⁵¹ FOUCAULT. *Microfísica do Poder*, p. 9.

⁵² SILVA. *Reinventando o Sonho*, p. 351.

homoeróticas da cidade de Salvador, devido a seu trabalho de prevenção da doença. Da mesma forma, a tipologia traçada pelo grupo acerca dos amantes do mesmo sexo na capital baiana serviu também para eles ampliarem o “grupo de risco” desta doença. Atribuindo, assim, ao Estado a devida responsabilidade de garantir as condições para uma dignidade humana, como proteção social e saúde pública. Estas ações eram divulgadas nos boletins informativos do grupo:

3-12 [3 de dezembro de 1986]: Fomos contatados pela BEMFAM (Sociedade Civil pelo Bem-Estar Familiar) com a qual assinamos um convênio para a distribuição gratuita de “camisinhas” junto à comunidade gay: até o presente já distribuimos mais de 20 mil preservativos no “gueto gay”, com texto explicativo das vantagens de seu uso para evitar todo tipo de doenças sexualmente transmissíveis. Grande publicidade na Imprensa sobre essa campanha, inclusive com elogio do Ministro Roberto Santos, citando nominalmente o GGB.⁵³

Além do engajamento do GGB na luta contra o avanço da epidemia do HIV/Aids na Bahia e no Brasil, esta nota revela também a preocupação da militância baiana em se manter próxima e atuante nos espaços que eles mesmos denominavam de “gueto gay”. Tal empenho e envolvimento com as políticas de saúde pública do Estado, na virada e início da década de 1990, fez com que o GGB adquirisse muito mais um formato de ONG, em detrimento da sua condição de movimento social, mas esta é uma outra discussão.⁵⁴

Conclusão

Este trabalho apresentou uma breve análise das relações estabelecidas entre o *Grupo Gay da Bahia* e os frequentadores dos guetos homossexuais da cidade de Salvador nos anos 1980. Para tanto, antes de qualquer coisa, foi necessário traçar o mapa dos territórios ocupados pelos amantes do mesmo sexo na capital baiana. Com isso, percebem-se as intervenções do GGB nos espaços urbanos utilizados pelos homossexuais em Salvador, atrelada a concepção de sujeitos que recebiam um tratamento de “cidadãos de segunda classe” – “cidadãos incompletos”. Pois, além do estigma da homossexualidade, as baixas condições materiais de vida de muitos desses sujeitos, assim como da maior parte da população baiana, contribuía para ampliar o grau de vulnerabilidade social a que estavam expostos. Assim, a atuação do GGB nesses locais era pensada como mais um passo rumo à conquista da cidadania homossexual plena. Esta solidariedade entre o *Grupo Gay da Bahia* e o gueto homossexual em Salvador ficou mais evidente, sobretudo, a partir das campanhas de luta contra o vírus HIV-AIDS na segunda metade da

⁵³ BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA. Ano VII, nº 14. Abril de 1987.

⁵⁴ Para mais informações sobre atuação do Grupo gay da Bahia no combate a epidemia do HIV-AIDS ver: MOTT, Luiz. *A cena gay de Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

década de 1980. A partir daí, o grupo encampou a batalha pela prevenção e combate a essa epidemia com sendo a sua principal bandeira.

Numa breve análise comparativa, nota-se ainda que a postura política homossexual adotada pelo grupo baiano a partir dos anos 1980, diferenciou-se da experiência da militância homossexual paulista do *Grupo Somos-SP*, devido, dentre outras estratégias, a uma maior aproximação com o gueto gay, o que permitiu aos militantes baianos absorver em alguma medida práticas de “fechação” como tática política. No entanto, este diálogo do *GGB* com os demais membros da comunidade homossexual soteropolitana, não impediu, por outro lado, que cessassem os conflitos em torno das representações da homossexualidade.

Por fim, a descrição espacializante da homossexualidade em Salvador nos revela muito mais do que desmunhecações, astúcias sexuais, desejos suprimidos, redes de solidariedade e conflitos. Através dessa geografia homossocial e homoerótica podemos perceber toda uma teia de saberes que articula lugar e espaço, lutas de representações, exercícios de poder e linhas de fuga, além de subjetividades assumidas ou atribuídas historicamente às pessoas, grupos ou instituições. Embora tenha sido apresentada de forma estática, a “Salvador dos homossexuais”, dos anos 1980, é uma cartografia que não se fixa em fronteiras, mas que se desloca de forma intersubjetiva através das diversas conexões estabelecidas por seus transeuntes. Cabem-nos, portanto, continuarmos desvendando suas diversas rotas.

O cotidiano dos indígenas nas páginas criminais – Paraná (1879-1885)¹

The indigenous everyday in criminal pages – Paraná (1879-1885)

Ana Paula Galvão de Meira

Mestre em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Paraná

meeira@gmail.com

Recebido em: 02/12/2015

Aprovado em: 10/01/2016

RESUMO: Pelo princípio do cotidiano estabelecido por Michel de Certeau, neste artigo objetivou-se refletir sobre a condição dos indígenas como réus, a partir da leitura de três processos crime que relatam conflitos originados em dois aldeamentos na Província do Paraná, século XIX: Aldeamento das Marrecas, em Guarapuava e Aldeamento São Pedro de Alcântara, em Tibagi. Por se tratar de uma fonte polissêmica, creditamos a capacidade de a mesma contribuir para pensarmos as táticas empregadas pelos agentes sociais frente ao elemento punitivo/repressor.

PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano, Crimes, Indígenas.

ABSTRACT: The principle of everyday established by Michel de Certeau, this article aimed to reflect on the condition of the natives as defendants, from the reading of three criminal cases reporting conflicts originated in two villages in Paraná Province, nineteenth century: Aldeamento das Marrecas, in Guarapuava and Aldeamento São Pedro de Alcântara, in Tibagi. Because it is a polysemic source, we credit the ability to contribute to think the same tactics employed by social workers against the punitive/repressor element.

KEYWORDS: Quotidian, Crimes, Indigenous.

Introdução

A inserção dos indígenas na historiografia pós anos 1970 e 1980 caracteriza o posicionamento diferenciado do pesquisador perante os documentos históricos. Nesta perspectiva, inúmeras lacunas da história brasileira foram sendo preenchidas, através de diferentes problematizações, advindas de documentos dessemelhantes. A recente produção historiográfica, a qual busca revelar as identidades, ora burladas da História dita enquanto oficial,

¹ Este artigo constitui parte da dissertação de mestrado em História, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste Paraná, em outubro de 2015.

auxilia-se em documentações diferenciadas, como as produzidas no decorrer do século XIX² e, nesta perspectiva, têm-se elaborado a construção do passado das populações indígenas. Todavia, o processo de análise não consta pelo viés da descrição e sim, na problematização dos dados inseridos nas fontes, os quais revelam as práticas indígenas frente ao incurso colonizador.

Houve uma crescente ‘exploração’ dos documentos oficiais expedidos pelos Governos Provinciais, que auxiliaram no constructo de uma revigorada na historiografia indígena, do norte ao sul do país³. Contudo, este espécime de documentação é limitado, no que corresponde às indagações sobre os ameríndios por eles mesmos. Por este viés, buscamos através da fonte judiciária novas abordagens em relação às sociabilidades e a práticas perpetradas por indígenas no Paraná Provincial, pois os discursos inseridos nas páginas criminais permitem a observação dos ditames penais e o *modus operandi* da justiça oitocentista frente a transgressões de indivíduos distintos.

Embora houvesse negligência em preservar tais acervos no decorrer dos séculos, há ainda expressivo número de documentação conservada, passível de leitura interpretativa.⁴ A leitura da documentação judiciária proporciona uma multiplicidade de variações analíticas que, ultrapassam o sentido primário de sua estrutura. Nos arquivos jurídicos, nos é permitido reconhecer elementos da vida cotidiana dos sujeitos envolvidos no processo.⁵ Tornam-se perceptíveis através da leitura dos autos criminais, indícios a respeito da convivência sociocultural, práticas socioeconômicas, hábitos cotidianos e relações de gênero.

Cada vez mais os estudos que despontam no campo da história, demonstram a possibilidade de utilizar-se da fonte judiciária em análises não-criminais. Exemplo disto são as reflexões feitas por Carlo Ginzburg, no seu aclamado *O queijo e os vermes*, publicado em 1976, em que o documento forense revela subsídios para a construção de uma história pelo viés da circularidade cultural. A fonte processual indicará à posteriori, mecanismos de inserção dos

² Competem enquanto documentos produzidos nesta perspectiva: Relatórios de Província; Solicitações de cargos e/ou serviços; Comunicados; Boletins informativos; Relatórios de viagem; Correspondências; Processos crime; Listas nominativas; Atas das sessões de Câmaras Municipais; Registros batismais; Registros matrimoniais; Obituários; Alvarás; Termos de vereanças; Registro de cartas; Ordens e sesmarias.

³ No campo da historiografia, as fontes denominadas enquanto documentos oficiais têm emergido a partir de novas perspectivas de análise. Embora tal documentação tenha sido condicionada a alcunha de “detentora da verdade” no decorrer dos séculos, se faz necessário compreender os documentos, primordialmente, na sua forma embrionária de produto histórico. Seja este de cunho oficial ou não, o mesmo, deve ser analisado na sua máxima de inserção em determinado grupo e contexto histórico apresentado.

⁴ BACELLAR, C. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org). *Fontes Históricas*. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2008.

⁵ RESENDE, E. M. *Entre a solidariedade e a violência: valores, comportamentos e a lei em São João Del-Rei, 1840-1860*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG; Fapemig, Barbacena: UNIPAC, 2008.

movimentos socioculturais envolto aos delitos relatados.⁶ Questiona-se então, o quão notável se torna o fato dos processos crime possuírem elementos adicionais, não se restringindo apenas ao caso relatado.

Neste princípio de análise investigativa, a contribuição de Michel de Certeau sobre a incidência de história e cotidiano, nos atrai para a reflexão. Dentre as perspectivas conceituais sobre o cotidiano, propostas por Michel de Certeau há a sua problematização da distinção entre espaço e lugar. Para este, o espaço é inerente à mobilidade, contrariando a ideia de fixação definida e própria. A assertiva de Michel de Certeau é que o espaço é um lugar praticado, conquanto, o lugar possui o caráter de posição estável.⁷ Por esta via, torna-se possível vislumbrar os sentidos que o autor aponta para as estratégias e as táticas assimiladas ao lugar e espaço, respectivamente. O lugar, para Michel de Certeau, está correlacionado com o “próprio”, fixo, vinculado a uma instituição e ao aspecto de poder, emitindo desta forma, as práticas relacionadas às estratégias. Em relação ao espaço, este irá apresentar a interferência do “mais fraco”, através das práticas táticas. Nesta perspectiva, elaboramos a análise do aldeamento como espaço de sociabilidades construído pelos diferentes grupos sociais que conviviam na região de Guarapuava e Tibagi, nos meandros de 1879 a 1885, ressaltando a persona do indígena nestes lugares praticados.

Por tratar-se o cotidiano enquanto um conjunto de práticas – sejam estas regulares ou irregulares – os conflitos, homicídios, furtos e roubos perpetrados pelos indígenas consistem em quebras da regularidade do cotidiano Provincial do Paraná. A quebra de uma prática sociocultural pode ser analisada através da perspectiva do cotidiano e a história. Deste modo, a afirmativa de José Machado Pais elucida a reflexão sobre a temática, em que: “[...] do ponto de vista de uma sociologia do cotidiano, não é apenas importante aquilo que fixa regularidades da vida social; é importante também aquilo que perturba”.⁸ Problematizaremos o cotidiano enquanto conceito histórico, porém consiste como nosso interesse, compreendermos o modo que a vida cotidiana se estabelece, e nesse sentido, a definição de Maria Helena Souza Patto, influenciada pelo pensamento helleriano têm por assertiva:

A vida cotidiana é a vida de todo homem, pois não há quem esteja fora dela, e do homem todo, na medida em que, nela, são postos em funcionamento todos os seus sentidos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias toda vida cotidiana é heterogênea e hierárquica (quanto ao

⁶ FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo – 1880/1924*. São Paulo: Edusp, 2001.

⁷ CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.202.

⁸ PAIS, J. M. *Sociologia da Vida Quotidiana: teoria, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p.84.

conteúdo e à importância atribuída às atividades), espontânea (no sentido de que, nela, as ações se dão automática e irrefletidamente), econômica (uma vez que, nela, pensamento e ação manifestam-se e funcionam somente na medida em que são indispensáveis à continuação da cotidianidade; portanto, as ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao nível da teoria, assim como a ação cotidiana não é práxis), baseia-se em juízos provisórios, é probabilística e recorre à ultrageneralização e à imitação.⁹

Dentre as inúmeras perspectivas, as quais problematizam o cotidiano, há com receptividade em alguns autores a percepção do cotidiano como um campo da rotina. Compreender o cotidiano enquanto rotina não o condiciona a inflexibilidade do termo, pois, de acordo com José Machado Pais, estabelecer o campo da rotina significa perpetuar ações e repetições, as quais estão expressas na cotidianidade. Embora possa haver espasmos de ações individuais e/ou coletivas no cotidiano, há a necessidade de percebermos que, tais acontecimentos envolvem o campo da probabilidade e, sendo assim, esperam-se das práticas cotidianas regularidade e normatividade.¹⁰ Contudo, na perspectiva de Agnes Heller, mesmo que haja escolhas individuais de ações, estas procurarão estar inseridas nas regras estabelecidas, no que concerne o moralmente aceito por determinada sociedade.¹¹

Entrementes, dentre as teorias existentes, a perspectiva certereuniana sobre o cotidiano nos atrai, pois a mesma percebe o cotidiano como espaço de rupturas e, não somente envolvido por normas e regramentos.¹² A obra fundamental de Michel de Certeau, a qual inaugura uma problematização além da compreensão do cotidiano enquanto estrutura e ação, é *A invenção do cotidiano*, de 1974. Como o mesmo esclarece sua reflexão pauta no: “homem ordinário: Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável”.¹³

Michel de Certeau inaugura a problemática que visa ultrapassar os limites da análise das regularidades sociais a partir das estruturas do agir cotidiano. O historiador credita na perspectiva de que a vida cotidiana consiste nos aspectos táticos, os quais estão condicionados a determinadas situações e conduzem as artes de fazer. O próprio autor informa que seu trabalho:

[...] não visa diretamente a constituição de uma semiótica. Consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas tática: gestos hábeis do “fraco” na

⁹ PATTO, M. H. S. Conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*. São Paulo, v. 16, 1993, p. 124-125.

¹⁰ PAIS, J. *Sociologia da Vida Quotidiana*.

¹¹ HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹² CERTEAU, M. *A invenção do Cotidiano*.

¹³ _____, *A invenção do Cotidiano*, p.57.

ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos.¹⁴

Para o historiador, o cotidiano engrena-se enquanto procedimentos e, deste modo, rompe com a ideia de rotinização argumentada anteriormente. Há para o autor, a possibilidade de pensarmos o cotidiano como movimento. A perspectiva cerтеаuniana nos auxilia também a visualizarmos as estratégias e táticas no cotidiano. A assertiva deste consiste em: “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.¹⁵

Destarte, o que Michel de Certeau considera estratégias, implica nas práticas inseridas a um lugar próprio e, postulado por uma instituição sociocultural. Contrariamente a esta definição, temos a problematização sobre as táticas e, sendo estas, de grande interesse a esta análise. Para Michel de Certeau, as táticas configuram-se como astúcias, as quais interferem na trama social: “Chamo por tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro”.¹⁶

O historiador aduz que, por ocorrência da ausência de um próprio – o poder – a tática torna-se a “arte do fraco” e, nesse sentido: “[...] a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.”¹⁷

Analisar o cotidiano considerando-o um conjunto de práticas, pelo viés das estratégias ou táticas, inclina-nos a irmos pelo caminho contrário ao de visualiza-lo condicionado a rotinização, estruturas reguladoras ou normatizações. Deste modo, a perspectiva cerтеаuniana nos auxilia a percebermos as rupturas e disputas envolvidas na vida cotidiana e, principalmente, perceber que as táticas interferem significativamente nos aspectos reguladores das ações sociais do cotidiano.

¹⁴ CERTEAU. *A invenção do Cotidiano*, p.103.

¹⁵ _____. *A invenção do Cotidiano*, p.99.

¹⁶ _____. *A invenção do Cotidiano*, p.100.

¹⁷ _____. *A invenção do Cotidiano*, p.101.

Os aldeamentos como espaços das sociabilidades – lugares de encontro e confronto

No século XIX, a conquista de novos territórios financiada pelo Império, corroborou significativamente nos conflitos interétnicos, os quais geravam o desconforto dos “pioneiros” que arriscavam suas vidas em prol da causa nacional. O principal inimigo destes homens e mulheres precursores do vindouro sertão do centro-oeste paranaense eram os grupos indígenas habitantes na região.

Os conflitos gerados entre a população campeira e os indígenas residentes naquele local, contribuíram para ações político-administrativas por parte de Dom Pedro II, que imediatamente promulgou a ação e criação de aldeamentos nos territórios em que ocorria a fixação nacional luso-brasileira. Manuela Carneiro da Cunha considera que o ato de aldear os indígenas compreendia em: “[...] reuni-los e sedentarizá-los sob governo missionário ou leigo”.¹⁸

A antropóloga é pioneira nos estudos sobre a implementação da legislação indígena. No texto *Legislação Indigenista no século XIX*, incluso no compêndio *História dos Índios no Brasil*, publicado em 1992, Manuela Carneiro da Cunha explora os aspectos da inserção da política indigenista após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil até o período da Proclamação da República. A prática da instalação dos aldeamentos unia forças entre o Estado e as pressões geradas pelo descontentamento da burguesia nacional, com a ‘incivilidade’ dos indígenas.

Repensar a questão do índio inserido na sociedade civil do século XIX, estava vinculado a uma série de questões político-administrativas decorrentes do período joanino, como por exemplo, reestruturação econômica, sociocultural e política.¹⁹ Implantou-se, deste modo, nos primeiros anos dos oitocentos, a tentativa de disciplinar os indígenas de acordo com as leis e costumes da sociedade civil emergente. Da segunda metade do século XVIII até o final do século XIX, os aldeamentos buscaram regrar e adequar mulheres, crianças e homens indígenas, de acordo com as práticas bem quistas pelo Império. No entanto, como veremos adiante, a visão dos indígenas sobre os aldeamentos, em nada se assemelhava com a proposta categórica e estratégica do Império.

O escopo institucional dos aldeamentos pautava-se no agrupamento dos indígenas dispostos a colaborarem com o governo, ou seja, estes se disponibilizavam a viver no âmbito do

¹⁸ CUNHA, M. C. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura; FAPESP, 1992, p.143.

¹⁹ _____. *Política indigenista no século XIX*.

aldeamento em troca dos favores que o governo os oferecia, como roupas, alimentação, armamentos e instruções religiosas. O aldeamento, deste modo, consistia em uma estratégia do Governo Imperial, juntamente com as forças políticas das províncias, na ânsia de regular o indígena de suas práticas habituais e, assim, facilitar a vida dos colonos que se instalavam na terra laboriosa.

A intervenção/installação de uma instituição em uma sociedade está relacionada às manipulações das relações de força, pois, de acordo com Michel de Certeau, as ações que definem o cotidiano são proporcionais às situações vividas, não sendo desta forma definidas pelas regularidades sociais. O cotidiano assemelha-se a um jogo articulado de práticas definidas enquanto estratégias e táticas. Com esses dois conceitos Michel de Certeau busca a ideia de cotidiano como movimento. No que concerne à compreensão do autor sobre o conceito de estratégia, o mesmo atribui à ideia de que estas são práticas organizadas, as quais postulam um poder, como: empresas, exército, uma cidade, uma instituição científica, ou entre indivíduos em seu dia-a-dia.²⁰

Deste modo, a estruturação dos aldeamentos através da política indigenista, caracteriza-se fortemente como estratégia do Governo Imperial. A instituição previa o aspecto regulador e civilizador dos selvagens e, por tais motivos, a perspectiva certeuniana das práticas institucionais auxilia-nos a compreendermos este fenômeno. De acordo com Maicon Fernando Marcante, o Império visava através do projeto dos aldeamentos, a alternativa de civilizar/catequizar os indígenas no território nacional.²¹ O autor salienta que, diferentemente das práticas intervencionistas do Primeiro Reinado, as quais buscavam através da força a dizimação dos indígenas, a política perpetrada a partir do Segundo Reinado:

[...] fundamentou-se na incorporação dos mesmos por vias pacíficas. Esta incorporação significava *civilizar* os grupos indígenas, ou seja, diluir as nações indígenas que, em si mesmas, eram incompatíveis com a unidade nacional pretendida para o Império.²²

Assim, considera-se que a política indigenista do século XIX, almejava alcançar os grupos indígenas condicionados ao selvagismo. Inseridos nestes grupos estavam os indígenas relutantes as condições civilizatórias propagadas através das incursões coloniais. Os mesmos eram

²⁰ CERTEAU. *A invenção do Cotidiano*.

²¹ MARCANTE, M. F. *Aldeados e africanos livres: relações de compadrio e formas de inserção no Aldeamento São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2012, p.07.

²² _____. *Aldeados e africanos livres*, p.07.

percebidos como selvagens no comparativo a outros indígenas, que possuíam naquele momento, aceitação as circunstâncias apresentadas.²³

Através da submissão e integração dos indígenas selvagens, o projeto indigenista visava o aniquilamento das diferenças socioculturais entre os grupos humanos no território nacional. Como salientado por Maicon Fernando Marcante:

No projeto de nação uma não havia espaço para outras nacionalidades, para as nações indígenas e também para as nações africanas. Tal projeto era o da nação brasileira civilizada e, conseqüentemente, a civilização dos autóctones significava a incorporação dos mesmos à sociedade não indígena e o desaparecimento das suas nações. Entretanto, a política indigenista do Império compreendia outros objetivos mais específicos, talvez mais pragmáticos, decorrentes da incorporação dos grupos indígenas. Os dois grandes objetivos correlacionados a esta eram a expansão da fronteira agrária e o incremento da força de trabalho.²⁴

Conforme ocorriam as instalações dos aldeamentos e a ‘domesticação’ dos indígenas que perturbavam a ordem, investiam-se cada vez mais nas incursões dos colonizadores. Estes colonos fixaram-se aos arredores e, até mesmo, no próprio espaço dos aldeamentos, colaborando na aprendizagem das técnicas de cultivo e colheita. As produções de caráter agrícola eram relevantes neste período de constituição nacional, sendo detalhadamente registradas pelos responsáveis do aldeamento – administradores, missionários, diretores. Maicon Fernando Marcante destaca que, além dos serviços prestados enquanto aldeados, os indígenas que transitavam neste espaço, quando possível, realizavam tarefas fora dos perímetros do aldeamento, auxiliando os colonos na abertura de estradas, derrubada de árvores e outras atividades de jornaleiro.²⁵

Neste lugar praticado que se institucionaliza como aldeamento, ocorriam os conflitos emergentes entre índios e não-índios. Deste modo, encontramos em três processos crimes elementos passíveis de análise na perspectiva cereteuniana de cotidiano. Os processos crime utilizados nesta análise estão arquivados e disponíveis para consulta no *Centro de Documentação e Memória* (CEDOC) da UNICENTRO, em Guarapuava e na *Casa da Cultura Emilia Erichsen* (CCEE), em Castro.

Cotidiano e conflitos nos Aldeamentos – os indígenas perante a Lei

²³ MARCANTE. *Aldeados e africanos livres*, p.08.

²⁴ _____. *Aldeados e africanos livres*, p.08.

²⁵ _____. *Aldeados e africanos livres*, p.09.

Fora no ano de 1879, no Aldeamento de São Pedro de Alcântara, localizado na região de Tibagi, que ocorreu um desentendimento entre dois indígenas Kaiowa:

O Promotor Publico da Comarca, vem perante Vossa Senhoria apresentar os autos do inquérito policial a que se procedeo pela Subdellegacia de Policia da Collonia do Jatahy em consequência dos ferimentos feitos no índio de nome Justino Cayuá por outro Indio conhecido por nome Cadete Pai.²⁶

De acordo com a denúncia, no início de Janeiro de 1879, Justino índio kaiowa, havia sido ferido pelo “[...] índio Caiguás chamado Cadete pai índio turbulento e dado a bebedeira des ordem [...]”.²⁷ Buscando averiguar os fatos, o Promotor notificou dois peritos do próprio Aldeamento para elaborarem o Corpo de Delito:

[...] neste lugar denominado o Engenho dos Indios no abaixo da Colonia Jatahy onde se achava presente o Subdelegado de Policia o Cidadão Telemaco Augusto Morisinis Borba comigo escrivão de seu cargo abaixo assigando, os peritos notificados Antonio Modesto Goncalves de Moraes, e Esiquiel José Pires Martins, em falta de profissionais ambos deste Aldeamento de Sam Pedro de Alcantara [...].²⁸

Na tentativa de responderem os questionamentos impostos pela Justiça, ambos os peritos localizaram dito Justino, o qual estava:

[...] deitado em um rancho sobre umas palhas de feijão, e sobrea sua roupa observarão varias marcas de sangue sobre a região thoraxica entre a terceira e quarta costelas do lado esquerdo , hum ferimento de quinze milímetros de comprimento e que julgam ser profundo e sobre o antebraço esquerdo outro ferimento em que julgão ser profundo; e sobre o antebraço esquerdo outro ferimento de treze milímetros de comprimento [...].²⁹

Justino colabora com as investigações e afirma “[...] que quem o tinha lhe ferido acometendo traiçoeiramente em seu rancho foi o Indio Joaquim da Rocha Pai conhecido por Cadete Pai”.³⁰ Devido à gravidade dos ferimentos, alguns dias após o exame de Corpo de Delito, Justino entrou em óbito. Instaurou-se então o inquérito na incursão de Cadete Pai como autor do homicídio, pois a própria vítima o reconheceu como tal.

Ao ser interrogado, Cadete Pai busca esclarecer para a justiça que não se lembra do fato ocorrido no Engenho dos Índios, embora todos do Aldeamento o apontem como sendo a pessoa que matou Justino. De acordo com os autos, os índios kaiowa Agustinho Orubú, João Chapaú, Serafim índio, Manoel Pacú, Surubú, depuseram conhecer os fatos e ter sido Cadete Pai, o qual

²⁶ Processo crime s/nº, [fl. 02], 1879, CCEE, Castro/PR.

²⁷ _____. [fl.04].

²⁸ _____. [fl.06].

²⁹ _____. [fl.07/vs.]

³⁰ _____. [fl.08].

“[...] muito bêbado, armado de huma faca grande sem cabo dando-lhe duas facadas em Justino huma entre as costelas do lado esquerdo e outra sobre o ante braço esquerdo”.³¹

Na queixa prevista contra Cadete Pai, o consumo de álcool está presente como estopim do trágico desfecho ocorrido no Aldeamento de São Pedro de Alcântara. Os grupos humanos, em diferentes períodos e contextos históricos, buscaram artifícios, os quais proporcionassem a quebra das regularidades do cotidiano. O consumo de álcool pelas populações indígenas, em pleno século XIX, caracterizava-se não apenas como prática de rituais religiosos, mas, como no caso de Cadete Pai e seus companheiros de Aldeamento, o faziam pelo prazer de embriagar-se; puro divertimento.

Das bebidas fermentadas e psicoativas, a base de mandioca, frutas, milho, mel e mais especiarias, conforme ocorriam às incursões expansionistas, os indígenas introduziram dentre as suas práticas e hábitos de vida, o consumo de bebidas destiladas, como a cachaça. Juberty Antonio de Souza et al descreve que a ingestão das bebidas alcóolicas pelos grupos indígenas, era praticado de forma coletiva e: “[...] em alguns grupos, a beberagem durava dias, até se exaurir o estoque da bebida, e servia para cumprir rituais bem marcados”.³²

No interrogatório, perante o Júri de Sentença, Cadete Pai manteve a afirmação de que não recordava ter desferido golpes de faca em Justino, pois estava muito embriagado, sabendo que cometera tal crime apenas no dia seguinte ao ocorrido. De alguma forma, o fato de Cadete Pai ‘não ter consciência’ dos seus atos, fizera com que o Júri o absolvesse da culpa. Contudo, o Juiz Manuel da Cunha Lopez Vasconcellos considerou a decisão do Júri equivocada, recorrendo ao Tribunal das Relações de São Paulo “[...] por entender que as decisões do jury sobre os pontos principais da causa, eram contrarias as evidencias resultantes dos debates, depoimentos e provas [...]”.³³ A absolvição de Cadete Pai ficou suspensa até o pronunciamento do Tribunal das Relações de São Paulo, sendo que o inquérito se encerra sem a conclusão, no que consta do documento disponível no arquivo.

Outro caso envolvendo conflitos entre indígenas no espaço dos aldeamentos ocorreu no ano de 1885, no Aldeamento das Marrecas, localizado em Guarapuava. De acordo com os autos, na queixa prestada constava:

³¹ Processo crime s/nº, [fl.12/vs.].

³² SOUZA, J. A. et al. O uso de bebidas alcóolicas nas sociedades indígenas: algumas reflexões sobre os Kaingáng da bacia do rio Tibagi, Paraná. In: COIMBRA JR., CEA., SANTOS, RV and ESCOBAR, AL. (Orgs.) *Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005, p.153. Captado em: <http://books.scielo.org/id/bsmtd/pdf/coimbra-9788575412619-08.pdf>. Acesso em: 12/10/14.

³³ Processo crime s/nº [fl. s/n].

O promotor publico da comarca, vem na forma da lei perante VS^a denunciar João Mathias dos Santos, filho de Maria Roza, de vinte e um annos de idade, solteiro, lavrador; Felisardo de vinte annos, solteiro, filho da mesma Maria Roza, e Raphael de tal, todos indígenas do aldeamento das Marrecas, pelo facto que passa a referir. Nos primeiros dias do corrente mês, Generoso Felisardo, ajudado por João Mathias dos Santos e Felisardo, todos índios cathequizados do Aldeamento das Marrecas, fizeram uma emboscada a outro índio de nome Pedro Tigre, e armados de cacete ou tição de fogo, derão-lhe tanta pancada do que veio a morrer; em acto continuo o índio Raphael armado de uma pistola disparou com ella um tiro em Generoso Felisardo, do qual morreo dias depois [...].³⁴

Os filhos de Maria Roza, João Mathias dos Santos e Felisardo estavam envolvidos no assassinato de Pedro Tigre, ocorrido na madrugada de 1º de fevereiro de 1885. Conforme relatado pela testemunha Manoel Januário da Silva, anterior a este desfecho trágico que resultou em duas mortes, vários indígenas participaram de um fandango³⁵ realizado no próprio Aldeamento das Marrecas:

[...] ouviu contar a india Felicidade que tendo estado em um fandango os índios Pedro, Felisardo, João Mathias, Generoso, Raphael, e outros, depois que voltou em sua casa o indio Generoso castigou a india Francisca, que nessa ocasião o indio Pedro indo acudir a Francisca, teve uma duvida com Generoso, sendo separados, pelo indio Raphael, irmão de Pedro que foi com Raphael pra d'este, porem que retirando-se Pedro foi esperado no caminho por Generoso, Felisardo e João Mathias que o maltratarão as porradas a tal forte que o deixarão por morto, como de facto faleceo horas depois. Dice mais que vindo o índio Raphael em auxilio de seu irmão Pedro, e achando este agonizando, retirou-se e logo depois ouviu se um tiro dado por Raphael em Generoso, por cujo tiro este faleceu no dia quatro do corrente, tendo se dado o conflito na madrugada do dia primeiro.³⁶

O depoimento do lavrador curitibano Manoel Januário, demonstra a particularidade existente no cotidiano do espaço dos aldeamentos. De acordo com Cristiano Augusto Durat, a ida de índios para os aldeamentos estava relacionada a inúmeros fatores, entre os quais:

[...] garantia de proteção e terra atraía os índios para o interior das aldeias agregando outros significados, que não somente conversão e civilização, mas percebiam os aldeamentos como espaços de ressocialização de suas identidades e criação de novos códigos culturais que permitissem a manutenção de suas tradições culturais.³⁷

³⁴ Processo crime nº 885.2.221 [fl.04], 1885, CEDOC/UNICENTRO.

³⁵ Os denominados *fandangos* consistiam nos encontros dançantes e de divertimento realizados pela população pobre oitocentista. Para o historiador José A. Leandro, o espaço sociocultural gerado pelos fandangos proporcionava um momento de interação entre os diferentes indivíduos inseridos em uma sociedade. Emergia através da dança, da música e da ingestão de bebidas alcoólicas, uma relação amistosa ocasionada pela festividade. Brancos, negros, índios divertindo-se em um mesmo espaço, produzindo sociabilidades, estabelecendo valores. Sobre o termo, vide: LEANDRO, J. A. No Fandango. *Revista de História Regional*, v. 12, p. 41-63, 2007.

³⁶ Processo crime nº 885.2.221 [fl.20 vs./21].

³⁷ DURAT, C. A. *Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2006, p.138-139.

Embora ocupassem o mesmo espaço e construíssem redes de integração, através das sociabilidades entre diferentes etnias, havia momentos de dissonância entre os aldeados. Com o aditivo da aguardente e o livre acesso aos instrumentos de trabalho – foices, facas e facões – a diversão dos fandangos, neste caso ocorrido no Aldeamento das Marrecas, muita das vezes, transformava-se em imbróglis de ‘vizinhança’, os quais, como no caso de Pedro Tigre, acabavam em morte.

Testemunhando sobre o caso, o Professor de Primeiras Letras, Firmino José Ferreira de Almeida, relata que:

[...] ouviu dizer, e que estando o índio Generoso castigando a índia Francisca em casa do índio Raphael, veio o índio Pedro pedir a Generoso que largasse a mesma índia, de que [sic] brigarem Pedro com Generoso, indo em seguida Generoso com os índios Mathias e Felisardo de esperar a Pedro no caminho que se dirige para casa da índia Felicidade, malutando-o por tal forma que o deixarão por morto, que isto se deu as tres horas da madrugada mais ou menos do dia 1º de fevereiro. Disse mais que o índio Raphael achando seu irmão Pedro agonizando [sic] de uma pistolla e deu um tiro no índio Generoso que elle encontrou no caminho, e que dias depois Generoso falleceu deste tiro, fallecendo no dia quatro do corrente.³⁸

A agressão física que Generoso applicava na índia Francisca, por algum motivo não especificado no processo, ocasionou o desconforto e a intervenção de Pedro Tigre. Nota-se que o professor Firmino menciona que o índio Generoso castigava Francisca, na casa de outro indígena, Raphael. A luta que inicia de igual para igual, discorre até uma emboscada, quando Pedro seguia o caminho da casa de Felicidade e, sendo o mesmo surpreendido por Generoso, João Mathias e Felizardo.

No exame de Auto de Corpo de Delito realizado no cadáver de Pedro Tigre, pelos peritos, José Pedro de Oliveira Carriel e Dr. José Franco Grillo, fora constatado o ferimento:

[...] na parte media da região frontal com fratura e arrombamento do osso frontal de seis centímetros mais o menos e de estenção outra ferida contuza na região ossipeito temporal direita com fractura dos mesmos ossos, a cara do cadáver esta enormemente inchada, preta, toda superfície do corpo apresenta-se com numerosos e grantes flictenas, as partes genitae a diser escrotos e membro viril estão enormemente inchados, na região valar dos dois ante braços vêem-se numerosas arranhaduras que seguimos as mesmas todas direção de cima para baicho e de dentro para fora.³⁹

³⁸ Processo crime n° 885.2.221 [fl.20].

³⁹ _____. [fl.10].

Conforme as provas iam sendo arroladas, o Delegado de Polícia da cidade de Guarapuava, Frederico Ernesto Vismonde emite a autuação que visa à prisão dos índios Felizardo, João Mathias e Raphael.

Apresentarem-se a justiça na data de 18 de fevereiro de 1885, João Mathias e Felizardo, para esclarecerem os motivos do crime. No auto de qualificação, ambos os indígenas identificam-se como sendo filhos da índia Maria Rosa, solteiros, naturais de Jatahy e jornaleiros. João tinha 21 anos e Felizardo 20 e, eis que os dois denominam-se perante a lei como sendo: “brasileiro da tribu de Camé, ou Coroadó”.⁴⁰

Chegados recentemente no Aldeamento das Marrecas, João Mathias e Felizardo residiam anteriormente em Palmas. A transitoriedade de indígenas de outras localidades para a região de Guarapuava coincidia com a tentativa do Governo Imperial de fixação desses indígenas naquele território⁴¹. No dia em que foram interrogados pelo Juiz Municipal, João Mathias e Felizardo demonstraram estarem integrados ao ambiente do aldeamento, participando em harmonia com os demais habitantes que compartilhavam daquele espaço. Contudo, os irmãos não conseguiram relatar com precisão o que acontecera após saírem do fandango. Felizardo argumenta que: “[...] não se recorda do facto, porque estava muito embriagado e que quando a escolta foi predel-o estava cheio de sangue”.⁴² João Mathias, por sua vez, diz que: “[...] nada se lembra do facto que se deo porque estava muito bêbado de aguardente”.⁴³

Com os fatos averiguados e analisando o depoimento dos réus e das testemunhas, o Juiz Joaquim de Sá Ribeiro, decreta na data de 27 de fevereiro de 1885: “[...] requeiro a pronuncia dos réos João Mathias dos Santos e Felisardo como incursos nas penas do Art. 192 do código Criminal e o índio Raphael nas penas do Art. 193 do dito Codigo”.⁴⁴ Caso João Mathias e Felizardo fossem incursos na pena máxima instaurada do Art. 192, os mesmos poderiam ser sentenciados a pena de morte; conquanto, o índio Raphael por matar Generoso em vingança do

⁴⁰ Processo crime nº 885.2.221, [fl.19].

⁴¹ A produção historiográfica sobre a apropriação dos Campos do Koran-bang-rê tem sido intensa nas últimas décadas, devido ao uso de documentos relacionados à Província Paranaense. Evidencia-se através dos registros provinciais, que existia por parte dos indígenas, o desejo de permanecerem no seu território. De acordo com Cristiano Augusto Durat, analisando a liderança do indígena Francisco Luiz Tigre Gacon nos sertões de Guarapuava: “Certamente, os fatos decorridos dessa invasão aos campos de Atalaia em 1877, pressionaram a diretoria de terras a reservar um espaço territorial. Após intensas discussões, os índios decidiram aceitar os domínios do lugar denominado marrecas, distrito de Guarapuava, próximo às margens do rio Ívai no ano de 1879. Para comandar e zelar pelo aldeamento, foi escolhido o Cacique Francisco Luiz Tigre Gacon.” In: DURAT, C. A. *Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira: o papel do Catolicismo*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: UPF, 2006, p.159.

⁴² Processo crime nº 885.2.221 [fl. 28], 1885, CEDOC/UNICENTRO.

⁴³ _____. [fl.28 vs.].

⁴⁴ _____. [fl.29 vs.].

assassinato de seu irmão, estava sujeito, se sua pena incluísse o grau máximo, trabalhar forçadamente até os últimos dias de sua vida, em galés perpétuas.⁴⁵

O triste fim da trajetória dos filhos de Maria Rosa aproximava-se, não fosse a intervenção de uma figura religiosa na trama histórica. Padre João Stumbo, ocupava o cargo de: “[...] Capellão Tenente dos Índios, e curador dos réos João Mathias e Felizardo, indígenas quasi selvagens [...]”.⁴⁶ O pároco buscou perante a justiça demonstrar que, tais indígenas, não estavam inseridos por completo na sociedade civil. Baseado nesta declaração, a justiça interpele no processo encaminhando-o para julgamento popular.

Através de um novo interrogatório, a situação de Felizardo e João Mathias, dependia da interpretação de doze jurados, os quais eram moradores do vilarejo. Analisados o montante de material comprobatório durante o processo, o júri sentenciou pela maioria dos votos: “[...] Existem circunstancias attenuantes á favor do réo; sim por unanimidade de votos [...] que são a embriagues, a menor idade e a falta de educação [...]”.⁴⁷

O envolvimento do Padre Stumbo no caso do assassinato de Pedro Tigre e Generoso foi eficaz, no sentido que este buscava demonstrar a condição de selvagismo dos irmãos João Mathias e Felizardo. No que concerne à situação de Raphael, a Justiça não se manifestou, sendo todos os réus absolvidos de suas acusações.

Neste processo, ficam evidente as relações existentes no cotidiano dos indígenas e demais habitantes do Aldeamento das Marrecas. Em 1884, um ano antes do homicídio de Pedro Tigre e de Generoso, houve *na Marrecas uma alteração* envolvendo indígenas:

No dia 30 do mes de Março passado por ocasião de uma corrida de cavalos das Marrecas, Generoso Antonio e Libio conhecido por Alipio, ambos índios aldeados, tiverão uma alteração e chegando Jose de Lima Brito, seu genro Paulino Jose de Lima, e outros travarão um conflito, do qual resultou sair ferido Libio com uma faccada na regioa lateral do peito direito, sobre a quinta costella, que lhe deo Jose de Lima Brito, com a faca do próprio offendido, que no conflito concervava-a a cinta, mas sendo derrubado por Paulino, nesta ocação o réo servio se della para offender a Libio, e o teria ferido muito mais, se as pessoas presentes não tivessem separados [...].⁴⁸

⁴⁵Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete. Penas - de morte no grão maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no minimo. Art. 193. Se o homicidio não tiver sido revestido das referidas circunstancias aggravantes. Penas - de galés perpetuas no grão maximo; de prisão com trabalho por doze annos no médio; e por seis no mínimo”. In: BRASIL. Lei de Dezembro de 1830. *Código Criminal do Império do Brazil*.

⁴⁶ Processo crime n° 885.2.221 [fl.62].

⁴⁷ _____. [fl. s/n°].

⁴⁸ Processo crime n° 884.2.208, [fl.02], 1884, CEDOC/UNICENTRO.

Nesta queixa proferida pelo Promotor a justiça, encontramos a inserção de práticas culturais absorvidas pelos indígenas no espaço do aldeamento. Além do popular fandango, os índios da Província Paranaense perceberam nas carreiras de cavalo, mais uma oportunidade de diversão e entretenimento. Contudo, o clima de amistosidade do ambiente festivo era interrompido por divergências advindas das relações cotidianas no aldeamento.

De acordo com a índia Felicidade, esta sabia: “[...] segundo lhe constarão a origem da briga foi uma questão sobre um cavalo pertencente ao offendido que exigia que um outro índio aldeado de nome Paulino lhe entregasse esse animal [...]”.⁴⁹ A partir deste momento, a justiça averigua o máximo de testemunhas, em grande maioria sendo indígenas do Aldeamento das Marrecas, para que esclarecessem os fatos.

Alguns dos índios aldeados não conseguiram ser efetivos em seus depoimentos, pois não sabiam se José de Lima realmente havia ferido Líbio, ou se este era inocente de tal acusação. Alguns depoentes contaram ao Promotor que o réu havia agido de forma traiçoeira, atacando Líbio, conhecido no aldeamento por Alípio, pelas costas e com a faca da própria vítima.

Generoso Antônio José, testemunha informante da agressão, relata:

Disse que no domingo ultimo estava conversando com Paulino genro de Jose de Lima sobre uma Carreira quando Antonio o outro genro do mesmo Jose de Lima deu-lhe uma pancada de que ele não fez caso mais dahi a pouco voltou o mesmo Antoninho para dar-lhe então querendo a testemunha agredido para defender-se Alipio o ofendido acarroa por trás das costas para que não brigassem; nessa ocasião Jose de Lima e seus genros o atacam Alipio mais a testemunha não viu o final da briga porque se retiraram-no dahi sabendo depois pelo que lhe contaram que Alipio ficou ferido por Jose de Lima.⁵⁰

A briga, de acordo com o relato de Generoso, não fora entre ele e os demais envolvidos. Este apenas conversava sobre a carreira que estava acontecendo na raia do aldeamento, sem nenhum atrito aparente até a chegada de José de Lima e seus genros. No entanto, o réu discorda daqueles que o acusam de ser o autor do ferimento, pois o mesmo estaria sem armas no momento da discussão e, buscou apenas apartar o ‘entrevero’. No seu interrogatório, ao perguntarem se havia algum motivo particular para que lhe atribuíssem à culpa, este responde:

Sim a malquerença que tem com os índios queixosos. Tem fatos há alegar ou provas que justifiquem ou mostrem sua inocência? Respondeo que tem os que já declarou isto é a má vontade de algumas testemunhas para consigo acusando-lhe de autor de um ferimento quando não tinha armas consigo [...].⁵¹

⁴⁹ Processo crime nº 884.2.208, [fl.05 vs.].

⁵⁰ _____. [fl.15].

⁵¹ _____. [fl.24/24 vs.].

Este processo demonstra novamente as relações de conflito existentes nos aldeamentos. Como outrora salientado, estas instituições tinham por objetivo civilizar e regular as práticas ameríndias consideradas selvagens; buscando anular as particularidades e, inseri-los na perspectiva civil instaurada pelo Império, os aldeamentos seriam o projeto vindouro da nação, não fosse pelo próprio indígena e suas formas de resistência.

A ‘malquerença’ de outros índios que tentavam prejudicar José de Lima perante a justiça, demonstra as dificuldades de constituir o aldeamento como espaço de integração entre índios, caboclos, livres pobres, imigrantes e religiosos. Para o professor Firmino José Ferreira, provavelmente a insistência dos índios envolvidos na briga, poderia estar relacionada à condição de José de Lima, o qual consta: “[...] não se sabendo ao certo quem [sic] mais que Alipio e seus companheiros que são inimigos de Jose de Lima que hé mestiço lanção a culpa sobre este [...]”.⁵²

José de Lima era filho de “Manoel de tal índio” como consta no auto de qualificação do processo.⁵³ Por não ser evidente no inquérito o nome e a nacionalidade de sua mãe, cairia em tom especulativo se esta seria branca, negra ou índia de outra etnia mal quista pelos indígenas do aldeamento – pois José de Lima era migrante, vindo da Província do Rio Grande do Sul. O que consta nos autos revela-nos apenas a sua característica ‘mestiço’ e, podendo ser este o fator de discórdia entre ele e os demais indígenas.

Mesmo não sendo uma categorização oficial, pois fora advinda de um depoente, nos chama a atenção o detalhe da possibilidade da desavença estar relacionada a esta característica de José de Lima. Contudo, o mesmo não consegue comprovar a justiça sua inocência e que tudo não passava de inimizade entre ele e os acusadores. No dia 27 de junho de 1884, José de Lima recebe a sentença⁵⁴: “[...] pede-se a condenação do réo Jose de Lima Brito no grau máximo do art. 201 do Código Criminal por se darem as circunstancias agravantes do art. 16§§4, e 6 do mesmo Código [...]”.⁵⁵

Considerações finais

⁵² Processo crime nº 884.2.208, [fl. 12].

⁵³ _____. [fl.18].

⁵⁴ Com esta sentença José de Lima deveria cumprir um ano de prisão e multa correspondente a metade do tempo de reclusão.

⁵⁵ Processo crime nº 884.2.208 [fl. 27].

Problematizar as construções históricas das sociedades, em termos gerais, faz parte do papel social do historiador, fornecendo possibilidades de estudo, desconstruindo estereótipos e inserindo novos atores na trama histórica.

A produção historiográfica sobre os indígenas brasileiros sofreu inúmeras variações no decorrer dos séculos. Desde as descrições sumárias dos primeiros anos de contato, em que a fronteira cognitiva entre natureza e humanidade era tênue para os viajantes e cronistas e, ultrapassando afirmações convictas, como a de Francisco Adolfo de Varnhagen que: “tais povos na infância não há história: há só etnografia”⁵⁶, a transição do indígena na historiografia, de objeto para sujeito foi – e ainda é – um processo da história.

Os vestígios históricos dos grupos humanos interferem na compreensão e análise destes, pelos pesquisadores. No que concerne os indígenas brasileiros, a produção sobre os mesmos sempre esteve a critério de um interlocutor, pois, não dependiam de uma cultura escrita para orientar-se nas suas práticas milenares. A oralidade era o meio de acesso às informações necessárias e o processo de inserção nos grupos de acordo com suas tradições. Analisar as intervenções de um grupo humano, através apenas de documentos produzidos por um agente externo, é desafiador.

Os documentos produzidos a partir do século XIX influenciaram pontualmente nas transformações da etnohistória. A preocupação governamental com o ‘problema’ dos selvagens, que impediam a expansão migratória do progresso nacional, colaborou na gama de relatórios, ofícios, regulamentações e leis que, atualmente, nos permite visualizar o indígena atuando no contexto histórico. Filtrar as informações depreciativas e buscar problematizar as práticas de resistência dos indígenas tem sido uma das alternativas dos historiadores.

O conceito – cotidiano – e a abordagem – processos crime – não são inéditos na historiografia recente dos indígenas⁵⁷. Contudo, nossa abordagem emerge no sentido de somar, cada vez mais, publicações sobre os sujeitos comuns, esquecidos em papéis empoeirados dos arquivos.

⁵⁶ VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brasil*. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953, p.31.

⁵⁷ Os núcleos de pesquisa vinculados a instituições de ensino superior buscam cada vez mais inserir o corpo discente em programas de iniciação científica, construindo uma rede de produção historiográfica direcionada. Esta análise consta como reflexo dessa atividade acadêmica, dialogando com os seguintes trabalhos: EURICH, G. *O Índio no Banco dos Réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na Vila de Pitanga*. Dissertação (Mestrado em História). Maringá: UEM, 2012. BONETTI, M. F. *Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1839-1885)*. Dissertação (Mestrado em História). Maringá: UEM, 2013.

As possibilidades emergenciais quando nos deparamos com um documento plural, como consiste o processo crime, nos instiga a analisá-lo de uma forma diferenciada. Os estudos que despontam nas últimas décadas demonstram a gama de problematizações possíveis, a partir de uma análise refinada na documentação do arquivo judiciário. Tal característica consiste em um reflexo das práticas historiográficas, as quais estão continuamente sendo revisadas. Emergem novos questionamentos e, neste sentido, a ânsia do auxílio de novas fontes para problematizar tais questões torna-se um espasmo, durante a pesquisa.

A principal vertente historiográfica que utiliza dos vestígios decorrentes de uma documentação define-se enquanto micro-história. Esta metodologia capacita nos indícios à possibilidade de análise das narrativas individuais, das práticas cotidianas e dos elementos simbólicos que constituíram determinado tempo histórico. Mesmo não consolidada com um aporte teórico definitivo a microanálise histórica vêm ganhando adeptos na historiografia, auxiliando no desvelar de agentes históricos banidos de uma história dita oficial.⁵⁸

Com as mudanças epistemológicas e renovação na abordagem metodológica, os temas centrais das pesquisas também sofrem alterações e, a utilização da fonte judiciária nas pesquisas históricas demonstra esta nova característica de abordagem temática. Estabelecendo questionamentos sobre aspectos socioculturais de um grupo e/ou comunidade e, como o mesmo era percebido pela justiça, há uma construção histórica verticalizada, a qual possibilita vislumbrar elementos constituintes do cotidiano de tais sujeitos históricos.

⁵⁸ REVEL, J. (org.) *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Narrativa policial e ficção científica: aproximações e diálogos

Crime fiction and science fiction: approaches and dialogues

Andreya S. Seiffert

Doutoranda em História Social
USP

andreya@usp.br

Recebido em: 02/12/2015

Aprovado em: 03/01/2016

RESUMO: A ficção científica e a narrativa policial conquistam milhares de leitores mundo afora, seja com os “clássicos” dos gêneros, seja com o que há de mais atual produzido neles. O presente artigo busca discutir pontos em comum entre esses dois gêneros literários aparentemente tão distintos entre si. Aborda a importância do escritor norte-americano Edgar Allan Poe para ambos como uma espécie de criador de matrizes iniciais. Discute, a partir de Borges, a criação dos gêneros literários. Por fim, analisa alguns desdobramentos das matrizes e a junção dos gêneros com a ficção científica policial.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa policial; ficção científica; literatura e história.

ABSTRACT: Science fiction and crime fiction attract thousands of readers around the world, either with the genres “classics”, or with what’s most currently produced. This article discusses the common ground between these two genres apparently so distinct from each other. It discusses the importance of the American writer Edgar Allan Poe for both as a kind of creator of initial matrices. It also discusses, based on Borges, the creation of literary genres. Finally, it analyzes some consequences of the matrices and the merging of genres with the criminal science fiction.

KEY-WORDS: crime fiction; science fiction; literature and history.

Narrativa policial e ficção científica são, aparentemente, dois gêneros literários bastante distintos entre si. Um trata de mistérios e crimes, enquanto o outro ocupa-se em discutir conquistas (reais ou não) da ciência e suas possíveis consequências.

Neste artigo busco mostrar que, para além das diferenças, há vários pontos em comum entre os gêneros. Procuo trabalhar com essas aproximações, propondo diálogos possíveis entre dois gêneros tão instigantes da literatura.

Origens em comum: Edgar Allan Poe e os preâmbulos dos dois gêneros

É sempre difícil (senão impossível) precisar o início de um novo gênero literário. Cada crítico, autor ou leitor elege uma ou mais referências que considera fundantes. A própria escolha dos “fundadores” relaciona-se com o que a pessoa (ou o grupo) entende e espera do gênero. Na narrativa policial há quem defenda que sua invenção se dá com os folhetins de crimes urbanos, a partir do século XVI. Já na ficção científica, autores como Jules Verne e H.G. Wells são geralmente creditados como sendo pioneiros do gênero.

Tanto na ficção científica como na narrativa policial, no entanto, há algo, ou melhor, alguém, que pode ser considerado, senão como “fundador” ao menos como tendo contribuído na formação desses dois gêneros: o escritor norte-americano Edgar Allan Poe.

Embora tenha morrido cedo, aos 40 anos de idade, em 1849, Poe deixou uma vasta obra como legado. Escreveu diversos poemas e ensaios, mas são principalmente seus contos que ajudaram na formação dos dois gêneros.

A importância de Poe para a narrativa policial mostra-se evidente sobretudo com os contos “Os crimes da rua Morgue” (1841), “O mistério de Maria Roget” (1842) e “A carta roubada” (1844). Neles, vários elementos do gênero já estão presentes: crime, mistério e até um proto-detetive: Auguste Dupin. O personagem criado por Poe não era um detetive profissional, como posteriormente iriam ser vários protagonistas das narrativas policiais. O próprio conceito de “detetive” ainda era bastante recente. A palavra, segundo o dicionário Oxford, tem origem no verbo *to detect* cujo sentido é descobrir, encontrar. Uma pesquisa no banco de dados de livros do Google, o “Google Ngram” revela que, embora “detective” já aparecesse em alguns livros, é a partir da década de 1850 que a palavra começa a ser usada com mais frequência:

Google books Ngram Viewer

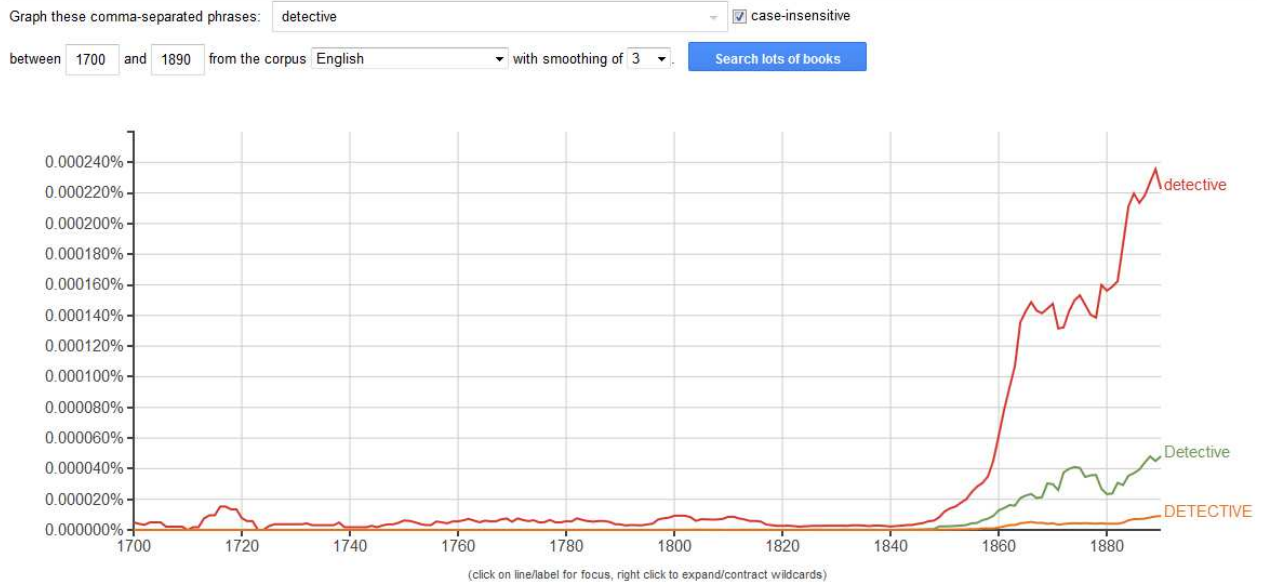


Imagem 01: gráfico produzido pelo *Google Ngram* mostrando a frequência da palavra “detective” em livros publicados entre 1700 e 1890. Fonte: Google Books Disponível em: https://books.google.com/ngrams/graph?content=detective&case_insensitive=on&year_start=1700&year_end=1890&corpus=15&smoothing=3&share=&direct_url=t4%3B%2Cdetective%3B%2Cc0%3B%2Cs0%3B%3Bdetective%3B%2Cc0%3B%3BDetective%3B%2Cc0%3B%3BDETECTIVE%3B%2Cc0

Dupin utiliza não apenas a lógica e o raciocínio, mas também a imaginação para solucionar os mistérios dos contos, colocando-se no lugar do outro como forma de entender sua mente. Alguns anos mais tarde um detetive da ficção também irá se valer dessas características para decifrar diversos crimes: Sherlock Holmes, criado por Arthur Conan Doyle.

As histórias de Poe são “cerebrais”, como aponta Jorge Luis Borges:

Poe não queria que o gênero policial fosse um gênero realista; queria que fosse um gênero intelectual, um gênero fantástico – se vocês assim preferirem –, mas um gênero fantástico da inteligência, não apenas da imaginação, de ambas as coisas, naturalmente, mas, sobretudo, da inteligência¹.

Borges argumenta que posteriormente as narrativas policiais vão perder essa característica. De qualquer forma ela foi um componente importante nas primeiras histórias e ajudaram a compor as matrizes iniciais do gênero.

¹ BORGES, Jorge Luis. O conto policial. in: *Borges, oral. Obras completas*. Vol. IV. 1975-1988. São Paulo: Globo, 1999, p. 225.

Um outro conto de Poe, anterior aos três citados, também já esboçava algumas características da narrativa policial: “O homem da multidão”, de 1840. Embora não haja um crime propriamente, há mistério. Para Walter Benjamin,

[The Man of the Crowd] is something like an X-ray of a detective story. It does away with all the drapery that a crime represents. Only the armature remains: the pursuer, the crowd, and an unknown man who manages to walk through London in such a way that he always remains in the middle of the crowd².

A contribuição de Poe para a ficção científica é, talvez, um pouco menos conhecida do que para a narrativa policial. Em 1976 a editora britânica Penguin lançou uma coletânea de contos do escritor intitulada: “The Science fiction of Edgar Allan Poe”. Publicados originalmente nas décadas de 30 e 40 do século XIX, os dezesseis contos reunidos na coletânea exploram – e extrapolam³ – as descobertas da ciência de então. De acordo com Clarke Olney:

Poe’s role in the creation of the modern science fiction genre was of primary importance. He was the first writer of science-centered fiction to base his stories firmly on a rational kind of extrapolation, avoiding the supernatural. This has proved to be the underlying convention of science-fiction, and Poe may be said to have established it⁴.

Assim como na narrativa policial, Poe foi responsável pela criação de certos padrões para a ficção científica que iriam ser importantes para o desenvolvimento do novo gênero literário. No conto “Hans Pfaal, uma aventura sem paralelo” (1835), o personagem viaja à lua em um balão. Jules Verne posteriormente iria se apropriar dessa ideia para produzir o romance “Da Terra à Lua” (1865). Verne, aliás, teria dito ser Poe “le createur du roman merveilleux scientifique”.

O abandono da explicação sobrenatural e o uso da ciência (e também da razão) para desvendar os mistérios aparecem tanto nos contos policiais quanto nos de ficção científica de Poe.

² [O homem da multidão] é algo como um raio x de uma história de detetive. Ele dispensa toda a roupagem que um crime representa. Apenas a armadura permanece: o perseguidor, a multidão e um homem desconhecido que consegue caminhar através de Londres de tal maneira que sempre está no meio da multidão (tradução minha). BENJAMIN, Walter. The Paris of the Second Empire in Baudelaire. in: *Selected Writings*, vol. 4. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p. 27.

³ Para uma discussão acerca dos limites da ciência em Poe ver IRWIN, John. The mystery to a solution. In: *Poe, Borges and the analytic detective story*. Baltimore: Johns Ropkins: 1994. Ver também TULARD, Jean. *Dictionnaire du roman policier* (1841-2005). Paris: Fayard, 2005.

⁴ O papel de Poe na criação da ficção científica moderna foi de suma importância. Ele foi o primeiro autor de ficção focada em ciência a basear suas histórias concretamente em extrapolações puramente racionais, evitando o sobrenatural. Essa se mostrou a convenção subjacente da ficção científica, e pode-se dizer que foi Poe quem a estabeleceu (tradução minha). OLNEY, Clarke. Edgar Allan Poe: Science Fiction Pioneer. *Georgia Review* vol. 12, n. 4, p.416-421. (1958). Disponível em:

< http://www.jstor.org/stable/41395580?seq=1#page_scan_tab_contents > . Acesso em: 10 jun. 2015. p. 417.

O único romance acabado de Poe, “The Narrative of Arthur Gordon Pym of Nantucket” (1838) também utiliza-se de elementos que posteriormente seriam incorporados às narrativas policial e de ficção científica.

Considerado por Borges como a maior obra de Poe, o livro trata da viagem de Arthur Gordon Pym a bordo de navios rumo ao polo sul. Poe usou a ciência da época para compor a história, que por conta disso pode soar como fantasia (gênero com o qual a ficção científica também se relaciona).

Em 1818 John Cleves Symmes Jr. acrescentou à teoria da “Terra Oca” a ideia de que os polos conteriam aberturas para esse mundo interior da Terra. Poe parece ter incorporado essa hipótese, pois tanto “The Narrative of Arthur Gordon Pym of Nantucket” quanto o conto “MS. Found in a bottle” (1833) terminam de modo abrupto na região da Antártida. Diversos críticos sustentam que os finais abertos seriam uma influência da hipótese de Symmes em Poe e que os personagens das histórias teriam encontrado a passagem para o interior da Terra.

Para os leitores da ficção científica atual, acostumados a viagens espaciais, pode parecer estranha uma história a bordo de navios. Vale destacar, no entanto, que esse tema estava presente no imaginário social da época, onde expedições eram frequentes tanto com fins comerciais quanto exploratórios.

O esmero de Poe em descrever expedições anteriores às de Pym lembra a ficção científica *hard*, uma categoria que iria surgir alguns anos mais tarde e que preocupa-se com o detalhe e a precisão científica. Assim como escritores irão ocupar-se em descrever a velocidade das naves, a distância entre os planetas dentre outros, Poe detalhou as várias expedições que tinham como objetivo atingir o Polo Sul e as latitudes e longitudes alcançadas.

Gordon Pym também atraiu a atenção de Jules Verne, tanto que o autor francês escreveu uma continuação do romance, intitulado “An antarctic mystery”, publicado em dois volumes em 1897. Assim, podemos pensar em Poe como sendo uma espécie de inspiração e modelo para outros escritores de ficção científica e também de policiais que viriam na sequência.

O ambiente do século XIX em que Poe escrevia também relaciona-se com os dois gêneros literários emergentes. A crença na técnica, ciência e objetividade, tão caras àquele período, transparece nos primeiros textos tanto da narrativa policial quanto da ficção científica. Essa visão sofrerá alterações nos anos seguintes, quando escritores vão subverter essas matrizes iniciais. Voltarei a falar disso mais adiante.

Borges e os gêneros literários

No já citado texto de Borges, o argentino ensaia uma interpretação bastante interessante acerca da invenção dos gêneros literários:

Os gêneros literários dependem, talvez, menos dos textos que do modo como estes são lidos. O fato estético requer a conjunção do leitor com o texto, para só então existir. É absurdo supor que um volume seja muito mais que um volume. Ele começa a existir quando um leitor o abre⁵.

Borges continua: “Há um tipo de leitor atual, o leitor de ficções policiais. Esse leitor, encontrado em todos os países do mundo e que se conta aos milhões, foi engendrado por Edgar Allan Poe”⁶

Essa ideia de que é o leitor quem cria o gênero literário pode parecer estranha à primeira vista, mas Borges propõe um exercício hipotético para testá-la. Um suposto leitor de romances policiais começa a ler Dom Quixote tomando-no como policial:

“Em algum lugar de La Mancha, cujo nome não quero lembrar, não faz muito tempo vivia um fidalgo...” E logo esse leitor é tomado por suspeitas, porque o leitor de romances policiais é um leitor que lê com incredulidade, com suspicácias, uma suspicácia especial. Por exemplo, se ele lê “Em algum lugar de La Mancha...”, naturalmente imagina que aquilo não aconteceu em La Mancha. Depois: “... cujo nome não quero lembrar...”. Por que Cervantes não quis lembrar-se? Porque, sem dúvida, Cervantes era o assassino, o culpado. Em seguida, “...não faz muito tempo...” – é possível que o que quer que venha a suceder não seja tão aterrorizador como o futuro⁷.

De fato, ao abrir um livro policial, o leitor fica atento às descrições aparentemente menos importantes, mas que podem tomar outra dimensão ao longo da história. Sabe que os elementos colocados ali podem ser significativos, mas que também podem ser um recurso do escritor para distrair e enganar o leitor.

Borges argumenta que Poe engendrou os leitores de romances policiais. Se considerarmos que Poe também contribuiu na invenção da ficção científica, pode-se dizer que ele engendrou, também, esse tipo de leitor. E como ele seria?

Se o leitor de policiais lê com desconfiança, o de ficção científica lê com deslumbramento. Procura tanto a diferença quanto a similaridade com a sua realidade. Entrega-se à imaginação

⁵ BORGES. *O conto policial*, p. 221.

⁶ _____. *O conto policial*, p. 221.

⁷ _____. *O conto policial*, p. 221.

para fantasiar outros planetas, mas também procura questionar o seu próprio mundo com a leitura. Aprendeu com Poe (ou por ele foi engendrado) que a ficção científica permite extrapolar as descobertas científicas do período e também questionar suas possíveis consequências.

Como todo escritor é, antes de tudo, um leitor, ao ler Poe vários autores foram engendrados por ele e assim puderam partir de sua obra para construir novas possibilidades. É o caso dos já citados Arthur Conan Doyle e Jules Verne, cuja importância para a narrativa policial e para a ficção científica, respectivamente, é bastante conhecida e reconhecida.

Se é o leitor quem cria o gênero, deve-se supor que, ao longo do tempo, ele não continue sempre o mesmo, mas que acrescente novas expectativas à leitura. Os contos e romances de ficção científica e policiais valeram-se dessas primeiras referências seja para continuá-las ou então para questioná-las e produzir algo diferente a partir delas.

Desdobramentos das matrizes

Se Poe pode ser visto como um elemento em comum na invenção tanto da ficção científica quanto da narrativa policial, é menos como um ponto em uma linha contínua e mais como uma raiz de uma árvore que não cessa de crescer. Nesses quase duzentos anos desde as histórias de Poe até hoje muito tem sido produzido nesses dois gêneros e suas diversas ramificações.

Diversas narrativas policiais passaram a ser contadas a partir do ponto de vista do criminoso e não mais do detetive ou seu auxiliar. Ao invés do “quebra-cabeça”, a ação passou a dar o tom das histórias. As pessoas passam a perceber o mundo como cada vez mais violento, e isso é incorporado às histórias.

Na ficção científica, as descobertas e conquistas da ciência desde os textos de Poe até hoje possibilitaram novos enfoques. O que antes parecia impossível muitas vezes tornou-se rotineiro. Por outro lado, muitas ideias mostraram-se absurdas. Assim, novas possibilidades foram sendo incorporadas e descartadas na ficção científica ao longo do tempo.

Nas décadas anteriores às primeiras viagens espaciais, por exemplo, era comum encontrar extrapolações sobre o tema. Este conto, publicado em 1941, ilustra bem isso:

In the late Sixties Soviet Russia had been seized by a passion for exploration of the other worlds. Most of their huge ships had failed in one way or another, with appalling loss of life, but one had managed to reach the moon. The period that followed the next successful flights was one of feverish lunar exploration

and even madder scrambling for concessions when it was found that the moon was rich in the materials needed on Earth⁸.

Hoje, sabe-se que a lua não contém materiais úteis para nós. O satélite natural da Terra deixou de gerar especulações tanto entre os cientistas quanto entre os ficcionistas e o foco passou para outros temas.

A ficção científica atual, assim como a narrativa policial, divide-se em vários subgêneros. Ambas atravessaram fronteiras e hoje são produzidas em diversos idiomas e países. Ou seja, além das similaridades, elas carregam particularidades próprias de cada cultura.

Essa divisão em gêneros literários não é algo fixo ou fechado e muitas vezes elementos comuns a um podem aparecer em outros. Os gêneros podem mesmo se fundir e criar algo híbrido.

Ficção científica policial é possível?

Em 1953 o escritor Isaac Asimov, famoso por seus textos de ficção científica, publicou *The caves of steel*. Na introdução, ele explicou suas motivações:

[John] Campbell had often said that a science fiction mystery story was a contradiction in terms; that advances in technology could be used to get detectives out of their difficulties unfairly, and that the readers would therefore be cheated.

I sat down to write a story that would be a classic mystery and that would not cheat the reader — and yet would be a true science-fiction story. The result was *The Caves Of Steel*⁹

Percebe-se no escritor uma preocupação em não trair o leitor, algo que Borges e Chesterton também discutiram quando escreverem sobre as histórias policiais. Borges, em um artigo de 1935, apontou seis “leis” do gênero policial que ele considerava importante os escritores seguirem. Na segunda delas, “declaración de todos los términos del problema”, o argentino destacou que soluções tiradas da manga não são honestas. Para ele, era fundamental respeitar o leitor e isso se dava apresentando todos os termos necessários para que o enigma fosse solucionado. Essa visão é compartilhada por Chesterton, para quem “Os escritores têm a

⁸ No final dos anos 60 a Rússia Soviética havia sido tomada pela paixão da exploração de outros mundos. A maioria de suas grandes naves havia falhado de uma maneira ou de outra, com aterradora perda de vidas, com exceção de uma que conseguiu alcançar a lua. O período após as próximas viagens bem sucedidas foi de febril exploração lunar e houve uma luta ainda mais louca por concessões quando se descobriu que a lua era rica em materiais necessários na terra (tradução minha). KORNBLUTH, Cyril; POHL, Frederik; WYLIE, Dirk. Vacant World. In: KORNBLUTH, Cyril; POHL, Frederik. *Before the Universe*. New York: Bantam Books, 1980. p. 55.

⁹ ASIMOV, Isaac. *The caves of steel*. New York: Bantam Books, 1983. p. 10.

estranha idéia de que seu trabalho consiste em confundir os leitores e de que, enquanto os mantenham confusos, não importa que os decepcionem”¹⁰.

Em *The caves of steel*, dois detetives, um humano e um robô, investigam um assassinato. Asimov procurou dar pistas da solução do mistério ao longo do enredo para, assim, segundo ele, preservar as características da narrativa policial.

Outro escritor de ficção científica que se aventurou em mesclar o gênero com o policial foi Douglas Adams. Conhecido pela série “O guia do mochileiro das galáxias”, Adams publicou em 1987 *Dirk Gently's Holistic Detective Agency*. O método do “detetive holístico” Dirk consiste em analisar a “interconexão fundamental de todas as coisas”. Segundo ele: “Sherlock Holmes afirmou certa vez que, assim que você elimina o impossível, o que sobra deve ser a resposta, por mais improvável que seja. Eu, no entanto, não gosto de eliminar o impossível”¹¹. Definido pelo próprio autor como “um colossal épico cômico musical romântico policial de horror sobre viagens no tempo, fantasmas e detetives”, o livro aborda diversas situações inusitadas que, no fim, estão interligadas.

No cinema, essa fusão entre narrativa policial e ficção científica também costuma ser praticada. Um dos exemplos mais famosos é *Blade Runner*. O filme, de 1982, é uma adaptação do livro *Do androids dream of electric sheep?*, de Philip K. Dick. Ambientado num futuro sombrio e chuvoso, o filme trata da busca do agente Rick Deckard, da polícia especial conhecida como “Blade Runner”, por quatro “replicantes” que vieram até a Terra. Os replicantes são androides semelhantes aos seres humanos utilizados em trabalhos perigosos nas colônias espaciais.

Deckard, interpretado por Harrison Ford, assemelha-se em alguns aspectos aos detetives do *hard-boiled*, uma variante da narrativa policial. Tanto Deckard quanto os detetives do *hard-boiled* são homens comuns, solitários, porém espertos e experientes. Eles circulam entre vários mundos e assim conseguem juntar as pistas do mistério em que estão trabalhando. São personagens de ação, diferentemente dos detetives do policial analítico que eram mais reflexivos, como Sherlock Holmes e Auguste Dupin.

Além de *Blade Runner*, filmes como *Minority Report*, *Inception* e *Eu, robô* também hibridizaram narrativa policial e ficção científica ao mesclar elementos dos dois gêneros narrativos.

¹⁰ CHESTERTON, G. K. *A inocência do Padre Brown*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2006. p. 299.

¹¹ ADAMS, Douglas. *Agência de investigações holísticas Dirk Gently*. São Paulo: Arqueiro, 2015. p. 180.

Considerações finais

A ficção científica e a narrativa policial, para além das particularidades de cada gênero, compartilham pontos em comum, a começar por suas origens. Embora possa se apontar diversas obras ao longo do tempo que contêm elementos de um ou outro gênero, é no século XIX que as bases – ou matrizes – deles vão ser delineados de forma mais expressiva.

O escritor norte-americano Edgar Allan Poe foi de grande importância nesse processo. Mais do que explorar temas caros aos gêneros, suas histórias criaram espécies de padrões que foram usados posteriormente por diversos escritores. A ideia do detetive solitário e excêntrico, por exemplo, foi usada por Conan Doyle na criação do famoso Sherlock Holmes. Na ficção científica, ainda que a ciência das histórias seja datada, ao utilizá-la em detrimento das explicações sobrenaturais Poe contribuiu na formação das bases do gênero. Muitos escritores depois de Poe vão se valer dessas matrizes que ele ajudou a construir, seja para continuá-las seja para extrapolá-las.

No século XX a narrativa policial e a ficção científica expandiram-se e diversos subgêneros foram criados, incorporando as discussões de cada época. As aproximações entre os dois gêneros proporcionaram uma mescla entre eles que resultou na ficção científica policial. Hoje, quase duzentos anos após os textos matriciais de Poe, a narrativa policial e a ficção científica continuam cativando velhos e novos leitores, seja com fórmulas antigas ou com novas problemáticas.

Eventos importantes relacionados aos direitos de homossexuais nos Estados Unidos analisados à luz de teorias culturais

Important events concerning gay rights in the United States analyzed in light of cultural theories

Fernando Vanzin de Gasperi

Graduando em Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

fernando.degasperi@yahoo.com.br

Recebido em: 12/06/2015

Aprovado em: 23/08/2015

RESUMO: Esse artigo discute três eventos ocorridos nos Estados Unidos no final do século XX e início do século XXI referentes aos direitos de homossexuais no país: a política militar conhecida como “Não pergunte, não conte”, a Lei em Defesa do Casamento e a decisão judicial *Lawrence v. Texas*. Cada evento se relaciona a um dos poderes políticos. Trata-se de uma análise de viés cultural e histórico, visto que se tenta entender como o desenvolvimento de tais programas afetou e afeta a cultura norte-americana. Para embasar a análise, são trazidas as considerações de Félix Guattari, no que se refere à cultura como processo e produto e as de Stuart Hall no que diz respeito às questões de identidade dentro de um grupo cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade, Cultura, Direitos.

ABSTRACT: This article discusses three events that happened in the United States in the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, regarding homosexual rights in that country: the “Don’t ask, don’t tell” policy, the Defense of Marriage Act and the judicial decision in *Lawrence vs. Texas*. Each of these events relates itself to a branch of the political system. It is a cultural and historical approach to the subject, given the wish to understand how these programs’ development has affected and still affects north-american culture. As basis for discussion, I bring Félix Guattari’s considerations about culture as process and product and Stuart Hall’s thoughts on identity issues within a cultural group.

KEYWORDS: Homosexuality, Culture, Rights.

Introdução

Esse artigo apresenta três eventos que ajudaram a moldar a cultura norte-americana no que diz respeito a direitos de homossexuais: a política de restrição “Não pergunte, não conte”, de 1994 (em inglês, *Don’t ask, Don’t tell* ou simplesmente DADT), a Lei de Defesa do Casamento, de 1996 (em inglês *Defense of Marriage Act* ou simplesmente DOMA) e a decisão judicial proferida no

caso *Lawrence v. Texas* (2003). O primeiro foi um programa do poder executivo; o segundo, uma medida legislativa; o terceiro, uma decisão judicial da Suprema Corte. Embora eles possam ser considerados pertencentes a uma parte do ramo político, um influencia os outros na mesma medida em que é influenciado devido ao sistema jurídico de freios e contrapesos (*checks and balances system*) e também devido ao fato de que qualquer um desses ramos objetiva representar a sociedade. Portanto, se a sociedade está em processo de mudança, é plausível que tal mudança apareça nos três poderes.

Antes de analisar cada evento separadamente, trago considerações a respeito de um conceito-chave para o estudo – o de “cultura gay”. Para isso, baseio a reflexão em dois autores que auxiliam na compreensão da complexa noção de cultura: Félix Guattari e Stuart Hall. Nenhum deles conecta, diretamente, cultura e direitos homossexuais; Guattari preocupa-se mais com cultura em um sentido amplo e Hall explica as relações entre cultura e nacionalismo. Não obstante, suas considerações teóricas mostraram-se úteis na explicação do conceito, como espero que fique demonstrado na primeira parte desse artigo.

Uma última explicação introdutória. Os direitos de homossexuais são comumente estudados dentro do contexto de direitos LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). Nesse artigo, o foco é dado a direitos de homossexuais em referência a sujeitos gays (homens ou mulheres), não considerando, portanto, sujeitos bissexuais, transgêneros ou transexuais. O recorte deve-se à extensão da análise e também ao fato de que os eventos aqui analisados não se referem explicitamente a esse último grupo e suas características peculiares.

“Cultura gay”

Em sua obra *Cultura: um conceito reacionário?*, Guattari apresenta conceitos e ideias que ajudam a entender a cultura como um processo e a analisar movimentos culturais. Portanto, seus ensinamentos podem ser aplicados ao entendimento de uma “cultura gay”. O filósofo francês explica que a cultura de massa produz uma subjetividade específica (a capitalística). Nesse sentido, a cultura produz indivíduos padronizados conectados uns aos outros através de sistemas de submissão. Nas palavras dele:

o que há é simplesmente uma *produção* de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção de subjetividade que se

pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente.¹ (ênfase do autor.)

Acredito que isso ajude a entender a existência de pessoas homofóbicas; acredito, ainda, que o mesmo processo explique a existência de gays homofóbicos – situação que pode ser tomada como paradoxal, à primeira vista. Como resultado desse processo de produção da subjetividade social, o indivíduo aprende que ser gay é errado ou imoral e, por conseguinte, não consegue aceitar sua própria orientação sexual. Os sistemas de submissão não são explícitos, o que os torna mais difíceis de serem percebidos e, conseqüentemente, combatidos.

Uma maneira de ver esses sistemas em ação é através do discurso. Por exemplo, algumas pessoas referem-se à homossexualidade como “escolha” ou “opção”. Há duas possíveis razões principais para isso: a primeira é que o falante considerou o assunto e acredita que orientação sexual seja mesmo uma opção, a outra é que o falante não considerou o assunto e está apenas repetindo um discurso comum. O segundo caso parece o mais frequente, reforçando a ideia de uma subjetividade produzida. Essa simples constatação baseia-se na experiência de perguntar a alguém porque ele/ela usa termos como “opção” em vez de “orientação”. A resposta é geralmente algo na linha de “Eu não sei, é apenas uma palavra. Não importa”. Parece-me que isso importa, uma vez que sinaliza que o falante pensou no que está dizendo, recusando conceitos pré-estabelecidos. Isso é parte do que Guattari chama de processos de *singularização* ou *modos de subjetivação singulares*, que é a proposta do autor para opor a essa máquina produtora de subjetividade.

Além da não aceitação da própria orientação sexual, outro resultado do mesmo processo mostra-se quando é dito que não há problemas em ser homossexual, contanto que o sujeito se comporte como alguém hetero-“normal”. Em palavras menos suaves, é o mesmo que dizer que não há problemas em ser gay, desde que o sujeito não seja afeminado, ou, em ainda menos suaves termos, “bichinha”. Tentar entender a lógica por trás desses dizeres leva-nos a considerarmos o que define alguém como homossexual ou, de forma mais abrangente, o que define a própria homossexualidade. Antes de considerar tais questões, porém, é útil ver os diferentes sentidos atribuídos a “cultura”, de acordo com Guattari. Entender os conceitos por trás da palavra cultura ajuda-nos a entender o conceito-chave “cultura gay”; isso nos trará novamente à questão de como defini-la.

¹ GUATTARI, Félix. “Cultura: um conceito reacionário?” In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 15-24

Guattari distingue três sentidos para a palavra cultura: “cultura-valor”; “cultura-alma coletiva”; “cultura-mercadoria”. Embora as três categorias se complementem, cada uma delas apresenta traços singulares. No sintagma “cultura gay”, o sentido implícito pela palavra cultura é mais próximo do segundo sentido, “cultura-alma coletiva”. Essa alma coletiva é bastante vaga, difícil de captar e tem sido usada nas mais diferentes circunstâncias. A “cultura-alma” depende do isolamento de uma esfera da cultura que será oposta a outras esferas, consideradas heterogêneas. E então, “a cada alma-coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura. No entanto, esses povos, etnias e grupos sociais não vivem essas atividades como uma esfera separada.”²

Como Guattari aponta, o problema com essa definição de cultura é que ela implica um grupo homogêneo isolado. No caso em comento, esse grupo homogêneo seria “pessoas homossexuais”. Entretanto, definir pessoas homossexuais como um grupo homogêneo é bastante difícil. Como outras minorias discriminadas, gays esforçam-se por mostrar que ser gay não necessariamente significa ser uma série de outras coisas, como imoral, vaidoso, feliz, amante da música pop e das *divas* do pop, ou interessado nas últimas tendências da moda, promíscuo, pedófilo, ateu, feminino e a lista segue. Obviamente existem gays fãs de Madonna, mas existem, ao mesmo tempo, gays fãs de Jason Derulo; e fãs heterossexuais de ambos artistas. Ser um cabeleireiro sorridente ou um agricultor bruto não define sexualidade. É impossível responder questões do tipo “como gays se vestem?”, “o que eles amam e o que odeiam?” ou “que tipo de música eles gostam?” porque qualquer resposta satisfatória (diga-se, completa) aplicar-se-ia a humanos em geral. Se é necessário que eu defina o termo gay para essa análise, eu diria simplesmente que se refere a indivíduos que amam e desejam ter um relacionamento amoroso com alguém de mesmo sexo biológico.

Às vezes, parece óbvio e até desnecessário afirmar que ser gay não significa ser uma série de outras coisas. Ainda assim, não é incomum ver esse tipo de paralelo desenhado. Diversos programas governamentais dos Estados Unidos foram baseados em pressupostos preconceituosos de que todos os gays são imorais e uma ameaça social, como o “Não pergunte, não conte” (estabelecido em 1994) ou a Lei de Defesa do Casamento (1996). Algumas dessas crenças adentraram o século XXI: o manifesto de Scott Lively³, uma carta ao povo russo com sugestões para protegê-lo da “ameaça homossexual”, foi escrito em 2007 e, ano passado, um dos

² GUATTARI. *Cultura: um conceito reacionário?*, p. 18.

³LIVELY, Scott. Letter to the Russian People. Captado em: <<http://www.defendthefamily.com/pfrc/archives.php?id=5225300>>. Acesso em 03 jun. 2015.

candidatos à presidência brasileira defendeu sua opinião contrária aos direitos de homossexuais apresentando estatísticas sobre pedofilia, como se essas duas características estivessem intrinsecamente conectadas. Para o segundo caso, ao menos, já houve decisão da justiça brasileira para condenar, em primeiro grau, referido candidato e o partido a que ele pertence à multa de um milhão de reais, a serem revertidos para ações de promoção de igualdade da população LGBTTT⁴.

A construção de uma cultura

Embora com um foco diferente, Stuart Hall apresenta uma conclusão similar a de Guattari quando analisa a ideia de uma cultura nacional:

Este breve exame [das identidades nacionais] solapa a idéia da nação como uma identidade cultural unificada. *As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença* e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas.⁵

A ideia principal é a de que as culturas nacionais são construídas e não herdadas pelos seres humanos. Nações são, portanto, comunidades simbólicas com o poder de criar sentimentos de identidade e lealdade. E o instrumento através do qual tais identidades são criadas é o discurso, a narrativa. Como examinado acima, o sujeito gay é, de acordo com a “narrativa homossexual” (ditada pela heteronormatividade, que fique claro), um sujeito que escolhe desafiar a ordem social ao ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Porém, sendo essas narrativas construções, elas podem ser destruídas, ou pelo menos alteradas, reconstruídas. À medida que fica mais e mais difícil identificar-se com uma categoria (especialmente quando tal categoria é associada a predicados ruins), e conforme os sujeitos narrados conseguem começar a narrar a própria história, as identidades começam a ser alteradas. Esse parece ser o caminho para lutar contra a opressão e os preconceitos: o direito e o dever de narrar-se, de ser o dono de sua história.

Guattari afirma que

Neste momento, algumas pessoas na França, entre as quais me incluo, consideram muito importante inventar um modo de produção cultural que quebre radicalmente os esquemas atuais de poder nesse campo [da cultura],

⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Indenização por dano material julgada procedente. Ação Civil Pública. Defensoria Pública do Estado de São Paulo e José Levy Fidelix da Cruz e PRTB. Juíza Flavia Poyares Miranda. São Paulo, 13 mar. 2015. Captado em: <http://emporiadodireito.com.br/wp-content/uploads/2015/03/SENTEN%C3%87A.ACP_LEVI_FIDELIX.pdf>. Acesso em 03 jun. 2015.

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 47-65. Minha ênfase.

esquemas de que dispõe o Estado atualmente, através de seus equipamentos coletivos e de sua mídia.⁶

Não sou contrário a essa ideia, mas acredito ser difícil que uma quebra completa e radical nos esquemas de produção cultural atuais aconteça. Além disso, o autor aponta para a invenção de um novo sistema de produção cultural e essa invenção implica um inventor, um ponto de vista. E, no meu entender, um dos maiores problemas com os modos capitalísticos de produzir cultura é que os “indivíduos produzidos” não pensam por si mesmos. Assim, uma ruptura ideal no sistema deveria significar indivíduos autônomos capazes de narrarem a si mesmos independentemente. Não uma mudança revolucionária, mas um movimento progressivo e que considere as individualidades.

Os eventos a seguir analisados representam alguns desses pequenos passos – dessas progressões – em direção a uma sociedade mais igual e democrática.

“Não pergunte, não conte” (1994)

Durante a Segunda Guerra Mundial, homossexuais eram proibidos de servir em qualquer força militar. “Propensões homossexuais” eram parte da lista de desvios que desqualificavam os cidadãos intencionados a servir, conforme constava nos Serviços de Seleção. Na Marinha, em 1944, uma ordem circular dispunha que aqueles com tendências homossexuais deveriam ser identificados e proibidos de servir no serviço militar ou dispensados quando descobertos⁷. Em 1992, o então candidato Bill Clinton prometeu que revogaria essa proibição. Clinton foi eleito e conseguiu aprovar a política conhecida por “Não pergunte, não conte” (DADT)⁸. A parte inicial, o “não pergunte”, referia-se aos oficiais de alto escalão, que não tinham permissão de perguntar a seus inferiores a respeito de sua orientação sexual. Ainda, referidos oficiais eram proibidos de iniciar investigações a respeito da sexualidade de seus subordinados. Mesmo assim, havendo fortes e críveis evidências que apontassem para uma conduta homossexual, os superiores poderiam abrir uma investigação e dispensar os subordinados devido à sexualidade. A parte final, “não conte”, referia-se aos subordinados em serviço, que eram proibidos de assumir sua homossexualidade. Resumidamente, apenas gays não assumidos tinham permissão de servir:

⁶ GUATTARI. *Cultura: um conceito reacionário?*, p. 23.

⁷ EVANS, Rhonda. *U.S. military policies concerning homosexuals: Development, implementation and outcomes*. Relato (Centro de Estudos de Minorias Sexuais na Força Militar). Universidade da Califórnia, Santa Barbara, 2001. 84f. Captado em: <<http://www.palmcenter.org/files/active/1/evans1.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2015.

⁸ ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA: Don't ask, don't tell (DADT). Captado em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/1553878/Dont-Ask-Dont-Tell-DADT>>. Acesso em 05 de jun. 2015.

Diferentemente da política antiga, que expressamente proibia tanto a conduta homossexual quanto a condição de homossexual [o status], a nova política tentava distinguir entre orientação homossexual, que não seria um empecilho para servir, e a conduta homossexual, que seria.⁹

Obviamente, essa nova política – que Clinton planejou como um avanço – foi bastante impopular. Era impopular entre os conservadores porque a maioria deles acreditava que a simples presença de indivíduos gays era suficiente para espalhar a “disposição imoral” da homossexualidade. Também era impopular entre os gays porque ainda os discriminava e os proibia de expressarem-se. Com o DADT em vigor, homossexuais não poderiam falar sobre relacionamentos externos, mesmo que estáveis; isso é, a proibição restringia inclusive menção à família, maridos e mulheres dos subordinados.

Como resultado dessa política pública, cerca de treze mil tropas foram dispensadas nos quinze anos em que DADT esteve em vigor.^{10 11}

Em sua campanha para a presidência em 2008, Barack Obama prometeu revogar por completo essa política pública. Em 2010, a Câmara dos Representantes (*House of Representative*, juridicamente equivalente a Câmara dos Deputados brasileira) e o Senado americanos votaram a favor de repelir o DADT. Em 2011, a política foi finalmente repelida e a orientação sexual não é mais um obstáculo para que um cidadão norte-americano sirva.

Lei em Defesa do Casamento (1996)

A Lei em Defesa do Casamento (em inglês *The Defense of Marriage Act*, ou DOMA) era uma lei federal que (i) permitia que os estados na federação recusassem o reconhecimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo contraídos em outros estados (segunda seção) e (ii) fornecia uma definição de casamento (terceira seção). O título completo da lei era “Um ato para definir e proteger a instituição do casamento”¹². Proteger a instituição do casamento não seria um problema em si mesmo. O ponto questionado encontrava-se na definição de casamento, dado que a terceira seção assim estava redigida: “a palavra ‘casamento’ significa unicamente uma união

⁹ EVANS. *U.S. military policies concerning homosexuals*, p. 14. (Minha tradução).

¹⁰ BENDER, Bryan. *Continued discharges anger 'don't ask, don't tell' critics: Gay-rights groups urge reversal now*. The Boston Globe, 20 de maio de 2009. News, Nation, Washington. Captado em: <http://www.boston.com/news/nation/washington/articles/2009/05/20/continued_discharges_anger_dont_ask_dont_tell_critics/>. Acesso em 04 jun. 2015.

¹¹ SHANE, Leo. *Obama wants to end don't ask don't tell policy*. Stars and Stripes, 16 de jan. de 2009. Captado em: <<http://www.stripes.com/news/obama-wants-to-end-don-t-ask-don-t-tell-policy-1.87294>>. Acesso em 04 de jun. 2015.

¹² ESTADOS UNIDOS. Lei 104-199, de 21 de set. 1994. Defense of Marriage Act. Captado em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/STATUTE-110/pdf/STATUTE-110-Pg2419.pdf>>. Acesso 05 de jun. 2015

legal entre um homem e uma mulher como marido e mulher, e a palavra ‘esposo’ refere-se apenas a pessoa do sexo oposto que é o marido ou a mulher.”. A seção claramente excluía casamento entre pessoas do mesmo sexo, impedindo, portanto, casais gays de obterem os benefícios e as responsabilidades do casamento no nível federal, como por exemplo, a pensão por morte da Seguridade Social, os direitos relativos à imigração, os direitos referentes a visitas hospitalares e a licença familiar ou médica (de acordo com os dados da organização *Freedom to Marry, Inc* – em tradução livre, “Liberdade para casar”)¹³.

Em 2013, a Suprema Corte determinou que a terceira seção era inconstitucional no caso *Windsor v. United States*. Isso significou que o governo federal ficou obrigado a reconhecer casamentos legais de casais do mesmo sexo (casamentos realizados em algum dos trinta e sete estados que reconheciam o direito de homossexuais casarem-se)¹⁴. Entretanto, esse direito ao casamento não seria estendido para todo o país enquanto a segunda seção vigorasse. Ou seja, gays casados em um estado que reconhecesse esse direito teriam seus casamentos reconhecidos a nível federal, mas caso eles se mudassem ou estivessem em um estado que não permitisse esse casamento, o estado não era obrigado a reconhecê-lo. Dessa forma, os estados que não reconheciam o matrimônio entre casais de mesmo sexo mantinham autonomia para negar esse reconhecimento, mesmo considerando que já existisse reconhecimento nacional. O caso *Windsor v. United States* foi um passo importante em direção à igualdade e na proteção do direito à liberdade. O último parágrafo do voto redigido por Kennedy J. explica convincentemente a situação instável dos casais de mesmo sexo dentro dos Estados Unidos quando DOMA estava em pleno vigor:

[DOMA] contribui com a limitação a alguns casais casados sob a lei de seus estados, mas não de outros, tanto de direitos quanto de responsabilidades, criando dois regimes de casamento contraditórios dentro do mesmo estado. Essa lei ainda força casais do mesmo sexo a viverem como se fossem casados para fins das leis estaduais, mas como se solteiros para os fins das leis federais, assim diminuindo a estabilidade e predição de relações pessoais básicas que o estado considerou apropriado reconhecer e proteger.¹⁵

Até muito recentemente, mesmo com a terceira seção declarada inconstitucional, ainda havia instabilidade e incerteza para os casais que viviam em estados que não reconheciam os

¹³FREEDOM TO MARRY, Inc. The Defense Of Marriage Act. Captado em: <<http://www.freedomtomarry.org/states/entry/c/doma>>. Acesso em 05 de jun. 2015.

¹⁴ O direito ao casamento era reconhecido por trinta e sete estados em 2015, antes de a Suprema Corte decidir o caso *Obergefell v. Hodges*.

¹⁵ ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. Inconstitucionalidade da terceira seção da Lei em defesa do casamento. Estados Unidos versus Windsor. Relator John G. Roberts. Outubro, 2012. Captado em: <http://freemarry.3cdn.net/4dbd426fcdde01533f_92m6i6slj.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2015.

casamentos porque, enquanto a segunda seção estava valendo, àqueles casais era garantida apenas proteção a nível federal, não estadual.

Em 26 de junho do ano corrente, a Suprema Corte norte-americana decidiu, no caso *Obergefell v. Hodges*, que todos os estados da nação deveriam reconhecer o casamento entre indivíduos do mesmo sexo, ou seja, o direito ao casamento igualitário ficou garantido em todo o território nacional. Dessa forma, a instabilidade e a contradição mencionadas pelo relator Kennedy foram revertidas e não existem mais regimes matrimoniais contraditórios dentro do mesmo país. O referido relator foi novamente o condutor do voto favorável, que teve o apoio de mais quatro participantes da corte, de modo que a decisão final foi procedente por cinco votos a quatro. Ainda, cabe ressaltar que o caso *Obergefell v. Hodges* (2015) representa um avanço em relação à atualização trazida por *Windsor v. United States* (2013) ao DOMA, o que testemunha a favor das mudanças ocorrerem de forma gradual.

***Lawrence v. Texas* (2003)**

Lawrence v. Texas é uma decisão importante da Suprema Corte que determinou que as leis de sodomia no Texas eram inconstitucionais e tornou a atividade sexual entre casais do mesmo sexo legal em todos os estados dos Estados Unidos, como a ementa resume: “Lei do Texas que classificava intercurso consensual e adulto entre homossexuais como sodomia ilegal viola a privacidade e a liberdade de adultos de engajarem-se em condutas íntimas e privadas sob o teor da 14ª emenda. Decisão da corte do Texas revertida e acusações julgadas improcedentes.”

O caso teve início com a prisão de John Lawrence pela polícia de Houston, enviada para a casa dele devido à denúncia de que haveria um maluco com uma arma no apartamento. Quando a polícia entrou na casa de Lawrence, eles o encontraram em atividade sexual com outro homem, Tyron Garner. O casal foi indiciado sob a “Lei de conduta homossexual do Texas” (em inglês, a *Texas Homosexual Conduct Law*), que dispõe que “uma pessoa comete ofensa ao engajar-se em intercurso sexual com outro indivíduo do mesmo sexo”.¹⁶

Lawrence e Garner foram condenados e multados. Lawrence apelou à segunda instância baseado no direito à privacidade e na cláusula de igualdade de proteção da 14ª emenda – ou, em inglês, a *Equal Protection Clause*, a qual garante que nenhum indivíduo ou grupo será tratado de

¹⁶ MCBRIDE, Alex. *Lawrence v. Texas* (2003). PBS. Supreme Court History. Expanding civil rights. Landmark cases. Publicado em dez. 2006. Captado em: <http://www.pbs.org/wnet/supremecourt/future/landmark_lawrence.html> Acesso em 07 de jun. 2015.

forma diferente pela lei, a menos que haja razão racional para isso. A corte de segundo grau do Texas confirmou a condenação, então Lawrence teve de levar a matéria para decisão pela Suprema Corte.

Em última instância, foi decidido que a Lei de conduta homossexual era inconstitucional porque violava a cláusula do devido processo legal, também contida na décima quarta ementa. Anteriormente, no caso *Bowers v. Hardwick* (1986), a Suprema Corte havia considerado válida uma lei de sodomia da Geórgia, em uma decisão com a seguinte ementa: “Lei da Geórgia que classifica sexo homossexual como sodomia ilegal considerada válida porque não há direito constitucionalmente protegido de engajar-se em sexo homossexual. Decisão da décima primeira câmara revertida.”¹⁷

Mesmo que as duas decisões pareçam contraditórias, de acordo com a Corte elas não são. A cláusula do devido processo legal não confere direito fundamental a homossexuais para praticarem sodomia. Em questão no caso *Lawrence v. Texas* não está o direito para praticar a sodomia, mas o direito a privacidade em casa e o direito para praticar livremente sexo adulto e consensual.

A importância do caso de Lawrence reside no fato de que atividades privadas e consensuais entre adultos homossexuais são protegidas pelo direito a privacidade em todos os estados e territórios desde 2003.

Considerações finais

Os três eventos apresentados mostram como os Estados Unidos têm lidado com direitos de homossexuais nas últimas décadas em direção a uma sociedade menos preconceituosa. Os três têm em comum o fato de não serem uma solução perfeita, mas tentativas para isso – o DADT é o exemplo mais claro de uma política pública não tão bem sucedida. Ainda assim, foi necessário que houvesse o DADT para que se passasse da total proibição para servir nas forças norte-americanas para a presente situação, onde orientação sexual não é critério de admissão. A revogação do DOMA também aponta para esse processo gradativo, visto que a lei foi aprovada em 1996, permitindo que a federação não reconhecesse casamentos entre pessoas do mesmo sexo, situação revertida em 2013, com *Windsor v. United States*. Nesse ponto, a federação e alguns

¹⁷ MCBRIDE, Alex. *Bower v. Hardwick* (1986). PBS. Supreme Court History. Expanding civil rights. Landmark cases. Publicado em dez. 2006. Captado em <http://www.pbs.org/wnet/supremecourt/rights/landmark_bowers.html> Acesso em 07 de jun. 2015

estados reconheciam o casamento, mas os estados que escolhessem não reconhecer o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo mantinham autonomia para tanto. Em 2015, o direito ao matrimônio igualitário foi garantido em todos os estados, através da decisão *Obergefell v. Hodges*. Finalmente, o caso de *Lawrence v. Texas* também apresenta traço similar. Embora a Suprema Corte entenda que o que foi preservado foi o direito à privacidade e não à conduta homossexual, já foi um avanço porque o direito à privacidade foi também estendido aos sujeitos homossexuais, ou seja, independe de orientação sexual.

A decisão de que uma pessoa merece o direito de servir, de se casar ou de ter privacidade independentemente de sua orientação sexual parece coerente com a discussão trazida na primeira parte do artigo a respeito do que significa “pertencer a certa cultura”. Conforme se torna mais claro que indivíduos gays são tão capazes de exercer atos civis da mesma forma que heterossexuais, as barreiras começam a desaparecer. E então não será mais uma discussão a respeito de privacidade para homossexuais ou privacidade para heterossexuais, por exemplo, mas simplesmente a respeito de privacidade.

Como escrito pelo juiz distrital Richard Young:

Em tempo, os americanos olharão para o casamento de casais como os requerentes e referir-se-ão ao ato simplesmente como casamento – não como casamento de pessoas do mesmo sexo. Tais casais, quando gênero e orientação sexual são colocados à parte, são em todos os quesitos como qualquer família. A Constituição exige que os tratemos como tais.¹⁸

Dessa forma, embora se possa falar em indivíduos homossexuais e heterossexuais como sujeitos diferentes e inseridos em “atividades semióticas” ou “grupos culturais” diferentes, é preciso manter em mente que nenhum grupo é homogêneo.¹⁹ As “atividades semióticas” (ou os atos sociais dos indivíduos) não são praticadas de forma isolada das demais esferas da cultura; portanto, se tomarmos o campo “política”, por exemplo, como uma dessas atividades, veremos que nele transitam sujeitos de diferentes outros grupos: homossexuais e heterossexuais, homens e mulheres, empregadores e empregados, etc. Em termos práticos, a revogação do DADT possibilitou esse trânsito ao desassociar homossexualidade de imoralidade. Com a política de restrição em vigor, tomava-se o grupo “homossexuais” como homogêneo, atribuindo a característica de imoral a todos os membros desse grupo.

¹⁸ OHLHEISER, Abby. Federal Judge Strikes Down Indiana's Same-Sex Marriage Ban. *The Wire*, 25 de jun. 2014. Captado em: < <http://www.thewire.com/politics/2014/06/federal-judge-strikes-down-indianas-same-sex-marriage-ban/373379/>> Acesso em 05 de jun. 2015.

¹⁹ GUATTARI. *Cultura: um conceito reacionário?*

Na mesma linha está a conclusão de Hall (2002) para as identidades nacionais, adaptável a esse contexto. Do mesmo modo que a identidade nacional não subordina as demais formas de diferença, também a identidade sexual não o faz. Ou seja, o fato de um sujeito identificar-se como heterossexual ou homossexual não subordina outras esferas de seu comportamento, como a maneira de falar, as preferências culturais em relação à arte ou à música, a vontade de servir ao exército de seu país, o desejo de constituir família ou, ainda, o direito de ter privacidade em sua própria casa, por exemplo.

Um resultado da heteronormatividade como padrão social é tratar as demais sexualidades como homogêneas, como não-heterossexuais, ao invés de vê-las em suas peculiaridades, o que significa deixá-las independentes para narrarem-se, descreverem-se. Lutar para que essa barreira da heteronormatividade seja ultrapassada envolve entender-se enquanto sujeito de uma cultura e envolve aprender a narrar-se e recusar concepções pré-estabelecidas ou prontas, concepções que não consideram as individualidades dos narrados, tomando-os como homogêneos. Esse é o “processo de singularização” a que se refere Guattari.

Como apresentado, algumas concepções têm sido revistas, garantindo direitos iguais a pessoas iguais – como casar-se ou servir ao exército sem que sua homossexualidade seja considerada imoral. Com mais indivíduos capazes de perceberem e livrarem-se das subjetividades produzidas em seu meio, mais igualdade e menos opressões terão lugar em nossa sociedade.

Entre a audácia, a paixão e o prazer proibido: o homoerotismo em *Bom-crioulo* de Adolfo Caminha

Among the audacity, passion and forbidden pleasure: the homoeroticism in *Bom-crioulo* by Adolfo Caminha

Flávia Gangorra Paiva

Graduada em Letras/Português
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
flaviagangorraiva@gmail.com

Juscelino Francisco do Nascimento

Mestre em Letras
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
juscelinosampa@hotmail.com

Recebido em: 12/06/2015

Aprovado em: 30/07/2015

RESUMO: Este artigo discute a representação do homoerotismo masculino e visa encontrar possíveis aspectos que condenam e inferiorizam a prática homoerótica. Posto isso, ressalta-se que a obra, analisada por meio de um estudo bibliográfico e com base em autores como Alberoni (1993), Barcellos (2006), Castello Branco (1984, 2004), Miguel-Pereira (1973) e Thomé (2009), foi duramente criticada e censurada por renomados críticos, tendo seu valor literário reduzido justamente por trazer à tona, em sua narrativa, o prazer homoerótico. Foi observado que o narrador apresenta um enredo que trata sutilmente o ato homossexual, porém, há controvérsias, visto que, ao mesmo tempo, essa ação é descrita como um comportamento vicioso e patológico. Dessa forma, foi analisado que a narrativa de *Bom-Crioulo* está impregnada de ideias conservadoras naturalistas, pois envolve ideologias intermediadas pelo discurso médico-científico, que tratava o prazer homossexual como uma prática desmoralizada e perversa.

PALAVRAS-CHAVE: Naturalismo, Homossexualidade, Homoerotismo.

ABSTRACT: This paper discusses the representation of male homoeroticism and aims at finding possible ways that condemn and inferior homoerotic practice. That said, it is emphasized that the work, analyzed by means of a bibliographic study and based on authors such as Alberoni (1993), Barcellos (2006), Castello Branco (1984, 2004), Miguel-Pereira (1973) and Thome (2009), was harshly criticized and censured by critics renowned, with its literary value reduced just by bringing out in his narrative, the homoerotic pleasure. It was observed that the narrator has a plot that subtly treats the homosexual act, however, is controversial because, while this action is described as a vicious and pathological behavior. Thus, it was considered that the narrative of *Bom-Crioulo* is impregnated with naturalists conservative ideas because it involves ideologies brokered by the medical-scientific discourse, that was gay pleasure as a demoralized and perverted practice.

KEYWORDS: Naturalism, Homosexuality, Homoeroticism.

O romance *Bom-crioulo*: a ousadia do “livro maldito”

Tenso e polêmico, Adolfo Caminha, escritor que pertence à estética do Naturalismo, adotou, em seus romances, um estilo próprio, que seguia, fielmente, os princípios naturalistas¹ e utilizava, em suas obras, um enredo aparentemente simples, porém, impressionante e constrangedor para a sociedade do século XIX. Com base nisso, Bosi² assevera que “do Naturalismo tomou Adolfo Caminha a crença na fatalidade do meio e o gosto dos temas escabrosos”. De acordo com essas ideias, o romance *Bom-Crioulo* tocou em um assunto que até então estava silenciado nas tramas literárias desse período, já que assegurava em sua narrativa a transgressão incumbida pela homossexualidade.

Bom-Crioulo teve sua primeira edição publicada em 1895. Apesar de não ser considerada, por vários críticos, uma das grandes obras de destaque do Naturalismo³, ele é consagrado o primeiro romance brasileiro de literatura gay. Thomé⁴ constata que “na verdade, não seria nenhum exagero afirmar que *Bom-crioulo* representa um marco na história da literatura *gay* universal.” Ao contrário de outras obras naturalistas, o homoerotismo masculino é a temática que norteia esse romance.

Contudo, a recepção crítica do romance *Bom-Crioulo* levou Caminha a sofrer duras condenações por renomados teóricos, principalmente por parte do crítico literário José Veríssimo, já que “não parece ter tomado conhecimento de sua existência”⁵. Nesse aspecto, ressalta-se que Veríssimo abominou por completo esse romance, pois acreditava que o assunto abordado nessa obra era inapropriado para a época. Além disso, Thomé⁶ argumenta que *Bom-Crioulo* trouxe, em sua narrativa, características que fizeram dele “um livro maldito” e, por esse motivo, foi excluído dos ambientes escolares, assim como de bibliotecas públicas, provocando, por completo, o desprezo social em relação a essa obra.

Na verdade, toda essa repressão deu-se pelo fato de Caminha ter colocado em registro o prazer sexual homoerótico, na obra em estudo, já que, conforme Azevedo apud Thomé⁷, “foram as cenas de homossexualismo (...) que causaram a indignação de críticos não só contemporâneos

¹ MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: realismo*. São Paulo: Cultrix, 1984.

² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

³ MOISÉS. *História da literatura brasileira*.

⁴ THOMÉ, Ricardo. *Eros Proibido: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2009.

⁵ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: Prosa de ficção (de 1870 a 1920)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

⁶ THOMÉ. *Eros Proibido*.

⁷ _____. *Eros Proibido*.

do romancista, como até de nossos dias”. Nesse sentido, destaca-se que, apesar do repúdio provocado pelo romance, *Bom-Crioulo* dramatiza uma ficção altamente composta de verossimilhança⁸ e expõe, com coragem e audácia, uma temática impetuosa para seu tempo. Dessa forma, apesar de ter sido publicada no século XIX, essa obra é dotada de originalidade e também se identifica, por assim dizer, com a sociedade atual.

Bom-Crioulo é um marco na nossa literatura, porque reproduz, em sua narrativa, um tema ousado, que se estrutura com personagens polêmicos, pois, segundo Bezerra⁹:

O realismo e o naturalismo trouxeram para o centro da cena literária brasileira temas e representações de sujeitos ainda não vistos, como o negro, o pobre, o escravo, o homossexual, todos esses presentes na obra de Adolfo Caminha, especialmente em seu *Bom-Crioulo*.

Neste ponto, de acordo com o exposto, a obra citada tem forte influência no espaço literário, justamente pelo fato de expor personagens com comportamentos totalmente distintos daqueles que compunham outras obras. Nesse sentido, o romance *Bom-Crioulo* teve grande destaque porque trouxe, pela primeira vez ao romance, um protagonista negro, pobre e homossexual que se deixa controlar por seus instintos e por seu impulso sexual.

O romance em análise tem como temática “a inversão sexual entre marinheiros”. Nesse aspecto, *Bom-Crioulo* é marcado pelo envolvimento homoerótico entre dois tripulantes, que passam a vivenciar, de maneira constrangedora, uma relação proibida e trágica.

A representação do homoerotismo em *Bom-crioulo*

A princípio, é importante enfatizar que *Bom-Crioulo* pode nos proporcionar várias interpretações por parte do leitor e da crítica. Nessa visão, Barthes¹⁰ afirma que “a função da crítica não é pois descobrir e explicar o sentido de uma obra literária, mas descrever o funcionamento do sistema de significação”. Em virtude disso, é necessário esclarecer que um texto literário possibilita vários significados diferentes, pois a sua linguagem assume um alto poder discursivo. Nesse aspecto, destaca-se que este artigo não tem como propósito atribuir ao romance uma única interpretação, mas fornecer uma possível explicação acerca da condenação da

⁸ BOSI. *História concisa da literatura brasileira*.

⁹ BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

¹⁰ BARTHES, Roland. *Crítica e Verdade*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. – (Debates 24; dirigido por J. Guinsburg). Título original: *Critique ET Vérite e Essais Critiques*, 2ª reimpr. da 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

prática homoerótica em *Bom-Crioulo*, pois “o que faz a boa crítica não é sua veracidade, mas sua validade (...)”¹¹.

O romance relata a paixão carnal e obsessiva de Amaro por Aleixo. O primeiro, o “bom-crioulo”, de aproximadamente 30 anos, um escravo fugido, que encontra seu refúgio na Marinha, é descrito pelo narrador como:

(...) um latagão de negro, muito alto e corpulento, figura colossal de cafre, desafiando, com um formidável sistema de músculos, a morbidez patológica de toda uma geração decadente e enervada, e cuja presença ali, naquela ocasião, despertava grande interesse e viva curiosidade: era o Amaro, gajeiro da proa – o Bom-Crioulo na gíria de bordo¹².

De acordo com o fragmento acima, observa-se que Amaro, o protagonista do romance, possui um padrão físico masculino, pois seus músculos nos repassam a ideia de força bruta, que lhe ajudavam a suportar a rígida disciplina militar. Além disso, a descrição aplicada a ele faz referência a um indivíduo viril, com características essencialmente voltadas ao “homem macho”. Já Aleixo, um grumete de 15 anos de idade, é visto com aspectos associados à figura feminina, conforme o excerto abaixo:

Nunca vira formas de homem tão bem torneadas, braços assim, quadris rijos e carnudos como aqueles... Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma verdadeira mulher!... Que beleza de pescoço, que delícia de ombros, que desespero!...¹³.

O trecho acima compartilha a ideia de que Aleixo remete à fragilidade e à sensibilidade, além de possuir curvas femininas tal qual uma mulher. De fato, percebe-se certa contradição nas descrições a respeito de Amaro e Aleixo, já que, apesar de ambos pertencerem ao sexo masculino, esses personagens são descritos de forma ambígua, pois, segundo Thomé¹⁴, “o narrador coloca os dois protagonistas em clara oposição: de um lado Amaro, [...] protótipo do macho em estado bruto, animalesco; de outro, Aleixo, retratado quase como mulher”. Nesse aspecto, destaca-se que o envolvimento sexual entre eles, embora seja uma relação tida como “homossexual”, na verdade, é narrada como uma relação entre pessoas de sexo oposto, na qual um exerce sua função masculina (Amaro) e ao outro são atribuídas características do gênero feminino condições femininas (Aleixo).

¹¹ BARTHES. *Crítica e Verdade*.

¹² CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

¹³ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

¹⁴ THOMÉ. *Eros Proibido*.

O negro Amaro era respeitado por todos os companheiros de bordo, porquanto conseguia fazer, com afinco, todas as atividades que lhe eram propostas. Além do mais, graças ao seu grande desempenho nos afazeres, passou a ser chamado de “Bom-Crioulo”. Todavia, Amaro muda completamente seu comportamento quando Aleixo, um belo rapaz, entra em sua vida.

No primeiro surgimento de Amaro na trama, ele aparece sendo castigado, severamente, por causa de Aleixo, um bonito jovem com “(...) um arzinho ingênuo, de menino obediente (...)”¹⁵. Na realidade, o jovem grumete conseguiu conquistar, logo de início, a afabilidade do negro Amaro e, por essa razão, o protagonista não admitia, em hipótese alguma, que alguém atormentasse seu mais novo “amigo”, conforme se vê abaixo:

O motivo, porém, de sua prisão agora, no alto-mar, a bordo da corveta, era outro, muito outro: Bom-Crioulo esmurrara impiedosamente um segunda-classe, porque este ousara ‘sem o seu consentimento’, maltratar o grumete, Aleixo, um belo marinheirito de olhos azuis, muito querido por todos e de quem diziam-se ‘coisas’¹⁶.

Com base no trecho acima, um aspecto de grande relevância é o fato de o narrador usar a expressão “diziam-se coisas”, o que leva a compreender que, embora ele se mantenha distante dos fatos relatados, transmite a ideia de desaprovação do comportamento de Aleixo, já que seu discurso soa de forma depreciativa, revelando, logo de início, a não aceitação da prática homoerótica. Outro ponto interessante é que, a todo o momento, Aleixo é descrito com palavras no diminutivo, como “marinheirito”, “grumetezinho”, “rapazinho”, fazendo menção a um sujeito tido como delicado, já que, para Thomé¹⁷, “Aleixo é tratado como a uma mocinha (...)”.

Inicialmente, Aleixo não se deu conta ainda da paixão de Amaro e, ingenuamente, acreditava que ele almejava sua amizade sem nada em troca. Contudo, Bom-Crioulo sentia um forte desejo por Aleixo, que ansiava possuí-lo desesperadamente, já que não era apto a esconder essa aspiração sexual. Ao longo da narrativa, os dois personagens vão engendrando um forte vínculo de amizade, motivada, sobretudo, pelo desejo que Aleixo desperta em Amaro. Uma amizade que, na verdade, revela, ao leitor atento o desejo, o tesão e o sentimento de posse de um sobre o outro, uma forma de amor que tem, na amizade, uma estratégia de sobrevivência em um espaço social demasiadamente hostil. A esse respeito, destacamos o excerto abaixo:

Sua amizade ao grumete nascera, de resto, como nascem todas as grandes afeições, inesperadamente, sem precedentes de espécie alguma, no momento fatal em que seus olhos se fitaram pela primeira vez. Esse movimento

¹⁵ CAMINHA *Bom-Crioulo*.

¹⁶ _____. *Bom-Crioulo*.

¹⁷ THOMÉ. *Eros Proibido*.

indefinível que acomete duas vezes ao mesmo tempo duas naturezas de sexos contrários, determinando o desejo fisiológico da posse mútua, essa atração animal que faz o homem escravo da mulher e que em todas as espécies impulsiona o macho para a fêmea, sentiu-a Bom-Crioulo irresistivelmente ao cruzar a vista pela primeira vez com o grumetezinho¹⁸.

O mais interessante no fragmento acima é que ele apresenta o envolvimento entre Bom-Crioulo e o grumete de maneira animal (zoomorfismo). Deste modo, tem-se um relacionamento visto como uma pulsação sexual ligada ao desejo fisiológico¹⁹. Além do mais, esse trecho faz alusão ao vínculo de prazer e poder, mencionado por Foucault²⁰, ao afirmar que “prazer e poder não se anulam; não se voltam um contra o outro; seguem-se; entrelaçam-se e se relançam.” Nesse aspecto, ressalta-se que há um forte vínculo que une Aleixo a Amaro, ligação que é motivada pela atração carnal e causada pelo medo, pois Aleixo se sente preso ao Bom-Crioulo. Com base nessas ideias, a relação entre eles provoca a subordinação do grumete, visto que este é totalmente dependente do negro Amaro, uma vez que Aleixo é um indivíduo frágil, que não possui autonomia durante o romance²¹.

Amaro até tinha tentado se envolver sexualmente com mulheres, quando tinha vinte anos, mas foi em vão, já que nunca obteve plena satisfação sexual com o sexo oposto. Todavia, sempre deu preferência a rapazes e, agora, não conseguia parar de pensar no “seu Aleixo”:

Nas horas de folga, no serviço, chovesse ou caísse fogo em brasa do céu, ninguém lhe tirava da imaginação o petiz: era uma perseguição de todos os instantes, uma ideia fixa e tenaz, um relaxamento da vontade irresistivelmente dominada pelo desejo de unir-se ao marujo como se ele fora do outro sexo, de possuí-lo, de tê-lo junto a si, de amá-lo, de gozá-lo!...²²

Nessa direção, é importante frisar que esse fragmento faz alusão ao desejo erótico, já que este está inserido na mentalidade humana²³. Baseado nisso, após as frustrações com prostitutas, Bom-Crioulo, apesar de julgar indecente a prática sexual com o mesmo sexo, pois “(...) revolta-se contra semelhante imoralidade (...)”²⁴, não conseguia afrontar essa força que se expandia de prazer e, assim, a única maneira era “sacrificar” o grumete em prol de seu desejo.

¹⁸ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

¹⁹ THOMÉ. *Eros Proibido*.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, Ltda. 2006. v. 1. Título original: *Histoire de la Sexualité: La volonté de savoir*.

²¹ THOMÉ. *Eros Proibido*.

²² CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

²³ PAZ, Octávio. *A dupla chama: amor e erotismo*. São Paulo: Siciliano, 2001.

²⁴ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

Certo dia de folga, Amaro passa a refletir sobre possíveis maneiras de saciar “(...) o seu forte desejo de macho torturado pela carnalidade grega”²⁵. Nesse sentido, destaca-se que a volúpia sexual do Bom-Crioulo é descrita como algo que advém dos gregos. Ainda nessa linha de pensamento, vê-se que, em nenhum momento, o narrador pronuncia o termo “homossexualidade”, mas correlatos mais significativos para o período, como inversão sexual, que, a todo o momento, deixam claro para o leitor qual a temática abordada no romance.

Impossibilitado de ocultar sua aspiração sexual, Amaro procura convencer o grumete, estimulando-lhe o organismo, para que passem a noite juntos. O Bom-Crioulo, sem conseguir “resistir aos impulsos do sangue”, seduz Aleixo, eles se tornam amantes e se entregam ao prazer sexual, conforme abaixo:

Depois de um silêncio cauteloso e rápido, Bom-Crioulo, aconchegando-se ao grumete, disse-lhe qualquer coisa no ouvido. Aleixo conservou-se imóvel, sem respirar. Encolhido, as pálpebras cerrando-se instintivamente de sono, ouvindo, com o ouvido pegado ao convés, o marulhar das ondas na proa, não teve ânimo de murmurar uma palavra. Viu passarem como em sonho, as mil promessas de Bom-Crioulo: (...) Uma sensação de ventura infinita espalhava-se em todo corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma como vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o que ele quisesse – uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade... (...) E consumou-se o delito contra a natureza.²⁶

Conforme o trecho, é possível perceber que Aleixo se sente encantado com as promessas de Amaro, imagina tudo o que há de incrível no Rio de Janeiro e, por um misto de aventura, cede às vontades do Bom-Crioulo, o que nos leva a compreender que Aleixo não nutre nenhum sentimento por Amaro. Quando o narrador afirma que “consumou-se o delito contra a natureza”, nota-se que esse fragmento remete ao momento da penetração sexual, instante em que o narrador interrompe, bruscamente, com um proferimento de palavras que deixa velado um olhar de rejeição do ato cometido pelos protagonistas, pois, nas palavras de Thomé²⁷, “como é sem qualquer interferência que ele denominará de ‘delito contra a natureza’ o ato homossexual entre os dois personagens (...)”, ou seja, a relação homoerótica é julgada pelo narrador como um ato criminoso, que corrompe as leis naturais, levando a compreender que o homoerotismo é algo imoral e anômalo, já que está relacionado com uma irregularidade do organismo^{28,29}.

²⁵ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

²⁶ _____, *Bom-Crioulo*.

²⁷ THOMÉ. *Eros Proibido*.

²⁸ CASTELLO BRANCO, Lúcia. *O que é erotismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²⁹ _____, *O que é erotismo*.

No decorrer da narrativa, Amaro “(...) exterioriza seu pensamento através do narrador (...)”³⁰ ao constatar que “nunca se apercebera de semelhante anomalia... (...)”³¹. Por esse prisma, compreende-se que o personagem é induzido pelo narrador a atribuir ao seu comportamento sexual transtornos irregulares do organismo, que tratam a homossexualidade como uma aberração do sexo. Mesmo assim, Amaro afirma que é homem, pois tinha suas “necessidades como qualquer outro”³², já que chegou até mesmo a “cometer excessos que os médicos proíbem”³³, isto é, a prática da masturbação que, naquela época, era totalmente coibida pela medicina, mas, mesmo assim, bastante comum. Na verdade, é importante observar que a masturbação pode estar associada à homossexualidade de Amaro, uma vez que, para Castello Branco³⁴, a prática masturbatória poderia levar o indivíduo a praticar o homossexualismo, além de outras doenças de instinto sexual.

Voltando ao centro narrativo, os marinheiros, protagonistas da obra, decidem residir na Rua da Misericórdia, localizada no Rio de Janeiro. Ao chegar lá, se instalam na pensão da portuguesa D. Carolina, uma ex-prostituta, descrita pelo narrador como “(...) uma senhora gorda, redonda e meio idosa”³⁵. Era amiga de Amaro e passou a ter um afeto por ele no dia em que o Bom-Crioulo salvou sua vida, quando ela foi abordada por ladrões.

Essa passagem do texto é um dado importante, porque envolve uma das cenas mais intensas do romance em análise, já que esse espaço ficcional será composto por um trinômio amoroso, o qual atribui aos personagens papéis trocados, como veremos adiante.

Aleixo e Amaro ficaram instalados em um sótão, um quartinho bem pequeno e sujo, mas que, aos poucos, foi adquirindo “nova feição” graças a Amaro, que sempre comprava enfeites, bugigangas e outros objetos para seu novo “lar”. Aleixo e Amaro passaram a viver como amantes, moravam e dormiam juntos. No entanto, o Bom-Crioulo é chamado para trabalhar em outro navio, tendo que ficar uns dias distante do “seu grumete”. A partir desse momento, o envolvimento entre eles passa a sofrer várias crises, que deixarão marcas profundas³⁶, principalmente na vida de Amaro.

³⁰ THOMÉ. *Eros Proibido*.

³¹ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

³² _____. *Bom-Crioulo*.

³³ _____. *Bom-Crioulo*.

³⁴ CASTELLO BRANCO. *O que é erotismo*.

³⁵ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

³⁶ THOMÉ. *Eros Proibido*.

Sem Amaro ao seu lado, Aleixo até sente certo alívio, pois “o negro não lhe fazia muita falta”³⁷ e já tinha até pensado em arrumar “um caso” com um homem de ascensão social, já que, ao lado do Bom-Crioulo, jamais teria uma boa vida, visto que este não tinha algo de bom para lhe oferecer. Nesse ponto, é necessário destacar que o erotismo presente em Aleixo faz menção a características femininas, tendo em vista que, de acordo com Alberoni³⁸, o erotismo feminino está associado ao *status* econômico do parceiro perante a sociedade. Por outro lado, Amaro está relacionado à postura erótica masculina, pois se fascina por Aleixo devido a sua aparência física, pois tinha o costume de pedir para que ele se despisse por completo, apenas para que pudesse contemplar o corpo do garoto, já que ele “(...) vibrava, demorando-se na idolatria pagã daquela nudez sensual (...)”³⁹.

Com a ausência de Amaro, D. Carolina, inescrupulosamente, já dava indícios de insinuação para o grumete, chamando-o “carinhosamente” de “meu bonitinho”. Na verdade, sua real intenção era conquistar o jovem marinheiro. Nesse ponto, destaca-se que Aleixo já estava sentindo uma forte atração por D. Carolina, já não a achava tão velha, dizia a si mesmo que a idade não importava, mas apenas a fisionomia e o corpo. Finalmente, a portuguesa o seduz e consegue arrastá-lo para a cama:

Ela, de ordinário tão meiga, tão comedida, tão escrupulosa mesmo, aparecia-lhe como um animal formidável, cheio de sensualidade, como uma vaca do campo extraordinariamente excitada, que se atira ao macho antes que ele prepare o bote...⁴⁰

No fragmento acima, percebe-se que o narrador utiliza o zoomorfismo para caracterizar a atitude de D. Carolina. Ela é vista como uma vaca, insaciável de desejo, que visa satisfazer por completo seu deleite sexual. Diante disso, há um aspecto interessante, pois, a partir daí, surge um triângulo amoroso, no qual “o alvo da disputa” é Aleixo, desejado por Amaro e D. Carolina, personagens que serão representados como “(...) o macho gay, o adolescente e a mulher masculinizada”⁴¹. Por esse ponto de vista, destaca-se que todos eles são descritos de maneira contraditória, já que assumem papéis colidentes a respeito de suas personalidades.

O curioso, na verdade, é que D. Carolina “atua como homem, pois conquista Aleixo, em vez de ser conquistada”⁴². Ainda assim, o jovem grumete passa a ser retratado como “homem em

³⁷ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

³⁸ ALBERONI, Francesco. *O Erotismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

³⁹ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

⁴⁰ _____. *Bom-Crioulo*.

⁴¹ LOPES, Denilson. *O Homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

⁴² MOISÉS. *História da literatura brasileira*.

formação”, já que está vivenciando sua primeira relação íntima com o sexo oposto. Desse modo, pode-se afirmar que, antes, Aleixo sofria do “vício da homossexualidade”, no entanto, se regenera, já que, conforme Thomé⁴³ o romance tenta repassar a “(...) ideia de que a mulher teria o poder de *salvar* um sujeito de seus desejos desviantes, de que um homossexual poderia ser *curado* a partir da intervenção direta de uma mulher”. Baseado nisso, compreende-se que, graças à intervenção da portuguesa, Aleixo deixou de padecer de uma suposta patologia sexual, no caso, a homossexualidade.

Aleixo, que era comparado pelo narrador a todo instante a uma mulher, passa a sofrer uma nova transformação, depois de se manter distante de Bom-Crioulo. A partir desse momento, o belo jovem assume uma nova postura na narrativa, “(...) que é, sem dúvida, a grande surpresa do romance”⁴⁴. Isso ocorre porque, no início da narrativa, Aleixo era vinculado diretamente à figura feminina, todavia, após se envolver com a portuguesa, deixa de remeter características voltadas a uma mulher, porquanto, agora, deixou de “praticar o homossexualismo”.

Bom-Crioulo passou vários dias sem visitar Aleixo e, cheio de saudades, decide fugir e vai ao encontro do grumete, porém, ao chegar à pensão, não encontra seu amado. Furioso, embriagou-se e envolveu-se numa briga, o que acarretou sérias consequências, pois foi castigado de forma tão severa na Marinha, que foi preciso levá-lo ao hospital.

No leito do hospital, ainda com saudades de Aleixo, decide mandar um bilhete pedindo para ele ir visitá-lo, porém, D. Carolina, ao saber do ocorrido, resolve esconder tal acontecimento. Ao ter acesso ao bilhete, Aleixo se nega a ir ao encontro do Bom-Crioulo, pois “nunca o estimara”, sentia nojo e desprezo pelo negro.

Herculano, um colega de bordo de Amaro, vai visitá-lo no hospital e acaba confessando ao Bom-Crioulo que Aleixo estava “amigado” com uma mulher, o que provoca a ira de Amaro:

Amigado, o Aleixo! Amigado, ele que era todo seu, que lhe pertencia como o seu próprio coração: ele, que nunca lhe falara em mulheres, que dantes era tão ingênuo, tão dedicado, tão bom!... Amigar-se, viver com uma mulher, sentir o contato de outro corpo que não o seu, deixar-se beijar, morder, nas ânsias do gozo, por outra pessoa que não ele, Bom-Crioulo!...⁴⁵

Amaro, inconformado com a traição, foge da enfermaria e vai procurar pelo amado na Rua da Misericórdia. Chegando lá, decide perguntar a um empregado de uma padaria se conhecia D. Carolina e, para seu desespero, acaba descobrindo toda a verdade. Ao avistar Aleixo,

⁴³ THOMÉ. *Eros Proibido*.

⁴⁴ _____. *Eros Proibido*.

⁴⁵ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

O negro teve um daqueles ímpetos medonhos, que o acometiam às vezes; garganteou um – oh! Rouco, abafado, comprimido, e, ligeiro, furioso, perdido de cólera, sem dar tempo a nada, precipitou-se, numa vertigem de seta, para a rua. Não via nada, não enxergava nada, tresvairado, como se de repente lhe houvesse faltado à luz dos olhos e a razão do cérebro (...) ⁴⁶.

Movido por ódio e vingança, Amaro, sendo incapaz de controlar seus instintos, assassina Aleixo. Após matar o grumete, Bom-Crioulo vai embora triste e desamparado. Depois dessa atrocidade:

– Mais um carro rodou, todo lúgubre, todo fechado, e a onda dos curiosos foi se espalhando, se espalhando, até cair tudo na monotonia habitual, no eterno vaivém ⁴⁷.

Dessa maneira, tem-se o desfecho do romance *Bom-Crioulo* com um final trágico, mas que possui um propósito, já que, conforme Moisés ⁴⁸, “(...) o assassinio de Aleixo assume foros de expiação, ritual de purificação, como se, através dele, Amaro, escravo fugido, se desforrasse das instituições, simbolizadas em Aleixo”. Por essa visão, é possível compreender que o término calamitoso da obra em estudo foi intencional, visto que pretendia castigar os personagens protagonistas por causa da sua homossexualidade. Desse modo, a representação da morte de Aleixo é vista como uma maneira de tentar purificar Bom-Crioulo do seu “vício”.

Em outras palavras, nem Amaro, nem Aleixo conseguiram concretizar sua felicidade por causa da sua “inversão” (conforme o pensamento que predominava nessa época), pois os infortúnios presentes na relação dos protagonistas foram premeditados pelo autor, já que visavam punir aqueles que se entregassem ao “vício sexual” ⁴⁹. Diante dessa constatação, Costa ⁵⁰ observa que “no naturalismo, a relação entre criminalidade e homoerotismo [...] expande-se e reforça a imagem do ‘homossexualismo’ como desejo ou comportamento anti-social”. Com base nessas ideias, ressalta-se que era associada ao homossexual uma imagem que vinculava a brutalidade física e sexual, características que foram depositadas no personagem Amaro. Isso ocorre porque, de acordo com Costa ⁵¹, o Naturalismo levava a comprovar que a homossexualidade provocava relações sexuais infames e animais, que não tinham controle, além de implicar que a prática homoerótica ia contra os princípios naturais, impostos pela fisiologia ⁵².

⁴⁶ CAMINHA. *Bom-Crioulo*.

⁴⁷ _____. *Bom-Crioulo*.

⁴⁸ MOISÉS. *História da literatura brasileira*.

⁴⁹ THOMÉ. *Eros Proibido*.

⁵⁰ COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1992.

⁵¹ _____. *A inocência e o vício*.

⁵² BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e Homoerotismo em Questão*. São Paulo: Dialogarts, 2006.

Bom-Crioulo retrata a homossexualidade como uma patologia viciosa, pois, com base nos preceitos naturalistas, “o patológico torna-se regra”⁵³. Nesse aspecto, o envolvimento homoerótico no romance analisado não é visto de forma benéfica, porque está relacionado à marginalidade sexual que, via de regra, conforme a época, é uma enfermidade do sexo, um vício clandestino⁵⁴.

Outro dado interessante na obra é que, apesar de o narrador tratar sutilmente a temática homoerótica nesse romance, ele ainda assume uma postura moralista a respeito do tema, já que, embora Caminha deixe a “impressão de um narrador *isento*, sem preconceitos, um olhar mais cuidadoso prova, contudo, que tal isenção é apenas aparente, e que no bojo do texto subjaz uma ideologia de caráter conservador (...)”⁵⁵. Desse modo, o narrador denota uma atitude que inferioriza a “conduta homossexual”, visto que, imbuído de um pensamento altamente conservador, visa condenar o envolvimento homoerótico entre os protagonistas.

Por fim, Thomé⁵⁶ aponta outro fator que confirma que o romance em estudo desaprova a prática homoerótica:

Contudo, ainda que raras tais inferências deixam transparecer o caráter moralista do texto, o que é ratificado pelo próprio autor no artigo ‘*Um livro condenado*’ que fez publicar no n° 2 de *A Nova Revista*, um periódico mensal que circulou no Rio de Janeiro, de janeiro a setembro de 1896, onde, na defesa de seu romance, pergunta: ‘Qual é o mais pernicioso: o *Bom-crioulo*, em que se estuda e condena o homossexualismo, ou essas páginas que aí andam pregando, em tom filosófico, a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e toda a espécie da imoralidade social?’

Nesse ponto, evidencia-se que a intenção de Caminha não era apenas provocar a sociedade da época, mas também levar ao palco literário um romance que, apesar de audacioso⁵⁷, propendia a corroborar a ideia de que a homossexualidade era um vício do sexo, que, caso não fosse contido, poderia levar às mais sérias atrocidades⁵⁸. Em suma, Caminha não escreveu essa obra para combater ideologias que iam contra o envolvimento homossexual, mas simplesmente para auxiliar a difundir o pensamento de que a homossexualidade era uma desmoralização sexual e social.

Considerações finais

⁵³ MOISÉS. *História da literatura brasileira*.

⁵⁴ CASTELLO BRANCO. *O que é erotismo*.

⁵⁵ THOMÉ. *Eros Proibido*.

⁵⁶ _____. *Eros Proibido*.

⁵⁷ MOISÉS. *História da literatura brasileira*.

⁵⁸ CASTELLO BRANCO. *O que é erotismo*.

Este estudo procurou explicar, no romance *Bom-Crioulo*, uma temática forte e audaciosa que possui como abordagem central o homoerotismo masculino, vivenciado entre personagens que possuem comportamentos que se contrapõem a sua personalidade. Foi possível perceber que essa obra está envolta de preceitos naturalistas respaldados no cientificismo, os quais culpam a homossexualidade pelos males causados ao próprio indivíduo homossexual e à sociedade.

No romance analisado, perpetuam ideologias que acreditavam que a prática homoerótica era um tipo de conduta que estava consignada a fatores biológicos e que determinariam aspectos doentios e irregulares ao homem. Devido a isso, o personagem Amaro é retratado, na narrativa, como um indivíduo que padece do “vício sexual” e, por esse motivo, para tentar se “curar desse mal”, assassina Aleixo, o que pode ser entendido como uma punição aplicada aos protagonistas da trama por adotarem comportamentos repelidos pelo meio social.

Dessa maneira, conclui-se, por um lado, que o romance *Bom-Crioulo* desaprova por completo a prática homoerótica, porque estava impregnado de ideias naturalistas, além de cultivar, no eixo narrativo, pensamentos conservadores que, assim como o Naturalismo, acreditavam que a homossexualidade era uma doença de instinto sexual, que desvirtuava os indivíduos para que cometessem atos tidos como “viciosos” que os corrompiam. Por outro lado, embora essa obra culpe a homossexualidade pela fatalidade no fim da trama, ressalta-se que, ainda assim, *Bom-Crioulo* evidencia que o tipo de Amaro, [...] é dos mais realizados da ficção brasileira⁵⁹, porque remonta à fraqueza humana e, acima de tudo, vive densamente sua paixão carnal, enfrentando o orgulho e, principalmente, a dor de “amar” e não ser amado, ou melhor, de “amar” e ser castigado por causa da sua “anomalia sexual”.

⁵⁹ MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira*.

O gênero e as cartografias do poder: representações jurídicas da masculinidade – Mallet-PR (1937-1944)

Gender and cartographies of power: legal representations of masculinity – Mallet-PR (1937-1944)

Gabriel José Pochapski
Graduando em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Paraná)
gabriel_pochapski@hotmail.com

Hélio Sochodolak
Doutor em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-Paraná)
sochodo@gmail.com

Recebido em: 13/10/2015

Aprovado em: 08/12/2015

RESUMO: A intensa produção das estudiosas feministas e o impacto do pensamento foucaultiano na historiografia possibilitaram novas percepções sobre os discursos que em diferentes contextos constituíram a sexualidade, como também normatizaram a subjetividade através do gênero. Nestas perspectivas, buscamos apresentar as representações jurídicas da masculinidade entre os anos de 1937 a 1944 nos processos criminais de Mallet-PR. A partir das produções de Michel Foucault e seus comentadores, visamos analisar a construção histórica nas afirmações da virilidade e na prática da violência enquanto elementos ligados à masculinidade. Os processos criminais articulados ao cotidiano de Mallet, no sul do Estado do Paraná, possibilitam uma análise das percepções sobre as relações de gênero naquele contexto sociocultural.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Michel Foucault, Processos Criminais.

ABSTRACT: The intense production of feminist scholars and the impact of Foucault's thought in historiography enabled new perceptions about the discourses that in different contexts constituted sexuality as well as standardized subjectivity through gender. In these perspectives, we aim to present the legal representations of masculinity between the years 1937-1944 in the criminal cases of Mallet-PR. From the productions of Michel Foucault and his commentators, we aim to analyze the historical construction in the statements of virility and in the practice of violence as elements linked to masculinity. The criminal cases articulated with the daily life of Mallet, in the south of the state of Paraná, enable an analysis of perceptions about gender relations in that sociocultural context.

KEYWORDS: Gender, Michel Foucault, Criminal Cases.

Tomar a masculinidade enquanto construção historicamente consolidada é voltar-se para práticas e discursos que investiram diretamente em subjetividades e modos de viver. Buscamos a

partir deste artigo problematizar a partir do pensamento de Michel Foucault as representações jurídicas da masculinidade a partir de processos criminais de Mallet-PR, no Sul do Estado do Paraná.

Para além das elaborações e teorizações totalizantes, a produção de Michel Foucault, impactante no campo historiográfico a partir da década de 1960, apresenta interessantes perspectivas ao problematizar o poder não enquanto centralidade, mas sim enquanto difusão que perpassa de forma microfísica as diferentes relações humanas. O impacto foucaultiano possibilitou aos diferentes intelectuais como Joan Scott afirmar as relações entre o gênero e o poder, assim como Gilles Deleuze, que nos conceitos de cartografia e diagrama torna possível compreender a multiplicidade do poder que entre práticas e discursos perpassou os indivíduos e seus cotidianos.

O município de Mallet-PR apresentou em seu cotidiano rural particularidades na produção e afirmação da masculinidade. Os elementos de tal contexto sociocultural podem ser evidenciados a partir de três processos criminais entre os anos de 1937 a 1944. Mesmo tratando-se de fontes oficiais, vistas com ceticismo por muitos historiadores, os processos criminais ganharam relevância em diferentes produções historiográficas. Tais documentos se destacaram pela possibilidade de evidenciar diferentes sujeitos, os aspectos do cotidiano, a violência e a criminalidade, bem como as múltiplas versões do discurso jurídico.

Ao propormos uma abordagem dos processos criminais de Mallet-PR a partir do pensamento foucaultiano, torna-se necessário afirmar que diferente das percepções que tratavam os documentos jurídicos enquanto um discurso homogêneo que definia o inocente, a vítima e o culpado, Michel Foucault os afirmou enquanto jogos de verdades. Ao analisar o dossiê que compunha o caso Rivière, ocorrido no século XIX, Foucault apresentou o processo enquanto uma multiplicidade discursiva, pois:

Todos falam ou parecem falar da mesma coisa: pelo menos é ao acontecimento do dia 3 de junho que se referem todos esses discursos. Mas todos eles, e em, sua heterogeneidade, não formam nem uma aba nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos. E ainda dizer uma batalha, não é dizer o bastante; vários combates desenrolaram-se ao mesmo tempo e entrecruzando-se [...].¹

O processo que julgava Pierre por seus crimes era marcado por jogos de verdades afirmados por saberes e poderes. Sejam nas nos discursos elaborados pelo judiciário que buscava

¹ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* Um caso de parricídio do século XIX. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997. p. XII.

condenar o acusado; pela psiquiatria emergente que afirmava a insanidade de seus atos; pelas testemunhas que descreviam suas observações sobre o fato e por Rivière, o acusado. Ao tomar os processos criminais enquanto jogos discursivos, o pensamento foucaultiano apresenta uma importante abordagem para a análise dos processos criminais de Mallet-PR.

As diversas informações presentes em tais fontes tornam possível analisar a produção histórica dos discursos sobre a masculinidade no inquérito jurídico, nas diferentes versões dos acusados e das testemunhas, bem como na ação do Estado e suas legislações.

O gênero e a historiografia: ressonâncias foucaultianas

Em 1988, a historiadora norte-americana Joan Scott em seu artigo intitulado, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1988) lançava uma das mais impactantes perspectivas do campo teórico do gênero para a historiografia contemporânea: o gênero está diretamente ligado às relações de poder. Scott afirmava que a partir da Gramática, o gênero era compreendido enquanto uma forma de classificação dos fenômenos, “um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes”.²

O gênero enquanto possibilidade de análise emergiu ao final do século XX, encontrando-se ausente nas teorias anteriormente constituídas como o Marxismo ou a Psicanálise, como afirma Scott:

De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre o masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, mas ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido.³

Diferente do conceito de patriarcado, no qual as intelectuais feministas investigavam a dominação masculina, tida “como o efeito do desejo dos homens de transcender sua alienação dos meios de reprodução da espécie”⁴ Joan Scott atribui às feministas americanas as perspectivas mais recentes do gênero para além dos aspectos de ordem biológica. Estas intelectuais buscavam evidenciar como tal categoria em suas distinções, estava ligada às relações sociais, “a palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou

² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Tradução Guacira Lopes Louro. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, p.71-99, Jul./dez. 1995. p.72.

³ _____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, p.85.

⁴ _____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, p.77.

“diferença sexual ””.⁵ O gênero enquanto categoria analítica encontrou espaço nas produções historiográficas feministas, que estavam voltadas para diferentes abordagens os conceitos marxistas ou as percepções das escolas psicanalíticas para problematizarem a questão do gênero. Em meio às variadas correntes teóricas, Joan Scott, influenciada diretamente pelo pós-estruturalismo de Michel Foucault definiu o conceito de gênero em duas preposições:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional.⁶

Ao afirmar a influência do pensamento foucaultiano na noção da difusão do poder, Scott buscou problematizar a historicidade que o gênero estabeleceu com as relações entre o saber e o poder, os campos de força que constituíram discursivamente os sujeitos e suas subjetividades. A historiadora chamou a atenção para a necessidade de observar os contextos em seus conceitos normativos que por meio de representações simbólicas se atrelaram para aquilo que se constituiu enquanto masculinidades e feminilidades, “esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirmam de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher [...]”.⁷

A partir de Scott, pode-se afirmar a construção do gênero que através da significação cultural dos dados fisiológicos e anatômicos, ou da sexualidade e suas práticas as quais se estabeleceram categorias classificatórias. Tais processos possibilitam aos historiadores/as analisar as formas de se viver e compreender o corpo, a verdade e a individualidade, assim como as condutas e normatizações dos processos subjetivos.

Michel Foucault ao rejeitar a hipótese repressiva em *A vontade de saber* (1988) afirmou sua divergência com as afirmações sobre uma repressão sexual nas sociedades industriais modernas, ou no chamado Período Vitoriano. Para o historiador das ideias, a partir dos séculos XVII e XVIII constituíram-se formas de incitações discursivas sobre o sexo, como os manuais de confissão, os saberes da modernidade como a fisiologia e a biologia modernas, a psiquiatria e a pedagogia que formularam uma “ciência sobre o sexo”. As construções em diferentes formulações arquitetônicas organizavam os espaços das residências, escolas, dormitórios e

⁵ SCOTT. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, p.72.

⁶ _____. *Gênero*, p.86.

⁷ _____. *Gênero*, p.86.

hospitais. Tal contexto apresentou uma explosão discursiva sobre o sexo em um dispositivo que provocou “através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparadas”.⁸

Mesmo não se utilizando do gênero enquanto categoria conceitual, Foucault possibilitou afirmar a construção das oposições binárias que a partir do sexo-natureza, do sexo-significação ou do sexo-discurso afirmaram a carne e o espírito, as pulsões e a civilização, o homem e a mulher, pois:

O Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade, o que sem dúvida nada teria de extraordinário, tanto nos habituamos, desde os gregos a esse tipo de “conquista”; mas, sobretudo colocar-nos, inteiros – nós, nosso corpo, nossa alma, nossa individualidade, nossa história – sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Uma vez que se trate de saber quem somos nós, é ela, doravante, que nos serve de chave universal.⁹

O sexo passou a “falar” sobre os sujeitos, enunciar a sua “verdade”, designar condutas que por meio do gênero estabeleceram funções como o homem viril que sustenta sua família ou a esposa que se dedicava exclusivamente à organização do lar. A partir do sexo delinearam-se figuras como a histérica ou a criança masturbadora, os sujeitos transgressores da normatividade estabelecida: o homossexual ou sodomita, os corpos hermafroditas e “anormais”, como afirmou Foucault:

A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação, e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real de incorporá-las ao indivíduo.¹⁰

Foucault apresentou aos historiadores a subjetividade construída por meio do poder, as condutas que em diferentes contextos foram categorizadas e classificadas. Seu pensamento resultou ao campo historiográfico, na virada da década de 60, uma identificação dos intelectuais em tornar evidente a atuação do poder em suas produções. Como afirmou a historiadora Miri Rubintal impacto também ganhou forças entre as décadas de 70 e 80, nos movimentos de emancipação e auto expressão, “o feminismo, os movimentos de direitos civis, a emancipação

⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª Ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Gilhion Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p.48.

⁹ FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p.76.

¹⁰ _____. *História da Sexualidade I*, p.44.

dos homossexuais, os movimentos ambientalistas, as campanhas anticoloniais [...]”.¹¹ Entre as estudiosas feministas e os teóricos do gênero, o pensamento foucaultiano representou novas possibilidades investigativas no campo historiográfico, como afirma Rubim:

De acordo com um dos conceitos fundamentais da investigação feminista – o gênero – os homens e mulheres não nascem feitos: fazem-se. Este processo ocorre dentro de redes de representações, exortação e exemplo, entre ideias e práticas, por e dentro de pessoas com corpo. Dentro destas redes, é possível trabalhar no sentido de cartografar as estruturas de opressão, desigualdade, privação de direitos políticos [...] mas também os elementos de resistência, criatividade e apropriação de significado.¹²

O impacto desta virada possibilitou entre os historiadores uma atenção especial aos discursos e sua influência na construção dos espaços, sujeitos e saberes, abrindo novos horizontes para um olhar sobre a construção histórica das masculinidades. Na historiografia brasileira a influência do pensamento foucaultiano sobre o gênero ganhou relevância nos trabalhos da historiadora Margareth Rago que em diversas produções como *O efeito-Foucault na historiografia brasileira* (1995) relacionou a importância do pensamento de Foucault nos estudos sobre o gênero e a masculinidade. Para a historiadora, o pensamento feminista não só possibilitou uma desconstrução das formas identitárias daquilo que seria a mulher, mas também abriu espaço para a análise das mulheres a partir do gênero masculino:

Deixa-se progressivamente de lado o “estudo das mulheres”, considerando-se que esta identidade não é biologicamente fundada, mas social e culturalmente construída, e que portanto deve ser pensada em relação ao gênero masculino, também ele social e culturalmente construído, assim como considerando-se as múltiplas relações que se estabelecem na vida social.¹³

Nas perspectivas da autora, o pensamento do filósofo legou para os estudos de gênero na historiografia, a necessidade da desconstrução daquilo que historicamente se consolidou enquanto referências da masculinidade. Compreendeu-se o sexo não mais como identidade naturalizada ou essência, mas sim como construção discursiva em regimes de verdades e de saberes.

Exemplo destas novas percepções historiográficas no Brasil, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a partir do método arqueológico foucaultiano, buscou em literaturas regionais e textos jornalísticos, analisar as transformações que ocorreram entre o final do século

¹¹ RUBIN, Miri. *Que é a história cultural hoje?* In: CANNADINE, David. (Coord.). *Que é a história hoje?*. Lisboa: Gradiva, 2006. p.116.

¹² RUBIN. *Que é a história cultural hoje?* p.116.

¹³ RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP. São Paulo, 67-82, Outubro de 1995.. p.80

XIX e a década de 1940. Em sua obra, *Nordestino: uma invenção do falo* (2003) a construção do Nordeste esteve atrelada com a invenção do macho nordestino, sinônimo de virilidade, rispidez e masculinidade. A ascensão da República, o processo de modernização do país, o crescimento urbano e as “novas modas” eram vistos como sinal de uma feminização da sociedade tradicional, “os homens duros de antigamente agora amoleciam, perdiam a virilidade, a potência”.¹⁴

Durval afirma a construção do homem nordestino enquanto resultado de saberes geográficos, históricos e antropológicos. Tais conhecimentos relacionavam aspectos regionais com a aparência física, com os comportamentos e a cultura; literaturas que o afirmavam enquanto homem forte, viril e corajoso, discursos que na articulação do poder e do saber fabricaram masculinidades, como afirma o autor:

O nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, sua vida delicada, artificial, histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos: um macho, capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise: um ser viril, capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava.¹⁵

Em meio a um contexto de transformações sociais que moldaram e constituíram figuras e regiões como o nordestino e o Nordeste, tais figuras eram caracterizadas como sujeitos resistentes às mudanças. Em meio a uma construção regional, Durval apresenta a crise da família patriarcal, entre o final do século XIX e o início do século XX, evidenciando tanto as transformações nas estruturas familiares, como nas relações de gênero. Neste sentido, a produção da subjetividade masculina passou a se desvincular da estrutura familiar, “outras instâncias passam a ser importantes centrais de distribuição de sentido e modelos para a produção da subjetividade masculina: o Estado, a empresa, a instituição pública, à medida que a economia, a política e a cultura se desfamiliarizam”.¹⁶ Para além de uma noção de que a desvinculação das relações de poder das estruturas familiares representaria o fim de uma dita ordem, o pensamento foucaultiano possibilita pensar o funcionamento do poder enquanto produção e multiplicidade.

Visando apresentar a historicidade presente nas afirmações da masculinidade em diferentes contextos e espaços, tal como Mallet-PR na primeira metade do século XX, nos deparamos com as seguintes questões: Como tais percepções e figuras do passado se tornaram

¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino* (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Catavento, 2003. p.43.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR. *Nordestino*, p.162

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades - o diálogo entre três homens (Graciliano, Foucault e Deleuze). In: _____. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de Teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007. p.221-222.

perceptíveis hoje? De que forma podemos evidenciar as relações de poder que atravessaram tal contexto? Partindo destas questões buscamos problematizar as relações de poder a partir dos processos criminais de Mallet-PR. Busca-se a partir dos conceitos de cartografia e diagrama elaborados pelo filósofo Gilles Deleuze com base no pensamento foucaultiano analisar a multiplicidade do poder que constitui as masculinidades daquele contexto sociocultural.

Michel Foucault e Gilles Deleuze: o poder entre os homens infames e seus diagramas

Foucault em seu texto *A vida dos homens infames* (1977) buscou apresentar figuras e relatos que não se destacaram por feitos heroicos, grandes conquistas ou fatos. Tratava-se de vidas infames, de existências que se apresentavam em relatos cercados de práticas, sentimentos, loucuras e violências.

O filósofo francês buscou em figuras, cartas e registros de internamento, trechos de petições, entre outros documentos do século XVIII, “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos”.¹⁷ Ao escrever tal texto, Foucault não buscou reunir existências que fiéis à realidade seriam evidenciadas por seu valor representativo, ele buscou textos que carregavam fragmentos e discursos que faziam parte daquele contexto, “são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos”.¹⁸

Figuras infames em vidas singulares no tempo e no espaço, existências reais que em trechos de poucas páginas, relatam na maioria das vezes os sofrimentos, os sentimentos e o cotidiano. Homens que se tornaram infames pela prática da violência, dos crimes e das agressões, “mesmo se as razões dessa fama são inversas àquelas que fazem ou deveriam fazer a grandeza dos homens. Sua infâmia não é senão uma modalidade da universal fama”.¹⁹ Para que a historicidade de tais relatos, percepções e figuras daquele cotidiano pudessem ser evidenciadas, foi preciso que em algum momento houvesse o contato ente aquelas existências e o poder, como afirmou Foucault:

¹⁷ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. MOTTA, Manuel de Barros (Org.). 2ª Edição. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203.

¹⁸ _____. *A vida dos homens infames*, p.206-207.

¹⁹ _____. *A vida dos homens infames*, p.210.

O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido.²⁰

O contato com o poder, tal como um feixe de luz, iluminou por alguns instantes, algumas linhas ou trechos dessas existências que desapareceriam na escuridão de forma tão breve quanto às páginas as quais haviam se tornado evidentes. Os saberes, as práticas, os discursos, o cotidiano, entre outras diferentes perspectivas sobre o passado se constituíram a partir de relações de poder, neste sentido, o pensamento foucaultiano instiga diferentes possibilidades de análise do poder, tal como a cartografia e o diagrama.

Mesmo não sendo resultado de uma conceituação foucaultiana, as percepções sobre uma “cartografia do poder” estavam ligadas às tendências de uma “historicidade do espaço”, apresentadas por Foucault em uma entrevista com a Revista *Hérodote* em 1976.²¹ A perspectiva da cartografia e do diagrama se deu a partir de uma releitura realizada pelo filósofo francês Gilles Deleuze a partir da obra *Vigiar e punir* (1975).²² Apresentando um “Foucault cartógrafo”, Deleuze problematiza não um “método unificado”, mas novas perspectivas de evidenciar as práticas e os discursos que caracterizavam a multiplicidade do poder.

Tal perspectiva apresentava diferenças em relação ao pensamento marxista, que afirmava o pertencimento do poder a uma classe detentora. Foucault afirmou que o poder “é menos uma propriedade que uma estratégia (...) ele se exerce mais do que se possui, não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”.²³ Foucault contraria o postulado da localização do poder no aparelho de Estado, mostrando que “o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de

²⁰ FOUCAULT. *A vida dos homens infames*, p.207.

²¹ “A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas de evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo. É porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos – históricos certamente – de poder. A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” FOUCAULT, Michel. *Sobre a Geografia* (1979). In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. 29ª Reimpressão. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.159.

²² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20ª Ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

²³ DELEUZE, Gilles. Um novo cartógrafo (*Vigiar e punir*). In: _____. *Foucault*. Tradução de Cláudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.35.

engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma “microfísica do poder”²⁴.

Como Foucault afirmou no *Collège de France* em seu curso *Soberania e disciplina* (1976) não se trata de buscar a centralidade do poder, mas sim os processos que incidem e atuam diretamente sobre os corpos.²⁵ Nestas perspectivas o poder não possui essências ou atribuições, mas sim relações que perpassam as singularidades dos dominantes e dos dominados. Segundo Deleuze, no postulado da modalidade afirmava-se que o poder agiria através da violência e da ideologia, discordando destas percepções, para Foucault:

O poder “produz realidade”, antes de reprimir. E também produz verdade, antes de ideologizar, antes de abstrair ou de mascarar [...] Foucault não ignora de modo algum a repressão e a ideologia, mas como Nietzsche já havia visto, elas não constituem o combate de forças, são apenas a poeira levantada pelo combate.²⁶

O poder não opera necessariamente a partir do uso da violência, seja pela repressão ou pela ideologia, ela é o efeito de uma força sobre os corpos, coisas ou objetos, não exprimindo necessariamente a relação de poder, mas sendo resultado da mesma. Neste sentido, Deleuze estabeleceu a particularidade do pensamento foucaultiano ao afirmar o poder de forma difusa para a construção de uma cartografia, pois “o funcionalismo de Foucault corresponde a uma topologia moderna que não assinala mais um lugar privilegiado como fonte de poder e não pode mais acertar a localização pontual”.²⁷

A cartografia proposta por Deleuze não busca apresentar formas e territórios, ela difere da geografia física, que a partir de cálculos, dados estatísticos e topográficos visa mapear pontos exatos para indicar contornos, taxas e distribuições. Foucault não possibilitou um mapeamento da exatidão, mas na perspectiva deleuzeana, seu pensamento tornou possível uma cartografia diagramática, que evidenciou elementos como as relações de força, as práticas do poder. Deleuze define o diagrama da seguinte forma:

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, coextensiva a todo o campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por meio de funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre

²⁴ DELEUZE. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.35.

²⁵ “Portanto, [torna-se necessário] não perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é a sua estratégia global, mas como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc.” FOUCAULT, Michel. *Soberania e disciplina*, Curso do Collège de France, 1976. MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. 29ª Reimpressão. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.182-183.

²⁶ DELEUZE, Gilles. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.38-39.

²⁷ _____. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.36.

um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar.²⁸

O digrama possibilita captar a multiplicidade na qual o poder opera em meio no tempo e no espaço, os pontos nos quais os micropoderes ordenam diferentes as realidades sociais, ele é “exposição das relações de forças que constituem o poder”.²⁹ Na análise das transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII e evidenciadas em *Vigiar e Punir*, Deleuze afirma um processo de cartografia realizada por Foucault, que por meio dos diagramas afirmou o poder seja na prática do suplício, nas formas de evidenciar a verdade, na punição, no modelo prisional panóptico ou na disciplina sobre os corpos dóceis e aptos ao trabalho.

Segundo Deleuze, cada sociedade em seus diferentes contextos e características possui os seu ou os seus diagramas, pois “se há muitas funções e mesmo matérias diagramáticas, é porque todo diagrama é uma multiplicidade espaço temporal. Mas, também, porque há tantos diagramas quantos campos sociais na História”.³⁰ Podemos afirmar que nos diversos contextos, para além da ação do Estado ou de uma “macro-política”, a microfísica do poder se faz presente nas práticas cotidianas, na constituição ou o atravessamento constante do sujeito em uma maquinaria que constitui sua subjetividade, máquina esta que se torna evidente a partir do diagrama, como afirma Deleuze:

Vimos que as relações de forças, ou de poder, eram microfísicas, estratégicas, multipontuais, difusas, que determinavam singularidade e constituíam relações puras. O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos [...].³¹

As linhas do diagrama passam por todos os pontos que constituem a rede do poder, como Foucault afirma em *A Vontade de Saber* (1976), “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todas as partes”,³² o poder constitui realidades, formas de se sentir e de se afirmar no mundo. Foucault ensinou aos historiadores que não se trata de afirmar o poder a partir da imposição ou da força, mas da produção e da afirmação. A verdade, os saberes, as instituições, o modo como os humanos falam de si, as explosões discursivas sobre a sexualidade, entre diversos outros aspectos que produziram subjetividades e afirmaram “essências” daquilo que seria um homem ou uma mulher ideal.

²⁸ DELEUZE. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.44.

²⁹ _____. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.46.

³⁰ _____. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.44.

³¹ _____. *Um novo cartógrafo (Vigiar e punir)*, p.46.

³² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*, p.89.

Nestas perspectivas, o pensamento foucaultiano possibilita construir uma análise do cotidiano de Mallet-PR entre os anos de 1937 a 1944, suas figuras infames em uma cartografia que busca evidenciar o poder que construiu os sujeitos. Relações que entre a articulação do gênero e suas práticas, encontraram maneiras de tornar sua virilidade visível, constituindo-se enquanto normatização daquilo que seria a masculinidade. De outra forma, os sujeitos que transgrediam a heteronormatividade do diagrama, os homens acusados de se relacionarem com outros homens, as virilidades questionadas, possibilitam por meio dos processos criminais uma fala sobre si e suas percepções.

A unidade das cartografias e a microfísica do poder: representações da masculinidade nos processos criminais de Mallet-PR

Os processos criminais do Judiciário de Mallet-PR estão presentes no Centro de documentação e memória de Irati (CEDOC/I) e datam de 1913 a 2006. Tais fontes históricas compõem um fundo documental de cerca de seis mil processos que apresentam diferentes momentos do contexto do Estado do Paraná.

Com relação ao município de Mallet-PR, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o primeiro vilarejo no local que hoje compreende a Mallet-PR foi fundado no final do século XIX. Neste período, “o Governo Imperial elaborava planos visando à colonização do Estado do Paraná, algumas famílias deixaram a cidade de Campo Largo e partiram para o sul, com o propósito de povoar as terras ricas e férteis daquela região”.³³

Tal contexto também foi marcado pela chegada de muitos imigrantes provenientes do leste europeu, como ucranianos e poloneses que se estabeleceram no sul do Estado do Paraná. Os habitantes construíram uma capela dedicada a São Pedro, em torno da qual se formou um povoado. No ano de 1903 foi construída a Estação Marechal Mallet, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

O nome da Estação juntou-se ao antigo povoado, que passou, assim, a denominar-se São Pedro de Mallet [...] O município foi criado pela Lei estadual n. 1189, de 15 de abril de 1912, com território desmembrado de São Mateus do Sul, abrangendo os distritos da sede e de Rio Claro. A lei estadual n° 2645, de 1° de abril de 1929, deu oficialmente ao Município a denominação de Mallet.

³³ IBGE – *Mallet-PR* – histórico. Captado em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/mallet.pdf>
Acesso em: 05 de ago. 2015.

Podemos afirmar que a partir do contexto de Mallet-PR, entre os anos de 1937 e 1944, pode-se analisar o crescimento da prática da violência em crimes contra a vida. Se buscarmos realizar uma comparação entre Mallet-PR e o Estado do Paraná dentro do recorte de 1940 pode-se afirmar a predominância dos assassinatos, deflorações, abusos sexuais entre outros crimes, como afirmou Sochodolak:

Em ambos os casos os crimes contra a vida são em bem maior número dos que os demais, embora Mallet esteja na frente em cerca de 15%. Os crimes contra a propriedade aparecem em segundo lugar em ambos os casos embora as estatísticas de Mallet (12%) sejam bem menores se comparadas ao restante do Estado (30%).³⁴

Se os crimes ocorridos em Mallet-PR consolidaram a prática da violência contra a vida, algumas das percepções sobre a masculinidade serão evidenciadas através do uso de três processos criminais. O primeiro processo data do ano de 1937 e busca apresentar as relações entre a masculinidade e a violência, o crime revela aspectos da vida familiar, o esposo em suas tentativas de manter sua imagem de responsável e de chefe dos membros da família. O segundo processo, do ano de 1944, é marcado pela exibição dos órgãos sexuais por um homem que resultou no crime de atentado ao pudor. Tal processo possibilita afirmar como as diferentes práticas possuem uma historicidade que se encontra diretamente ligadas às relações de poder.

Se o primeiro e o segundo processo apresentam formas de afirmação da masculinidade em uma normatividade heterossexual, o terceiro processo também do ano de 1944, é marcado pela “acusação” de práticas sexuais não toleradas naquele contexto sociocultural, a relação entre dois homens. A chegada de bilhetes que questionavam a virilidade e as práticas sexuais do marido e sua esposa resultaram em um processo no qual se tornaram perceptíveis às relações entre a sexualidade enquanto afirmação de uma “verdade” sobre si.

No crime ocorrido em 1937, Marcos, 51 anos, natural da Polônia, foi acusado de agredir e provocar a morte de sua esposa. O crime foi marcado pelas versões da vítima, do acusado, como também das testemunhas.³⁵ O processo de nº 3668 afirma em seu inquérito:

No dia 14 de janeiro do ano 1937 pela manhã, no lugar denominado “Santa Cruz” deste município, o denunciado Marcos por questões de menos importância tentou amarrar sua mulher Clara e, derrubando-a ao solo para esse

³⁴ SOCHODOLAK, H. Processos criminais e história da violência – Mallet-PR (1913-1945). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. n.14, Florianópolis. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis, 2015. p. 05.

³⁵ Os nomes verídicos foram substituídos por pseudônimos.

fim, comprimiu-lhe o ventre com um dos joelhos, o que motivou a ofensa física constatada pelo auto de exame de corpo de delito [...].³⁶

Após a agressão, Clara manteve-se viva por quatro dias sendo procurada pelo delegado. Em depoimento ela afirmou que se mantinha afastada de seu marido por apresentar desentendimentos com o mesmo, que “por diversas vezes ele insistiu para que ela voltasse para a sua companhia, o que foi feito por duas vezes sem que fosse possível o convívio entre ambos por incompletude de gênio”.³⁷

Clara afirmou que vivia só, pois o marido levava para junto de si os filhos do casal, que por diversas vezes Marcos insistia para que ela voltasse para junto dele. Segundo a vítima, “na última sexta-feira pela manhã ia a declarante em companhia de Simone cortar trigo na roça quando na estrada encontrou Marcos que veio para o seu lado dizendo: “quando te macetar bem daí você vem para a minha casa””.³⁸ Derrubada ao chão a vítima entrou em luta corporal com Marcos, na tentativa de amarrá-la o marido comprimiu-lhe o ventre com o joelho, “como a declarante começasse a gritar, Marcos largou-a indo embora [...] que por diversas vezes deixou a declarante em situações quase idênticas e nada mais disse”.³⁹

Visando justificar seu ato, Marcos afirmou que “acabou caindo sobre o corpo e que naquele momento foi guiado por suas emoções”. O acusado afirmou não aguentar mais aquela situação, “que é motivo de piadas e comentários maldosos dos vizinhos por viver daquele modo”. Simone, a testemunha, afirmou que “o marido venceu por ter superioridade de sexo e de força”.⁴⁰ Após o fato Clara passou a sentir fortes dores falecendo quatro dias depois. Marcos ficou detido por um curto período, o processo que o acusava resultou em um julgamento por júri popular. Na sentença final Marcos foi absolvido e liberado para prestar cuidados dos filhos menores.

A partir deste processo criminal podemos evidenciar elementos do contexto local ou em um âmbito mais amplo que possibilitam a formação de um diagrama da masculinidade entre os anos de 1937 e 1944. Se analisarmos os processos presentes no Fundo Jurídico de Mallet-PR entre o recorte estabelecido, podemos observar que a prática da violência por parte das mulheres

³⁶ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, *campus* de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Mallet. *Processo criminal nº 3668*, 1937. (PB003, CX07). fls. 03.

³⁷ _____. *Processo 3668*, fls.08

³⁸ _____. *Processo 3668*, fls..08

³⁹ _____. *Processo 3668*, fls.09.

⁴⁰ _____. *Processo 3668*, fls.09

é de somente 11,1% possibilitando afirmar a predominância masculina nos crimes de gênero presentes daquele contexto.

Tais informações não se encontram isoladas, um recorte mais amplo como o Estado do Paraná possibilita afirmar que a predominância masculina na prática da violência caracterizou o Poder Judiciário paranaense. Segundo o Relatório Estadual da Polícia Civil referente ao ano de 1937, o número de criminosos identificados foi de 316, destes somente 17 eram mulheres.⁴¹ A predominância masculina pode ser manifestada no gráfico abaixo:

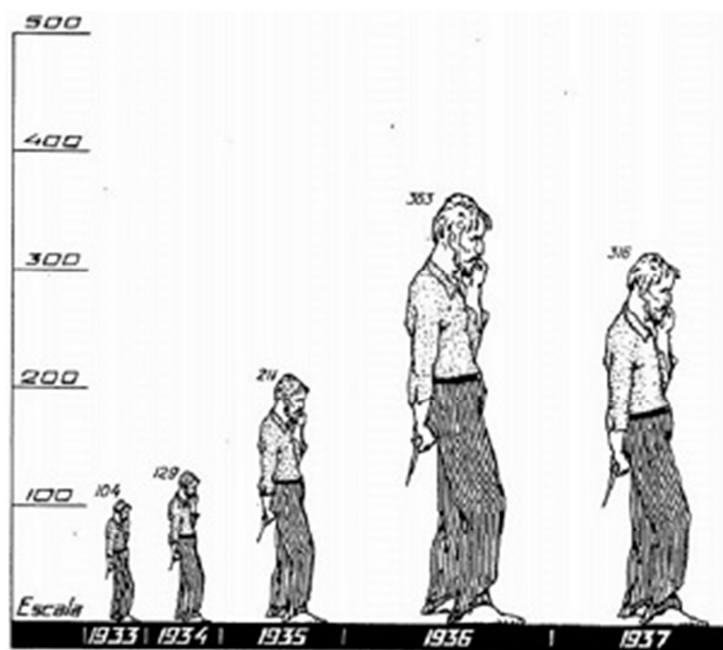


Figura 1: Gráfico dos criminosos identificados pela Polícia Civil – 1937. Arquivo Público do Paraná. *Relatório de identificação, estatística criminal e judiciária da Polícia Civil referente a 1937*. Curitiba, 1938. p.52.

A predominância masculina se fez presente não só nas taxas e quantificações, mas enquanto elemento simbólico nas ilustrações do gráfico, que caracterizaram a figura masculina enquanto indicador da criminalidade. Com relação à articulação entre a masculinidade e a violência, as percepções do historiador francês Robert Muchembled afirmam a historicidade da violência enquanto fenômeno ligado à virilidade, pois:

Antes de se encontrar lentamente monopolizada pelo Estado e pela nação, a violência modela a personalidade masculina sobre o padrão nobre da virilidade

⁴¹ RODRIGUES, João. *Relatório da Polícia Civil referente a 1937*. Arquivo Público do Estado do Paraná. 1938. Captado em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1937_MFN_1031_Policia_Civil.pdf Acesso em: 10 Set. 2015.

e da virtuosidade no uso das armas exigido de todo o aristocrata, desenhando no vazio, por oposição, o modelo da mulher fraca.⁴²

Não se trata de afirmar a violência enquanto mecanismo inato aos homens, nem a incapacidade feminina da prática de atos violentos, mas sim, os processos que em diferentes contextos consolidaram historicamente a heteronormatividade atribuindo ao gênero masculino os usos da violência. Tais percepções fizeram-se presentes nos saberes dos séculos XVII e XVIII, como a biologia e a medicina modernas ao afirmarem que “a violência masculina está ligada ao temperamento quente e seco do sujeito que o torna brutal e eruptivo. Ela se encontra, então, frequentemente, considerada natural, honrosa, e mesmo necessária”.⁴³

A multiplicidade do poder torna-se perceptível no contexto de Mallet, pois possibilita enfatizar que o diagrama heteronormativo não está restrito às práticas cotidianas, mas evidenciadas através do Código Penal Brasileiro de 1890, vigente até então. O Artigo 38 afirma que no parágrafo 5 que se tornam agravantes do crime “Ter o delinquente superioridade em sexo, força ou armas, de modo que o *offendido* não pudesse *defenderse* com probabilidade de *repellir a offensa*”.⁴⁴ Tal percepção jurídica se fez presente até o Código Penal de 1940 no qual a superioridade de sexo foi retirada. Do mesmo modo, não se trata de afirmar uma mudança no diagrama da masculinidade, pois como afirmou uma das testemunhas: o marido venceu por ter superioridade de sexo e força.

Marcos o acusado, buscou amarrar Clara, tal como uma propriedade sua afirmando: “quando te macetar bem daí você vem para a minha casa”. Para além das práticas que em diferentes contextos afirmaram a esposa enquanto propriedade do marido, em termos jurídicos, o contexto de 1937 é marcado pela vigência do Código Civil de 1916 que apresenta elementos de normatividade dos papéis. O Capítulo II intitulado *Dos direitos e deveres do Marido* prevê no Artigo 223 “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. Compete-lhe:

- I. A representação legal da família.
- II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial.
- III. Direito de fixar e mudar o domicílio da família.

⁴² MUCHEMBLED, Robert. *História da Violência: do fim da Idade Média aos nossos dias*. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2012. p.08.

⁴³ _____. *História da Violência*, p.145.

⁴⁴ BRASIL, Código Penal do. *Artigo nº 38*, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brazil. 1890. Captado em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049> Acesso em: 10 Set. 2015.

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal.⁴⁵

Se os parâmetros jurídicos colocavam o marido enquanto chefe e representante da família, as percepções presentes naquele contexto afirmavam a necessidade do uso da violência para o estabelecimento das funções. Marcos era motivo de piadas por não conseguir manter a sua esposa dentro de casa, a afirmação da virilidade se manifestou na violência.

Na perspectiva de Muchembled, a violência em muitos contextos foi considerada “aceitável e até sublime quando um homem mata para defender a sua vida, sua família, seus direitos [...] até mesmo quando ele maltrata sua mulher, seus filhos ou seus criados, para lhes impor uma estrita disciplina”.⁴⁶ Além da ambiguidade manifesta através do uso da violência, tornou-se perceptível a partir do processo criminal a família enquanto mantenedora de processos de subjetivação. Segundo Foucault o século XIX consolidou com o surgimento de figuras como:

A mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza a sua própria mulher.⁴⁷

A partir das percepções foucaultianas, pode-se afirmar a família enquanto suporte dos processos de normatização da subjetividade através do gênero, da manutenção, atribuição e produção sobre os corpos, suas ações e seus sentimentos. O diagrama da masculinidade encontrou formas de disciplinar os comportamentos e a necessidade de policiamento das condutas transgressoras. Neste sentido, o segundo processo criminal de nº 06 do ano de 1944, mesmo apresentando em seu inquérito a acusação pela morte de um animal, possibilitou evidenciar de forma indireta práticas voltadas para a produção de discursos ligados a masculinidade naquele contexto.

Francisco, brasileiro, de 48 anos compareceu no dia dezesseis de outro de 1944 para acusar as senhoras “Sofia e Teresa que invadiram um potreiro da propriedade de Francisco e armadas de foices e cachorros desferiram golpes na porca pertencente ao mesmo. O solicitante em socorro para com a porca foi agredido a foiçadas”.⁴⁸

⁴⁵ BRASIL, Código Civil do. Artigo 223, de 01 de janeiro de 1916. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 1916. Captado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm Acesso em: 10 Set. 2015.

⁴⁶ MUCHEMBLED. *História da Violência*, p.145.

⁴⁷ FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p.104.

⁴⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, *Processo criminal nº 06*. 1944^a. (PB003, CX17). fls.04.

Ao serem convocadas para prestar depoimento, Sofia e Tereza afirmaram que só realizaram tal ato, pois Francisco passou a perseguir as mulheres presentes nas famílias das acusadas. Segundo Sofia, “Francisco ficou por diversas vezes mostrando seus órgãos genitais enquanto ela lavava roupas no rio”.⁴⁹ Já Tereza, justificou o ato afirmando que Francisco “tentou dar em cima de sua filha menor de idade, que somente conseguiu afugentá-lo lançando a enxada em direção ao mesmo, pois estava próxima de sua residência e seu marido não estava em casa para defendê-la”.⁵⁰

A partir destas novas percepções, as acusações que constam no processo criminal passaram a ser “justificadas”, Francisco passou a ser culpabilizado por seus atos. Em sua defesa, ele afirmou que “as acusações de Teresa eram falsas, sendo tudo um mal entendido, e que no caso de Sofia só exibiu seus órgãos sexuais como forma de provocação. Não se tratava uma coisa errada, mas sim de uma forma de descontar a sua raiva depois de tantas desavenças por propriedades e animais”.⁵¹

Nestes pequenos trechos pode-se perceber que o ato de exibir a genitália, por parte de Francisco, presume discursos e práticas que se ligam diretamente ao diagrama da masculinidade. Paul Veyne em seu texto *Foucault revoluciona a História* (1978) afirma que “a palavra *discurso* ocorre tão naturalmente para designar o que é dito quanto o termo *prática* para designar o que é praticado”.⁵² Tanto as práticas como os discursos resultam de construções historicamente consolidadas, segundo Veyne o pensamento foucaultiano “nos convida a observar, com exatidão o que é dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é dito apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas de que os locutores não estão, de maneira nenhuma, conscientes”.⁵³

Ao analisarmos o processo criminal não tratamos de afirmar a inconsciência ou irresponsabilidade de Francisco ao justificar que seu ato pelas situações que não considerava agradável. Mas sim, torna-se necessário evidenciar os processos históricos que possibilitaram a emergência de tais afirmações discursivas.

Tal como na historicidade dos discursos e suas formas de dizer, as práticas tomadas nas perspectivas veynianas são aquilo que os seres humanos fazem. Elas enfatizam a particularidade

⁴⁹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO. *Processo 06, fls.05*.

⁵⁰ _____. *Processo 06, fls.06*.

⁵¹ _____. *Processo 06, fls.08*.

⁵² VEYNE. Foucault revoluciona a História. In: _____. *Como se escreve a história*. 4ª Ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998., p.252.

⁵³ _____. *Foucault revoluciona a História*, p.252.

de suas formações enquanto resultados “das mudanças históricas, muito e simplesmente das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas”.⁵⁴

Francisco ao exibir seus órgãos genitais confirmou que as construções de tais aspectos não se encontram isolados, mas correspondem às afirmações da masculinidade que podem ser problematizadas por Robert Muchembled. O historiador francês afirmou o crescimento das práticas tidas por violências físicas ou simbólicas no Ocidente, a partir do século XX “[...] a posição do macho, qualquer que seja seu *status* social, está fortemente correlacionada com a afirmação de sua heterossexualidade, mas, muito menos que antes, com a necessidade de colocá-la violentamente em cena no teatro da vida quotidiana”.⁵⁵

Se a declaração da virilidade ocorreu por práticas de violência, o Estado por sua vez, buscou classificar, ordenar e monopolizar tais atos visando estabelecer o controle por meio das legislações. O Código Penal de 1940 vigente no contexto de Mallet-PR considerou por meio do Artigo 233 enquanto ultraje público ou atentado ao pudor, “Praticar ato obsceno em lugar público, aberto, ou exposto ao público. Pena: Detenção de três meses a um ano, ou multa, de um conto a três contos de réis”.⁵⁶ Como resultado final deste processo, coube a Teresa e Sofia o pagamento pela morte do animal e para Francisco o pagamento de uma multa pelo crime de atentado ao pudor.

Diferente dos dois primeiros processos que caracterizam um diagrama de afirmação da masculinidade, Sérgio, figura infame do terceiro processo, passou a receber cartas que questionavam sua virilidade. O processo s/nº do dia vinte e oito de fevereiro de 1944 afirma que “havendo sido entregues nesta delegacia diversas cartas anônimas as quais vêm além de hostilizar e injuriar a honra de Sérgio, mecânico, estabelecido no interior do município de Mallet, hostilizam e taxam o mesmo assim como a sua esposa de procedimentos considerados indolosos [...]”.⁵⁷

O declarante alegou que a partir do mês de novembro de 1943 passaram a serem depositadas algumas cartas em sua residência. Em outros momentos, apareceu um menor apresentando uma carta fechada que em seu verso era remetida a Felipe, outro funcionário da oficina do solicitante. Sérgio “após receber a carta fez a leitura da mesma e constatou ser uma

⁵⁴ VEYNE. *Foucault revoluciona a História*, p.251.

⁵⁵ MUCHEMBLED. *História da Violência*, p.20.

⁵⁶ BRASIL, Código Penal do. *Código Penal do Brasil*. Código Penal de 07 de dezembro de 1940. Captado em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343> Acesso em: 10 Set. 2015.

⁵⁷ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, *campus* de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Mallet. *Processo criminal s/nº*. 1944^b (PB003, CX15). fls.03.

carta difamante a ele e a sua esposa. Completamente injuriosa a sua honra e a de sua esposa”.⁵⁸ A primeira carta que compõe o processo foi endereçada para Sérgio afirmou:

Sérgio você é um homem muito solto [...] um *usador* de tamanco, serve de mulher para outros homens, uma coisa que ninguém pensa. Já tinham te encontrado fazendo coisas com outros homens. Ali nessa casa a putaria é de acordo tanto no homem como na mulher de tão bicha que são. Você sabe dela e ela sabe de você.⁵⁹

Além das cartas endereçadas a Sérgio, outros bilhetes foram enviados para Felipe que trabalhava de mecânico juntamente com o solicitante da denúncia. Nas cartas Felipe era acusado de estar mantendo relações sexuais tanto com Sérgio como com sua esposa, como afirma o trecho:

Abandone essa gente enquanto é tempo, está ficando muito feio. Tem pessoas falando que você está vivendo com a mulher de Sérgio e mais, dizem que você faz o mesmo serviço que faz com ela faz com ele. Ele é um fresco e anda dando para você, veja que ponto está isso! Sérgio faz as coisas por dinheiro para jogar no bar.⁶⁰

Tanto Felipe quanto a esposa de Sérgio afirmaram a falsidade das acusações. Entre as quais diversas testemunhas que buscaram “defender” a honra de Sérgio, uma delas “afirma que sempre foi amigo do solicitante, tendo em conta que ele é um homem muito sério e trabalhador. Sempre visitava e tinha intimidade com o casal e que nunca presenciou ou notou alguma coisa errada”.⁶¹

Nos processos criminais anteriores o diagrama da masculinidade apresentou a multiplicidade do poder tanto por meio das práticas consideradas viris, como pelas formas jurídicas que puniram os sujeitos. Nos trechos deste último processo pode-se perceber o uso do Poder Jurídico enquanto forma de afirmação que por meio do sexo revelou uma “verdade” sobre si.

Ao ter o seu gênero questionado, Sérgio, a partir de instrumentos judiciais buscou manter sua imagem de esposo viril. A legislação brasileira através do Código Penal de 1940 apresentou no Capítulo V intitulado Dos crimes contra a honra, o Artigo 138 que considera

⁵⁸ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO. *Processo 06*, fls. 04.

⁵⁹ _____. *Processo 06*, fls.08.

⁶⁰ _____. *Processo 06*, fls.06.

⁶¹ _____. *Processo 06*, fls.24.

crime “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de um conto a três contos de réis”.⁶²

Robert Muchembled afirma que em contextos anteriores como na Idade Média, “as perturbações conjugais são, então, sancionadas pela comunidade, sem recorrer à justiça. Os maridos complacentes ou fracos são instados a usar de rigor, sob pena de punições públicas humilhantes, como a cavalgada no burro, só imposta aos machos “cornudos””.⁶³ Se em outros períodos a comunidade, a esposa ou os laços de paternidade mantiveram e afirmaram uma “verdade” sobre o sujeito, o Ocidente por diferentes dispositivos e relações de poder passou a constituir as subjetividades, como afirmou Foucault:

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder.⁶⁴

Podemos observar a partir das perspectivas foucaultianas que Sérgio nega os atos considerados desonrosos e através de formas jurídicas buscou “manter” a sua virilidade. No decorrer deste processo duas mulheres foram acusadas de estarem enviando tais bilhetes por desavenças com a família de Sérgio, ambas foram consideradas culpadas e penalizadas com o pagamento de indenizações.

Considerações finais

A análise das representações jurídicas da masculinidade possibilita compreender as relações de gênero no contexto de Mallet-PR entre os anos de 1937 a 1944. Neste sentido, a problemática do poder e do gênero inseridas por Joan Scott no campo historiográfico, bem como o pensamento de Michel Foucault e as percepções propostas por Gilles Deleuze, tornam possível a formação de uma cartografia diagramática.

Não se buscou estabelecer formas e exatidões, mas sim mapear o poder que em disputas entre o público e o privado, o aceitável e o intolerável entre a norma e a transgressão se entrelaçou e constituiu tais sujeitos. Os acusados, as testemunhas, os documentos judiciais e relatórios policiais possibilitam observar as afirmações da masculinidade. O ideal de família, a exibição de órgãos genitais, a busca por manter sua honra, enfim, as violências e ações que

⁶² BRASIL, Código Penal do. *Código Penal do Brasil*. Código Penal de 07 de dezembro de 1940.

⁶³ MUCHEMBLED. *História da Violência*, p.203.

⁶⁴ FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p.58.

estabeleceram lugares físicos e jurídicos em um tempo e espaço nas quais as linhas diagramáticas do poder perpassaram.

Trechos que evidenciaram figuras infames como Marcos, Francisco e Sérgio que em contato com o poder revelaram de uma forma breve alguns instantes do seu cotidiano. Sujeitos que em suas ações possibilitam uma cartografia de suas vivências, traçadas em um mapa discursivo que através de condutas jurídicas, processos de subjetivação, questionamentos e incitações aos discursos revelam a historicidade das práticas e discursos que mantiveram a microfísica do poder.

O papel dos intelectuais no *Le Monde Diplomatique*¹

The role of intellectuals in *Le Monde Diplomatique*

Juliana Sayuri Ogassawara

Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

j-sayuri@usp.br

Recebido em: 02/12/2015

Aprovado em: 10/01/2016

RESUMO: Este artigo pretende expor uma análise sobre o papel dos intelectuais segundo a visão dos intelectuais imbricados nas edições latino-americanas e na edição francesa do periódico internacional *Le Monde Diplomatique*. Fundado em maio de 1954, em Paris, *Le Monde Diplomatique* viu suas páginas e suas ideias se alastrarem mundo afora – em 2013, o magazine tinha 47 edições internacionais. Ao longo de sua trajetória, principalmente nas passagens do jornalista francês Claude Julien (entre 1973 e 1990) e do sociólogo espanhol Ignacio Ramonet (entre 1990 e 2008) como diretores, *Le Monde Diplomatique* teve sua linha editorial marcada por diretrizes politizadas, declaradamente antiimperialistas e antineoliberais. O artigo foca a versão publicada em Buenos Aires, considerada a principal edição latino-americana, fundada por iniciativa do argentino Carlos Gabetta, diretor de *Le Monde Diplomatique Edición Cono Sur* entre 1999 e 2011.

PALAVRAS-CHAVE: *Le Monde Diplomatique*; Imprensa; Intelectuais.

ABSTRACT: This article aims to analyze the role of intellectuals according to the perspective of intellectuals inside the Latin American and French editions of the international magazine *Le Monde Diplomatique*. Founded in May 1954, in Paris, *Le Monde Diplomatique* had its pages and its ideas spread world wide – in 2013, the magazine had 47 international editions. Through its history, especially with the French journalist Claude Julien (between 1973 and 1990) and the Spanish sociologist Ignacio Ramonet (between 1990 and 2008) as directors, *Le Monde Diplomatique* had its editorial line marked by political ideas, professedly against imperialism and neoliberalism. This article focused the edition published in Buenos Aires, considered the main Latin American edition, founded by the Argentinian journalist Carlos Gabetta, director of *Le Monde Diplomatique Edición Cono Sur* between 1990 and 2011.

KEYWORDS: *Le Monde Diplomatique*; Press; Intellectuals.

Introdução²

Le Monde Diplomatique é um periódico francês fundado em maio de 1954, no bojo do diário *Le Monde*. Pertence ao jornalista francês Hubert Beuve-Méry (1902-1989) a idealização

¹ Nota: este artigo corresponde a uma investigação de doutorado desenvolvida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Uma versão similar deste artigo foi apresentada no XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), realizado entre 27 e 31 de julho de 2015 na cidade de Florianópolis.

tanto de *Le Monde* quanto de *Le Monde Diplomatique*,³ este último idealizado inicialmente como simples suplemento diplomático, buscando abrigar a efervescente política internacional que já transbordava das páginas do diário no pós-guerra, com a consolidação das Nações Unidas (1945), a Guerra da Coreia (1950-1953), a morte de Stalin (1953), a Guerra da Indochina (1946-1954), a ascensão de Mao (1954-1959), a trilha de Fidel (1959), entre outros acontecimentos que marcaram a época. Assim, *Le Monde Diplomatique* estreou com o subtítulo *Journal des Cercles Consulaires et Diplomatiques*, destinando-se ao universo diplomático das embaixadas e da elite econômica, com apenas oito páginas, periodicidade mensal e tiragem de 4 a 5 mil exemplares.

Le Monde Diplomatique conquistou independência editorial a partir da década de 1970, sob a direção do jornalista francês Claude Julien, que lapidou a legitimidade intelectual do magazine, estreitando laços com as arenas acadêmicas. Depois, *Le Monde Diplomatique* conquistou independência econômica (diante do *Monde*) a partir de 1990 e consolidou diretrizes políticas declaradamente antiimperialistas e antineoliberais, impulsionadas pela direção do sociólogo espanhol Ignacio Ramonet e, na esteira do movimento altermundialista⁴, viu suas ideias críticas contra o “pensamento único” se alastrarem mundo afora. Às vésperas de seu 60º aniversário, o periódico contava mais de 40 edições internacionais, publicadas em 28 idiomas.⁵ Na América Latina, *Le Monde Diplomatique* encontrou terreno fértil na Argentina, onde floresceu graças à

³ Neste artigo, assim como na dissertação de mestrado e na tese de doutorado desenvolvidas pela autora na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), *Le Monde Diplomatique* encontra referência nas expressões “revista”, “publicação”, “periódico”, “magazine” ou “gazeta” por duas razões. Primeiro, para evitar a referência a *Le Monde Diplomatique* como um “jornal”, a fim de contornar possíveis confusões com o diário *Le Monde*, que é *passim* mencionado para narrar a trajetória, até certo ponto cruzada, das duas publicações. Segundo, a periodicidade mensal, o estilo e a linha editorial diferenciada, mais dedicada à análise e menos à “notícia”, afastam *Le Monde Diplomatique* do perfil de um jornal nos moldes convencionais da imprensa. Não obstante, há mínimas vezes em que a publicação é citada, por outrem, como um jornal. Além disso, para diferenciar as edições francesa e argentina (que muitas vezes são citadas lado a lado, o que pode confundir o leitor), privilegiei *Le Monde Diplomatique* para me referir à francesa e *El Dìpló* para a argentina. A fim de uniformizar ainda as diferentes grafias, vale dizer que foram privilegiadas as iniciais maiúsculas para grafar *Le Monde Diplomatique*.

⁴ O movimento altermundialista se contrapõe ao capitalismo neoliberal, consolidando-se nas manifestações durante as reuniões internacionais das principais instituições financeiras, como nos protestos de Seattle em novembro de 1999. Trata-se de um movimento contra a globalização marcadamente neoliberal, tendo como auge a realização do primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2001. Ancorada no lema “outro mundo é possível”, a expressão “altermundialismo” (do francês *altermondialisme*) foi idealizada a partir do movimento ATTAC, vinculado ao *Le Monde Diplomatique* francês.

⁵ *Le Monde Diplomatique* foi difundido na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Venezuela), na Ásia (Coreia do Sul, Índia, Japão), na Europa (Alemanha, Armênia, Bulgária, Bielorrússia, Croácia, Espanha, Eslováquia, Eslovênia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Luxemburgo, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia) e no Oriente Médio (Arábia Saudita, Curdistão, Dubai, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Kuwait, Palestina) em diferentes momentos ao longo de sua trajetória. Além do francês, do inglês e do espanhol, foi traduzido para idiomas mais “distantes”, como curdo sorâni, curdo kurmandji, esperanto, farsi e finlandês, entre outros. É difícil precisar o número de edições internacionais, pois a rede é muito fluida e às vezes frágil, assim muitas versões são repentinamente encerradas. Em novembro de 2006, o periódico atingiu a marca de 65 edições internacionais, em 25 idiomas além do francês. Segundo informações oficiais do *Monde Diplomatique*, atualizadas em fevereiro de 2013, eram 47 edições, entre versões impressas e estritamente eletrônicas.

insistente iniciativa do jornalista argentino Carlos Gabetta, diretor da publicação entre 1999 e 2011. Sob o selo da editora Capital Intelectual, a edição argentina é considerada a “filial” latino-americana mais sólida de *Le Monde Diplomatique*, uma vez centro de traduções para o espanhol e epicentro para outras edições latino-americanas, outrora reunidas como *Edición Cono Sur*.⁶

Desde 1954, quatro intelectuais passaram pela direção de *Le Monde Diplomatique*: entre 1954 e 1972, o diplomata húngaro François Honti (1900-1974); entre 1973 e 1990, o jornalista francês Claude Julien (1925-2005); entre 1990 e 2008, o sociólogo espanhol Ignacio Ramonet (1943-); e desde 2008 até o presente, o escritor francês Serge Halimi (1955-). Delineou-se assim a linha editorial da publicação, que oscila entre uma revista de atualidades e uma *revue* acadêmica, com artigos e ensaios longos, marcados por muitas notas, cronologias, dossiês, glossários, índices e referências bibliográficas. Nas suas páginas escreveram importantes intelectuais contemporâneos, de diversas áreas do conhecimento e diferentes nacionalidades, tais como Doris Lessing (1919-2013), Edward Said (1935-2003), Eric Hobsbawm (1917-2012), Pierre Bourdieu (1930-2002), Tony Judt (1948-2010), entre muitos outros. O magazine, assim, almeja oferecer uma visão alternativa e crítica dos acontecimentos atuais. Um “outro olhar” ou, na expressão que ficou famosa entre os editores franceses, uma *manière de voir*.

Aos olhos de seus intelectuais e de seus leitores, *Le Monde Diplomatique* conquistou prestígio internacional principalmente por três motivos: o viés analítico de suas edições; a relevância de seus autores, tanto jornalistas “da casa” quanto intelectuais convidados, versando sobre temas de interesse internacional; e a crítica aos dilemas contemporâneos na intrincada globalização neoliberal, questionando os rumos das esquerdas e o compromisso dos intelectuais na política – no afã marxista marcado na máxima das *Teses de Feuerbach*: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; a questão, porém, é transformá-lo”, como lembrou o historiador britânico Eric Hobsbawm nas próprias páginas de *Le Monde Diplomatique*.⁷ Bem-vinda, neste ponto, é a questão: quem seriam os tais intelectuais? E qual é seu papel?

⁶ Inicialmente voltada para Argentina, Chile e Uruguai, noutros momentos a edição foi distribuída na Bolívia, na Colômbia, no Peru, no México e na Venezuela. Além da estrutura administrativa mais consolidada desde 1999, a edição argentina de *Le Monde Diplomatique* é responsável por traduzir os artigos franceses para o espanhol, disponibilizando-os para as outras edições latino-americanas. Atualmente, diz o site oficial francês, há edições presentes na Bolívia (editada pela Archipiélago Ediciones, com 5 mil exemplares), no Chile (Editorial Aun Creemos en los Sueños, com 10 mil exemplares), na Colômbia (Colombia Tebeo, com 10 mil exemplares) e na Venezuela (Producciones del Waraima, com 5 mil exemplares). Atualmente na casa dos 30 mil exemplares impressos, a edição argentina também é distribuída nas principais cidades do Uruguai. No Brasil, a versão impressa *Le Monde Diplomatique Brasil* estreou em agosto de 2007 (Instituto Pólis, com 40 mil exemplares), atualmente dirigida pelo sociólogo Silvio Caccia Bava, mas a edição eletrônica foi ao ar em dezembro de 1999, por iniciativa do jornalista Antonio Martins.

⁷ HOBBSAWM, Eric. “Le pari de la raison: manifeste pour l’histoire”. In: *Le Monde Diplomatique*, Paris, dez. 2004, p. 20-21.

Tais intelectuais

Nestas páginas, é essencial discutir as definições de “intelectuais”, considerando a prolífica e profusa bibliografia nesse campo. Outrora célebres maestros das ideias ilhados em retóricas abstratas nas suas ilustres torres de marfim, noutros momentos já intrinsecamente imersos nas questões da política, da sociedade e, sobretudo, do tempo a que *pertencem*, os intelectuais assumiram diferentes papéis ao longo da história. A discussão a respeito da própria história dos intelectuais é um fenômeno relativamente novo, adquirindo reconhecimento catapultado por questões políticas relevantes, como ilustra o *affaire* Dreyfus, escândalo político na França de fins do século XIX.

Inocente, o oficial judeu Alfred Dreyfus (1859-1935) foi acusado de traição e condenado como espião alemão na artilharia francesa em 1894. Uma vez descoberto o equívoco, a armada francesa ainda tentaria ocultar o erro judicial. Entretanto, e apesar de aclarada a inocência de Dreyfus, a sentença permaneceria no seu segundo julgamento. Foi o estopim para a indignação do escritor Émile Zola (1840-1902), que publicou no literário *L’Aurore* a famosa carta aberta “*J’accuse!*”, destinada ao presidente Félix Faure (1841-1899), no dia 13 de janeiro de 1898. No dia seguinte, pequenos protestos – posteriormente laureados como “*Manifeste des intellectuels*” – ocuparam as páginas de *L’Aurore*. O escritor Maurice Barrès (1862-1923) respondeu à carta de Zola nas páginas de *Le Journal*, criticando a reivindicação de tais “intelectuais”.⁸ Nesse episódio, os que defendiam Dreyfus ficaram conhecidos como *dreyfusards* (esquerda progressista), designados pelos *antidreyfusards* (direita conservadora) mui pejorativamente como “intelectuais”.

Revisando o *affaire* Dreyfus, os historiadores franceses Pascal Ory e Jean-François Sirinelli consideram as circunstâncias marcantes de um primeiro critério rigoroso para se definir os intelectuais que, na verdade, não se definem pelo que *são*, um status ou um ofício, mas pelo que *fazem*, isto é, suas intervenções manifestadas no terreno da política.⁹ Em outras palavras, não seriam apenas os homens pensantes, mas os homens manifestantes de um pensamento. Logo, seriam homens – e mulheres, adiciono – do universo cultural, enquanto produtores ou mediadores, *mis en situation* como homens e mulheres no campo do político, enquanto produtores e consumidores de ideologias. Mas quem seriam esses artistas, *clerics*, doutos, doutores, eruditos, filósofos, homens e mulheres de ideias e de letras, humanistas, ideólogos, oráculos do presente,

⁸ WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 10.

⁹ ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Les intellectuels en France: de l’affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Éditions Perrin, 2002, p. 13.

senhores da razão, trabalhadores do pensamento, essa iluminada *intelligentsia*? Quem seriam esses intelectuais?

Diferentes interpretações marcaram e marcam os papéis atribuídos aos intelectuais. O filósofo italiano Norberto Bobbio propõe um olhar sobre a dimensão política dos intelectuais na sua relação com o poder. Em outras palavras, a questão não é apenas quem *são* e o que *fazem* os intelectuais, mas o que *deveriam ser* e o que *deveriam fazer*.¹⁰

Na encruzilhada de distintas definições de “intelectuais”, duas arenas se destacam: o campo da cultura e o campo do poder. Cruzar tais campos de um lado a outro, flexibilizar suas linhas imaginárias ou fortificar suas distâncias provocou duelos teóricos e discussões dinâmicas ao longo do século XX. Dentro de tais arenas estariam em linhas marcadamente opostas os pensamentos de Julien Benda e Antonio Gramsci, depois Jean-Paul Sartre e Raymond Aron.

Antes de ser torná-la livro na década de 1940, Julian Benda (1867-1956) publicou a crítica *A traição dos intelectuais* nas edições da *Nouvelle Revue Française* entre agosto e novembro de 1927. Para Benda, seriam realmente intelectuais Montaigne e Montesquieu, Voltaire a favor de Calas, Zola a favor de Dreyfus. A tese do filósofo francês: intelectuais seriam reis-filósofos, clérigos puros de vocação “espiritual”, defensores desinteressados de valores universais e apenas de valores universais, reverberando a ideia: “Meu reino não é deste mundo”.¹¹ Assim trairiam os intelectuais ao mergulhar nas paixões políticas e no realismo mundano.

Antonio Gramsci (1891-1937) expressou, por sua vez, diferente posição ao propor nos seus *Cadernos do cárcere*, escritos entre 1929 e 1935: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”.¹² Para Gramsci, há uma diferença sensível, porém, entre intelectual tradicional e intelectual *orgânico*. O tradicional seria sobretudo o humanista e o literato, que se quer independente das disputas pelo poder. Por outro lado, o marxista italiano vê o *orgânico* como, ao mesmo tempo, o técnico e o político, intimamente vinculado a classes a fim de organizar os interesses e conquistar o poder.

Apesar de suas diferenças, Benda e Gramsci se encontram ao propor a crítica e o esclarecimento como características próprias aos intelectuais. Ao proferir suas célebres conferências de Reith em Londres, em 1993, o pensador palestino Edward Said (1935-2003) partiu das visões de Benda e Gramsci para formular suas ideias. Para Said, o intelectual deveria

¹⁰ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p. 69.

¹¹ BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007, p. 144.

¹² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 7.

articular um papel de perturbador do *status quo*, como um *outsider* capaz de manter independência diante das pressões do poder para manifestar suas críticas e suas posições. Deveria, aliás, se posicionar ao lado dos elos mais fracos das sociedades. Deveria *dizer* a verdade ao poder. Assim, o intelectual moderno seria um pensador autônomo, independente das diversas esferas de poder, um exilado e marginal, um amador e autor de uma mensagem (uma perspectiva, uma filosofia, uma atitude) por e para um público. Seu papel seria levantar questões delicadas e confrontar ortodoxias, norteado por princípios universais como os direitos à liberdade e à justiça – e violações de tais princípios deveriam ser corajosamente criticadas e combatidas.¹³

Impresso pela primeira vez em 1955, *O ópio dos intelectuais* de Raymond Aron (1905-1983) provocou, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), similar desconforto e desconcerto que as páginas de Julien Benda, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1919): ambos acusam intelectuais por fragilidades, fugas e frustrações. Para Aron, a *intelligentsia* contemplaria cientistas e escritores, os produtores de ideias; professores e críticos, os peritos; e jornalistas, os difusores.¹⁴ Num contexto ideológico muito polarizado, o livro de Aron critica especialmente intelectuais franceses como Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) e autores das revistas *Esprit* e *Les temps modernes*, que seriam, na visão do sociólogo, marxistas-leninistas amarrados aos ditames soviéticos, afastando-se assim da perspectiva crítica esperada dos intelectuais.

Posicionamento radicalmente diferente ficou marcado no pensamento de Jean-Paul Sartre sobre o papel dos intelectuais, definido no *Que é a literatura?*, de 1948. Para Sartre, o dever do escritor implica se posicionar contra injustiças de toda ordem. Ao cumprir seu compromisso social, o escritor se tornaria um intelectual “engajado”, um pensador crítico, comprometido e independente, sendo responsável tanto pelo que faz quanto pelo que *não* faz, isto é, tanto por suas ações quanto por suas omissões. Manifesto similar se lê no editorial de *Les Temps Modernes*, de outubro de 1945, nas palavras de Sartre: “O escritor está *em situação* com sua época. Cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também”.¹⁵

Entre o intelectual crítico e o revolucionário, entre o compromisso com a verdade e com a política, entre Raymond Aron e Jean-Paul Sartre, dizia a intelectualidade francesa da época que era melhor “estar errado com Sartre que estar certo com Aron”¹⁶ – o que ilustra a polarização marcante desses tempos. Entretanto, n^o *O século dos intelectuais*, impresso pela primeira vez em Paris,

¹³ SAID, Edward. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, *passim*.

¹⁴ ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora UnB, 1980, p. 183.

¹⁵ WINOCK. *O século dos intelectuais*, p. 518, grifo no original.

¹⁶ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012, p. 41.

em 1997, o historiador francês Michel Winock lembra o mal-estar instaurado a partir de janeiro de 1950, quando Sartre e Merleau-Ponty publicaram na revista *Les Temps Modernes* um texto admitindo a existência dos campos soviéticos, mas hesitando *escolher* um alvo de ataque num mea-culpa retórico: afinal, diziam os autores, também existiam campos de concentração gregos e massacres nas colônias francesas...

Tempos depois, Tony Judt (1948-2010) se voltaria ao *passado imperfeito* dos intelectuais franceses dragados pela “fascinação magnética” das ideias comunistas especialmente no pós-guerra até 1956, quando Nikita Khrushchev (1894-1971) fez seu discurso criticando os crimes e os disparates stalinistas. Judt critica a irresponsabilidade de intelectuais como Sartre, Merleau-Ponty, Mauriac, Camus e Beauvoir, ao mesmo tempo incapazes de se integrar e de se afastar dos comunistas, dedicados não a condenar ou a defender os atos de Stalin, mas a justificá-los. Os intelectuais, lembra o historiador britânico, não seriam sequer diferentes dos demais – também têm ambições e carreiras, também querem impressionar e por vezes reverenciar o poder.¹⁷

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1944), a França se tornou palco privilegiado para os intelectuais. Paris, afinal, ainda era considerada um epicentro cultural, dando repercussão e poder de influência aos pensamentos, feitos e ideias de sua elite intelectual do pós-guerra. Nos séculos XIX e XX, a cidade-luz se tornou abrigo preferencial para os exilados, para os intelectuais deserdados doutros países. No entanto, o olhar da *intelligentsia* francesa migrou para outros horizontes: a União Soviética.

Diante das desilusões desengatilhadas a partir de junho de 1956, quando *Le Monde* publicou o relatório secreto de Khrushchev, revelado meses antes no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, catalisadas depois com a disputa de Suez (outubro de 1956) e a invasão de Budapeste (novembro de 1956), antes com o levante de Berlim (junho de 1953), a morte de Stalin (março de 1953) e a volta de Tito (janeiro de 1953), muitos intelectuais “desertaram”.¹⁸ Assim, no fim da década de 1960, os intelectuais franceses novamente precisaram virar os olhos para outros horizontes, não mais a Europa, não mais a União Soviética. Após a independência da Argélia (julho de 1962), a luta contra o colonialismo tornou-se a luta contra o imperialismo a favor do Terceiro Mundo – “a jovem república Argentina, a Cuba de Fidel Castro e, em seguida, o Vietnã substituem a União Soviética nos corações”.¹⁹ No paralelo,

¹⁷ JUDT, Tony. *Passado imperfeito: um olhar crítico sobre a intelectualidade francesa no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 208-209.

¹⁸ WINOCK. *O século dos intelectuais*, p. 649-659; JUDT. *Passado imperfeito*, p. 382.

¹⁹ _____. *O século dos intelectuais*, p. 714.

acontecimentos como a prisão de Régis Debray na Bolívia (1967) e a morte de Che Guevara (1967). A política, pois, não gravitava mais na órbita francesa, mas alhures: “Os novos militantes voltam os olhos para o Vietnã e para a América Latina”.²⁰

Do outro lado do Atlântico, a América Latina. Enquanto Michel Winock fragmenta sua história dos intelectuais franceses em três momentos-chave (Maurice Barrès, Andres Gide e Jean-Paul Sartre) no século XX, o historiador argentino Carlos Altamirano não vê possível marcação temporal similar para a história dos intelectuais na América Latina – apesar de destacar nomes importantes como Octavio Paz (1914-1998), José Carlos Mariátegui (1894-1930) e José Ingenieros (1877-1925). Diante da impossibilidade de indicar intelectuais como protagonistas absolutos a simbolizar diferentes momentos do século passado, Altamirano diz que os intelectuais latino-americanos se dedicaram predominantemente a causas nacionais, sem um epicentro intelectual como foi a *axis mundi* Paris.²¹

No início do século XX, as nações latino-americanas viviam seus tempos de *belle époque* e de acelerado crescimento econômico, uma vez incorporadas à economia internacional como produtoras de matérias-primas e receptoras de capitais e inovações tecnológicas – o que impulsionou novo dinamismo nas sociedades e ritmo nas cidades. Paulatinamente, a atividade política se profissionalizou, os escritores se especializaram e, ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, foram se delineando os contornos do campo intelectual latino-americano, em torno de cafés, redações, revistas.

O historiador francês François Dosse demarca na América Latina um bom terreno de transferência cultural do modelo de intelectual inspirado no *affaire* Dreyfus – um intelectual comprometido, com papel maior no fenômeno de *hibridização* da cultura europeia das luzes com as culturas autóctones.²²

Outro historiador francês e latino-americanista, Olivier Compagnon considera que, nas primeiras décadas do século XX, a América Latina passou por uma profunda mudança intelectual, marcada por uma crise de identidade e por reflexões renovadas sobre o destino das nações. Para Compagnon, o impacto da Primeira Guerra Mundial na intelectualidade latino-americana se verteu numa inquietação identitária muito forte, contexto agravado ainda com as celebrações dos centenários de suas independências. Se antes a Europa, sobretudo a França,

²⁰ WINOCK. *O século dos intelectuais*, p. 715.

²¹ ALTAMIRANO, Carlos. *Historia de los intelectuales en América Latina: los avatares de la ‘ciudad letrada’ en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 11.

²² DOSSE, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valencia: Universitat de Valencia, 2007, p. 86.

representava um modelo de civilização, um ideal, uma luz para as nações latino-americanas, após o conflito, os intelectuais latino-americanos passaram a mirá-la como um desmoronamento da razão, uma desilusão europeia, um desencantamento do *velho* mundo – e passaram a olhar para dentro, para as discussões, literárias e políticas, sobre suas próprias identidades nacionais²³ – discussões feitas, nas décadas de 1920 e 1930, na esteira do desenvolvimento da imprensa, das revistas culturais, como *Martín Fierro* (1924), *Amauta* de José Carlos Mariátegui (1926) e *Sur* de Victoria Ocampo (1931), das vanguardas modernistas e da valorização das culturas populares sintonizadas num *redescobrimento* latino-americano.

Ao abordar a questão nacional na intelectualidade latino-americana na década de 1920, a historiadora argentina Patricia Funes assinala como o antiimperialismo cruzou o pensamento sócio-político latino-americano na época, marcando uma das características mais expressivas das reflexões regionais no século XX, nos ensaios de José Vasconcelos (1882-1959), Leopoldo Lugones (1874-1938) e Ricardo Rojas (1882-1957), entre muitos outros – diante da expansão norte-americana e, como diria Olivier Compagnon, do *adeus* europeu no pós-guerra. Era o momento de pensar e *salvar* a nação. Para Funes, o imperialismo se tornou alvo teórico e ideológico, nas suas raízes econômica e política, de tal sorte que as oposições oligarquia/imperialismo *versus* povo/nação, consolidadas na década de 1920, entre o pós-guerra (1919) e a crise capitalista (1929), dominariam a cultura política latino-americana nas décadas de 1930 e 1940.²⁴

Se no século XIX e nos primeiros passos do século XX, a cultura europeia, sobretudo francesa, marcava presença notável nos países latino-americanos, como modelo relacionado às ideias de progresso e de civilização, a década de 1930 viria a distanciar esses imaginários culturais e políticos ultramarinos. Por muito tempo, a cultura francesa simbolizou um farol republicano, um modelo cultural e político de democracia liberal a inspirar as elites de outras nações – um modelo que, a partir da década de 1930, passaria por uma forte crise de legitimidade. A declaração da guerra *total* ricocheteou como uma derrota moral do modelo francês – à guerra se impregnava a ideia de barbárie, muito distante da ideia de civilização. Assim, o historiador francês Denis Rolland destaca dois movimentos nesse fluxo histórico: no século XIX, a França era vista

²³ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. São Paulo: Rocco, 2014, p. 219.

²⁴ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006, p. 205.

da América Latina como o país cultural por excelência – na sua expressão, um “conservatório cultural”; no século XX, a América Latina passa a ser vista como um “laboratório cultural”.²⁵

Assim, de volta ao século XX, enquanto dois mundos se polarizavam após a Segunda Guerra Mundial, África, Ásia e América Latina passaram a surfar uma onda revolucionária que, para muitos, poderia se revelar a força motriz para a revolução mundial. Era a ascensão de um Terceiro Mundo, que pretendia intervir politicamente, sem se aliar aos Estados Unidos ou a União Soviética, contexto que se marcaria posteriormente por Cuba (1959), a descolonização africana e a resistência vietnamita. Ao destrinchar o papel dos escritores-intelectuais nas revistas diversas político-culturais latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, como as argentinas *El Grillo de Papel* (1959) e *El Escarabajo de Oro* (1961), as cubanas *Casa de las Américas* (1960) e *El Caimán Barbudo* (1966) e as mexicanas *Cuadernos Americanos* (1942) e *Siempre!* (1953), a historiadora argentina Claudia Gilman considera que as discussões intelectuais e políticas se marcaram pela recusa a toda postura colonial e imperialista, consolidando-se, ademais, a convicção de que os rumos históricos mudavam de horizonte – e as expectativas sobre as possibilidades revolucionárias se voltavam ao Terceiro Mundo. Diante desse protagonismo terceiro-mundista, intelectuais latino-americanos, ainda catapultados internacionalmente com o *boom* da literatura latino-americana com Gabriel García Márquez (1927-2014), Mario Vargas Llosa (1936-), Julio Cortázar (1914-1984), Carlos Fuentes (1928-2012), Alejo Carpentier (1904-1980) e Ángel Rama (1926-1983), entre outros, manifestavam a convicção de que poderiam – e que deveriam – personificar uma das principais forças para a transformação radical da sociedade. Aos olhos do poder constituído, os escritores-intelectuais latino-americanos passaram a ser vistos como agitadores, subversivos, utópicos.²⁶

Entre o intelectual comprometido e o intelectual revolucionário, entre a pluma e o fuzil, a intelectualidade latino-americana viveu outro momento de inflexão a partir da década de 1960, que cimentaram as tais expectativas sobre a revolução mundial com os golpes militares perpetrados no território latino-americano – como no Brasil (1964), na Argentina (1976), no Chile (1973) e no Uruguai (1973).

²⁵ ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês: a França e a América Latina: cultura, política e identidade*. Brasília: Editora UnB, 2005, p. 466-467.

²⁶ GILMAN. *Entre la pluma y el fusil*, p. 59-61.

Após os nebulosos tempos das ditaduras militares²⁷, enquanto a América Latina voltava passo a passo a trilhar seus caminhos nas redemocratizações nas décadas de 1980 e 1990, outros rumos assolavam as expectativas da esquerda mundo afora – a derrocada do muro de Berlim (1989), a dissolução da União Soviética (1991) e a consolidação das políticas neoliberais nos anos seguintes. Questiono se, na virada do século XX para o século XXI, os intelectuais voltariam, mais uma vez, o olhar a outros horizontes: de volta à América Latina, marcada por um *giro a la izquierda* com a conquista do poder por políticos, líderes e movimentos marcadamente identificados com posições antineoliberais, ancorados em tradições socialistas e socialdemocratas, à esquerda ou centro-esquerda no espectro político²⁸ – certamente lembrando seus diferentes matizes e singularidades na realidade regional –, nas vitórias nos pleitos presidenciais de Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Evo Morales na Bolívia (2005), Michelle Bachelet no Chile (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Tabaré Vázquez e José Pepe Mujica no Uruguai (2004 e 2009, respectivamente). Noutros tempos interrompido por sombrias ditaduras militares, o protagonismo latino-americano voltaria revigorado na alvorecer do novo século aos olhos dos intelectuais e das esquerdas? Cruzar França e América Latina para compreender o papel dos intelectuais imbricados no *Monde Diplomatique* implica considerar questões de tal ordem no contexto contemporâneo.

É neste contexto de *giro a la izquierda*, como quer Aguirre,²⁹ que se insere a análise sobre o papel dos intelectuais a partir da perspectiva dos intelectuais integrantes das redações de *Le Monde Diplomatique*, na França e na Argentina. Diante da inclinação à esquerda e da manifesta simpatia de tais intelectuais aos novos governos, considerados de esquerda e de centro-esquerda, na América Latina neste início do século XXI, qual é o peso da questão da independência intelectual para os editores franceses e argentinos?

Entre intelectuais e imprensa

O historiador francês Jean-François Sirinelli destaca o caráter polissêmico da ideia de “intelectual”. No entanto, pondera: a definição de intelectual pode ser *variável*, de acordo com a

²⁷ Há, vale dizer, uma riquíssima literatura sobre a história das ditaduras militares latino-americanas, nos seus contextos, contornos e confrontos, valiosa na revelação das violações aos direitos humanos, na reflexão sobre o “legado” autoritário residual nas sociedades pós-ditaduras, na crítica à censura na imprensa, na análise das manifestações culturais da época, entre muitas outras perspectivas sobre o período no Brasil e na América Latina. Voltarei, noutros momentos, à questão da ditadura e da política na Argentina.

²⁸ AGUIRRE, Carlos. *Militantes, intelectuales y revolucionários: ensayos sobre marxismo e izquierda en América Latina*. Raleigh: Editorial A Contracorriente, 2009.

²⁹ AGUIRRE. *Militantes, intelectuales y revolucionários*.

época e o contexto histórico, mas é baseada em *invariantes*. Ilustra Sirinelli que, enquanto mediadores culturais, os intelectuais podem se reunir num núcleo duro mais estreito, como o setor de uma universidade e a redação de uma revista. Às revistas, um olhar francês:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são, aliás, um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, a revista é, antes de tudo, um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.³⁰

Ao redor das tradições das revistas latino-americanas, um olhar argentino:

As revistas culturais têm sido tradicionalmente uma frente para a história das ideias e a história da literatura. Através delas é possível estudar as direções e as batalhas do pensamento nas sociedades modernas e fazer o mapa das linhas de sensibilidade de uma cultura em um determinado momento. Entretanto, as revistas são também uma forma de agrupamento e de organização da *intelligentsia* e uma história dos intelectuais não poderia esquecê-las [...].³¹

Crítica literária e socióloga argentina, Beatriz Sarlo também mira o papel que tiveram as revistas para os intelectuais latino-americanos. Por sua intencionalidade política, aposta nas revistas como lugar privilegiado para pensar o presente que pretendiam transformar.³² Nessa ótica, as revistas são, portanto, palco de batalhas estéticas, ideológicas e políticas – um convite a assistir, analisar e criticar os projetos e as atividades intelectuais.

Observatório de primeira ordem, portanto, as revistas – sobretudo as revistas literárias e políticas – podem compor um *locus* privilegiado para a investigação do papel *de facto* dos intelectuais e dos movimentos das ideias, pois a imprensa pode se revelar terreno fértil para as discussões políticas, enquanto mediador de ideias na esfera dos debates culturais, estéticos, estilísticos, intelectuais, ideológicos e políticos de nosso tempo.³³

³⁰ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 249.

³¹ ALTAMINARO. *Historia de los intelectuales en América Latina*, p. 19.

³² SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 2005.

³³ No Brasil, diversos estudos abordaram a imprensa como documento e como fonte principal para o historiador. Há uma relevante bibliografia sobre a imprensa alternativa (uma impressionante experiência nacional nos tempos da ditadura civil-militar, com símbolos como *Pasquim*, *Pif Paf* e *Movimento*), sobre a imprensa tradicional (com questionamentos sobre as posições editoriais e políticas de “jornalões” como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e sobre as revistas político-culturais (não só nacionais, mas principalmente latino-americanas, como *Lunes*, *Martín Fierro*, *Sur*, entre outras). Entre outros, exemplos emblemáticos se encontram nas dissertações de Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Coelho Prado, publicadas no livro *O bravo matutino: imprensa e ideologia: O Estado de S. Paulo (1980)*; de Maria Aparecida de Aquino, versada no livro *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): O Estado de S.*

Diante de tais considerações, *Le Monde Diplomatique* é uma revista que nos convida a pensar as relações entre intelectuais e o mundo contemporâneo. É um magazine voltado para discussões sobre a política internacional, com artigos assinados principalmente por intelectuais de diversas nacionalidades. Tanto na matriz francesa quanto nas edições internacionais, os textos são traduzidos, revisados e editados por um pequeno núcleo editorial, composto por profissionais de diferentes formações acadêmicas, incluindo quadros da sociologia, da filosofia e da ciência política. Profissionais que se enquadram, a um só tempo, como jornalistas e como intelectuais. Justifico: são jornalistas, pois trabalham como produtores, editores e difusores de informação. E são intelectuais, pois se posicionam nas discussões de nosso tempo – ou, para reiterar a ideia de Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, são seres pensantes e *manifestantes* de um pensamento.³⁴

A matriz francesa de *Le Monde Diplomatique* reuniu intelectuais como Anne-Cécile Robert (doutora pelo Institut d'Études Européennes da Université Paris VIII e atual editora das edições internacionais de *Le Monde Diplomatique*), Bernard Cassen (um dos fundadores da Université Paris VIII e um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, autor de *Manifeste altermondialiste*), Dominique Vidal (jornalista especializado em questões do Oriente Médio, ex-editor das edições internacionais), Ignacio Ramonet (sociólogo, doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e autor de livros críticos à mídia como *L'explosion du journalisme* e das biografias *Fidel Castro* e *Hugo Chávez*), Maurice Lemoine (jornalista e ex-editor especializado em questões da América Latina), Renaud Lambert (editor especializado em questões da América Latina) e Serge Halimi (diretor de *Le Monde Diplomatique*, cientista político e autor de *Les nouveaux chiens de garde*). A edição argentina, por sua vez, aglutinou intelectuais como Carlos Gabetta (jornalista, ex-diretor de *El Dipló* e autor de *Todos somos subversivos*, entre outros) e Carlos Alfieri (jornalista, filósofo e autor de *Conversaciones*). Tais profissionais não necessariamente contam com formações acadêmicas no campo do jornalismo, mas desempenham papéis de jornalistas e, ao mesmo tempo, de intelectuais.

Neste artigo, busco abordar o que os editores de *Le Monde Diplomatique* na França e na Argentina compreendem como o papel dos intelectuais. Busca que se alicerça, principalmente, no

Paulo e Movimento (1999); e de Sílvia Mikulin, no *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)* (2003); e nas teses de Bernardo Kucinski, com *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991); e de Beatriz Kushnir, com *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (2004). Maria Helena Rolim Capelato ainda assina *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)* (1989) e *Imprensa e história do Brasil* (1988).

³⁴ ORY; SIRINELLI. *Les intellectuels en France*.

depoimento dos intelectuais franceses e argentinos, documentados durante diversas visitas a Paris e Buenos Aires, tendo a história oral como ferramenta metodológica.³⁵

Aos intelectuais, a palavra

Na Argentina, o ex-diretor Carlos Gabetta,³⁶ na casa dos 70 anos, respondeu-me à questão provocada a partir do livro *Todos somos subversivos*, escrito na sua juventude entre a ditadura argentina e seu exílio europeu:

Todo intelectual crítico é subversivo, pois ataca ou questiona a ordem estabelecida. Se está mal, é preciso criticar o que está mal. Se está bem é preciso ver o que se pode melhorar mais. Sempre cito uma frase de Marx, quando escreveu *La cuestión judia* [de 1844], um livro muito crítico sobre a questão sendo o próprio autor judeu e neto de rabino. Saiu o livro e a comunidade judaica não sabia o que fazer. Disseram que ele se deixou levar por seu “temperamento passional”. E Marx respondeu: a crítica não é uma paixão da mente, mas a mente da paixão. Para mim, essa consideração deveria valer para todos os intelectuais. É preciso apaixonar-se por uma causa, por uma ideia, mas ao mesmo tempo é preciso estar pronto para ver o que está mal. O que está incorreto. A ideia é melhorar [o mundo].³⁷

A editora posiciona *Le Monde Diplomatique* como uma ponte entre um jornal e uma *revue*, um jornalismo *exigente*, na sua expressão, distante do *événementiel*, com mais tempo e mais reflexão. “Uma de nossas preocupações é trazer para o público leitor (leigo) as ideias do mundo acadêmico. E trazer para os intelectuais um pouco do mundo real”, diz Robert.

Nas relações entre intelectuais e jornalistas, um dos relatos mais francos é o do ex-editor Maurice Lemoine, 71, a única fonte que definitivamente não se declara ou não se identifica como um intelectual – e não conjuga, explícita ou implicitamente, como muitos outros companheiros, a fórmula “nós, os intelectuais”. Assim, Lemoine se define como um jornalista, apesar de outros lhe atribuírem a insígnia intelectual. À questão sobre o papel dos intelectuais, uma resposta coloquial, mas franca:

Digo muito sinceramente, não me considero um intelectual. Ademais, o interessante de minha história é que, por vir de uma família muito humilde, eu tinha uma ideia dos intelectuais – descobri esse mundo dos intelectuais, e isso

³⁵ Cf. FERREIRA, Marieta Moraes de. “História, tempo presente e história oral”. In: *Topoi*. Rio de Janeiro: Revista UFRJ, p. 314-332, dez. 2002. ALBERTI, Verena. “Fontes orais: histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

³⁶ Carlos Gabetta decidiu sair do *Monde Diplomatique* após desentendimentos com Hugo Sigman, proprietário da editora Capital Intelectual e, portanto, do contrato com a matriz francesa. Segundo Gabetta, Sigman é peronista e muito favorável ao governo de Cristina Kirchner – ao passo que o jornalista faz severas e diversas críticas ao peronismo e a Cristina Kirchner. Este ponto, entretanto, é discussão para outro artigo.

³⁷ Carlos Gabetta em entrevista à autora, no dia 1º de setembro de 2014.

diminuiu um pouco a admiração que eu tinha por esse mundo. Não vou dizer nomes, mas vou contar: me convidaram na Venezuela para um tal grande encontro de intelectuais – desta vez não poderei ir, mas enfim. Quando somos convidados para atos assim, descobrimos que há um monte de intelectuais que passam de hotéis de luxo a hotéis de luxo, discutindo o progressismo na América Latina, e que nunca vão à gente, ao campo, aos bairros. Respeito, mas me incomoda um pouco. Ao ouvi-los, talvez concordamos com uns 75% do que esses intelectuais dizem, mas há 25% totalmente fora da realidade. Além disso, há intelectuais de esquerda, de direita, de tudo. Para mim, acredito que acontece com os intelectuais o mesmo que com os jornalistas: cada um busca um lugar que corresponda a seus sentimentos.

Lemoine se identifica com o papel dos jornalistas que, entretanto, também lhe desperta questionamentos, principalmente em tempos marcados por manipulações midiáticas, *neoliberais* e *atlantistas*, nas suas expressões. Questionamentos que lhe impõem um dilema, um “sentimento de ser um jornalista em guerra com o jornalismo”.³⁸

O editor Renaud Lambert, 41, por outro lado, se identifica com o papel dos intelectuais, relacionando-o intimamente à esquerda:

Penso que os intelectuais devem vivificar as ideias, dar força política para que elas se organizem. Não penso que os intelectuais mudam o mundo. Não penso que as ideias mudam o mundo. Mas penso que as ideias dos intelectuais podem participar para mudar o mundo quando as forças sociais se aproveitam delas. Minha ambição, enquanto intelectual... Aliás, nossa ambição no *Monde Diplomatique*, enquanto intelectuais, é disponibilizar, de maneira organizada, as análises e as ideias, relacionadas às soluções, para as forças de esquerda. Susan Watkins, diretora da *New Left Review*, assim descreve o papel da revista – e me parece uma boa definição: dar à esquerda as ideias que a esquerda precisa, se ela existir. Atualmente as forças de esquerdas existem, mas é uma esquerda difusa, não organizada. Não se constituem como força social. Mas espero que elas virão. E quando vierem, espero que elas usem essas ideias à sua disposição. De um lado, esse é o papel dos intelectuais. De outro, é atacar o poder, de todas as suas maneiras. Atualmente, o poder é principalmente econômico, que controla o poder político, a justiça e a mídia. E poucas pessoas podem lutar contra esse poder, sem serem ameaçadas. É difícil para um sindicalista, para um assalariado. Um intelectual tem uma posição específica – e pode lutar contra esse poder. Mas, infelizmente, uma grande parte dos intelectuais serve a esse poder.³⁹

O diretor Serge Halimi, 60, também traça um paralelo entre intelectuais e jornalistas, cujos papéis seriam similares: “De compreender e fazer compreender. E de tentar promover uma sociedade mais igualitária, mais justa. E ter uma visão e um conhecimento da sociedade suficiente para saber como articular seu discurso”. E adiciona:

Estamos diante uma situação internacional muito mais indecifrável que o momento da Guerra Fria, uma situação onde as alianças não são determinadas

³⁸ Maurice Lemoine, em entrevista à autora, no dia 27 de novembro de 2014.

³⁹ Renaud Lambert, em entrevista à autora, no dia 2 de outubro de 2014.

de maneira automática em função do alinhamento a tal ou tal bloco, onde os acontecimentos são assistidos de maneira muito espetacular, como na Síria e no Iraque, os Estados Unidos e o Irã que tinham tendência a colaborar e agora mesmo são inimigos. Isso exige estar muito atento ao que acontece – e consagrar o tempo e uma espécie de energia intelectual, ao que a maior parte dos jornais renunciaram, por pensarem, talvez por razões de mercado, que não são questões que interessam a muitos leitores e não são questões que interessam muito aos anunciantes. Então há muitos jornais que dedicam cada vez menos tempo para as questões internacionais, o que torna o mundo muito difícil de compreender pelos leitores. O que os leva a se dedicarem aos acontecimentos mais espetaculares, mas sem uma análise de fundo. Para nós, nosso trabalho é sobre o longo prazo, as sociedades e suas evoluções, progressivas na questão internacional. Dos países do Sul e além. Em outros termos, nós temos o dever de decifrar um mundo cada vez mais indecifrável.⁴⁰

Entre diferentes declarações, há pontos comuns e incomuns a destacar em distintos níveis. Primeiro, a atitude crítica como imperativo para os intelectuais é um ponto essencial de concordância entre os intelectuais envolvidos e envoltos por *Le Monde Diplomatique*, tanto na França quanto na Argentina.

Segundo ponto, a mídia como intermediário entre os intelectuais e a transmissão das ideias, um ponto que suscita diversas discussões. Por um lado, declara-se a necessidade de transmitir ideias, no caminho cruzado dos intelectuais à sociedade, da sociedade aos intelectuais. Por outro, critica-se a mídia *mainstream* e os ditos intelectuais midiáticos.

Terceiro ponto, a independência como palavra-chave para identificar os intelectuais, um ponto que traz diferenças sensíveis entre as definições defendidas por *Le Monde Diplomatique* na França e na Argentina.

Carlos Gabetta argumenta que os intelectuais podem se apaixonar por uma causa e por uma ideia, mas, no seu compromisso, devem estar prontos para criticá-la com independência⁴¹ – o que nos leva aos motivos de seu rompimento com a editora Capital Intelectual e, por conseguinte, com *El Diplo* argentino. Gabetta fez severas críticas à presidente Cristina Kirchner e outros governantes latino-americanos, por ele considerados e interpretados como “populistas”. Segundo Gabetta, Hugo Sigman, proprietário da editora Capital Intelectual que publica *Le Monde Diplomatique* na Argentina, é favorável ao peronismo kirchnerista. Diante do “impasse”, Gabetta deixou a direção da revista.

Maurice Lemoine, por sua vez, não vê a questão da independência nos mesmos termos que Gabetta. Admite que há determinadas críticas a serem feitas a governos latino-americanos

⁴⁰ Serge Halimi, em entrevista à autora, no dia 28 de novembro de 2014.

⁴¹ Carlos Gabetta, em entrevista à autora, no dia 1º de setembro de 2014.

como Cuba e Venezuela, quiçá Argentina, mas, por razões conjunturais, argumenta que não é possível fazê-las, para não dar munção ao “outro lado” da trincheira, quer dizer, ao inimigo, à direita. Assim, Lemoine vê o compromisso do intelectual intrinsecamente relacionado com a esquerda, envolvida na luta contra o capitalismo, agora o capitalismo neoliberal. Lemoine identifica claramente duas linhas no *Monde Diplomatique*: uma, de punhos cerrados, comprometida com a “luta”; outra, mais distante, que pretende ouvir e observar, mas não se envolver demais com as questões contemporâneas. De seu lado, lembra:

Era o time de ouro: Ignacio Ramonet, Bernard Cassen e eu. Na realidade, cada um de nós tinha um estilo. Ignacio tinha contato com os “reis” – Fidel Castro, Hugo Chávez –, contato diretamente com a cúpula. Cassen era um ativista dos movimentos sociais, relacionado com Porto Alegre [*e o movimento para o Fórum Social Mundial*]. E eu estava no campo. E nós três formávamos uma equipe muito completa, cada um com sua sensibilidade. E por isso eu acredito, eu digo, e talvez eu me equivoque, que para *Le Monde Diplomatique* houve um período de ouro sobre a América Latina. Estávamos muito envolvidos, sem esquecer o espírito crítico. Além disso, isso é muito importante para explicar o funcionamento de uma equipe como essa, sabendo que há uma adesão permanente do aparato ideológico sobre esses governos. Isso é muito importante. Se tirar isso do contexto, pode dizer que estávamos próximos demais desses governos. Se esquece-se o ataque, a guerra permanente contra Fidel, contra Chávez...⁴²

Nos últimos anos, os veteranos Bernard Cassen, Ignacio Ramonet e Maurice Lemoine se aposentaram e saíram de seus postos oficiais no *Monde Diplomatique* francês, abrindo espaço para intelectuais mais jovens como Serge Halimi e Renaud Lambert. As discussões sobre a relação entre intelectuais e a esquerda, porém, continua vibrante na revista.

Edward Said, um dos intelectuais mais valorizados por *Le Monde Diplomatique*, ao lado de Jacques Derrida, Pierre Bourdieu e Régis Debray, dizia que o papel dos intelectuais não poderia se enquadrar num *slogan*, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma político. “Nada deforma mais o desempenho público do intelectual do que os floreios, o silêncio cauteloso, a jactância patriótica e a apostasia retrospectiva acompanhada de auto-dramatização”.⁴³

É interessante retornar a Said para discutir as relações entre intelectuais e o poder, especialmente o poder uma vez conquistado pela esquerda. A Said, que recusava atitudes sectárias, tendo contraponto a defesa e a dedicação ao *universalismo* na cultura e na política. Dizia: trata-se da forma como se pretende entrar na história, de braços abertos ou punhos fechados⁴⁴ – expressões felizes para ilustrar as linhas presentes entre intelectuais de *Le Monde Diplomatique* que,

⁴² Maurice Lemoine, em entrevista à autora, no dia 27 de novembro de 2014.

⁴³ SAID. *Representações do intelectual*, p. 15.

⁴⁴ _____. *Representações do intelectual*, p. 14.

na verdade, revelam dois posicionamentos nas relações entre intelectuais e o poder protagonizado pela esquerda: um certo distanciamento como observadores ou um compromisso mais forte, mais posicionado de um lado da trincheira na batalha de ideias. Nessa trilha, uma bifurcação: ou *Le Monde Diplomatique* não desconfia *a priori* de uma esquerda que pretende ascender ao poder nas palavras de um francês, ou desconfia dos partidos políticos todos, no *que se vayan todos* na expressão de um argentino?

O impasse evidencia a dúplice tentação que se impõe aos homens de pensamento. No fim d'*O século dos intelectuais*, Michel Winock lembra que os homens não vivem no mundo das ideias puras. “O universo político é prenhe de todos os conflitos, de todos os desejos de onipotência, de todos os ódios e de todos os apetites de poder”.⁴⁵ Assim, duas tentações dominariam os intelectuais:

Permanecer no mundo da pureza ideal – que é o da linguagem –, mas com risco de se isolar e perder o contato com o mundo; ou aceitar demasiadamente os imperativos do universo político, escolher seu lado, tornar-se partidário, saber calar ou falar sempre com critério – com risco de não passar, assim, de um auxiliar da política ou um funcionário das esperanças em suspenso – mesmo que seja de um partido de oposição. Pensar a política radicalmente é, com muita frequência, escolher o impossível; mas aceitar a política, tal como se apresenta, requer apenas a aliança entre oradores e experts: onde ficam os homens de pensamento?⁴⁶

Na encruzilhada entre o universo da pureza ideal e o universo político, os intelectuais por vezes preferem outro rumo: o silêncio.

No verão francês de 1983, a discussão sobre o silêncio dos intelectuais despontou dois anos depois que a esquerda, que por muitas décadas encarnara esperanças dos intelectuais, conquistou o poder – a vitória de François Mitterrand. O gatilho para tal discussão foi um artigo do historiador Max Gallo, ministro e porta-voz do governo socialista, impresso nas páginas de *Le Monde*. Vieram as críticas aos intelectuais, calados diante do esquecimento da esquerda em relação ao programa inicial de transformação radical da sociedade francesa, um projeto socialmente audacioso e economicamente antiliberal engavetado. Aos intelectuais, que se encontravam no dilema entre participar episodicamente do poder, como conselheiros do príncipe, ou continuar criticando, a ferro e fogo, todo tipo de poder. “Pode-se, em nome do realismo político, renunciar a uma parte de suas ideias, qualificando-as de ilusões ou de utopias, ou nunca se deve ceder em nenhum princípio, nenhum valor, nenhum ideal, com o risco de perder o poder e, portanto, toda

⁴⁵ WINOCK. *O século dos intelectuais*, p. 786-787.

⁴⁶ _____. *O século dos intelectuais*, p. 786-787.

possibilidade, por menor que seja, de transformar o real?”, interroga o filósofo francês Francis Wolff.⁴⁷ Em outras palavras, quem é o intelectual? Um crítico ou aliado do poder? Um idealista ou às vezes apegado ao realismo político?

No Brasil, história semelhante se desenrolou por volta de 2005, três anos após a vitória de Lula, escoltada pela esquerda por simbolizar uma “formidável esperança” no âmbito socioeconômico, uma ruptura – digo eu, como “nunca antes na história deste país”, para lembrar a expressão do ex-presidente – e, diz Wolff, a vitória de um político e de um partido que um dia representaram a aliança entre intelectuais e populares. A esquerda no poder, na França e no Brasil, trilhou caminhos que não condiziam com suas ideias iniciais, mas a diretrizes conservadoras, mostrando fidelidade às instituições financeiras internacionais, realismo econômico, rigor orçamentário. Quanto a nossos intelectuais, ou romperam com o PT ou se asilaram num encastelado silêncio. Ao lado de Lula, outros novos governos latino-americanos luziram, também escoltados por esperanças de intelectuais de esquerda. Diante deles, muitos intelectuais calaram. Mas os silêncios, afinal, falam.

É imprecisa a relação dos intelectuais de *Le Monde Diplomatique* com a ideia de engajamento e envolvimento político. Muitos defendem o papel da revista como uma tribuna livre ou uma instituição independente – e, embora “simpatizante”⁴⁸ das revoluções e dos movimentos progressistas, consideram-na distante da militância partidária⁴⁹ ou do estilo político panfletário.⁵⁰ Para tal ala, *Le Monde Diplomatique* teria corrompido seu papel e perderia sua *raison d'être* se resvasse na política partidária ou no panfleto. Mas é muito tênue a linha entre a independência e a “causa”.

Lembro palavras impressas de Ignacio Ramonet: “*Le Monde Diplomatique* é mais que um jornal, é uma causa... A causa da justiça, da paz, dos povos que procuram sair de sua dependência”.⁵¹ Ao frisar que a “causa” é maior que o magazine, o editor encontra eco entre seus companheiros: *Le Monde Diplomatique* estaria muito vinculado a certos valores, como a justiça e a solidariedade – e as edições internacionais herdariam o DNA do *Monde Diplomatique* francês: a crítica ao imperialismo, ao colonialismo e ao capitalismo neoliberal.⁵² Seria, nas expressões de Anne-Cécile Robert, ainda uma mídia hostil à dominação, dos ricos sobre os pobres, dos homens

⁴⁷ WOLFF, Francis. “Dilemas dos intelectuais”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45-46.

⁴⁸ Bernard Cassen, em entrevista à autora, no dia 10 de novembro de 2014.

⁴⁹ Carlos Alfieri, em entrevista à autora, no dia 12 de setembro de 2012.

⁵⁰ Carlos Gabetta, em entrevista à autora, no dia 11 de setembro de 2012.

⁵¹ RAMONET, Ignacio. “*Cinquante ans*”. In: *Manière de voir*, Paris, 2004, p. 5-6.

⁵² Anne-Cécile Robert, em entrevista à autora, no dia 4 de fevereiro de 2013.

sobre as mulheres. Seria, na perspectiva marxista de Renaud Lambert, por exemplo, um posicionamento, no conflito estrutural entre trabalho e capital, ao lado do trabalho.⁵³ Seria, afinal, um posicionamento à esquerda.

Quais esquerdas

A polarização esquerda e direita ainda palpita na política. Para o filósofo italiano Norberto Bobbio, esquerda e direita são termos antitéticos, que denotam o contraste entre ideologias e movimentos a dividir o universo do pensamento e das ações políticas. Não se trata de uma armadilha linguística a travar o debate político, mas palavras cujos usos axiológicos, descritivos e históricos justificam sua ainda argumentação. As expressões não são engessadas, mas marcham com o tempo: “Acrescento apenas uma prova: tornou-se lugar comum afirmar – com tristeza ou alegria, segundo quem afirma – que a esquerda passou a praticar a política da direita. Tal afirmação não teria nenhum sentido se ‘direita’ e ‘esquerda’ tivessem se transformado em palavras vãs e vazias”.⁵⁴

Se as definições de intelectual não são uníssonas, as definições de esquerda para os intelectuais de *Le Monde Diplomatique* são, no mínimo, dissonantes. No amplo arco de definições de esquerda, diferentes visões marcam a *manière de voir* proposta por *Le Monde Diplomatique*. Há discordâncias, inclusive, sobre a definição declarada de *Le Monde Diplomatique* como uma revista “de esquerda”.

Entre os argentinos, Carlos Alfieri e Carlos Gabetta se afinam. Alfieri considera *El Díplo* um periódico “claramente” de esquerda, de tendência progressista e crítica. Gabetta, por sua vez, define linha editorial da revista como um *republicanismo de izquierda*, “do centro-esquerda à esquerda mais radical, mas sempre muito democrática”. Um *republicanismo de izquierda* que estaria relacionado à Revolução Francesa:

Uma república consiste em dizer se todos podemos ter jornais, se todos podemos nos educar, se todos podemos opinar e se todos podemos votar. Isto é, liberdade política. Os direitos humanos e políticos. A esquerda entende os direitos humanos como econômicos, políticos e sociais. Uma república de esquerda seria uma república que, preservando o critério da divisão dos poderes, avance nas liberdades políticas e na igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais. É preciso reduzir as desigualdades ao seu nível mínimo. Assim compreendo a ideia de republicanismo de esquerda.⁵⁵

⁵³ Renaud Lambert em entrevista à autora, no dia 2 de outubro de 2014.

⁵⁴ BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 150.

⁵⁵ Carlos Gabetta, em entrevista à autora, no dia 1º de setembro de 2014.

Entre os franceses, Serge Halimi pondera a respeito da linha do *Monde Diplomatique*. Lembra o editor que a linha editorial não se impôs do dia para a noite, mas foi gradualmente firmada, acompanhando os acontecimentos e as evoluções ideológicas. Para Halimi, *Le Monde Diplomatique* não se restringiria a um polo político: seus editores estão à esquerda, seus escritores estão à esquerda, seus leitores majoritariamente estão à esquerda, mas a revista não se reservaria à esquerda. E o que é ser de esquerda atualmente?

Bom, isso é uma outra questão... Não é uma questão que nós nos fazemos, porque nós não nos definimos como um jornal de esquerda. Ainda que a maior parte de nosso conteúdo pode ser identificado como de esquerda, os autores de esquerda, os leitores de esquerda, mas quando nós escrevemos um artigo, quando nós refletimos sobre uma questão internacional, em nenhum momento nós dizemos qual é a posição de esquerda a respeito. Mas é uma posição que corresponde aos princípios, aos valores, à história do *Monde Diplomatique*. E que é ainda a posição que nos permite compreender o que acontece.⁵⁶

Enquanto Vidal identifica *Le Monde Diplomatique* “certamente” à esquerda, como anticapitalista, altermundialista e terceiro-mundista ⁵⁷, Cassen certifica que nunca é versada a palavra “esquerda” para definir *Le Monde Diplomatique*. Para Vidal, estar à esquerda significa ser hostil à sociedade capitalista e suas injustiças, ser hostil às políticas imperialistas e, ao mesmo tempo, buscar alternativas – isto é, arremata, significa estar relacionado às ideias de justiça e de igualdade. Cassen, por outro lado, descarta a expressão “esquerda” por considerá-la redutora:

Primeiramente, as categorias “esquerda” e “direita” estão longe de estar estabilizadas, sobretudo atualmente. Se Manuel Valls se diz de esquerda... Quer dizer, se Manuel Valls é de esquerda, todo mundo pode ser [risos]. É um termo político parlamentar, a esquerda, o centro, a direita. Portanto, nunca usamos essa palavra para nos qualificar. Somos todos de esquerda, mas o jornal não é um jornal de esquerda. Primeiramente, é um jornal – não é um partido. Há pontos de vista que podem ser ligeiramente diferentes, não concordamos sobre tudo. Há desacordos entre nós, por exemplo, sobre o secularismo, sobre o véu [islâmico]. Mas são desacordos que não nos impedem de trabalhar juntos. Não é uma linha de partido, mas todos temos sensibilidade de esquerda. Mas o jornal não é de esquerda. Precisa ter essa independência para inclusive criticar a esquerda. Há muitos artigos no *Monde Diplomatique* que são muito críticos da esquerda, ainda que, como disse, não sabemos direito o que isso quer dizer.⁵⁸

Cassen compreende a esquerda como um marco linguístico definido a partir da Revolução Francesa. Na França, considera que, por muito tempo, as polaridades eram claras com o bloco conservador e o bloco progressista, donde a esquerda era encarnada principalmente pelo

⁵⁶ Serge Halimi, em entrevista à autora, no dia 28 de novembro de 2014.

⁵⁷ Dominique Vidal, em entrevista à autora, no dia 6 de outubro de 2014.

⁵⁸ Bernard Cassen, em entrevista à autora, no dia 10 de novembro de 2014.

Partido Socialista e pelo Partido Comunista, mas se interroga sobre a existência da esquerda sequer em tempos de fronteiras esfumaçadas:

Após o declínio do Partido Comunista, onde está a esquerda atualmente? Se a esquerda é a social democracia, nós vemos que a social democracia está num impasse total, fazendo a política que fazia a direita e pior. E se a direita tomar o poder fará ainda pior. É um espetáculo desolador. Há um artigo no *Monde Diplomatique*, de setembro ou de outubro [de 2014], de Frédéric Lordon, um autor importante, que diz que a esquerda é a resistência à hegemonia do capital. É uma definição sucinta. Se tomarmos essa definição, o Partido Socialista não é de esquerda. Para qualificar a esquerda, podemos dizer a esquerda radical ou a esquerda de esquerda, encarnada na França por Front de Gauche, o PC, o PG. Mas as fronteiras são terrivelmente esfumaçadas. Se tomarmos a definição a partir do capital, a esquerda não tem muito espaço eleitoralmente. É para mudar. Desse ponto de vista, *Le Monde Diplomatique* faz parte da esquerda da esquerda.⁵⁹

Bernard Cassen se refere a um artigo do economista Frédéric Lordon publicado na edição de setembro de 2014, cujo escopo era: a esquerda não pode morrer. Partindo da política francesa, Lordon critica os absurdos e as toxinas destiladas no debate público, por especialistas e editorialistas – e o mais tóxico seria a afirmação, com gravidade profética, do fim das categorias “direita” e “esquerda” e, assim, a superação definitiva de sua antinomia política. Critica ainda a remarcação da desconcertante proximidade no discurso “nem direita, nem esquerda” da extrema direita, e no discurso da superação das diferenças entre direita e esquerda, do extremo centro. Diz Lordon:

[A esquerda] é uma ideia. Igualdade e democracia real, *voilà* a ideia que é a esquerda. E é preciso estar cego, intoxicado ou depressivo para se deixar acreditar que essa ideia é passado: não só ela não parou de produzir seus efeitos, como, na verdade, ela só começou. Em suma, ela ainda está inteiramente a entrar na realidade. Restabelecer a polaridade direita-esquerda, contra o veneno da negação, supõe agora esclarecer novamente o que a esquerda significa para circunstanciar um pouco mais precisamente a ideia que ela é em tempos de capitalismo globalizado. Agora essa circunstância se inscreve numa declaração bastante simples: a igualdade e a democracia real não podem ser realizadas se a sociedade é subordinada à influência sem limites do capital – compreendido como uma lógica social e como um grupo de interesse.⁶⁰

Anne-Cécile Robert, por sua vez, questiona se a discussão direita versus esquerda ainda é relevante atualmente. Vê *Le Monde Diplomatique* como uma revista de *free-minders*, radicalmente opostos à toda sorte de dominação, de ricos sobre pobres, de brancos sobre negros, de homens sobre mulheres, e assim por diante. “Se isso quer dizer *left-wing*, então, sim, estamos à esquerda”.

⁵⁹ Serge Halimi, em entrevista à autora, no dia 28 de novembro de 2014.

⁶⁰ LORDON, Frédéric. “La gauche ne peut pas mourir”. *Le Monde Diplomatique*, Paris, set. 2014, p. 18-19.

Na mesma linha de Cassen, Robert considera que seria redutor rotular *Le Monde Diplomatique* unicamente como uma revista de esquerda. “É, antes de tudo, um jornal social, de crítica e de liberdade de pensamento. Um jornal muito ligado a certos valores, como a justiça e a solidariedade. Que são, efetivamente, valores de esquerda. Mas que, a meu ver, são maiores que isso”. Lembra ainda que *Le Monde Diplomatique* não é ligado a partidos políticos. “Sempre foi um jornal independente”.

Já Renaud Lambert mescla argumentos de seus companheiros no *Monde Diplomatique* francês. Por um lado, dispõe a revista “indubitavelmente” à esquerda, por posicionar-se, no conflito estrutural entre trabalho e capital, ao lado do trabalho. Por outro, propõe não reduzir a discussão a tais termos:

Le Monde Diplomatique não é um jornal de esquerda num horizonte geral onde certos jornais seriam de direita, mas a maioria seria neutra. Não acredito na neutralidade de uma publicação impressa. Parece-me que todos os jornais apresentam *parti pris* e ideologias, que defendem mais ou menos abertamente. Nesse contexto, onde todos os órgãos de imprensa defendem uma visão muito marcada do mundo, *Le Monde Diplomatique* tem a sua visão de um mundo em que a questão econômica pesa, a estrutura econômica e social pesa. É uma visão que poucos órgãos de imprensa defendem atualmente na França.⁶¹

Por um lado, Lambert posiciona *Le Monde Diplomatique* à esquerda da esquerda francesa, tal como Cassen – uma questão, na realidade, que ultrapassa o simples e complexo posicionamento do *Monde Diplomatique*: “Se você considerar que o Partido Socialista é a esquerda na França, *Le Monde Diplomatique* está mais à esquerda que o Partido Socialista. Pierre Bourdieu dizia que há uma esquerda da esquerda. Na minha visão, *Le Monde Diplomatique* representa uma esquerda da esquerda”. Porém, Lambert considera que a revista tenta se desviar de qualquer *gauchisme*, não desconfiando *a priori* de “uma esquerda que queira ascender ao poder para mudar o mundo”. Por outro lado, diametralmente diferente de Bernard Cassen e Anne-Cécile Robert, Lambert considera importante a distinção entre direita e esquerda atualmente:

Primeiro, a ideia de que não há mais diferença remete à ideia do “fim da história”, do “fim das ideologias”. Parece-me que quem defende que não há mais diferença entre direita e esquerda se inscreve numa tradição não de esquerda, numa visão liberal do ultrapassar das ideologias. Parece-me que ainda é uma diferença muito importante entre direita e esquerda, no plano econômico mas também no plano social. Uma segunda razão: acredito que, no vocabulário atual, é essa diferença que permite mobilizar a população – e direita e esquerda são ainda palavras carregadas de história e de sentido. São, portanto, palavras úteis.⁶²

⁶¹ Renaud Lambert, em entrevista à autora, no dia 2 de outubro de 2014.

⁶² Renaud Lambert, em entrevista à autora, no dia 2 de outubro de 2014.

Maurice Lemoine, por fim, mira mais longe ao refletir sobre a esquerda contemporânea: “Na França? Bom, nós no *Monde Diplomatique* consideramos que, atualmente, a esquerda está na América Latina. Com seus defeitos e seus erros, mas, sim, a esquerda está por lá”. Uma esquerda latino-americana que, não é demais lembrar, passou por diversas transformações e momentos-chaves, como a Revolução Cubana e a vitória de Salvador Allende, até as conquistas recentes de líderes tão diferentes quanto Evo Morales e Pepe Mujica. A história da esquerda na América Latina é plural, abrigando um colorido arco de movimentos antiimperialistas, comunistas, nacionalistas, socialdemocratas, guerrilheiros, indígenas, estudantis, feministas e muitos outros.

Mas se, como diz Norberto Bobbio⁶³, entre o preto e o branco há o cinza, vale focar os diferentes tons presentes e possíveis num só ponto: a esquerda. Assim, é possível afirmar que diferentes sensibilidades de esquerda se matizam entre os intelectuais e jornalistas de *Le Monde Diplomatique* na França e na Argentina. Nada, afinal, é simplesmente preto no branco.

Considerações finais

Le Monde Diplomatique e suas edições internacionais pretendem ensaiar, historicizar, manifestar, posicionar, provocar, refletir sobre a atualidade – assim o magazine compreende o papel dos intelectuais. Muitos intelectuais se tornaram *habitués* nessas páginas “diplomáticas”, revistados, elogiados e criticados, quer como autores, quer como fontes e referências. Entretanto, há diferentes posições de seus intelectuais individualmente, franceses e argentinos, a respeito da independência do intelectual (especialmente em relação a movimentos sociais e lideranças políticas). Além disso, há diferentes sensibilidades a respeito do que é a esquerda contemporânea (e qual é o papel dos intelectuais ao lado dela).

Considero, com Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, que os intelectuais, na verdade, não se definem pelo que *são*, uma profissão ou uma titulação, mas pelo que *fazem*, isto é, pelas suas intervenções manifestadas no debate político. E, com Norberto Bobbio, considero que a distinção entre esquerda e direita não só é legítima, mas desperta, como vimos, diversas discussões ideológicas. A partir de tais alicerces, é possível afirmar que os editores franceses e argentinos de *Le Monde Diplomatique*, a um só tempo desempenhando funções de jornalistas (por ofício) e de intelectuais (por manifesto), acabam por diluir as fronteiras entre o papel dos jornalistas e dos intelectuais. Além disso, os editores, embora declaradamente simpáticos à ideia

⁶³ BOBBIO. *Direita e esquerda*, p. 54.

de esquerda, acabam por discordar sobre a designação declarada de *Le Monde Diplomatique* como uma imprensa de esquerda.

Busquei, nestas páginas, indicar como uma revista de inclinação editorial demarcada (e internacionalmente famosa) à esquerda, com críticas severas aos rumos do mundo atual nos lemes do neoliberalismo e do imperialismo, é navegada por diferentes tripulantes, com distintos repertórios e diversas posições. Como, aliás, arraigado na história do tempo presente, *Le Monde Diplomatique* evidencia como uma revista é um organismo vivo, feito de sociabilidades e sensibilidades ideológicas, filosóficas e políticas, para lembrar Jean-François Sirinelli. Como, afinal, abrigado ainda na história da imprensa, *Le Monde Diplomatique* é um dos exemplos de observatório de primeira ordem para a investigação do papel dos intelectuais e dos movimentos das ideias que marcam nosso tempo.

“Eu não te quero mais”: a violência de gênero diante da inversão de poder na relação afetiva

“I don't want you anymore”: gender violence front of reversal power in affective relationship

Mirela Marin Morgante

Mestre em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

mirela_marin@hotmail.com

Recebido em: 12/06/2015

Aprovado em: 01/10/2015

RESUMO: O artigo se utiliza dos boletins de ocorrência registrados nos anos de 2002 a 2010, na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Vitória (ES), para analisar os motivos percebidos e apresentados pelas mulheres para terem sido vítimas da violência por parte de seus companheiros ou ex-companheiros. É possível visualizar a recusa por parte da mulher em continuar uma relação afetiva ou mesmo em manter uma relação sexual com o companheiro, como um motivador frequentemente apresentado pelas vítimas para o cometimento das agressões. O artigo pretende compreender a relação existente entre essa negação feminina e a violência daí decorrente, e a construção e a afirmação das identidades de gênero, vividas e percebidas enquanto relações de poder.

PALAVRAS-CHAVES: Violência de gênero, poder, identidades.

ABSTRACT: The article uses the police reports registered in the years 2002-2010, in the Police Specialized in Assistance to Women of Vitória (ES), to analyze the reasons perceived and presented by women to have been victims of violence from their partners or ex-partners. It is possible view the refusal by women to continue an affective relationship or even in keeping a sexual relationship with their partner, often presented by victims as a motivator for aggressive acts committed against them. This paper aims to understand the relation between this female denial and the ensuing violence, and the construction and affirmation of gender identities, experienced and perceived as power relations.

KEYWORDS: Gender violence, power, identities.

No ano de 1985, quando surgiu a primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) do Brasil, na cidade de São Paulo, nascia também a primeira DEAM do estado do Espírito Santo. Esta ficou localizada na capital, Vitória, e era conhecida como DEAM/ES, por ser a única DEAM existente no estado. Posteriormente, foram criadas DEAMs em todo o território nacional, inclusive pelo interior do Espírito Santo. A partir daí, a DEAM da capital do

Espírito Santo, passou a ser conhecida como DEAM/Vitória.¹ Hoje o Brasil conta com um total de 368 DEAMs, dos quais 11 estão situadas no estado do Espírito Santo, espalhadas pelos municípios de Vitória (2), Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares e São Mateus.²

De sua inauguração em 1985 até 2002, a DEAM/Vitória estava localizada em uma sala da Superintendência da Polícia Civil do Espírito Santo, onde as condições para executar suas atividades judiciais eram as mínimas possíveis e o acesso pelas vítimas era bastante difícil por se tratar de uma edificação antiga com condições precárias de funcionamento.³ A partir de 2003, a DEAM/Vitória apresentou uma melhoria nas condições de atendimento às mulheres vítimas de violência, quando passou a funcionar em uma sala própria, em outro endereço, próximo à Superintendência da Polícia Civil. Entretanto, este novo endereço da Delegacia não dispunha de espaço suficiente para arquivar toda a documentação relativa aos boletins de ocorrência (BOs) registrados durante o período de 1985 a dezembro de 2001, que acabaram sendo deixados “[...] aos cuidados do Arquivo Morto da Superintendência de Polícia Civil”⁴. Apesar de contactada, a Superintendência não disponibilizou o acesso ao arquivo, de forma que não se sabe ao certo se ele de fato ainda existe. Devido a esta questão, tivemos acesso somente aos boletins registrados a partir de janeiro de 2002, que foram sendo arquivados na nova dependência da DEAM/Vitória.

Assim, optamos por trabalhar com a década de 2000, mais precisamente com os boletins de ocorrência registrados do ano de 2002 ao ano de 2010, encontrados na nova dependência da DEAM/Vitória. Foi um período marcado por diversas políticas públicas, legislações e instituições de caráter nacional, estadual e municipal, destinadas ao atendimento das mulheres vítimas de violência e à tentativa de superação desta problemática de origens históricas.

Por meio de um trabalho extremamente árduo, devido à falta de estrutura física e material da DEAM/Vitória, coletamos manualmente todos os dados constantes nos BOs dos 9 anos que compreende a pesquisa realizada, ou seja, de 2002 a 2010. Confeccionamos fichas similares aos

¹ O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida pela autora em sua Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas, na Universidade Federal do Espírito Santo, defendida em abril de 2015.

² Rede de enfrentamento à violência contra a mulher. *Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Brasília. Captado em: https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php. Acesso em: 20 out. 2015.

³ NADER, Maria Beatriz. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. *Fazendo Gênero*. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Captado em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em: 1 jun. 2015.

⁴ _____. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES), p. 3.

BOs, contendo todos os campos relativos à vítima e ao agressor, além do relato da vítima e das medidas tomadas. Essas fichas foram preenchidas manualmente com base nos BOs originais no espaço físico extremamente limitado da DEAM/Vitória.

Após esta primeira etapa de coleta manual dos dados, realizamos uma segunda etapa, com a transcrição de todas as informações dos boletins de ocorrência que foram feitos manualmente, para o banco de dados do programa Microsoft Access, formulado especificamente para esse fim. Com todas as denúncias de 2002 a 2010 (12.085 BOs) transcritas para o Microsoft Access, ficou mais acessível e prático o trabalho com os BOs, facilitando a seleção e o cruzamento de dados.

Vale ressaltar que o nome, tanto da vítima quanto do agressor, assim como qualquer outra informação que permita a identificação dos envolvidos nas ocorrências, não consta nos arquivos que confeccionamos. Devido à orientação da delegada responsável pela DEAM/Vitória, não era permitida a transcrição de informações que identificasse as vítimas ou seus agressores nas fichas, ou seja, não se poderia copiar os dados de identificação das vítimas e dos agressores tais como o nome, o número do documento de identidade e do CPF, o endereço de residência e o telefone. Também convém deixar claro que os dados dos BOs não foram perfeitamente preenchidos, pois muitos espaços nos boletins de ocorrência não foram preenchidos e não contêm a informação referente ao campo. Porém, tal fato não impede o cruzamento de dados e apresentação de estatísticas, que podem dizer muito sobre as fontes, mesmo considerando as suas limitações.

Dos 12.085 casos de violência de gênero denunciados na DEAM/Vitória, selecionamos os boletins de ocorrência cujos agressores denunciados eram companheiros, maridos ou namorados das vítimas, atuais ou anteriores no momento da agressão, isto é, que tinham ou já haviam tido algum tipo de relação afetiva com a vítima. Essa escolha se deu por conta do potencial ofensivo que a violência no interior desse grupo social representa, pois “[...] tende a acontecer repetidamente e pode acabar em agressões de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres que foram inúmeras vezes ameaçadas e/ou espancadas anteriormente”⁵. Além disso, a quantidade de denúncias contra companheiros ou ex-companheiros registradas entre 2002 e 2010 chamou muito a atenção, são 7.974 casos, 66% do total de denúncias. Portanto, dado o potencial ofensivo da violência perpetrada por pessoas de estreita convivência

⁵ AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. *10 anos da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*: Convenção Belém do Pará. 3ª ed. Brasília: Agende, 2005. p. 10.

afetiva com a vítima e por sua relevância numérica, optamos por analisar especificamente esses casos.

Assim, verificamos que de um total de 7.974 boletins de ocorrência cujos agressores foram companheiros das vítimas, em 4.010 boletins (50,3%) a agressão foi exclusivamente psicológica, como ameaça, perseguição, perturbação à tranquilidade, etc, em 3.496 ocorrências (44%) houve a violência física, amiúde acompanhada da psicológica, em 237 BOs (3%) a agressão foi patrimonial, como roubo, retenção de objetos, abandono de lar, entre outros, em 10 ocorrências a agressão foi sexual e, em 221 BOs (2,8%) não constava o tipo de agressão sofrida. O baixo número de agressões do tipo sexual ocorridas nesses 9 anos se deve ao fato de que muitas vezes a violência sexual não foi caracterizada enquanto tal pelas escritas que registraram os BOs. É comum verificar relatos nos quais houve uma violência sexual, mas constar no campo “natureza da ocorrência” como uma violência física ou psicológica. Quanto ao fato de que a maior parte das denúncias foi de caráter psicológico (50,3%), deve-se considerar que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado e sem repetições, é, em verdade, contínuo e cíclico, podendo-se falar em etapas distintas no ciclo da violência.⁶

Outro dado que consta nos BOs diz respeito à naturalidade da vítima e do agressor. No que se refere às vítimas, de um total de 7.974 denúncias, a maioria das mulheres nasceu na Região Metropolitana de Vitória (3.165 BOs), seguidas por aquelas que vieram de outros estados (2.054 BOs), em que se destaca o estado de Minas Gerais, além daqueles BOs em que constam que as vítimas nasceram no Espírito Santo (1.210 BOs) ou no interior do estado (1.425 BOs). Em 111 boletins de ocorrência não contém a informação sobre a naturalidade das vítimas e, em apenas 9 boletins as noticiantes são de outro país. Entre os agressores, 2.550 nasceram na Região Metropolitana de Vitória, 2.095 são naturais de outros estados, 1.574 vieram do Espírito Santo, sem haver uma precisão da cidade, 1.021 nasceram no interior do estado, 24 vieram de outros países e, em 710 casos não contém essa informação. Nota-se que há mais estrangeiros agressores do que vítimas e que é maior o número de desconhecimento da naturalidade entre os agressores. Isso ocorre pelo fato de terem sido as vítimas que forneceram as informações registradas nos boletins.⁷

⁶ ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul./ago. 2005. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-71672005000400002&lng=en&nrm=iso&_tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2015. p. 388.

⁷ Existem poucos casos em que outras pessoas, que não as vítimas, foram as denunciantes. Trata-se, em grande maioria, de parentes próximos às vítimas, como por exemplo, mãe e/ou irmã.

No que tange à raça das mulheres vítimas de violência e dos agressores, os BOs apresentam dados relevantes. O campo dos boletins de ocorrência concernentes a essa informação se refere à “cor” para tratar da raça dos envolvidos nas agressões, separando-se cores parda, branca ou negra, cujas categorizações foram feitas pelas vítimas. Vê-se que a maior parte das mulheres se autodeclarou como parda (53% - 4.224 BOs), seguida por aquelas que se consideravam brancas (31,5% - 2.514 BOs), as negras (11% - 885 BOs) e em 351 BOs (4,5%) não consta essa informação. Quanto aos agressores, constam nos boletins que 46,6% (3.722 BOs) são pardos, 33% (2.634 BOs) são brancos, 16% (1.290 BOs) são negros e, em 4,2% (328 BOs) não há essa informação.

Tendo como parâmetro uma definição da raça negra que abrange pretos e pardos, o Dossiê Mulheres Negras⁸ se utiliza da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) para demonstrar as disparidades de gênero e raça ainda bastante presentes no Brasil no final da década de 2010. Tendo como base o Programa Brasil sem Miséria para definir a situação de pobreza da população, o Dossiê evidencia que os negros, mulheres e homens, estão entre os mais pobres do país. Contudo, mesmo dentre a população negra, são as mulheres as maiores vítimas da pobreza e da miséria.

Isso posto, trata-se aqui da violência de gênero que foi denunciada e perpetrada no interior de grupo social vulnerável em todos os sentidos, não somente em termos de renda, como também de acesso às condições básicas de existência, como saúde, educação, moradia e cultura, além da desigualdade de gênero e racial persistente na nossa cultura que implica em representações e símbolos da negritude, principalmente feminina, extremamente desvalorizados.

É evidente, contudo, que estamos abordando somente os casos em que as vítimas fizeram a denúncia da violência que vivenciaram. Cotidianamente há situações de violência contra as mulheres perpetradas por seus companheiros ou ex-companheiros, mas que acabam não sendo denunciadas devido à dificuldade da vítima em reconhecer que foi agredida, ou ainda, como afirma Heleieth Saffioti⁹, “[...] muitas vítimas de violência doméstica negam as ocorrências, já que sentem vergonha de relatá-las”. Além da vergonha que as vítimas sentem em fazer a denúncia, elas amiúde sentem medo da reação dos companheiros ou ex-companheiros ao tomarem

⁸ MARCONDES, Mariana Mazzini. *et al.* (Org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu, 2002. Vol. 1, p. 59-70. Captado em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/colenc.01.a06.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015. p. 6.

conhecimento do boletim de ocorrência, ou mesmo temem pelas consequências legais e sociais da denúncia.

Assim, importou-nos até aqui realizar uma análise quantitativa que fornecesse um panorama geral dos agentes sociais em que pesa a relação afetiva, envolvidos na dinâmica da violência de gênero que foram denunciadas na DEAM/Vitória no período de 2002 a 2010. Nossa preocupação agora é em fazer uma análise qualitativa de alguns boletins de ocorrência, tendo como parâmetro um método de análise de conteúdo dos relatos que constam nos BOs, fornecidos pelas vítimas e transcritos pelas escrivãs da delegacia. Tal aspecto é importante de ser ressaltado: os relatos dados pelas vítimas foram escritos pelas escrivãs da DEAM/Vitória. Trata-se de uma narrativa eminentemente policial. As palavras das mulheres vítimas de violência passaram pelo filtro das escrivãs da delegacia, responsáveis por redigir os relatos. Não obstante, é uma transcrição policial baseada na narrativa direta das vítimas, que apresenta alto grau de homogeneidade empírica, pois eram prioritariamente escrivãs mulheres que redigiam os relatos nos BOs. Caso houvesse a participação efetiva de homens na escrita da narrativa dada pelas vítimas, é possível que houvesse grandes discrepâncias contextuais entre os relatos constantes nos BOs. Mas eram exclusivamente mulheres que redigiam os depoimentos das vítimas e foi possível visualizar certa coerência interna nos textos. Portanto, os relatos se mostraram fontes ricas de análise, uma vez que contribuem para uma visão mais qualitativa dos BOs registrados na DEAM/Vitória.

Uma leitura das mensagens contidas nos relatos dos BOs

Nesse sentido, partimos para uma análise de conteúdo dos BOs, com o fim de realizar um desvendar crítico, conforme explica Laurence Bardin¹⁰. Para esta, a análise de conteúdo consiste em diversos mecanismos metodológicos que estão em permanente melhora e podem ser utilizados para analisar diferentes tipos discursivos. Além disso, a análise de conteúdo se concentra nas mensagens, nas comunicações realizadas e não tão somente nos documentos. Isso, procurando analisar criticamente as mensagens para desvendar realidades que não estejam explícitas nelas.

Por meio de categorizações, uma das opções da análise de conteúdo¹¹, objetivamos entender as razões mais comuns apresentadas pelas mulheres vítimas de violência para que seus

¹⁰ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

¹¹ _____. *Análise de conteúdo*.

companheiros ou ex-companheiros tenham cometido o ato de agressão psicológica, física, patrimonial ou sexual contra a sua pessoa. Tal procedimento foi realizado de maneira bastante particular e qualitativa, dada a impossibilidade de retirar indicadores precisos dos relatos, pois muitos deles apresentavam várias razões concomitantemente, além da necessidade de ler as mensagens nas entrelinhas para a análise crítica. Por isso, os relatos foram sendo lidos e certos aspectos foram chamando a atenção, de maneira que foram realizadas categorizações. Mas não foi possível indicar a quantidade precisa de cada uma das categorizações feitas e tampouco objetivamos tanto. Preocupamo-nos em adentrar qualitativamente naqueles relatos que nos pareceram mais demonstrativos do que os outros frequentemente mencionavam.

Assim, de maneira geral, dentre os motivos apresentados pelas vítimas, para aqueles que tinham ou já tiveram uma relação afetiva com elas no momento da agressão terem cometido a violência, notamos haver três razões principais: o sentimento de posse e domínio que os agressores acreditavam ter sobre as vítimas, o questionamento por parte delas acerca do trabalho e da virilidade sexual masculina, e o fato das vítimas não quererem mais manter a relação afetiva e sexual com o companheiro ou ex-companheiro. São aspectos relacionados à normalização das identidades de gênero em conformidade aos imperativos da sociedade de dominação masculina, que parece ser o denominador comum desses três motivos principais percebidos nos relatos constantes nas denúncias. Particularmente, debruçamo-nos neste artigo nos relatos cujas motivações analisadas se relacionam com a questão da negação da mulher em manter um relacionamento afetivo ou sexual com o agressor.

Isso, tendo como base a perspectiva de gênero, que engloba os processos de construção das identidades masculinas e femininas, e também tendo em vista as dinâmicas da dominação masculina produtora de *habitus*. Segundo Joan Scott¹², gênero é a organização social da diferença sexual. Tendo como base as diferenças sexuais, o gênero constituiu-se por meio de relações sociais, que são, por seu turno, relações de poder. A autora acrescenta aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o feminino e o masculino, o saber. Ela fala do saber enquanto a interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Para Joan Scott¹³, “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)”. Nessa perspectiva, como a categoria gênero representa um conjunto de

¹² SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. 35 p.

¹³ _____. Prefácio a *gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 11-27, 1994. p. 12.

normas construído pela sociedade e pela cultura, que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, pode-se falar em violência de gênero e não tão somente em violência contra a mulher, apontado para o fato de que as vítimas foram agredidas pelo fato de serem mulheres, ou seja, é uma questão de gênero.

Gênero pode ser considerado uma categoria relacional, as identidades femininas e masculinas são construídas uma em relação à outra, em uma dinâmica de identificação e diferenciação pautada em oposições binárias. Segundo Sócrates Nolasco¹⁴, a sociedade e a cultura forjam distinções entre as mulheres e os homens de maneira que os sujeitos sociais são continuamente impelidos a buscar sua identificação de gênero, construída como essência dualista. Nesse sentido, não somente as mulheres sofrem a imposição de uma identidade ideal feminina, como também os homens sofrem a exigência de se adaptarem ao seu papel social de gênero, de provedor, ativo, viril, racional e agressivo. O autor explica que a masculinidade é um modelo de gênero com o qual os homens se sentem constantemente na necessidade de corresponder, mesmo sabendo que nunca se adaptarão totalmente a essa normalização de gênero que exige deles a virilidade sexual, o trabalho remunerado, o provimento familiar, a posse e o domínio sobre as mulheres.

Conforme Pierre Bourdieu¹⁵, a divisão sexual tal como foi construída por nossa cultura de dominação masculina atua tanto nos corpos, como nos *habitus* incorporados nas mulheres e nos homens, agindo na forma de “[...] esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. Os homens se situam no exterior, no oficial, na esfera pública, no campo do direito, se associam ao seco, ao alto, à descontinuidade. São responsáveis pelas ações ligeiras, arriscadas e sensacionais, atos que “[...] marcam rupturas no curso ordinário da vida”¹⁶. Às mulheres, cabem-lhes as posições opostas às masculinas, devem se situar na esfera privada e escondida, realizando trabalhos domésticos, cuidando das crianças e dos animais, responsável pelos trabalhos mais sujos, monótonos e humildes. Elas ficam no lado “[...] do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo [...]”¹⁷.

Nesse sentido, na sociedade de dominação masculina que persiste no novo milênio, a produção das identidades de gênero se dá de maneira complexa e entrecruzada, atuando nos corpos e nos *habitus* femininos e masculinos. A força da normalização de gênero encontra

¹⁴ NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 187 p.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 17.

¹⁶ _____. *A dominação masculina*, p.41.

¹⁷ _____. *A dominação masculina*, p.41.

respaldo cognitivo e simbólico por meio das oposições binárias, que marcam divisões simbólicas dualistas nos quais se pautam as dinâmicas de identificação.¹⁸ Ou seja, cotidianamente as mulheres e os homens constroem sua identidade se utilizando do processo de diferenciação e estabelecendo dualismos sexistas enquanto essências, cristalizadas e imutáveis.

Conforme Tomaz Tadeu da Silva¹⁹, na dinâmica da identidade de gênero o apelo à essência biológica é evidente, na medida em que a dominação masculina se utiliza da justificativa biológica para se legitimar. Assim, as diferenças biológicas percebidas entre os sexos se transformam em diferenças sociais, psicológicas e comportamentais. Tais diferenças têm a força de um paradigma que se impõe aos sujeitos sociais, de forma que a adequação à identidade e ao papel social de gênero é imperativa e a inadequação é punitiva, seja por ele mesmo, pelos indivíduos que o rodeiam, ou pela sociedade como um todo.

Nesse sentido, os BOs registrados na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010, demonstram como pode se processar a articulação do sujeito com a posição-de-sujeito que os símbolos e representações da sociedade patriarcal impõem. A identidade masculina, forjada para ser dominadora, racional, apática e viril, tem a força de um discurso, de representações e símbolos que procuram fazer com que os homens se adéquem a ela. Mas os sujeitos podem ou não investir nessas posições identitárias. Segundo Stuart Hall²⁰, para a confluência do sujeito às práticas de significação é necessário que haja além da “interpelação” do sujeito pelo discurso, o investimento por parte do sujeito naquela posição, em uma dinâmica de articulação.

Assim, analisaremos alguns dos BOs em que notamos que o fato das vítimas não quererem mais manter a relação afetiva ou sexual com o companheiro ou ex-companheiro foi amiúde relatado como um motivador para as agressões. Serão sobre esses casos que o presente artigo se debruçará. A negação feminina apresentou-se para seus agressores, como um ultraje, uma radical subversão da hierarquia de poder, um questionamento ao poder masculino soberano. Como explica Heleieth Saffioti²¹, a questão da negação feminina pode representar para o homem uma inversão da hierarquia de poder na esfera doméstica, o que se relaciona à normalização das identidades de gênero, que coloca o homem como a autoridade máxima da família, cujo poder não pode ser questionado ou ameaçado.

¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 73-102.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *Identidade e diferença*.

²⁰ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 103-133.

²¹ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

Eu não te quero: inversão da hierarquia de poder

Na realidade do cotidiano, as mulheres como são idealizadas pelo padrão identitário masculino – como submissas, passivas e mulheres-objetos –, rapidamente mostram que elas não existem plenamente.²² Assim como a identidade masculina nunca é totalmente vivida pelos homens, a feminina também não o é. Elas desejam, reclamam, disputam poder e domínio com os homens, amiúde não aceitam os papéis sociais de gênero que a sociedade masculina impõe à identidade feminina. Elas contestam as investidas masculinas, recusando-se à satisfazer os apelos sexuais dos homens e desejando terminar com a relação afetiva. Entretanto, como nos BOs aqui selecionados, nem sempre os companheiros permitem essa contestação, apelando para a violência como forma de garantir seus “direitos sexuais”²³. É o caso dos BOs registrados na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010 que serão analisados.

No BO registrado em setembro de 2003, a vítima de 27 anos, branca, solteira e instrumentadora, denunciou seu ex-namorado de 37 anos, pardo e mecânico. Ele é pai de seu filho de 2 anos e vai à casa da vítima para ver a criança. Nesse momento, o autor tentava manter relações sexuais com a vítima e, diante da recusa dela, ele a agredia. Essa situação se repetiu inúmeras vezes, ele queria a volta do relacionamento afetivo de ambos.

Já no BO registrado em dezembro de 2004, a vítima de 21 anos, parda, solteira e estudante, denunciou o companheiro de 26 anos, negro, solteiro e vendedor, que residia com ela. Ela convivia com o autor da agressão há 2 anos e ele era muito violento. Certo dia, eles discutiram, pois a vítima viu o autor beijando um travesti. Ele propôs para ela que praticassem relações sexuais com outro casal, porém ela se negou. O companheiro então se tornou agressivo e lhe desferiu socos, além de tê-la ameaçado.

Visualizando estes e os outros BOs destes 9 anos que compreende a pesquisa, notamos o quanto o marido/companheiro/namorado ou ex-marido/ex-companheiro/ex-namorado ficam enraivecidos diante da recusa da mulher em manter uma relação sexual com ele. O BO logo acima demonstra bem isso. Ele ficou furioso por ela não aceitar fazer parte dos caprichos sexuais dele. A agressão é uma forma de demonstrar poder e, se ele foi impedido de demonstrar esse

²² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charlton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). *Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 21-34.

²³ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*.

poder sexualmente, ele pôde demonstrá-lo por meio da violência. Vejamos mais os BOs em que isso fica evidente.

No BO registrado em abril de 2005, a vítima de 28 anos, parda, casada e pesquisadora, denunciou o marido de 30 anos, pardo, encarregado, que mora com ela. Eles eram casados há 11 anos e possuem 1 filho de 9 anos. A vítima já havia sido agredida anteriormente. Segundo seu relato, o autor passava noites fora de casa e quando chegava pela manhã queria se relacionar sexualmente com a esposa. Como ela se negava, o autor a agredia, a ofendia e acabava obrigando-a a se relacionar com ele, utilizando a força física. Em outro dia o fato se repetiu, ele chegou em casa e queria ter relações sexuais, mas a noticiante se recusou. Diante da negação dela, o autor a arranhou e amordaçou sua boca, ela se debateu tanto que dessa vez ele não conseguiu efetivar a relação sexual.

Analisando o conteúdo dessa mensagem, vemos mais um caso em que o companheiro procura a todo custo efetivar a relação sexual com a companheira. Na perspectiva das identidades de gênero, podemos interpretar a mensagem como produto de relações de gênero assimétricas em que mulheres e homens tem papéis sociais bem definidos. Destacamos o sentimento de poder do agressor acima citado, na medida em que acreditava que a companheira devia cumprir com o seu papel social, satisfazendo a sexualidade masculina no matrimônio, utilizando-se da violência para fazer valer seu “direito sexual”, como define Heleieth Saffioti²⁴. Ora, vemos nele um caso em que houve uma confluência do sujeito à posição-de-sujeito forjada pelos padrões de identidade de gênero da sociedade de dominação masculina. Padrões estes extremamente diferenciados para as mulheres e para os homens, em que “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordados, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem”²⁵.

No BO registrado em dezembro de 2008, a vítima de 29 anos, parda, solteira e auxiliar de serviços gerais, denunciou seu companheiro de 47 anos, pardo, casado e ajudante de motorista, com ensino fundamental incompleto, que morava com ela. Eles conviviam há 15 anos e tem 3 filhos. O autor sempre foi agressivo e, naqueles tempos, obrigava a companheira a manter relações sexuais com ele. Certo dia, chegou em casa embriagado e forçou a vítima a se relacionar sexualmente com ele na frente da filha de cinco anos. Também a agrediu com palavras de baixo calão.

²⁴ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*.

²⁵ _____. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 35.

No BO, registrado no dia 08/06/2009, a vítima de 35 anos, natural de Afonso Cláudio (ES), braça, casada, professora, com ensino superior incompleto, residente do bairro Barro Vermelho (Vitória/ES), denunciou o marido de 36 anos, natural de Colatina (ES), branco, casado, advogado, com ensino superior completo, que residia com ela. Eles eram casados há 17 anos e têm uma filha de 16 anos. Há 3 anos de registro da denúncia, aproximadamente, eles não viviam mais como um casal, ele dormia na sala e ela no quarto. A noticiante pediu a separação ao marido diversas vezes, mas ele não aceitava. Segundo ela, quando o autor fica nervoso, bate as portas dos guarda-roupas, faz escândalos, lhe dá empurrões e a ameaça. Certo dia, ela estava deitada na cama e foi surpreendida pelo autor. Ele entrou no quarto sem fazer barulho e deitou em cima dela. Tentou beijá-la e acariciou seu corpo. Ela pedia que ele parasse, mas ele continuava, dizendo “você tem que me perdoar, eu gosto de você, já que você não quer ficar comigo você vai ter que me beijar e transar a força”. Ele apertou o pescoço da vítima e ela gritou por socorro. Ele então parou e a ameaçou. Poucos minutos depois, o autor ficou sentado em frente ao quarto da noticiante, com uma faca. Em seguida, foi para a sala e dormiu.

Os BOs acima evidenciam em que medida a honra, a virilidade e a posição dominante que os homens acreditam deverem prezar se materializaram no desempenho sexual, no controle sobre as mulheres e na violência. Uma agressividade que muitas vezes serve de alerta para suas companheiras, serve para demonstrar o que pode acontecer quando elas não cumprem com seu papel social de gênero, de obediência e servidão sexual ao marido. Isso ficou evidente no caso em que o agressor fez questão de estuprar a companheira na frente da filha de 5 anos, como também ficou bastante evidente o alerta dado pelo marido à esposa no caso em que ele disse: “você tem que me perdoar, eu gosto de você, já que você não quer ficar comigo você vai ter que me beijar e transar a força”. Foi uma clara ameaça à esposa, de que ela deve cumprir com a “função” dela.

O apego às identidades de gênero, produzidas tendo como parâmetro uma essência biológica, faz com que o homem procure sempre estar de acordo com a sua identidade e defina, a partir daí, “[...] o modo de ser marido e mulher na relação conjugal, numa perspectiva assimétrica e hierarquizada [...]”²⁶. Portador desse ideal de conduta de gênero, o homem pratica e justifica a violência contra a mulher quando esta não se adéqua ao seu papel social de gênero. Assim, diante da inadequação da mulher ao seu papel social de esposa obediente e servil, os agressores praticaram a violência sexual, física e psicológica contra as suas companheiras.

²⁶ ALVES.; DINIZ. *"Eu digo não, ela diz sim"*. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400002&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2015, p. 387.

Segundo Paulo Roberto Ceccarelli²⁷, o sistema binário de gênero repete de forma ilimitada o que são características femininas e o que são características tipicamente masculinas, com as funções sociais correspondentes. O autor acrescenta que a masculinidade deve sempre ser provada pelos homens, é continuamente construída por eles, de maneira que, “não é por acaso que tantos tabus, proibições e expedientes são necessários para salvaguardar a masculinidade do perigo de contaminação pela feminilidade”²⁸. Os homens procuram se afastar de tudo o que remeta à identidade feminina. Tendo em vista que a identidade de gênero é relacional, o homem só se constitui enquanto tal pela negação da feminilidade, isto é, afirmando-se em sua identidade masculina por meio da agressividade, da frieza e da atuação sexual. Caso a mulher apresente um desvio à norma, ele se sente legitimado a se utilizar da violência para colocar-lhe em “seu lugar”.

É tamanho o sentimento de poder hegemônico que o homem pode sentir em uma relação amorosa que ele não admite o fato da mulher não querer mais manter o relacionamento afetivo com ele. Os BOs registrados na DEAM/Vitória de 2002 a 2010 mostram como o companheiro frequentemente fica indignado com a separação. Os BOs aqui analisados são elucidativos dessa situação.

No BO registrado em abril de 2002, a vítima de 34 anos, parda, solteira e auxiliar de enfermagem, denunciou seu amásio de 34 anos, branco e vendedor. Eles conviviam há 15 anos. Há 8 meses do registro da denúncia, ela saiu de casa devido às constantes agressões do autor. Ele, contudo, não aceitava a separação e fazia ameaças. Certo dia, ele foi inclusive até o local de trabalho da vítima, e, quando ela estava saindo fez novas ameaças e a agrediu.

No BO registrado em janeiro de 2007, a vítima de 40 anos, branca, solteira e vendedora, denunciou seu ex-amásio de 35 anos, pardo, vigilante. Eles também conviviam há 15 anos. Devido às frequentes agressões e embriaguez do autor, ela terminou o relacionamento. Entretanto, ele não aceitava o rompimento e a ameaçava, perseguia e a perturbava constantemente. Como no relato acima, ele a ameaçava inclusive no trabalho dela, colocando a vítima em uma situação constrangedora.

Os dois últimos casos relatados têm muita semelhança. As vítimas se separaram dos agressores justamente pela agressividade deles e eles importunavam-nas em seus locais de trabalho, como uma forma de prejudicá-las naquilo que era importante para ela: a autonomia financeira. Mesmo eles sendo agressivos, e a separação ter tido um motivo bastante evidente para

²⁷ CECCARELLI, Paulo Roberto. A construção da masculinidade. In *Percurso*, São Paulo, v. 19, n. 10-11, p. 1-7, mai./jun. 1998. Captado em: http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=262. Acesso em 24 mai. 2015.

²⁸ _____. *A construção da masculinidade*, p. 7.

ter acontecido, eles não se conformavam com a possibilidade delas terem condições pessoais de se separarem deles. E o alvo, era não somente atingir ela e seu corpo, mas aquilo que representava a autonomia feminina, o trabalho.

Para Heleieth Saffioti²⁹, em uma relação amorosa, o homem – acostumado a ser considerado o “todo-poderoso” – não se conforma em a mulher querer abandoná-lo para ficar com outro, ou mesmo devido aos constantes maus-tratos por parte dele. “Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade”.³⁰ Isto é, o que ele não pode admitir é essa liberdade feminina, essa autonomia para decidir com quem ficar. Com as atitudes agressivas constituindo uma parte significativa de sua identidade, os homens estão legitimados a se utilizar da violência para fazer valer o *status quo*, e a sociedade de dominação masculina legitima esse tipo de ação.

No BO registrado em dezembro de 2008, a vítima de 30 anos, negra, divorciada e supervisora, denunciou seu ex-amásio de 30 anos, negro, divorciado e vigilante. Eles conviveram por 3 anos e não tiveram filhos. Quando estavam juntos, o autor a ameaçava dizendo que se ela o deixasse, ele não permitiria que ela fosse feliz ao lado de mais ninguém. Certo dia, ele apertou o pescoço da vítima e ela decidiu terminar a relação. Ele ficou inconformado e passou a perseguir e a perturbar a ex-companheira. Foi ao seu trabalho, insistindo em reatar o relacionamento e avisou que iria matá-la. A noticiante concluiu dizendo que está com medo de perder o emprego.

No BO registrado em junho de 2009, a vítima de 26 anos, parda, solteira e do lar, denunciou o ex-companheiro de 24 anos, branco, solteiro e soldador. Eles conviveram por 6 anos e têm dois filhos, um de 3 anos e o outro de 2 anos. O ex-companheiro já agredira fisicamente a noticiante diversas vezes. Há 6 meses do registro do BO, ela terminou a relação. Porém, ele não aceitava. No dia 04/12/2008, a vítima e o autor foram conduzidos à DEAM/Vitória por policiais militares e o autor foi autuado em flagrante, por ameaça, vias de fato e violação de domicílio. Ele pagou a fiança arbitrada e passou a responder em liberdade. O autor continuou perturbando a ex-companheira, com ameaças em que ele dizia: “se você não for minha, não será de mais ninguém” e “se eu te ver com alguém, vou te matar”. Certo dia ele telefonou insistentemente para a vítima dizendo que ela havia o traído, fez ameaças de morte e

²⁹ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 151.

³⁰ _____. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 62.

disse que invadiria sua casa. Afirmou ainda que estava armado e mataria todos que estivessem pela frente.

Nestes dois relatos percebe-se o sentimento de posse desses homens em relação às suas ex-companheiras. A grande preocupação deles era a possibilidade da ex-companheira se relacionar com outro homem e ser mais feliz, em um evidente questionamento e uma negação dessas mulheres com relação à conduta dos agressores. E, assim como observou Heleieth Saffioti³¹ acerca da não aceitação por parte do homem do rompimento da relação amorosa pela mulher, que significa uma subversão da hierarquia de poder, também Durval Muniz de Albuquerque Júnior³² considera que o homem se sente ressentido e desorientado quando a mulher o interroga, o nega, o abandona e o desrespeita. Sem saber como lidar com essa mulher carregada de emoções, de sentimentos e de vontades, frequentemente o homem não encontra outra alternativa, “[...] a não ser em eliminar este outro, em matar a mulher como forma de se afirmar macho, preocupado que está com sua perda de status, com o que vão dizer os outros homens, que são os seus juízes, a quem deve sempre satisfação”³³.

Nos casos citados acima, eles não eliminaram essas mulheres questionadoras, que buscavam a felicidade fora das algemas do matrimônio com um homem agressivo e dominador, mas as agrediram, as ameaçaram, procuraram reafirmar seu poder para elas, para si mesmo e para a sociedade como um todo. Mesmo com o auxílio da legislação e da DEAM/Vitória, o último relato demonstrou que nem isso foi capaz de frear a sede de poder e de domínio, o ímpeto agressivo decorrente dessa inversão da hierarquia de poder que o término por parte da mulher representa para o homem.

Considerações finais

Assim, conforme os relatos, os homens que praticaram a violência física, psicológica, patrimonial ou sexual contra suas companheiras ou ex-companheiras, demonstraram a necessidade que tinham em reafirmar seu poder hegemônico na esfera conjugal, em uma dinâmica de confluência do sujeito à identidade de gênero normativa. O fato de não aceitarem a negação feminina, não aceitarem que elas possam querer a felicidade ao lado de outros homens, não aceitarem a limitação que elas impuseram ao exercício sexual masculino, indica o quanto eles estavam apegados aos papéis sociais e à identidade de gênero. Isto porque, ser homem no mundo

³¹ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*. 151 p.

³² ALBUQUERQUE JÚNIOR. *Máquina de fazer machos*.

³³ _____. *Máquina de fazer machos*, p.30.

de dominação masculina vigente, é ser ativo sexualmente, é ser controlador e dominador, é deter a razão e o poder. Enquanto ser mulher é aceitar as investidas sexuais do marido, é ser submissa e paciente, é não questionar. E, na medida em que esses agressores que foram denunciados na DEAM/Vitória procuraram atuar em conformidade com sua identidade de gênero e não aceitaram a subversão da identidade feminina das suas companheiras, significa que ainda há muito para ser pensado no que diz respeito à normatização das identidades de gênero e o apego dos sujeitos sociais à ela.

A aplicação de conceitos da História Cultural na Sonata n° 11 de Dawid Korenchender: a música erudita como fonte reveladora dos aspectos históricos

The use of concepts from Cultural History in the Sonata n°11 of Dawid Korenchender: classical music as the source and revelation of these historical aspects

Myrian Ribeiro Aubin

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

myrianaubin@gmail.com

Recebido em: 27/04/2015

Aprovado em: 17/06/2015

RESUMO: O presente artigo dedica-se a uma releitura da Sonata n° 11 de Dawid Korenchender, compositor brasileiro, tomando como referencial teórico algumas categorias conceituais da história social da cultura. Os aspectos técnicos da Sonata foram analisados anteriormente pela autora em sua dissertação de mestrado, o que possibilitou que fossem identificados procedimentos composicionais próprios na linguagem composicional de Korenchender. Como a Sonata n°11 é programática, ou seja, baseia-se sob um tema extramusical, a compreensão dos elementos derivados do tema da sonata, assim como elementos estranhos ao tema, dentre outros aspectos analíticos fornecem ao intérprete subsídios interpretativos para a execução desta obra. A análise detalhada desta obra musical aliada a um estudo histórico e conceitual é a base para esta releitura, por meio da qual se elucida o contexto social e histórico no qual a Sonata foi escrita contribuindo para o diálogo interdisciplinar entre a História e a Música.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas-interpretativas, Memória, Representação

ABSTRACT: This article is dedicated to a rereading of the Sonata No. 11 by Dawid Korenchender, a Brazilian composer, taking as the theoretical framework various categories conceptualised from the social history of culture. The technical aspects of the Sonata had been previously analyzed by the author in her dissertation which enabled the compositional procedures to be identified in the compositional structure of Korenchender. As the Sonata No. 11 is programmatic, ie, it is based on a theme non-related to music, there has to be an understanding of the child elements of the sonata theme as well the elements foreign to the subject besides other analytical aspects in order to provide the interpreter with the necessary information for the execution of this work. A detailed analysis of this piece of music combined with an historical and conceptual study is the basis for this rereading in order to shed light on the social and historical context in which the Sonata was written, thus contributing to the interdisciplinary dialogue between History and Music.

KEYWORDS: Performance practice, Memory, Representation

A linguagem musical de um compositor pode ser definida pela união da expressão pessoal com os estilos provenientes de seu meio musical, bem como com o ambiente cultural de sua época. Percebe-se o compositor nacionalista, por exemplo, pela influência da expressão nacional implícita na sua personalidade musical. No caso da música brasileira, no início do século XX, tivemos grandes expoentes como Villa-Lobos, Oscar Lorenzo Fernandes, Francisco Mignone dentre outros, que fizeram parte da chamada *Consciência Nacional*, na expressão cunhada por Mário de Andrade.¹

Já a música contemporânea não apresenta essa mesma tendência para o nacionalismo. Um compositor pode aglutinar vários tipos de linguagem musical como dodecafônica, politonal, modal, atonal e outras, sendo que o conjunto desses procedimentos pode ser nomeado *Linguagem Musical Contemporânea*.² Mesmo diante dessa gama de estilos, podemos identificar os compositores pela observação dos procedimentos composicionais, pois cada um imprime em suas obras suas particularidades que, por sua vez, relacionam-se ao ambiente social, histórico e cultural em que o compositor está imerso.

A abordagem de um compositor e sua obra sob uma perspectiva histórica trouxe à tona aspectos que iam além de uma análise das partituras. As composições, uma vez apresentadas a um público, inserem-se num ambiente social e cultural. Pode-se dizer que, no momento em que se fixam na memória de um grupo, elas são carregadas de significados e, por isso, reproduzem valores e visões de mundo.

Essas considerações apontaram para a importância de um estudo voltado para o ambiente musical em um determinado contexto que pudesse levar em conta tanto os aspectos composicionais, quanto uma análise histórica, voltada para as relações sociais do grupo em que a música se insere. Como nos fala o sociólogo Norbert Elias:

[...] a arte está ligada a receptores que, independente da ocasião em que as obras de arte são apresentadas, formam um grupo fortemente integrado. O lugar e a função que a obra de arte tem para o grupo derivam de ocasiões determinadas em que este se reúne. [...] Portanto, uma das funções importantes da obra de arte é ser uma maneira de a sociedade se exhibir, como um grupo e como uma série de indivíduos dentro de um grupo.³

¹ NEVES, José Maria. *Música contemporânea brasileira*. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1981.

² MIRANDA, Ronaldo. *O Aproveitamento faz Formas Tradicionais em Linguagem Contemporânea na Composição de um Concerto para Piano e Orquestra*. (Dissertação Mestrado em Composição) - Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

³ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.49.

A obra que irá ser abordada neste trabalho é a Sonata n° 11 *Da Morte, da vida e dos vivos...* do compositor H. Dawid Korenchandler, nascido no Rio de Janeiro em 1948 e professor da UNIRIO desde 1977.⁴ Sua produção apresenta uma linguagem muito própria, demonstrando além de um domínio técnico uma aguçada sensibilidade artística. É válido destacar uma das características mais particulares do compositor: o humor. Sua produção apresenta uma linguagem muito própria, além de ser vasta e se aplicar às mais diversas formações. Dentre os principais gêneros para os quais o compositor escreveu estão: sinfonias; operetas; óperas; peças para instrumento solista e orquestra; peças para instrumento solo, aberturas para orquestra, dentre outros.⁵

Dawid Korenchandler reconhece a forma como fator prioritário nas suas composições, que, segundo ele, é responsável por dar equilíbrio entre as partes em uma obra musical e defende o fato de, às vezes, se apoiar nas formas composicionais tradicionais, fazendo-o sempre com uma linguagem moderna. Sua linguagem é “neo”, como ele mesmo a caracteriza, sendo neo-barroca, devido aos prenúncios da polifonia; neo-romântica, pela sua liberdade de expressão e neo-clássica no sentido de pensar a forma não somente como aquela pensada nos períodos barroco e clássico, e sim como um significado de equilíbrio.⁶

Esta tendência a tantas formas de linguagem marca fases na trajetória composicional tanto estética quanto estilística de Dawid. A primeira fase se iniciou quando o compositor tinha dezesseis anos, período marcado pela influência de compositores como Bartók, Stravinsky, Prokofiev e Shostakovich e que compreende os anos de 1962 a 1970. Sua segunda fase composicional teve forte influência da música de vanguarda, absorvendo alguma coisa dela, porém escrevendo-a com uma linguagem própria. Esta fase corresponde aos anos de 1970 a 1980. A terceira fase, abrange a consolidação de sua linguagem musical a partir de todas essas influências, fase muito profícua, que se estendeu de 1980 a 1988. Enfim, a quarta fase composicional se encontra em uma linguagem totalmente livre se mantendo sempre uma escrita moderna, segundo o compositor. É nesta fase que a Sonata n° 11, composta em 2003, – objeto de análise deste artigo – foi composta e se situa, portanto, na fase atual do compositor. Partindo

⁴ Korenchandler começou a lecionar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1977, onde ministrou aulas de Composição, Contraponto e Fuga, Instrumentação e Orquestração.

⁵ Destacamos uma obra, o *Divertimento* para violoncelo solo, uma das composições que representaram o Brasil na Tribuna Internacional dos Compositores da UNESCO. Korenchandler tem se dedicado a uma tarefa extremamente importante para a cultura do Brasil: a revisão de partituras de mestres brasileiros do passado remoto, tais como Leopoldo Miguez, Henrique Oswald, Alberto Nepomuceno, Camargo Guarnieri e José Maurício Nunes Garcia.

⁶ AUBIN, Myrian Ribeiro. *H. Dawid Korenchandler: um olhar detalhado sobre a sonata n° 11*. (Dissertação de Mestrado) - Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p.22.

de um tema extramusical, a Sonata n° 11 é programática e segue um roteiro. Segundo o Grove, o termo “música programática” se define como:

Música do tipo narrativo ou descritivo. A expressão foi criada por Liszt, que definiu um programa como “um prefácio apostado a uma peça de música instrumental... para dirigir a atenção [do ouvinte] para a idéia poética do todo, ou para uma parte especial dele”. A música programática, que se confronta com a MÚSICA ABSOLUTA, distingue-se por sua tentativa de descrever objetos e eventos [...].⁷

Esta obra musical apresenta uma liberdade de escrita instrumental, paralelamente acompanhada por um roteiro descritivo que, sendo o seu fio condutor, narra o decorrer da vida até o momento da morte do seu personagem. A Sonata n° 11 *Da Morte, da vida e dos vivos...* tem a morte como tema principal. A perspectiva do compositor é a de considerá-la como coroamento de uma vida, que ele aborda em retrospecto, de seu momento terminal, até o nascer para o mundo. A Sonata apresenta um corte ternário, ou seja, é composta de três movimentos. O primeiro movimento apresenta a forma de composição Tema com Variações; o segundo movimento é uma variação isolada e o terceiro movimento possui a forma de um *Scherzo*. O termo “leitmotiv”, compreendido como o motivo principal que a música carrega e que normalmente se identifica com um personagem específico, nesta obra irá ser chamado de “procedimentos recorrentes”. Assim sendo, como estes “leitmotives” são derivados do tema da Morte, que é o fio condutor da Sonata, eles serão chamados “procedimentos recorrentes” preferencialmente à nomenclatura leitmotiv.

Preliminarmente a presente análise, foi realizado um trabalho sobre a Sonata n°11 do ponto de vista técnico, que possibilitou identificar os procedimentos recorrentes derivados do tema da Sonata, a utilização de material composicional estranhos ao tema e outros aspectos relacionados à formação da Sonata e à técnica pianística. A partir desses elementos já desenvolvidos e por meio de releitura deles, analisaremos a Sonata em seu contexto sócio-histórico, tomando como referencial teórico e metodológico as seguintes categorias conceituais: Representação, Reapropriação, Imaginário Social e Memória.

Representação e reapropriação na Sonata n° 11

As representações partem dos processos e das interações dos indivíduos com a realidade social e da forma como, a partir daí, constroem uma visão de mundo. Juan Carlos Ruiz, em

⁷ GROVE, *Dicionário de música*: edição concisa/Editado por Stanley Sadie. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 636.

Representaciones Colectivas, Mentalidades e História Cultural: a propósito de Chartier y El Mundo como Representación, apresenta a importância do conceito de representação para Chartier na compreensão dos processos históricos: “en términos generales, la teoría de las representaciones sociales, aúnen desarrollo, establece que éstas son sistemas de interpretación que rigen nuestra relación con el mundo y con los otros, y que orientan y organizan las conductas y las comunicaciones”⁸. Ainda no texto de Ruiz podemos corroborar a ideia de representação com um pensamento de Denise Jodelet: “Las representaciones sociales pueden ser abordadas, a la vez, como el producto y el proceso de una actividad de apropiación de la realidad exterior por parte del pensamiento y de elaboración psicológica y social de esta realidad”.⁹

O compositor Dawid apresenta a morte – seu leitmotiv – apropriando-se de um material sonoro convencionalmente identificado com um caráter sombrio, mórbido: ao retratá-la, há a presença de um registro grave e um andamento lento. A morte, naturalmente, é representada, já que não se apresenta em sua concretude. Essa representação é constituída por aspectos aos quais tradicionalmente a morte costuma ser associada. O próprio roteiro da Sonata a apresenta com elementos fúnebres: ela é o “vazio”, o personagem deitado na cama (o que sugere a inércia). Em termos sonoros, o tema da morte se apresenta em uma melodia oitavada, ou seja, notas em uníssono, e, nesse caso, em três registros diferentes, predominantemente no registro grave e com andamento lento. Dessa maneira, também musicalmente a morte é representada por significados próprios do meio cultural do compositor, qual seja, um meio que a associa a algo triste e sombrio.

Podemos também analisar outras representações nas variações que seguem, tais como a “infância”, a “malcriação/traquinagens”; a “bronca” e as “paixões” do personagem, cada uma com sua característica rítmica e caráter distinto, embora, numa análise mais acurada, possa se constatar que os elementos intervalares do tema principal estão presentes.¹⁰ Este conceito pode nos ajudar a conhecer o universo de produção artística e estética desse compositor e como ele se apropria da realidade exterior e a interpreta em suas composições. Esta interpretação tem um sentido comum de representação que é compartilhada por um conjunto da sociedade: por exemplo, um ouvinte comum é capaz de associar os elementos sonoros presentes na composição à ideia que ela pretende transmitir. Isso porque a representação, entendida como um conjunto de

⁸ RUIZ, Ruan Carlos. *Representaciones colectivas, mentalidades e história cultural: a propósito de Chartier y El mundo como representación*. México: Relaciones, vol. 24, pp. 17– 50, 2003, p. 45.

⁹ JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989, p. 37.

¹⁰ O Tema principal desta obra é formado por uma célula rítmica que apresenta determinados intervalos. Entendemos por intervalo, a distância entre duas alturas. In GROVE, *Dicionário de música*: edição concisa/Editado por Stanley Sadie. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 460.

elementos compartilhados que servem para apreender a sociedade, cria, ela própria, uma realidade, identificável pelos indivíduos que dela fazem parte.

Na variação V – “Os filhos em novos caminhos”, por exemplo, podemos perceber a força da representação na utilização do material sonoro da Marcha Nupcial de Felix Mendelssohn¹¹, que pode facilmente ser associada ao casamento. O conhecimento de aspectos como estes dão ao intérprete informações e subsídios para uma melhor e mais próxima interpretação, coerente com o que o compositor quis transmitir em sua obra.

Na Sonata n° 11 podemos também aplicar o conceito de Reapropriação. No ensaio de Ruan Ruiz acerca das definições de Chartier, são colocadas as formas de apropriação cultural como uma nova construção delas mesmas, a releitura de valores, crenças, textos, que estão incluídos dentro de uma determinada época e que estão sujeitas a uma reapropriação, podendo ou não ser aceita pela maioria. “Chartier estabelece que todas las formas de consumo cultural implican outra producción em si mismas” .¹² Segundo Chartier em *A História Cultural: entre práticas e representações*:

Ler, olhar ou escutar, são, efetivamente uma série de atitudes intelectuais que longe de submeterem o consumidor à toda poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar – permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência.¹³

Um exemplo de reapropriação aparece no terceiro movimento da Sonata. O compositor baseou este movimento na 2ª Sonata para piano op. 35 de Frédéric Chopin (1810 – 1849). Dos quatro movimentos presentes nesta Sonata, Dawid vai explorar o segundo – *Scherzo* – e o quarto movimento – *Finale*. Korenchandler se apropria da ideia temática e das características rítmicas destes dois movimentos da Sonata de Chopin e constrói o terceiro movimento de sua obra, utilizando material composicional próprio como, por exemplo, outras notas e outros intervalos. Este movimento nos quer transmitir o tumulto dos vivos em torno do personagem morto, segundo o compositor, o “cinismo natural da vida” e apresenta um andamento rápido – *Presto* – numa evocação à correria do dia a dia das pessoas. As táticas de apropriações dos elementos musicais como formadoras de produções composicionais diversas podem ser analisadas a partir do conceito de reapropriação. Nesse sentido, a presença de um trecho da Marcha Nupcial na

¹¹ MENDELSSOHN, Felix (Hamburgo, 1809 - Leipzig, 1847). Compositor alemão.

¹² RUIZ, Ruan Carlos. *Representaciones colectivas, mentalidades e história cultural: a propósito de Chartier y El mundo como representación*, p.41.

¹³ CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: 1990, p. 60.

Sonata nº11 pode ser considerada uma forma de reapropriação e ressignificação em outro contexto.

Para além da composição, o conceito de reapropriação também está presente no ato de interpretar. Na verdade, o pianista se reapropria da obra através de sua execução: por mais que o músico seja fiel ao compositor em suas ideias, ele deixará suas impressões pessoais por ser outro sujeito que a interpreta.

Imaginário Social na Sonata no. 11

O conceito de Imaginário Social, tal como foi desenvolvido por Baczko, também pode ser empregado no nosso objeto de análise. Korenchender, sendo um compositor contemporâneo, possui alguns elementos de sua composição que podem ser identificados com um imaginário coletivo compartilhado por grupos diversos em nossa sociedade. Ele consegue, por meio de um suporte sonoro, transmitir aos ouvintes o sentido que deseja dar à obra, até mesmo àqueles que não são conhecedores de música erudita podem reconhecer a ideia que se quer transmitir: “[...] com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar”.¹⁴

O imaginário social corresponde a um aspecto da vida social pelo qual podemos observar as diversas atividades de produção dos indivíduos e, conseqüentemente, suas particularidades. Assim, permitem que uma coletividade se reconheça, estabeleça funções de ordem social, crie valores para o indivíduo e, também, uma representação de si mesma enquanto coletividade. Como diz Baczko, é “[...] uma das forças reguladoras da vida coletiva”.¹⁵ O conceito de imaginário social corrobora e nos ajuda a analisar melhor os temas e os procedimentos recorrentes escolhidos pelo compositor no decorrer da obra. Tais temas, por trazerem elementos compartilhados e compreendidos socialmente, podem evocar no ouvinte lembranças, ideias e emoções.

Exemplo disso pode ser visto na Variação III, “Brincando com os netos”, em que o compositor se utiliza de elementos musicais como ritmos incisivos em *staccatos* e *apoggiaturas* para representar as brincadeiras das crianças, as pausas escritas no acompanhamento reforçam o

¹⁴ BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi* - Anthropos Homen. Lisboa: Casa da Moeda, v. 5, 1985, p. 309.

¹⁵ BACZKO. *Imaginação Social*, p. 309.

caráter lúdico que o compositor quer passar. Nesta variação, Korenchandler também escreve as birras dos netos se utilizando de uma mesma célula rítmica repetidamente, referenciando à insistência das crianças, além de recursos interpretativos como acentos e dinâmica, começando em um constante crescendo em *piano* até um ponto culminante em *fortíssimo*. Estas características composicionais fazem alusão às malcriações e traquinagens dos netos e podem ser reconhecidas pelos ouvintes, dentro do contexto da Sonata nº 11, pela mudança de caráter e pela forma de escrita composicional empregada. Outro exemplo que nos remete ao conceito de imaginário social pode ser visto na Variação VII “Uma tarde no campo”. Nela, podemos perceber um elemento descritivo na melodia principal, os trinados e as *apoggiaturas*, que nos fazem lembrar o canto dos pássaros. Como sugere a partitura, o andamento deve ser lento e calmo com a predominância de elementos em notas repetidas reforçando a ideia de campo, leveza e o trinado dos pássaros tais elementos estão descritos no roteiro da sonata.¹⁶ A Variação IV, “Conversas à mesa”, se apresenta em três subseções e mostra o movimento das conversas à mesa. A dinâmica é bem explorada, iniciando-se em *piano*, seguida de *crescendos* repetidas vezes, o que remete ao ouvinte uma ideia de imitação sutil dos sons variantes das vozes. Na segunda subseção, o compositor se utiliza de elementos da escrita que se caracterizam como uma textura coral, em que podemos ouvir o baixo, centro e a melodia apresentando uma imitação rítmica com a mesma direção das vozes. E, por fim, na terceira subseção, Korenchandler se utiliza de uma célula rítmica iniciada por pausas reiteradas vezes, passando a ideia de um personagem tentando dizer alguma coisa e sendo constantemente interrompido pelos outros comensais até impor a sua voz, em uma dinâmica *forte*. O termo “conversas à mesa” sugere algo que é parte do imaginário coletivo e evoca elementos que podem ser compartilhados pelos indivíduos. Assim, os recursos composicionais e interpretativos associados ao roteiro da Sonata permitem que os ouvintes reconheçam o caráter e as intenções musicais que o compositor quer transmitir em sua obra.

A presença da memória na Sonata nº11

O conceito de memória está presente no próprio roteiro da Sonata de Dawid Korenchandler. No primeiro movimento, o personagem, já perto de morrer, apresenta um recorte dos acontecimentos que ele próprio viveu; a memória, aqui, é constituída de lembranças recortadas que partem das vivências mais recentes até a última variação, intitulada “Da infância à concepção e o nada...”. A memória apresenta-se como o esforço, ou o trabalho, por reunir numa

¹⁶ Variação VII – Uma tarde no campo - “Ele recorda uma tarde de folga, no campo, no silêncio do mato, como tantas outras que passou, a calma, o trinado dos pássaros.” In AUBIN. H. *David Korenchandler*, p.58.

linearidade fragmentos vividos, ou, antes, construídos, já que, por exemplo, a lembrança do nascimento é irrecuperável, só podendo se apresentar como uma construção. Conforme afirma Derrida, o poder da memória “não está em ressuscitar o passado, mas em um ato constitutivo do espírito que é limitado ao seu próprio presente e orientado a caminho do futuro de sua própria elaboração”¹⁷. O que percebemos neste primeiro movimento – e pode-se dizer em toda a Sonata – vai ao encontro com essa afirmação de Derrida, pois, embora o passado seja narrado em diferentes variações, o presente se impõe, na forma da Morte que é o procedimento recorrente.

Em seguida, no segundo movimento, ele representa o desprendimento de seu espírito no qual, para sugerir um processo de purificação, a infância é evocada. Mais uma vez, a memória, aqui, é uma recriação do passado, uma construção de uma infância a serviço daquilo que o tempo presente demanda, qual seja, a purificação do espírito.

Finalmente, no terceiro movimento, os vivos lamentam em torno do personagem já morto. A memória, aqui, não é mais a construção do presente, mas sim o passado retido e inerte na forma do corpo morto e, por isso mesmo, desprovido de sentido para os vivos que “lamentam, choram, comentam”, mas em seguida “partem para o tumulto da Vida”.¹⁸

A memória não ressuscita mais o passado, pois, como já se viu, há uma simultaneidade no tempo, portanto, também dos atos de reter e lembrar. Na verdade, aquilo que não é lembrado, não se pode sequer se dizer que exista.¹⁹

Pode-se dizer, portanto, que a construção da memória está presente nos três movimentos, seja pela apresentação de recordações, pela retomada da infância, ou mesmo pela presença do morto diante dos vivos. Além disso, a morte como procedimento recorrente, presente em todos os movimentos, sugere a permanência de algo que não existe mais, portanto, profundamente atrelado à ideia de memória.

As variações do primeiro movimento da sua Sonata intitulado “I – Tema e Variações: A Morte e o Delírio – Memórias em movimento retroativo” são conduzidas por um conjunto de recordações de experiências vividas, por exemplo, “Uma tarde no campo”, “Conversas à mesa”, “Brincando com os netos”. No segundo movimento, “A passagem: o espírito torna-se menino”, tem-se uma volta à infância, a memória evocada como parte de um processo de purificação. E,

¹⁷ DERRIDA, BERGSTEIN. L. *Enlouquecer o subjétil*. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da UNESP. Ateliê Editorial, 1998, p. 72.

¹⁸ AUBIN. *David Korencbender*, p.74.

¹⁹ DO AMARAL, Adriana Comer Lopes. Sobre a memória em Jacques Derrida. *Em torno de Jacques Derrida*. Evando Nascimento e Paula Glenadel (organizadores). Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 33.

finalmente, no terceiro movimento, o autor escreve “III- Fugit irreparabile tempus” (o tempo foge inexoravelmente – Virgílio, Geórgia, Livro III, 284). O tempo foge, mas a memória do indivíduo fica.

Segundo Antonio Mitre, em seu ensaio *O Dilema do Centauro*, não guardamos na memória o nascimento e a morte, mas temos a ideia, o imaginário da morte e do nascimento em nossa memória. O compositor Dawid escreve esta Sonata abrangendo estes dois extremos, é a rememoração da vida em retrospecto, onde recordar é a imagem do vivido que vem à nossa consciência.

Assim, através da lembrança atamo-nos a um passado que se dobra e se desdobra à maneira dos retábulos, descortinando imagens de nossa infância, de ogros e de madalenas, as desconsoladas (...). Em suma, a memória é princípio de unidade e continuidade, ponte que assegura o vínculo entre o sujeito e suas experiências.²⁰

O conceito de memória, entendido dessa forma, assume um lugar crucial na obra do compositor Dawid, contribuindo, inclusive, para garantir-lhe unidade. Além disso, por meio das representações sonoras da infância, com suas birras e traquinagens, e das paixões presentes na Sonata, o ouvinte é colocado em contato com as experiências vividas pelo compositor que ele pretende transmitir. Assim, também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido: “E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”.²¹

Considerações finais: o indivíduo e a cultura na composição

Frente a nosso objeto de pesquisa, podemos dizer que a música comunica uma intenção do indivíduo criador, ou seja, enquanto obra de arte, é criação de alguém que deseja expressar-se para o mundo. Porém, ao mesmo tempo em que expressa algo novo na criação, apresenta, também, aspectos do meio em que está inserido. A música é, assim, parte de um sistema de comunicação e, ao mesmo tempo, um “sistema de significações”²² que, numa sociedade complexa como a em que vivemos, explica-se por abordar todas as formas de atividades sociais, caracterizando-se de maneira muito ampla. A cultura, entendida como um sistema de

²⁰ MITRE, Antonio. “História: memória e esquecimento”. In Mitre: *O Dilema de Centauro*: ensaio de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003, p. 13. (Coleção Humanistas)

²¹ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV. V. 1, n3, pp. 3–15, 1989, p. 9.

²² Termo cunhado por Raymond para caracterizar a cultura nas obras contemporâneas. Cf.: WILLIAMS, Raymond. Instituições, Reprodução; organização. In: Willians *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 33–56; 170–232, 1992, p. 207.

significações, compreende a relação entre os indivíduos conscientes, que se comunicam e participam de um sistema maior: o social. Mas o sistema de significações pode ser distinguido na prática como um sistema em si mesmo, segundo Raymond, podendo apresentar entre muitos exemplos citados, um conjunto de obras de arte e de pensamento particularmente significativo: “ademais, tudo isso existe não só como instituições e obras, e não só como sistemas, mas também como práticas ativas e estados de espírito”.²³

O conceito de cultura, no contexto de nosso estudo, permite que consideremos a composição para além do indivíduo que a criou. Em outras palavras, é possível, a partir daí, compreender a Sonata n.º 11 tendo em vista aquilo que ela apresenta que é expressão do meio cultural e musical do compositor Dawid Korenchender e que, por isso, pode ser facilmente compreendida pelos ouvintes. Pelo viés da cultura, pode-se compreender a comunicação, nesse caso pelos meios sonoros, como um sistema de significações que é essencial à vida social. Mais do que isso, é, ao compreender que a composição foi escrita, não apenas pelo talento de um indivíduo, mas a partir de um meio cultural, e que sua historicidade pode ser considerada e analisada.

²³ WILLIAMS, Raymond. Instituições, Reprodução; organização. In Willians *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 33–56; 170–232, 1992, p. 207.

Da associação ao trono visigodo a tentativa de unificação religiosa na *Hispania*: a trajetória biográfica-política do rei Leovigildo (568-586)

From the association to the Visigothic throne to the attempt of unifying religiously Hispania: the biographical and political trajectory of King Leovigild (568-586)

Pâmela Torres Michelette
Doutorando em História - UNESP
Professor Assistente – UFPI
pamelamichelette@yahoo.com.br

João Paulo Charrone
Doutorando em História - UFF
Professor Assistente – UFPI
jcharrone@yahoo.com.br

Recebido em: 22/04/2015
Aceito em: 21/11/2015

RESUMO: Este artigo pretende do ponto de vista teórico contribuir com as questões relativas ao 'retorno' dos estudos biográficos, demonstrando que mesmo utilizando como referência um sujeito com grande vulto para o período em questão é possível não cair nas "armadilhas" conceituais e interpretativas próprias da Escola Positivista. Neste sentido, separamos aqui alguns recortes biográficos de Leovigildo, rei visigodo que governou a *Hispania* entre 568 a 586, para demonstrar as relações sociais e políticas, tão caras ao governante e a sociedade visigoda como um todo, enfatizando, não o caráter "heroico" ou mesmo reto/linear/predestinado de nosso personagem, mas ao contrário, mostrando que seu governo, como de qualquer outro indivíduo, foi marcado também por negociações e derrotas políticas.

PALAVRAS-CHAVES: Leovigildo, Monarquia Visigoda, Biografia.

ABSTRACT: From a theoretical point of view, this paper aims to contribute to the questions concerning the 'return' of biographical studies. It demonstrates that even by choosing as a object of research an individual that was a great figure for the period in question it is possible to avoid falling into conceptual and interpretative "traps" from the old Positivist School. In this sense, some aspects of the life of Leovigild, the Visigoth king who ruled *Hispania* between 568-586, were selected in order to evidence social and political relations so dear to the ruler and the Visigoth society as a whole. It emphasizes, not the "heroic" character or even straight/ linear/ predestinated of this individual, but rather showing that his government, as any other, was also marked by negotiations and political defeats.

KEYWORDS: Leovigild, Visigothic Monarchy, Biography.

Considerações iniciais: o “retorno” dos estudos biográficos

Antes de iniciar nosso debate sobre o rei Leovigildo, acreditamos ser necessário fazer um pequeno debate sobre a abordagem biográfica. Como bem salientou Barros¹, a partir dos anos 30 do século passado, o novo paradigma de fazer história, para se firmar como corrente historiográfica, passou a desprezar este gênero que estivera em alta na historiografia do século XIX, especialmente a escola positivista². Contudo, apesar do enfeitamento dos historiadores profissionais, tal produção nunca deixou de ocupar lugar de destaque nas prateleiras de livrarias e bibliotecas. Esta situação ganha ares de mudanças nas décadas finais do século XX. De nova maneira, dirão os *annalistas*, pois agora os mais variados sujeitos históricos merecem ser biografados, não se limitando apenas aos heróis e as grandes personalidades políticas, ao *modus operandi* da escola positivista. Aqui podemos citar, entre outros, os trabalhos de Carlo Guinzburg³, de Natalie Davis⁴ e Luiz Mott⁵.

Para além das biografias de sujeitos “sem” relevância política em seu presente histórico, que por portar tal característica tornam-se reveladores de aspectos que não seriam notados através das fontes tradicionais, assistimos nas últimas décadas o retorno das biografias de indivíduos “ilustres”. Apenas a título de exemplo, citamos as pesquisas de Le Goff⁶, Duby⁷ e Hill⁸. Nestes trabalhos os “proeminentes” indivíduos oferecerão suas vidas não para o enaltecimento de sua memória ou para o gozo de leitores interessados em curiosidades históricas e na vida dos grandes homens. Suas vidas serão matéria-prima para uma “biografia-problema”, tornar-se-ão índices de uma aceção mais dilatada⁹.

E, neste sentido, devemos segundo Giovanni Levi¹⁰ nos atentar para três questões pertinentes ao estudo de biografias: o papel das incoerências entre as próprias normas no seio de cada sistema social; ao tipo de racionalidade atribuído aos atores e a relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem. Quanto ao primeiro item, Levi aponta para a necessidade de

¹ Barros, José D’Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008, pp. 186-206.

² Reis, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. Bel Horizonte/MG: Autêntica, 2006, pp. 15-32.

³ Ginzburg, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo/SP: Cia das Letras, 1989.

⁴ Davis, Natalie. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987.

⁵ Mott, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa negra no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand, 1992.

⁶ Le Goff, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro/RJ: Record, 1999; e, Le Goff, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro/RJ: Record, 2001.

⁷ Duby, George. *Guilherme Marechal – ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro/RJ: Graal, 1988.

⁸ Hill, Christopher. *O Eleito de Deus*. São Paulo/SP: Cia das Letras, 2001.

⁹ Barros. *O Campo da História*, p. 195.

¹⁰ Levi, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história Oral*. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2009, pp. 167-182.

diagnosticar qual é a verdadeira amplitude da liberdade de escolha do biografado, isto é, para a necessidade de decodificar a rede de relações e obrigações externas a qual se insere, ou seja, sobre o funcionamento efetivo das normas sociais. Certamente que a liberdade não é irrestrita, porém, nenhum sistema normativo é satisfatoriamente estruturado para abolir qualquer probabilidade de seleção consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação. Assim sendo, a biografia torna-se um campo privilegiado para examinar o caráter intersticial da liberdade de que dispõem os agentes e para notar como funcionam concretamente os sistemas normativos.

Estas considerações nos levam ao segundo ponto, ou seja, a pensar sobre o tipo de racionalidade que é preciso construir quando se procura descrever os atos históricos. Devemos, segundo Levi, evitar generalizações que avaliam os indivíduos como perfeitamente informados e que julgam, por convenção, que todos os agentes possuem as mesmas disposições cognitivas, obedecem aos mesmos mecanismos de decisão e agem em função de um cálculo, socialmente normal e uniforme, de lucros e perdas. Tais esquemas idealizam um homem inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas, sem inércia.

Por fim, a questão da relação entre indivíduo e grupo. Para Levi, não se pode negar que exista, em cada presente e espaço geográfico, um estilo próprio. Tais condutas são resultantes de experiências comuns e reiteradas. Mas, por outro lado, ele também não nega que todo sujeito também dispõem uma abundante margem de liberdade, derivada das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto, não devemos justapor as mesmas fórmulas cognitivas aos grupos e aos indivíduos. Em suma, a partir da análise dos conflitos de classificações, das distinções, das representações é possível avaliar tanto à influência que o grupo socialmente solidário exerce sobre cada um dos membros que o compõem como também revelam as possibilidades de liberdade e de coação dentro dos quais se constituem e funcionam as formas de solidariedade.

Posto isto, nosso objetivo neste artigo não é proporcionar um exaustivo relato da carreira do rei visigodo, mas sim discutir criticamente algumas passagens que consideramos chave dentro de nossas propostas e dos relatos da trajetória de Leovigildo. Governante da *Hispania* no final do sexto século, que procurou, após ser associado ao trono por seu irmão, Liuva I, estabelecer uma nova cara a monarquia visigoda, bem como, consolidar a unificação territorial desta parte da Europa via unificação religiosa através do arianismo. Para tal tarefa tomaremos como base, principalmente, os elementos encontrados nos cronistas da época, mais precisamente nos bispos Juan de Bicláro e Isidoro de Sevilha.

A associação ao trono e a *imitatio imperii*

O rei visigodo Leovigildo (568-586) é qualificado por nossas fontes, João de Bicláro¹¹ e Isidoro de Sevilha¹², em virtude principalmente da expansão e reconquista de territórios e da aproximação entre godos e hispanos romanos, como um dos melhores reis que a *Hispânia* havia conhecido até então. Neste sentido, acreditamos que as caracterizações documentais dos preladados católicos se vinculem, portanto, ao fato desse monarca ter desenvolvido uma política centralizadora, isto é, procurou restaurar a autoridade real na maioria das zonas que compunham a Península. Porém, isto não impediu que o governante em questão não sofresse críticas a suas condutas pelos bispos supracitados, especialmente quando procurou tal centralização político-religiosa pelo viés ariano. Neste sentido, acreditamos que a “reconstrução” biográfica-política de Leovigildo nos forneçam, em consonância com as três teses de Giovanni Levi, um arquétipo para pensar a relação entre os limites da liberdade do indivíduo-rei e o funcionamento/estruturação das normas sociais e políticas do reino visigodo.

Tal indivíduo era irmão do rei visigodo Liuva I (567-572). Este último, em 568, associou-o ao poder régio. Lembrando que esta ação não foi uma prática inovadora, uma vez que, apenas imitou um costume já muito utilizado e estabelecido pelos imperadores romanos¹³. Um dos primeiros atos tomados por Leovigildo, após a coligação com seu irmão, foi casar-se com a viúva do rei Atanagildo (555-567), Gosvinta. Essa atitude se justifica pela possibilidade de relacionar-se de uma maneira mais direta com a aristocracia peninsular visigoda meridional, cujas esferas de influência gravitavam em torno de cidades importantes, como Mérida, Sevilha, Tarragona, Barcelona e Toledo. Em outras palavras, tal matrimônio representava a família real, que tinha suas bases de poder assentadas no norte dos Pirineus, uma ampliação regional da força política na

¹¹ Abade de Bicláro e bispo de Gerona (Hispânia) no séc. VI, era godo, de religião católica. Educado em Constantinopla, voltou à península aos 17 anos e foi testemunha da unificação da Hispânia realizada por Leovigildo e da conversão de seu filho Recaredo. De todas estas experiências se ressentiu seu *Chronicon*, que continua o de Vítor de Tunnuna por alguns anos, de 567 a 590. Interessa-se pelos fatos do Oriente, mas sobretudo exalta a obra política e militar de Leovigildo, mas minimiza o assassinio de seu filho Hermenegildo e também as providências contra os católicos. Termina com a conversão dos godos ao catolicismo, que é o centro ideal de sua obra, e a paz do imperador Maurício com os persas. Cf. DI BERNARDINO, A. D. (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidade Cristã*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 765.

¹² Isidoro de Sevilha (560-636). Pertenceu a uma família católica de origem oriental ou hispano-romana. Como bispo de Sevilha, o irmão de Isidoro, Leandro de Sevilha, foi o instrumento decisivo para conseguir a renúncia oficial ao arianismo dentro do reino visigodo, proclamada no III Concílio de Toledo. Isidoro sucedeu a Leandro como bispo por volta de 600 e, durante o seu bispado, Sevilha desfrutou de preeminência como centro intelectual do reino visigodo. Ver mais, entre outros, em: LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 212-213; QUILLES, Ismael S. I. *San Isidoro de Sevilla, Biografía-Escritos-Doctrina*. Madrid: Espasa – Calpe, 1965; e, URBEL, P. *San Isidoro de Sevilla. Su vida, su obra y su tiempo*. León: Labor, 1995.

¹³ Mais informações sobre este assunto, ver em: CASTELLANOS, S. *Los godos y la cruz – Recaredo y la unidad de Spania*. Madrid: Alianza, 2007, p. 90.

região sul¹⁴. Ademais, vale lembrar que a sede do governo situava-se em Toledo, o que reforçava ainda mais a necessidade de consolidar relações com esta parte da Península. Este casamento nos sugere uma dupla identificação. Em primeiro lugar, a existência de uma rede de relações sociais ao qual o governante visigodo estava submetido para garantir apoio político e governança, ao mesmo tempo, indica que apesar de ser um ato racionalizado, reforçado pela associação ao trono, ele não escapa das incertezas e do medo de uma não legitimação de sua autoridade.

Em 572, Liuva I faleceu. Por extensão, o reino ficou unicamente nas mãos de Leovigildo. Neste mesmo ano, o rei associou ao trono visigodo seus dois filhos de um matrimônio anterior: Hermenegildo, seu primogênito, e Recaredo a *consortes regni*, que significava coparticipantes do poder. Tal atitude nos sugere que Leovigildo tivesse, provavelmente, anseios que seus filhos tornassem seus sucessores¹⁵. Vale lembrar que o reino visigodo, no que tange a sucessão real, diferentemente do reino franco que era patrimonialista e hereditário¹⁶, era eletivo. Aqui, mais uma vez, percebemos o jogo entre as condutas resultantes de experiências comuns e a margem para liberdade individual, uma vez que Leovigildo procurou, dentro de um sistema político eletivo, vincular, não de forma inovadora, ainda em vida, os seus filhos como seus sucessores.

Um dos atos importantes que esse rei concretizou foi uma revisão legislativa do Código de Eurico¹⁷, Isidoro de Sevilha faz menção na *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*¹⁸, a essa reformulação “(...) Além disso, em matéria legislativa corrigiu tudo aquilo que parecia ter ficado confusamente estabelecido por Eurico, acrescentando muitas leis omitidas e retirando as muito supérfluas”¹⁹. Infelizmente não sobreviveram exemplares desse novo código revisado, o *Codex Revisus*. Porém, segundo E. A.

¹⁴ CASTELLANOS, S. *Los godos y la cruz – Recaredo y la unidad de Spania*. Madrid: Alianza, 2007, p. 90.

¹⁵ Para M. Valverde Castro esta prática de associação ao trono utilizada pelo rei Leovigildo foi um claro exemplo de *imitatio imperii*. Cf. VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, p. 182.

¹⁶ SILVA, Marcelo Cândido da. *A realeza cristã na Alta Idade Média: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008; e SILVA, Marcelo Cândido da. “‘Aequa Lance’: as partições territoriais do Regnum Francorum no século VI”. In: VISALLI, A. M.; OLIVEIRA, T. (Org.). VI Encontro Internacional de Estudos Medievais. Anais. Vol. I, 06 a 08 de julho de 2005. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. pp. 197-213.

¹⁷ Eurico (420-484), rei dos visigodos a partir de 460, filho de Teodorico I assassinou o irmão Teodorico II e reinou na Gália meridional, tendo por colaboradores peritos funcionários romanos. Ariano, desconfiava do clero e exilou dois bispos. Conquistou grande parte da Hispânia. No último período de seu reino, teve a seu lado o panegirista Sidônio Apolinário e, valendo-se da obra do jurista romano Leão de Narbonne, mandou redigir o primeiro código de leis visigodas, compilação de leis romanas completadas pelas tradições góticas DI BERNARDINO, A. D. (Org.). *Dicionário Patrístico e de Antigüidade Cristã*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 536.

¹⁸ ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilingüe (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975, p. 259, c. 51.

¹⁹ In legibus quoque e aquae ab Eurico incondite constituta uidebantur correxit, plurimas leges praetermissas adiciens plerasque supérfluas auferens. ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilingüe (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975, c. 51, p. 259.

Thompson, uma das mudanças mais polêmicas, com relação às reformulações legislativas no período, foi à abolição da lei de proibição de casamentos mistos entre visigodos e hispano-romanos²⁰.

Por oito anos Leovigildo empreendeu, com dificuldade, uma luta progressiva para a implementação da soberania do domínio visigodo sobre a Península Hispânica, recuperando parte do território perdido pelos seus predecessores no sul. Impondo, desta maneira, a autoridade real sobre uma ampla faixa de território no oeste e no norte, que se estendia desde la Rioja até a Galiza e *Sabaria*; eliminando ao mesmo tempo várias formas de autogoverno regionais. Por extensão, conseguiu submeter à Monarquia sueva²¹ a uma relação tributária.

Como dito acima, a organização e centralização do governo monárquico não foi uma tarefa fácil para Leovigildo. Ao contrário, ele encontrou vários problemas para efetua-la. Seu programa era, por exemplo, incompatível com as aspirações do Império Romano Oriental²². No que diz respeito aos súditos do império oriental, não obteve nenhuma vitória excepcional, visto que não conseguiu apoderar-se das cidades que o inimigo havia se instalado, mas conteve o avanço territorial que Bizâncio projetava²³.

Seu reinado queria assegurar a independência do reino frente às pretensões imperiais de reincorporar a Hispânia ao *imperium* da Nova Roma. Os objetivos da *renovatio imperii* estavam vinculados às questões econômicas e não religiosas. Estes fatos justificam a rejeição que a população hispano-romana demonstrou perante os invasores orientais, como exemplo os cronistas João de Bicláro e Isidoro de Sevilha. Uma prova disto foi à atitude da família do bispo sevilhano que vivia na cidade de Cartagena. Eles preferiram mudar para outra região quando esta urbe caiu em mãos imperiais.

²⁰ THOMPSON, E. A. *Los Godos en España*. Madrid: Alianza Editorial, 1971, p. 74-75.

²¹ Mais informações sobre o reino suevo, ver em SILVA, L. R. *Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI – O modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo*. Niterói/RJ: UFF, 2008.

²² Optamos, neste trabalho em não usar a expressão Bizâncio e seus correspondentes, pois acreditamos, baseados nos apontamentos de Peter Brown (BROWN, P. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999, p. 137) que chamar este Império de Bizâncio, e seus súditos de bizantinos, seja um hábito moderno que nega a continuidade de um Império a que os homens do século VI estavam fortemente ligados, pois, viam-se a si mesmo como membros da raça romana.

²³ Mais informações a respeito das campanhas militares e conquistas do rei visigodo Leovigildo em: ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologiarum*. Ed. Lindsay. Traducción de J. O. Reta e M. AM. Casquero. Madrid: BAC, V. I e II, 1982, V. c. 1; Como também: CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 94-107; ORLANDIS, J. *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, S. A., 1988, p. 70-78; THOMPSON. *Los Godos en España*, 1971, p. 76-80.

Leovigildo também não conseguiu submeter ao seu domínio as sublevadas populações do norte nem afastar o perigo de uma invasão merovíngia da Narbonense, que se manteve presente no horizonte político visigodo²⁴.

Assim, em diálogo com as propostas de Giovanni Levi, Leovigildo não operacionaliza os rumos da história a seu bel prazer, pois, há outros condicionantes, como a força político-militar do Império Romano Oriental, por exemplo, que escampam de seu controle e nos ajudam a explicar as dinâmicas das condutas como sistema de relação.

A Monarquia visigoda, apesar de ter o aporte teórico dos princípios teocráticos vigentes, em finais do século VI e princípios do VII, na prática, a elevada posição econômico-social dos grupos nobiliárquicos e da Igreja, os converteram em importantes núcleos de poder político que de fato limitaram que a realeza pudesse exercer uma autoridade quase ilimitada que o subsídio teórico lhe concedia.

O processo de fortalecimento e consolidação da instituição monárquica foi concomitante ao processo que se deu com relação à nobreza visigoda, desta forma, acarretando uma contradição estrutural, sendo o fortalecimento ideológico da Monarquia insuficiente para subordinar esses grupos em determinados momentos da história do reino. Como observou M. Valverde Castro “A formulação teórica sobre o poder fortaleceu a instituição de governo monárquico, mas não a pessoa que ocupava o trono”.²⁵ Assim o efetivo governo ficou a cargo de algumas particularidades como a personalidade, a capacidade de riquezas, os vínculos pessoais, e as circunstâncias históricas concretas que cada rei teve.

Outro ponto que realçamos dentro desta caracterização de Monarquia teocrática, diz ao espaço territorial, segundo J. A. Maravall um dos requisitos fundamentais para poder se falar de uma Monarquia territorial é a existência de um amplo espaço em que se exerce o governo de um único poder soberano. Mas esta área tem que estar unificada. Assim, após o processo de identificação territorial, alcançado por Leovigildo e concretizado na prática por Suintila (621-631), cumpre um dos requisitos para se alcançar o qualitativo de unidade territorial. Já que foram atingidos posteriormente outros pontos como a unificação populacional, jurídica e religiosa, portanto concretizando o espaço como unitário²⁶.

²⁴ WOOD, Ian. *The Merovingian Kingdoms (450-751)*. London; New York: Longman, 1994, p. 171-72.

²⁵ La formulación teórica sobre el poder hizo fuerte a la institución de gobierno monárquica, pero no a la persona que ocupaba el trono. Cf. VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, p. 255-256.

²⁶ MARAVALL, J. A. *El concepto de España en la Edad Media*. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1981.

Além desses elementos mencionados anteriormente alguns outros foram empregados para singularizar a Monarquia visigoda no reinado de Leovigildo que foram às características imperiais que ele deu ao trono visigodo, tais como: o cetro, o traje purpúreo e a coroa, que foram os recursos mais utilizados, empreendendo uma política de imitação ao Império Romano Oriental²⁷. Sendo o primeiro rei visigodo a aparecer ao público em um trono, usando roupas de tradição imperial, fundando cidades, convocando concílios e cunhando moedas com sua imagem. Desta forma, podemos observar, mais uma vez a aproximação da Monarquia visigoda aos emblemas majestáticos usados pelos imperadores romanos e bizantinos.

A utilização desses símbolos imperiais pelos reis visigodos coloca em evidência o forte impacto que os “usos imperiais” causaram não apenas no reino toledano, mas no restante das Monarquias germânicas. Além disso, demonstra a necessidade de integrar-se a esse mundo considerado por eles culturalmente superior. Neste sentido, a busca pela aproximação dos comportamentos imperiais fez com que os monarcas visigodos tentassem se equiparar aos imperadores, manifestando assim seu caráter soberano e independente, tanto nas questões externas quanto internas. No âmbito exterior, lutar contra o avanço bizantino e conseguir manter a independência; e no interior se diferenciar e sobrepor à nobreza, demonstrando, desta forma, o distanciamento entre o governante e o governado.

Atualmente existe um debate historiográfico sobre a origem e/ou influência dos símbolos de poder adotados por Leovigildo serem de inspiração vinculadas ao Império Romano Oriental ou romano-tardia. Neste artigo, como vimos acima, optamos baseados em P. D. King²⁸, por acreditar que tal característica está vinculada mais as tradições bizantinas, não descaracterizando por completo uma possível influência romana.

Essa prática de reutilizar a cultura de povos vizinhos ou estrangeiros está fortemente relacionada aos sistemas ideológicos, esse conjunto cultural que é utilizado torna-se a base dessas ideias e práticas disseminadas, como foi o caso do Império romano para a Monarquia visigoda. Desta forma, G. Duby nos expõe que os documentos só esclarecem as ideologias que dizem respeito aos interesses das classes dirigentes, em virtude de:

(...) apenas esses grupos detêm os meios de construir objetos culturais que sejam efêmeros e cujos vestígios prestam-se à análise histórica. Mas também porque a repartição de poderes autoriza apenas a essas ideologias exporem-se à luz do dia, espalharem-se, infiltrarem-se em todas as formas de expressão, imporem-se aos poucos através do jogo dos sistemas educacionais e de

²⁷ KING, P. *Derecho y sociedad en el reino visigodo*. Madrid, Alianza, 1981, p. 31.

²⁸ _____. *Derecho y sociedad en el reino visigodo*. Madrid, Alianza, 1981.

informação e pelo efeito do fascínio que naturalmente exercem os modos e as atitudes das elites sociais sobre os estratos que esses meios sociais dominam²⁹.

Muito dessas ideias expostas por G. Duby esclarecem também que as ideologias são sistema que refletem, propõem mudanças, mas demoram a fazê-las, pois são muito conservadoras. Assim os dirigentes da Igreja, como foi o caso de Isidoro, delinearam um modelo ideológico.

Essas representações ideológicas apresentam uma realidade simplificada da organização social, deixando de lado as variantes, superposições, as dificuldades, “(...) acusando pelo contrário os contrastes e acentuando as hierarquias e os antagonismos”.³⁰ Neste caso, reforçando os malefícios das sublevações e seus tiranos. Apesar de montar um sistema que pode trazer uma ordem estabilizadora concomitantemente, fortalece-se pelas contradições que a realidade impõe, justificando, desta forma, tais posturas que são colocadas como as melhores opções para serem resolvidos os problemas internos com seu modelo de perfeição com aval divino.

As características deste reinado demonstram-nos não apenas o lado anedótico, mas também de parte de um processo histórico, no caso, da incorporação de sinais do Império, o que afetava e produzia uma transformação no conceito da realeza visigoda. Salientamos que a criação de símbolos não é infundada e aleatória, não acontece em um vazio social. Estes são reelaborados, em virtude do contexto cultural em que fazem parte, desta maneira, percebemos que em alguns momentos de transformações certos símbolos funcionam e outros não³¹.

Destarte, deu-se no reinado de Leovigildo uma renovação formal da Monarquia. Consequência direta da forte transformação sofrida pela realeza visigoda, em contato permanente com a ideologia e as práticas de governo imperiais precedentes, que na visão de M. Valverde Castro:

A evolução política que se operou no período tolosano e que sintetizando, podemos dizer que supostamente, por um lado, a ruptura definitiva dos laços de dependência que ligavam os reis visigodos com o Império Romano [Occidental] e, por outro, a progressiva monopolização por parte dos mesmos reis das supremas responsabilidades do governo, possibilitaram que, após seu assentamento definitivo na Península Ibérica, os reis visigodos puderam fazer surgir nos novos territórios uma entidade de poder absolutamente independente e soberana. Pode afirmar-se que toda a obra de Leovigildo

²⁹ DUBY, G. História social e ideologia das sociedades. In LE GOFF, J; NORA, P. (Dir) *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, pp.130-145, p. 136.

³⁰ _____. *História social e ideologia das sociedades*, p. 140-141.

³¹ CARVALHO, J. M. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

encaminhou-se precisamente para consolidar essa estrutura de poder autônoma que a monarquia visigoda já rege e representa³².

Essa discussão sobre os símbolos nos proporciona a visão de Monarquia que estava sendo idealizada, assim podendo identificar as diferentes concepções de Monarquia presentes nos discursos desse período de mudanças que o reino visigodo estava presenciando. Desta maneira, percebemos que cada ideologia se impõe pela repressão das demais. Precondição para a mudança no curso da História que ela considera necessária e em condições de realizar. De fato, no seu processo de formação a ideologia parte da realidade imediata, mas lançando mão de uma visão global histórica da sociedade, enfatizando as deficiências do presente e as virtudes de um passado longínquo, idealizado, e de um futuro que se propõe a recuperá-lo e mesmo a aperfeiçoá-lo³³.

E mais, o fato de Leovigildo vincular estrategicamente elementos de origem romana à monarquia visigoda nos ajuda a diagnosticar os limites de liberdade de ação de nosso biografado, uma vez que por trás de tais símbolos há toda uma rede de relações e obrigações sociais que eram conhecidas e compartilhadas pelos diferentes grupos sociais do período e que, por extensão, funcionavam para legitimar sua autoridade pessoal como chefe político.

Outra realização do rei visigodo foi, em 578, a fundação de uma nova cidade, que nomeou de Recópolis “Fundou, assim mesmo, uma cidade em Celtiberia, que chamou Recópolis, com o nome de seu filho”³⁴, aparentemente em honra ao seu filho Recaredo³⁵. A fundação de cidades levada a cabo por Leovigildo havia sido uma prerrogativa reservada aos imperadores. Desta forma, para além dos aspectos ideológicos e simbólicos presentes neste feito, também podemos pensar sobre a questão do funcionamento efetivo das normas sociais e sua relação com

³² La evolución política que se operó en el período tolosano y que, sintetizando, podemos decir que supuso, por un lado, la ruptura definitiva de los lazos de dependencia que ligaban a los reyes visigodos con el Imperio Romano y, por otro, la progresiva acaparación por parte de esos mismos reyes de las supremas responsabilidades de gobierno, possibilitaron que, tras su asentamiento definitivo en la Península Ibérica, los reyes visigodos pudieran hacer surgir en los nuevos territorios una entidad de poder absolutamente independiente y soberana. Puede afirmarse que toda la obra de Leovigildo se encaminó precisamente a consolidar esa estructura de poder autónoma que a monarquía visigoda ya rige y representa. Cf. VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, p. 195.

³³ CARVALHO. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁴ Condidit etiam ciuitatem in Celtiberia, quam ex nomine filii sui Recopolim nominauit. JOÃO DE BICLARO *Chronicon Ioannis Biclarenensis*. In: Campos, J. *Juan de Bicláro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, p. 127.

³⁵ Esta associação do nome da cidade ao príncipe Recaredo foi uma interpretação de João de Bicláro, que pode ter sido uma racionalização, mas R. Collins interpreta de outra forma, em decorrência do autor não ver muito sentido do ponto de vista linguístico do nome da cidade. Para o historiador a forma correta seria *Recaredópolis* já que todos os demais exemplos clássicos e de finais da Antiguidade no que se refere a nomear uma cidade com o nome de uma pessoa indicam que se deveria haver utilizado o nome completo; se não houvesse sido assim, porque não *Constópolis* em vez de *Constantinópolis*? Ou em vez disso, R. Collins sugeri que talvez tenha tentado dizer *Rex-opolis* “a cidade do rei” e não *Recópolis* “a cidade do Recc”. Cf. COLLINS, R. *La España visigoda, 409-711*. Barcelona: Crítica, 2005, p. 52-53.

o indivíduo. Certamente a liberdade de ação de Leovigildo não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada. No entanto, nenhum sistema social normativo é suficientemente estruturado para eliminar possibilidades de escolha consciente, de manipulação ou interpretação das regras, de negociação.

Conclusões parciais que também se aplicam quando se percebe certo distanciamento da tradição germânica nas disputas sócio-políticas, pois, todos os esforços direcionados a consolidação da instituição monárquica se defrontaram com os interesses nobiliários, dessa forma, segundo o artigo de C. Godoy e J. Vilella³⁶, Leovigildo aproximou parte da nobreza militar transformando-a em cortesã, adequando o *comitatus* germânico – *la Gefolgschaft* – ao *comitatus romanus*, que não era exclusivamente militar.

A rebelião de seu filho Hermegildo

O ano de 579 marcou o início de um dos episódios mais problemáticos do reinado do Leovigildo: a rebelião do seu primogênito Hermenegildo, em Sevilha. O bispo biclarense relatou este episódio chamando-o de *rixa doméstica*³⁷, já que atribuiu a este episódio a influência do que intitula *factione Gosuinthae*, “por instigação de Gosvinta”. Todavia, ainda nos é obscuro o verdadeiro peso que teve a esposa de Leovigildo na indução do enteado a rebelião:

Reina Leovigildo com uma paz tranquila, uma briga familiar que perturba a segurança dos adversários. Pois no mesmo ano seu filho Hermenegildo, assumindo a tirania por causa da facção da rainha Gosvinta, rebelando-se, se desloca para Sevilha, e faz as outras cidade e castelos se rebelarem com ele contra seu pai. O qual foi na Hispânia, tanto para os Godos como para os Romanos, causa de maior ruína do que uma invasão de inimigos³⁸.

Para S. Castellanos³⁹ e E. James⁴⁰ um dos fatores da sublevação de Hermenegildo foi à estratégia de hostilidade com relação à figura de Leovigildo, organizada por Gosvinta. Rainha, esposa de Atanagildo, que casou suas duas filhas, Galsvinta e Brunequilda, para estabelecer

³⁶ GODOY, C., VILELLA, J. De la fides ghotica a la ortodoxia nicena: inicio de la teologia política visigotica. In: *Antigüedad y cristianismo: monografías históricas sobre la antigüedad tardía – Los visigodos. Historia y civilización*. Atas da Semana Internacional de Estudos Visigóticos - Murcia, 1986, p. 122.

³⁷ JOÃO DE BICLARO *Chronicon Ioannis Biclarenensis*. In: Campos, J. *Juan de Biclaro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, p. 89.

³⁸ Liuuigildo ergo quieta pace regnante adversariorum securitatem domestica rixa conturbat. Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assimens in Hispali civitate rebelione facta recluditur, et alias civitates atque castella secum contra patrem rebellare facit. Quae causa provincia Hispaniae tam Gothis quam Romanis maioris exitii quamadversariorum infestatio fuit. JOÃO DE BICLARO *Chronicon Ioannis Biclarenensis*. In: Campos, J. *Juan de Biclaro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, 579, 3, p. 89.

³⁹ CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 111-117.

⁴⁰ JAMES, Edward. *The Franks*. Oxford: Basil Blackwell, 1988, p. 171.

relações diplomáticas com o reino franco. Vale lembrar que Leovigildo também quis em seu governo criar laços com os francos, casando seu primogênito Hermenegildo com Ingunda, uma princesa franca católica, filha de Brunequilda e Sigiberto da Austrásia. Assim, em consonância com os argumentos estabelecidos por Giovanni Levi, não há estrutura de funcionamento de grupo, neste caso a nobreza, que seja absolutamente fechada, isto é, que não deixa espaços, portanto, para articulações individuais.

Da união supracitada acima nasceu um menino que recebeu o nome do bisavô materno, Atanagildo. Para S. Castellanos⁴¹, que atribuiu estes fatos como “Conexão Austrasiana”, acredita que a denominação concedida a esta criança não foi uma escolha casual, pois, este novo nascimento representava a perpetuação da linhagem do antigo rei visigodo através de sua esposa Gosvinta, filhas Galsvinta e Brunequilda, neta Ingunda e bisneto Atanagildo. Tratando-se de uma estratégia de ruptura com os planos de Leovigildo, posto que pretendiam o regresso da família atanagildiana ao poder visigodo, com a auto proclamação de Hermenegildo como único rei dos visigodos. Mais um elemento que comprova que estamos longe de construir aqui uma “biografia positivista” e, ao mesmo tempo, nos aproximou das preocupações de Giovanni Levi quanto ao tipo de racionalidade que é necessário elaborar quando se busca relacionar os indivíduos aos episódios históricos, não atribuindo aos biografados uma consciência plena e controle total tanto de seus atos como da realidade que o cerca.

A natureza desta influência nunca deixou de ser uma questão ambígua. Gosvinta o havia incentivado? Hermenegildo se viu impulsionado a fazer como reação contra a influência da rainha? Ou talvez por algo que ela havia feito? Gregório de Tours⁴² relata que Gosvinta havia tratado mal a esposa de Hermenegildo, Ingunda, que era sua própria neta, porque esta havia negado aceitar as doutrinas arianas. Isto reforçaria a hipótese de que foi a hostilidade da rainha que o impulsionou a rebelar-se, e que esta motivação possuiu um fundo religioso, ao menos em parte⁴³.

O clero niceísta esteve fortemente vinculado a estes fatos, muito em virtude da política exercida por Leovigildo. Um dos representantes da Igreja envolvido foi o bispo Leandro de

⁴¹ CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 111-117.

⁴² GREGÓRIO DE TOURS. *Historia Francorum*. Ed. Bilingue (Latim-Francês) de R. Latouche. 2v. Paris: Les Belles Lettres, 1979, L. V. 38.

⁴³ A respeito da rebelião de Hermenegildo mais informações em: CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 117-139; COLLINS, R. *La España visigoda, 409-711*. Barcelona: Crítica, 2005, p. 53-57; e, ORLANDIS, J. *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, S. A., 1988, p. 78-84.

Sevilha, que segundo os relatos de Gregório Magno⁴⁴ fez uma viagem política para Constantinopla para tentar obter o apoio do Império Romano Oriental⁴⁵ para a causa do príncipe Hermenegildo. O futuro papa caracterizou Hermenegildo como um mártir⁴⁶, que deu a vida pela fé. Tal descrição responde, de um lado, aos propósitos ideológicos compilados nos *Diálogos*⁴⁷ e, por outro lado, pela perspectiva que dominava no período posterior a morte do príncipe visigodo, de certo modo enigmática.

Cabe salientar que houve inicialmente por parte da Igreja niceísta da Hispânia apoio a sublevação de Hermenegildo, o que indica a existência de pactos e alianças com o Império Romano Oriental, desta forma, não havendo uma atitude totalmente anti-imperial⁴⁸. É digno de nota que Hermenegildo também se aproximou, para conseguir apoio em sua empreitada, dos suevos e francos.

Vale ainda destacar que, alguns anos depois, Isidoro de Sevilha em sua obra *De viris Illustribus*⁴⁹ relata que a viagem de seu irmão, Leandro, havia sido um exílio⁵⁰. Resta-nos a dúvida

⁴⁴ Gregório I Magno (590-604). De uma abastada família romana, Gregório esteve envolvido na administração secular de Roma por volta de 573. Instituiu importantes reformas na administração dos domínios papais para salvaguardar os interesses da Igreja. Ao contrário de muitos de seus sucessores, Gregório não estava preocupado em cercar a autoridade imperial, reconhecendo o imperador como soberano temporal e protetor da Igreja. Ver mais, entre outros, em: LOYN, H. R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 172-173; REYDELLET, M. *La royauté dans la littérature latine de Sidoine Apollinaire à Isidore de Séville*. Roma: École Française de Rome – Palais Farnése, 1981, p. 441-597; e, RIBEIRO, D. V. A sacralização do Poder Temporal: Gregório Magno, e Isidoro de Sevilha In: Souza, José Antônio de C. R. (org.). *O Reino e o Sacerdócio – O pensamento político na Alta Idade Média*, s/d. pp. 91-112, p. 94-103..

⁴⁵ O Império Romano do Oriente, no momento em que houve a sublevação de Hermenegildo contra o seu pai e rei visigodo Leovigildo, estava com problemas no âmbito militar e financeiro, isto se deu por estar envolvido em uma série de guerras de grandes proporções e que estavam distantes entre si: no Oriente contra os Persas; nos Bálcãs e Europa oriental contra os Eslavos; e na Itália contra os Lombardos. Desta forma, este confronto entre Hermenegildo e Leovigildo não tinha importância para o Império. Mais informações sobre este período, ver em: BROWN, P. *O fim do mundo clássico – De marco Aurélio a Maomé*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972, p. 159-182.

⁴⁶ Gregório teve muitas dificuldades para exercer seu mandato, em parte pela pressão do Império Romano Oriental, que há décadas mandava em Roma e seu entorno, e também pela crescente expansão dos lombardos. Outro fator estava ligado às razões de índole religiosa e ideológica, como a tensão existente entre Ocidente e Oriente, além do que a cristandade oriental possuía um grande número de mártires e santos, que dava maior autoridade e superioridade com relação à Igreja ocidental, desta maneira Gregório em defesa da Igreja de Roma apresenta em seus escritos um elenco de mártires e santos ocidentais, e foi desta forma, que dentro dos interesses do papa, Hermenegildo virou um mártir.

⁴⁷ GREGORIO MAGNO. *Diálogos. San Benito, su vida y su regla*. Edición bilingüe (latim-espanhol) introducción y notas por García Colombás. Madrid: BAC, 1954.

⁴⁸ GODOY, VILELLA. *De la fides ghotica a la ortodoxia nicena*, p. 132.

⁴⁹ ISIDORO DE SEVILHA. *De viris Illustribus*. Ed. crítica de C. Cordero Merino. Salamanca, CSIC, 1964, c. 28.

⁵⁰ Alguns autores acreditam que Isidoro de Sevilha quis desvincular a figura de seu irmão com relação a de Hermenegildo, em virtude de nos textos do bispo o príncipe sublevado aparecer como um tirano e de Leandro de Sevilha estar associado a conversão do reino no III Concílio de Toledo e do rei Recaredo. Cf: CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 128.

se este desterro foi uma ordem do rei Leovigildo, como foi o caso do bispo Masona de Mérida⁵¹ ou se deu por vontade própria do bispo sevilhano.

Mas tudo isso é suficiente para validar a ideia de que a defesa do catolicismo niceísta fora uma das principais justificativas de Hermenegildo para a sua sublevação. Atento a lógica das distintas versões destes acontecimentos, R. Collins⁵² suspeita que a conversão de Hermenegildo a vertente supracitada ocorreu algum tempo após o início da rebelião em 579, e inclusive a possibilidade que não se deu até o ano de 582. Desta forma, fica evidente que Collins descarta diversas teorias, a respeito, dos reais motivos que o príncipe insurreto tinha ao opor-se ao seu pai e ter se convertido ao catolicismo.

Leovigildo, neste contexto, iniciou, em 582⁵³, os preparativos para a guerra contra seu filho. Empreendeu contra os partidários de Hermenegildo que se encontravam boa parte em Mérida⁵⁴ e, em 583, cercou a cidade de Sevilha, que incluiu a criação de um bloqueio em Guadalquivir. Este sítio impediu certamente a chegada de suprimentos por via fluvial, mas também, podemos pensar que o objetivo fora impedir que chegassem reforços imperiais. Hermenegildo foi derrotado após dois anos de combates, assédios e resistências, pedindo asilo eclesiástico e refugiando-se em uma igreja em Córdoba⁵⁵:

O rei Leovigildo, tendo marchado até seu filho, entra lutando em Sevilha, toma as cidade e castelos que seu filho havia ocupado; e em pouco tempo prende seu citado filho em Córdoba e despossuído de reino, o manda ao desterro em Valência⁵⁶

Tais episódios se configuram, a partir do ponto de vista de Giovanni Levi, ao qual

⁵¹ *VITAS SANCTORUM PATRUM EMERETENSIVM*. Edição bilingüe (Latim-Ingês) de J. N. Garvin: Washington, D. C.: The Catholic of América Press, 1946

⁵² COLLINS. *La España visigoda*, p. 55.

⁵³ Cabe ressaltar que as fontes hispânicas, como João de Bicláro, Isidoro de Sevilha e as *Vitas* dos Padres de Mérida não fizeram menção para esta primeira campanha militar de Leovigildo contra Hermenegildo. Alguns historiadores como S. Castellanos acreditam que esta lacuna nas fontes deve-se a preservação da imagem do bispo Masona, por este estar vinculado diretamente com o papel político exercido por este prelado durante o reinado do Recaredo, Cf: CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 130-132.

⁵⁴ Mérida tinha uma tradição católica muito enraizada desde o século III. Desde então e até os dias de Leovigildo e Recaredo, três séculos depois, a história do cristianismo emeritense esteve presente em diversos conflitos internos, que inclusive levaram ao exílio alguns eclesiásticos. No período de Leovigildo e Recaredo, a situação não havia se modificado. Na cidade a maioria da população era católica e convivia com comunidades formadas por um número considerável de arianos, judeus e pessoas procedentes do Mediterrâneo oriental, que eram denominados como “gregos”. CASTELLANOS. *Los godos y la cruz*, p. 130-132.

⁵⁵ JOÃO DE BICLARO Chronicon Ioannis Biclarenensis. In: Campos, J. *Juan de Bicláro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, p. 92, c. 3.

⁵⁶ Liuigildus rex filio Hermenegildo ad rem publicam commigrante Hispalim pugnando ingreditur, civitates et castella, quas filius occupaverat, cepit, et non multo post memoratum filium in Corsubensi urbe comprehendit et regno privatam in exilium Valentiam mittit. JOÃO DE BICLARO Chronicon Ioannis Biclarenensis. In: Campos, J. *Juan de Bicláro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, 584, 3, p. 92.

compartilhamos, um manancial de informações para pensarmos a relação entre indivíduo e grupo. Pois, a partir do exame dos conflitos de classificações e das representações sociais, neste caso a nobreza e o alto clero, pode-se analisar tanto o alcance que as acepções de grupos socialmente solidários desempenham em cada um dos indivíduos que o compõem, bem como, apreender as possibilidades de liberdade e de coação dentro dos quais se constituem e funcionam as formas de solidariedade.

A política de unificação religiosa do reino

A “história oficial” visigoda, composta em parte por João de Bicláro⁵⁷ e Isidoro de Sevilha⁵⁸, qualificou Hermenegildo como um *tyrannus* (tirano), que está vinculado à ideia de um governante ilegítimo, que teria ascendido ao trono por vias não aceitáveis nem regulares.

Já a imagem de Leovigildo como o perseguidor de católicos deve-se, fundamentalmente, aos bispos Gregório de Tours e Isidoro de Sevilha. Ambos tinham motivos para degradar a imagem deste rei. O primeiro deles em sua *História dos Francos*⁵⁹, cuja estrutura mostrou uma clara contraposição entre reis “bons” e “maus” em função dos interesses que o próprio autor queria destacar. Já Isidoro destacou o arianismo militante de Leovigildo, pois o mencionou como contraponto a política de conversão ao catolicismo realizada por seu filho Recaredo:

(...) Recaredo. Era dotado de um grande respeito a religião e era muito diferente de seu pai nos costumes, pois o pai era irreligioso e muito inclinado a guerra, ele era piedoso pela fé e notável pela paz; aquele expandia o império de sua nação com o emprego das armas, este ia a engrandecê-lo mais gloriosamente com o troféu da fé⁶⁰.

O bispo sevilhano se utilizou de certos fatos que caracterizassem a ideia de perseguição para rebaixar a imagem do rei “Foi também pernicioso para alguns dos seus, pois a todos os que viu que eram muito nobres e poderosos, ou bem lhes cortou a cabeça, ou bem lhes enviou ao

⁵⁷ JOÃO DE BICLARO *Chronicon Ioannis Biclarenensis*. In: Campos, J. *Juan de Bicláro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960.

⁵⁸ ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilíngue (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975. Especialmente o códice 49.

⁵⁹ GREGÓRIO DE TOURS. *Historia Francorum*. Ed. Bilíngue (Latim-Francês) de R. Latouche. 2v. Paris: Les Belles Lettres, 1979, L. V. 38.

⁶⁰ (...) Recaredus regno est coronatus, cultu praeditus religionis et paternis moribus longe dissimilis: manque ille inreligiosus et bello promptissimus, hic fide pius et pace praeclarus, ille armorum artibus gentis imperium dilatans, hic gloriosius eandem gentem fidei trophae sublimans. ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilíngue (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975, p. 261, c. 52.

desterro (...)”⁶¹, como foi o caso do exílio do Mazona ou do sofrido por João de Bicláro em Barcelona, que em sua crônica não fez referência.

Para Manuel C. Díaz y Díaz, a política de unificação do território empreendida pelo rei, tinha em seu interior um foco de dificuldades que foram as tensões contínuas entre visigodos e hispano-romanos, reforçadas pelas tensões religiosas entre arianos e católicos, desta maneira, para o autor:

Justo é dizer que, durante muito tempo, os monarcas visigodos, salvo pequenas ações intrascendentes, em parte reflexos condicionados por situações exteriores, como a conversão dos suevos, se haviam mostrado indulgentes com os católicos e indiferentes ao problema religioso. Os grupos católicos se sentiam abusados, em razão de seu poder econômico e social, e por constituir maioria; no entanto, durante um tempo, toleraram de melhor ou pior grau a dominação visigoda ariana⁶².

Outro possível motivo que M. C. Díaz y Díaz⁶³ apontou como causa que alterou o equilíbrio, instável entre a população visigoda e hispano-romana, foi o processo de conversão de alguns visigodos ao catolicismo, conversão que se deu tanto entre homens nobres como entre os livres. Isso se deve ao fato dos godos terem sua história política vinculada a sua história religiosa, bem como as suas relações com o Império Romano. Visto que, uma vez estabelecidos no interior das fronteiras romanas, conseguiram manter certa independência política e social, muito em virtude de terem-se convertido ao arianismo⁶⁴. Este fato possibilitou-lhes a manutenção de certa autonomia, subtraindo mais facilmente a ação unificadora e centralizadora dos imperadores romanos e da Igreja oficial⁶⁵. Para o medievalista E. A. Thompson:

Os arianos espanhóis falavam normalmente do catolicismo como “a religião romana”, enquanto que o arianismo era considerado como “a fé católica”. Converter-se a fé de Nicéia significava, por assim dizer, converter-se em romano, deixar de ser godo. Mas não é possível que considerassem seriamente o arianismo como “católica”: teria sido em contradição com o uso do gótico

⁶¹ Extitit autem et quibusdam suorum perniciosus, nam quoscumque nobilissimos ac potentissimos uidit aut capite truncauit aut proscriptos in exilium egit. ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilíngue (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación "San Isidoro", 1975, p. 259, c. 51.

⁶² Justo es decir que, durante mucho tiempo, los monarcas visigodos, salvo pequeñas acciones intrascendentes, en parte reflejos condicionados por situaciones exteriores, como la conversión de los suevos, se habían mostrado indulgentes con los católicos e indiferentes al problema religioso. Los grupos católicos se sentían vejados, en razón de su poder económico y social, y por constituir mayoría; sin embargo, durante un tiempo, toleraron de mejor o peor grado la dominación visigoda arriana. Cf. , DÍAZ y DÍAZ, M. Introducción general. In: ISIDORO DE SEVILLA. *Etymologiarum*. Ed. Lindsay. Traducción de J. O. Reta e M. AM. Casquero. Madrid: BAC, V. I, 1982. p. 14.

⁶³ DÍAZ y DÍAZ. *Introducción general*. p. 14.

⁶⁴ AGUILERA, A. B. *La sociedad visigoda y su entorno histórico*. Madrid: XXI siglo veintiuno de España, 1992, p. 15.

⁶⁵ Desta forma, para J. Orlandis, fica claro, inicialmente, que os visigodos não fomentaram a conversão ao arianismo da população hispano-romana, com algumas exceções. Mais sobre esse assunto consultar ORLANDIS, J. *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, S. A., 1988, p. 297-299.

como língua litúrgica e a existência de um novo batismo para os católicos convertidos. É difícil imaginar que um rei godo considerasse ao arrianismo como fé realmente católica, uma possível religião nacional em que algum dia pudesse unir todos os povos da Espanha. Tratava-se da religião dos godos e somente dos godos, e isso é o que pretendiam ser⁶⁶.

Assim a *fides gothica*, além de ser a fé era a distinção étnica do povo visigodo, e que adquiriu neste período uma significação política perante as “intenções religiosas” do Império oriental, ou seja, a dicotomia entre a fé goda e a fé romana respondia a uma oposição entre os partidários de um estado visigodo autônomo e os que ansiavam pela restauração do Império, com o direto intervencionismo do Império Romano do Oriente⁶⁷.

Foi a partir de 580 que o monarca ariano tentou diminuir as diferenças que separavam ambas as *fides*. Neste mesmo ano, Leovigildo convocou um sínodo ariano⁶⁸, no qual estabeleceu a supressão da necessidade de um novo batismo para os católicos que se convertessem ao arrianismo, medida tomada com o propósito de favorecer a conversão a esta religião:

O rei Leovigildo reuniu em Toledo o sínodo de bispos da seita ariana e emenda com um novo erro a antiga heresia, dizendo: os que da religião romana venham a nossa fé católica não devem se batizar, mas somente purificar-se pela imposição das mãos e pelo recebimento da comunhão, e da glória ao Pai pelo Filho no Espírito Santo (...)⁶⁹

Alguns historiadores acreditam que esta foi uma medida de aproximação entre os grupos populacionais do reino, como também o fato de ter, como já mencionado acima, extinguido a lei de proibição de casamentos entre visigodos e romanos. Porém, E. A. Thompson⁷⁰ defende a posição de que Leovigildo nunca colocou em prática uma política de aproximação entre os distintos grupos existentes no território peninsular.

⁶⁶ Los arrianos españoles hablaban normalmente del catolicismo como “la religión romana”, mientras que el arrianismo era considerado como “la fe católica”. Convertirse a la fe de Nicea significaba, por así decirlo, convertirse en romano, dejar de ser godo. Pero no es posible que considerasen en serio el arrianismo como “católico”: ello hubiera estado en contradicción con el uso del godo como lengua litúrgica y con la existencia de un nuevo bautismo para los católicos convertidos. Resulta difícil imaginar el que algún rey godo considerase al arrianismo como fe realmente católica, una posible religión nacional en la que algún día pudieran unirse todos pueblos de España. Se trataba de la religión de los godos y solo de los godos, y eso es lo que pretendía ser. Cf: THOMPSON. *Los Godos en España*, p. 53-54.

⁶⁷ GODOY., VILELLA. *De la fides gothica a la ortodoxia nicena*, p. 124.

⁶⁸ JOÃO DE BICLARO Chronicon Ioannis Biclarenensis. In: Campos, J. *Juan de Biclaro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, p. 89, c. 2.

⁶⁹ Liuuigildus rex in Urbem Toletanam synodum episcoporum sectae Arrianae congregat et antiquam haeresim novelo errore emendat, dicens de Romana religione ad mostram catholicam fidem venientes non debere baptizari, sed tantummodo per manus impositionem et communionis perceptione abluí, et gloriam patri per filium in spiritu santo dari. JOÃO DE BICLARO Chronicon Ioannis Biclarenensis. In: Campos, J. *Juan de Biclaro: obispo de Gerona, su vida y su obra*. Madrid: Consejo superior de Investigaciones Científicas, V. XXXII, 1960, 584, 2, p. 89-90.

⁷⁰ THOMPSON. *Los Godos en España*, p. 75.

Estas medidas do monarca ariano deixaram a hierarquia católica alerta perante o perigo que este rei poderia colocar a ortodoxia. Mas estas atitudes não acarretaram em muitas conversões de católicos ao arianismo. Dessa forma, podemos perceber que estas decisões tomadas por Leovigildo talvez tenham sido medidas de defesa para manter sua política de unificação perante forças desagregadoras.

Cristina Godoy e Josep Vilella⁷¹ destacam dois fatos da política religiosa de Leovigildo: o primeiro foi a sua renitência em conservar a *fides gothica* como a fé dos visigodos, que se manifestou até o fim de seu reinado com a conversão ao arianismo do povo suevo; o segundo foi a tolerância com relação a *fides romana*, pois reconheceu nos bispos católicos um amplo poder sobre as cidades. O que justificou suas tentativas de aproximação através de meios diplomáticos, como exemplo, o acolhimento de clérigos católicos africanos como o abade Nunctus, a quem doou terras para instalação de sua comunidade, e o abade Donato que fundou o *Monasterium Seruitanum*, entre 560 e 570⁷². Indícios, portanto, de que as ações tomadas Leovigildo eram, pelo menos em parte, limitadas pelo funcionamento das normas sociais, isto é, não poderia impor a sua vontade de suprimir a Igreja niceísta, ao contrário para legitimar seu poder e ter maior autoridade espacial e social teria que aceitá-la.

Considerações finais

A criação de uma teocracia baseada no arianismo foi uma medida impopular e improdutiva, em virtude de não ter alcançado o controle sobre as cidades que estavam sobre a tutela do episcopado niceísta, não alcançando, portanto, a unificação. Desta forma, foi a partir de Recaredo com a sua conversão e a oficialização do catolicismo niceísta como religião do reino visigodo que o *status* monárquico que a Igreja oferecia poderia criar bases, ao menos teóricas, de uma supremacia sobre a nobreza.

Com a morte de Leovigildo em 586, seu filho Recaredo, no mesmo ano, subiu ao trono visigodo e exerceu uma política de negociações com alguns de seus inimigos, ao invés de dar continuidade aos enfrentamentos abertos, desde que se iniciou a guerra civil. Após dez meses de regência, já em 587, Recaredo se converteu ao catolicismo. Esta atitude iria acabar com a divisão religiosa existente dentro do reino⁷³. Contudo essa conversão pessoal não foi uma decisão

⁷¹ GODOY., VILELLA. *De la fides gothica a la ortodoxia nicena*, p. 126-27.

⁷² *VITAS SANCTORUM PATRUM EMERETENSIUM*. Edição bilíngüe (Latim-Inglês) de J. N. Garvin. Washington, D. C.: The Catholic of América Press, 1946, p. 156-57.

⁷³ COLLINS. *La España visigoda*, p. 64.

repentina, visto que uma mudança de religião implicava em um importante risco político: a nobreza visigoda apoiava a hierarquia ariana; já, por outro lado, em questões numéricas, o número de católicos era maior em comparação com o de arianos e, por fim, tanto os bispos arianos quanto os católicos procediam de famílias importantes e dispunham de uma rede de relações sociais e políticas e, tinham receios de perder influência e prestígio local, principalmente os arianos que acreditavam na possível transferência desse poder para os católicos.

A divisão funcional do espaço doméstico por gênero: um olhar através da imagem da mulher na propaganda de eletrodomésticos

The functional division of domestic space by gender: a look through the image of women in advertising appliances

Rafaela Cristina Martins

Mestra em História pela Universidade Estadual de Campinas
Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista CAPES.
martins.rafaela@gmail.com

Recebido em: 10/07/2015

Aprovado em: 17/11/2015

RESUMO: Este artigo propõe fazer análises sobre propagandas de eletrodomésticos, de grande apelo visual, destinadas a um público amplo, retiradas do jornal *Estado de São Paulo*. Através dessas análises pretende-se explorar como tais propagandas sugerem que a mulher seja protagonista de determinados espaços domésticos. Espaços esses destinados a realização do trabalho doméstico, denotando assim uma divisão de gênero entre os espaços funcionais da casa. Procurou-se ponderar como essas propagandas ao mesmo tempo que poderiam utilizar a imagem da mulher como trabalhadora não remunerada de seu lar, também demonstravam o apelo comercial dos produtos em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação, eletrodomésticos, propaganda.

ABSTRACT: This article proposes to analyze appliances advertisements, of great visual appeal, aimed at a wide audience, because they were taken from a major newspaper, the *Estado de São Paulo*. And through this analysis, to understand how such advertisements suggested the woman as the protagonist of certain domestic spaces. These spaces are meant to realization of domestic work, denoting a gender division between the functional spaces of the house. In addition, was weighted as these advertisements, while could use the image of women as unpaid worker in his home, also showed the commercial appeal of the products concerned.

KEYWORDS: Housing, appliance, advertising.

Sobre a casa e divisão de seus espaços.

A habitação pode ser explorada para estudo em diversos âmbitos e assuntos, que podem tangenciar uns aos outros. A arquitetura, a divisão do espaço por função, o trabalho doméstico, o âmbito privado e a família. Walter Benjamin, por exemplo, associa a casa burguesa a um estojó.

O interior não é apenas o universo do homem privado, mas também seu estojó. Habitar significa deixar rastros. No interior, eles são acentuados. Colchas e cobertores, fronhas e estojos em que os objetos de uso cotidiano imprimam a

sua marca são imaginados em grandes quantidades. Também os rastros do morador ficam expressos no interior. Daí nasce a história do detetive, que persegue esses rastros. A “Filosofia do mobiliário”, bem como as novelas de detetive apontam Poe como primeiro fisionomista de tal interior. Os criminosos das primeiras novelas de detetive não são cavaleiros nem apaches, mas pessoas privadas pertencentes à burguesia.¹

O estojo é um objeto que serve tanto para guardar e proteger algo, como para esconder ou emoldurar através de caixas ornamentadas e foscas que não permitam que se enxergue o componente. Assim, para Benjamin, a habitação burguesa serviria para proteger e distrair seus moradores do seu entorno. O burguês estaria protegido do que se veria exposto nas cidades, como as péssimas condições de vida, tanto pública quanto privada², dos operários. Dentro da residência burguesa só se promoveria o conforto e a beleza, seria assim um invólucro contra o que o capitalismo, que sustenta o mesmo burguês, pode gerar de hostilidades, como a pobreza e o medo dessa classe operária que vivia de forma tão distinta das classes mais abastadas. Este espaço privado seria um privilégio dos burgueses que não dependiam de aluguel, nem corriam o risco de serem despejados, portanto, a casa burguesa funcionaria como um recanto, um lugar de descanso para o burguês.

Ainda sobre a analogia entre estojo e habitação, o primeiro em seu interior funciona como um negativo do objeto guardado de maneira que este seja perfeitamente acondicionado. Tal objeto, por movimentos constantes, pode deixar marcas no interior do seu estojo. Assim como a habitação burguesa, segundo Benjamin, estaria cheia de marcas e rastros dos seus habitantes, como as “colchas e cobertores, fronhas e estojos”.

Walter Benjamin considera que a ideia de estojo relacionada às habitações burguesas perde força no século XX através do *art nouveau*. Em termos estéticos o novo estilo deu um ar mais arejado e harmonioso às habitações, perdendo-se assim o acúmulo de objetos e coleções que a casa burguesa do século XIX ostentava. Mas, para a arquiteta Silke Kapp, a analogia entre moradia e estojo ainda pode nos elucidar questões. No século XX, arquitetos como Henry van de Velde e Otto Wagner projetaram habitações que dividiam os espaços entre as categorias de coisas que ali deveriam estar, ou seja, um lugar para cada coisa. Segundo Kapp, o arquiteto Adolf Loos criticou esse tipo de estilo várias vezes, uma dessas críticas foi feita através de uma crônica

¹ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 38.

² A separação entre o público e o privado funciona de maneira mais coerente nos modos de vida burguesa, porém se considerarmos a vida pública como a vida no trabalho, os operários trabalhavam em péssimas condições nas fábricas e sem direitos garantidos; e se levarmos em conta a habitação como invólucro da vida privada, os operários também possuíam suas moradias em condições insalubres.

intitulada *De um pobre homem rico*. Nessa história, o personagem principal sentia-se morto, porque não poderia adquirir nenhum novo gosto, ou ganhar presentes, ou comprar coisas novas, pois sua casa já estava com todos os espaços preenchidos.³

Para Kapp o *art nouveau* teria acentuado a ideia da habitação como estójo, porque tal estilo exacerbava a singularidade do habitante, e evidenciava como a moradia deveria ser pensada para guardar determinadas pessoas e cada espaço serviria a uma função. A essa insistência em pensar o espaço privado prevendo as atividades e características do morador, Kapp chamou de “síndrome do estójo”.

Quero estruturar o argumento que se segue na ideia de que, embora Benjamin tenha razão em certos aspectos e a moradia burguesa do século XIX certamente tenha deixado de existir, o paradigma do estójo se estendeu por todo o século XX e continua nos assombrando até hoje. Chamei-o "síndrome", porque na medicina e na psicologia esse termo indica características, fenômenos e eventos que freqüentemente ocorrem em conjunto, mas cuja causa não é conhecida. Se ainda assim as síndromes são estudadas, é porque sua descrição e a comparação sistemática de suas ocorrências concretas podem fazer avançar o conhecimento a seu respeito. Portanto, trata-se aqui de tentar descrever com alguma clareza a projeção de moradias que tem o estójo por modelo explícito ou subreptício.⁴

Apesar da autora deixar claro que não pretende descobrir as causas da insistência de tal paradigma, seria interessante fazer uma ressalva sobre a patologização de tal questão, esse tipo de análise limita as possibilidades de reflexões sobre o assunto. Uma síndrome não teria causas previstas ou possíveis de serem descobertas. Porém, o que acontece na arquitetura pode ser explicado através de construções e escolhas sociais e culturais, à exceção dessa nomenclatura, a análise de Kapp parece ser bastante pertinente à discussão proposta a seguir.

Em 1929, o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) foi dedicado à moradia mínima, uma habitação com conforto básico necessário e a disposição para qualquer classe social. Segundo a autora, as proposições desse congresso ainda utilizam o enquadramento da população trabalhadora em um estilo de vida normatizador e abstrato, ao invés de flexibilizar o espaço doméstico de acordo com a necessidade atual e possíveis mudanças no futuro do real indivíduo e família.⁵ Essa habitação, pensada com vários compartimentos para cada função, carregaria um *status quo*, o congresso propôs passar esse status para as classes mais pobres.

³ KAPP, Silke. “Síndrome do estójo”, in: *Colóquio de Pesquisa em Habitação: Coordenação Modular e Mutabilidade*, IV, Belo Horizonte. *Anais do IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: Coordenação Modular e Mutabilidade*. Belo Horizonte: MOM / EAUFMG, 2007, p. 3.

⁴ _____. *Síndrome do estójo*, p. 3.

⁵ _____. *Síndrome do estójo*, p. 4.

Porém, na análise de Kapp, esse tipo de espaço, que prevê e define o roteiro de atividades do morador, não contribuiu para um desenvolvimento flexível ou uma ação inusitada do habitante.

No limite, a habitação mínima serviria para o repouso e a manutenção da saúde do trabalhador e sua família. Espaços com reguladores de hábitos saudáveis, não pela imposição, e sim através do conforto como, por exemplo, a água encanada e a eletricidade, foram temas discutidos por outros tipos de técnicos e estudiosos no século XX. Um exemplo desse modelo de normatização pelo conforto seria o taylorismo, que contribuiria para a diminuição do esforço de trabalho, normatizando os movimentos do trabalhador de maneira que tornasse a produção mais eficiente. Esse modelo extrapolou a fábrica e foi usado em espaços domésticos, especialmente na cozinha. O maior conforto em uma fábrica ou em uma cozinha serviria para aprimorar a produção, fazendo com que o operário produzisse mais em menos tempo.

O argumento mais freqüente em favor desses padrões, utilizado inclusive pela própria indústria que os torna tão persistentes, é a suposição de que oferecem o maior conforto possível em determinada faixa de renda. Mas a própria noção de conforto, a idéia de promover a comodidade do corpo ao sentar, dormir ou executar movimentos, só aparece no início do século XVIII e só alcança o ambiente doméstico já no século XIX. Ela faz parte da sociedade urbana de massa e, como já discuti em outras ocasiões, tem relação direta com a anulação do corpo necessária aos novos regimes de trabalho. O modo de produção do capitalismo industrial depende da adaptação de cada indivíduo a um ritmo coletivo minuciosamente definido. Desejos e necessidades de um corpo indisciplinado prejudicam a produtividade. A melhor maneira de domesticar esses corpos, no entanto, não é a violência direta, mas o conforto que os torna passivos e aptos à execução de tarefas sempre parciais e restritas.⁶

Kapp entende que esse apego ao modelo estorjo de habitação ocorre porque acredita-se que ele torna a construção mais barata, porém a autora aponta como essa forma de planejar a moradia reflete os autoritarismos propagados na nossa sociedade. Para exemplificar tais autoritarismos, cito as desiguais relações de gênero e diferenças sociais.

A proposta de discussão aqui apresentada é refletir como, a partir da década de 1950, os espaços da habitação passam a ser aparelhados com eletrodomésticos e eletrônicos, especialmente a cozinha com geladeiras, fogões e frigideiras elétricas. Parte da proposta é debater como essa mecanização enfatizou as funcionalidades dos ambientes. As instalações elétricas e de circulação de água (encanamento e esgoto) contribuíram para a definição estática de certos espaços na habitação, como a cozinha, a lavanderia e o banheiro. Para além dessa questão,

⁶ KAPP. *Síndrome do estorjo*, p. 6.

propõe-se debater se haveria também uma divisão de gênero entre os espaços e afazeres domésticos.

Desde a década de 1950, último período de governo Vargas, o incentivo à indústria passava a ser um dos pontos centrais da política econômica do governo. Os sistemas de transporte e energia receberam contribuição através de um crédito externo de 500 milhões de dólares. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952, com a intenção de apressar o aumento de diversas áreas da indústria brasileira. Após a queda de Vargas, o governo de Kubitschek continuou a investir na indústria, através de seu programa de metas, que iria promover a infraestrutura e o incentivo à industrialização. Foram anos de crescente desenvolvimento industrial, ainda que a economia do país fosse considerada essencialmente agrícola. Além disso, a população urbana aumentava cada vez mais a partir dos anos de 1950.⁷

Essas mudanças causaram diferentes impactos nas diversas áreas da vida cotidiana, especialmente na vida privada. As novidades produzidas pela indústria, como é o caso dos eletrodomésticos, adentravam as casas daqueles que podiam comprá-las. No final dos anos de 1920, refrigeradores elétricos eram consumidos por clientes bastante específicos, significavam máquinas caras e importadas direto dos Estados Unidos, e geralmente só poderiam ser obtidas através de encomenda. Com o passar dos anos, o desenvolvimento industrial do país e a expansão de empresas de energia, que distribuíam gás e eletricidade, o consumo de utensílios domésticos aumentou. A empresa nacional Walita, em 1956, chegou a fabricar um milhão de aparelhos eletrodomésticos, embora caiba ressaltar que o consumo desses itens ainda era restrito a uma parcela menor da população, que poderia pagar por eles.⁸

As mudanças sentidas pela população não decorriam apenas da economia e no aumento da população urbana, novas formas de saber e seus grupos de profissionais, cada vez mais organizados, como é o caso dos engenheiros e posteriormente arquitetos, passaram a interpretar e estudar a cidade de acordo com dados específicos utilizados para resolução de problemas urbanos através da técnica.

Dentre as várias formas de se abordar tais temas, a porta de entrada escolhida para esse trabalho foi o universo que envolve os eletrodomésticos. Principalmente como a sugestão de tais aparelhos, através das propagandas de jornais, podem reafirmar a função de determinados espaços na casa, bem como determinar qual gênero teria protagonismo em espaços específicos.

⁷ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 409-427.

⁸ FARIAS, Claudio L. de; AYROSA, Eduardo; CARVALHO, Gabriela; et. Al. *Eletrodomésticos: Origens, História & Design no Brasil*. Rio de Janeiro: Fraha, 2006, p. 78.

O avanço dos eletrodomésticos era propagandeado, assim como, cosméticos e roupas. Geralmente tais anúncios utilizavam e ainda utilizam a imagem da mulher de maneira exaustiva. Importante citar a forte presença da figura feminina também nos comerciais de cosméticos e roupas, porque a mulher era mais presente em anúncios de produtos mais baratos. Um artigo acadêmico americano, sobre a análise comparativa dos papéis da mulher na propaganda de 1976, já apontava essa tendência. Apresentava-se a imagem feminina em propagandas de produtos mais baratos, porque era suposto que as decisões de compra de itens mais caros, como carros, não partiam das mulheres, afinal, elas teriam menor poder aquisitivo. O artigo ainda destaca que mesmo com a participação das mulheres americanas no mercado de trabalho, elas eram retratadas em ambientes domésticos ou em cargos inferiores, como secretárias, por exemplo.

The researches analyzed the content of 729 advertisements in eight general interest magazines published the week of April 8, 1970: *Life*, *Look*, *Newsweek*, *The New Yorker*, *Time*, *Saturday Review*, *U.S. News and World Report*, and *Readers' Digest*. They found that few print advertisements presented showed women in working roles. They concluded that the advertisements presented the following clichés about women's roles: (1) a woman's place is in home, (2) women do not make important decisions or do important things. (3) women are dependent and need men's protection, and (4) men regard woman primarily as sexual objects: they are not interested in women as people.⁹

No caso do eletrodoméstico e sua propaganda, parece haver uma mensagem quase explícita do papel da mulher no consumo e utilização de produtos vinculados ao trabalho doméstico, este por sua vez pouco ou nada valorizado. Geladeiras, fogões, máquinas de lavar, frigideiras elétricas. São utensílios que nos remetem a produção de alimentos e manutenção da limpeza de uma casa, aparelhos que de maneira geral foram apresentados com uma figura feminina ao lado. Uma hipótese que explique tal fenômeno seria que a figura feminina, dentro de tal sociedade, detém a responsabilidade das tarefas domésticas e, por isso, sua imagem é usada até mesmo para dar legitimidade a qualidade de um utensílio doméstico.

⁹ BELKAOUI, Ahmed e BELKAOUI, Janice M. "A Comparative Analysis of the Roles Portrayed by Women in Print Advertisements: 1958, 1970, 1972". *Journal of Marketing Research*. Vol. 13, No. 2, p. 168-172, maio, 1976, p. 168. Tradução livre: As pesquisas analisaram o conteúdo de 729 anúncios de oito revistas de interesse geral publicadas na semana de 08 de abril de 1970: *Life*, *Look*, *Newsweek*, *The New Yorker*, *Time*, *Saturday Review*, *U.S. News and World Report*, e *Readers' Digest*. Foi descoberto que poucos anúncios impressos apresentados mostraram as mulheres em local de trabalho. Eles concluíram que os anúncios apresentados representam os seguintes clichês sobre os papéis das mulheres: (1) o lugar da mulher é em casa, (2) as mulheres não tomam decisões importantes ou fazem coisas importantes. (3) as mulheres são dependentes e precisam da proteção dos homens, e (4) os homens consideram mulher primeiramente como objetos sexuais: eles não estão interessados nas mulheres como pessoas.

Tais propagandas podem ser encontradas em revistas femininas e até em jornais que alcançam grande público. O livro de Pinsky, *Virando as páginas, revendo as mulheres*¹⁰, oferece uma visão sobre como as revistas femininas lidaram com a figura da mulher e as relações de gênero entre os anos de 1945 e 1964.

Essas revistas promoviam os valores sociais dominantes entre os quais estão as desigualdades de gênero presentes nas relações homem-mulher e nos significados de masculino e feminino ligados a padrões tradicionais (que sustentam “dupla moral sexual”, a submissão feminina, os papéis e atribuições rígidas para homens e mulheres – aos primeiros, o mundo do trabalho e da política, a elas, as tarefas domésticas e a dedicação prioritária ao marido e aos filhos etc.).¹¹

A visão proposta parece ser de um papel feminino sem muitas nuances, ao estabelecer que os afazeres e responsabilidades domésticos são de responsabilidade da mulher e outras atribuições públicas são dedicadas ao homem. Bassanezi deixou claro o perigo de cristalizar as análises dessa forma e não oferecer mais complexidade ao debate. Como, por exemplo, a atribuição da mulher na economia do lar, que seria uma atividade a ser interpretada como um afazer conjunto entre a mulher e o homem para se realizar no lar.

São claras as referências a esposas que administram o dinheiro da casa no dia-a-dia. Algumas são diretamente controladas e fiscalizadas pelo marido, e outras têm certa autonomia nesta atividade. As revistas femininas e seus contemporâneos encaram a administração doméstica a cargo das mulheres como uma atividade complementar aos encargos econômicos do marido; está implícita, portanto, nesta visão, uma noção de paridade entre as atribuições femininas e masculinas.¹²

Ainda, segundo a autora, a exposição dessas nuances entre afazeres e responsabilidades seria válida com a ressalva de que, hierarquicamente, a mulher ocupa um lugar abaixo do homem, além do que sua participação na economia doméstica não seria uma novidade do século XX. Michelle Perrot, em um de seus trabalhos, defende que a economia doméstica foi uma conquista das mulheres francesas no século XIX, e não as beneficiavam em liberdade, porque a elas restaria a tarefa de equilibrar a receita e as despesas do lar, dever que por vezes as obrigava a se privarem de algo, para que todas as outras despesas pudessem ser quitadas.

A administração do salário é, sem dúvida, uma difícil conquista das mulheres, resultado de uma luta cheia de ciladas, onde o patronato, cioso de oferecer um “bom” uso do salário, por vezes estendeu às mulheres uma mão generosa compassiva. [...] Em suma, a dona-de-casa conquistou o “direito ao salário”.

¹⁰ BASSANEZI, C. B. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

¹¹ _____. *Virando as páginas, revendo as mulheres*, p. 20.

¹² _____. *Virando as páginas, revendo as mulheres*, p. 275.

Ainda hoje, as operárias se atêm ao que se chamou de um “matriarcado orçamentário”. Este lhes impõe encargos, preocupações e mesmo privações: empenhando-se em equilibrar receitas e despesa, a mãe de família – é clássico – diminui a sua parte.¹³

Tais ressalvas não suavizavam o papel da mulher como responsável por afazeres domésticos. Ainda persistia uma hierarquia dentro do ambiente doméstico, na qual o trabalho não remunerado de limpeza, cuidado dos filhos e produção de alimentos ficava a cargo da mulher. Sendo assim, dentro de uma oposição binária, homem e mulher não cumpririam os mesmos papéis e nem poderiam trocá-los. Essa oposição desigual é característica da questão de gênero, das relações sociais e de poder existentes, como escrito por Joan Scott: “[gender is] a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power”¹⁴. Isto pode ser visto refletido nas propagandas que, mais à frente, serão apresentadas.

Entre as décadas de 1950 e 1960, a figura da mulher como dona de casa era reproduzida nas revistas e propagandas, ela era responsável pela educação dos filhos e cuidados do marido. A mulher trabalharia em determinados ambientes, como a cozinha e a sala de estar, e zelaria pelo seu funcionamento. A dedicação da mulher dentro de seu lar, através da decoração desses espaços, refletiria como o interior doméstico é parte dela, não divisível, e, portanto, ambientes que não a destacariam. Ao passo que o homem seria provedor e chefe da família, seu palco, e talvez até mesmo seu refúgio, seria o escritório e a sala de jantar, os objetos desses cômodos individualizariam o ambiente e fariam com que a figura do homem se sobressaísse. Essa diferença entre a mulher parecer unida ao espaço doméstico, enquanto os objetos serviriam para individualizar o homem, foi a tese defendida no doutorado de Vânia Carneiro de Carvalho, chamada *Gênero e Artefato*. Neste trabalho, Carvalho denomina essas diferenças de ações centrífugas para as mulheres, e ações centrípetas para os homens.

Em resumo, as ações femininas e masculinas no espaço doméstico, descritas respectivamente como ações centrífugas e centrípetas, produziram repertórios materiais e formas de mobilização diferenciados. As ações femininas – alargadas por toda a casa, porém sem comprometer a identidade específica de seus espaços e objetos e concentradas em representações artísticas de elementos da natureza – contribuíram para a formação de um perfil pessoal incentivado a abrir mão da própria individualidade a favor de uma atuação como integradora das diferenças de seus membros. As ações masculinas, por

¹³ PERROT, Michelle. “A Mulher Popular Rebelde”. *Os Excluídos da História*. Operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Introdução Stella Bresciani. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 191.

¹⁴ SCOTT, Joan W. “Women's History”. In: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 42. Tradução livre: gênero é tanto um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder.

sua vez, nos mostram uma forma de apropriação material voltada para o fortalecimento de um perfil individualizado. Em última instância, podemos dizer que para o homem convergem todas as coisas da casa, inclusive sua mulher. Tal força centralizadora não excluiu a existência de territórios sexualmente marcados. Pelo contrário, estimulou um ideal de convivência complementar entre marido e esposa.¹⁵

Carvalho fez um estudo de cultura material através do mobiliário da habitação da classe abastada paulista entre os anos de 1870 e 1920. A tese parece deixar explícito que, além da divisão do espaço privado pelas suas funções, haveria também uma divisão de gênero desses espaços, no escritório e na sala de jantar protagonizaria o homem, ao passo que os rastros da mulher seriam deixados pela casa através de uma decoração que iria compor a figura da mulher junto a imagem da família que ela representa. Além do corte de gênero nos espaços, Carvalho também apresenta uma divisão social do ambiente, principalmente quando se trata da cozinha, quando este lugar ainda não era visto como um lugar para ser decorado ou frequentado pelos donos da casa. A classe rica paulistana do início do século XX não fazia serviços domésticos, nem mesmo a mulher produzia tais trabalhos, estes eram direcionados a outras mulheres, as trabalhadoras domésticas que vinham de classes sociais inferiores.

Se, no início do século XX, as camadas ricas e médias da sociedade paulistana possuíam empregados, a situação continuou a mesma quando a metade do século se aproximava. Um estudo feito por Donald Pierson, no início dos anos 1940, mostra que entre os bairros mais luxuosos da cidade de São Paulo a grande maioria das habitações possuíam ao menos dois empregados, ao passo que as famílias dos bairros do Bexiga e da Mooca não usufruíam de nenhum desses serviços e no Canindé apenas uma família tinha um empregado doméstico.

Nenhuma família nas amostras do Bexiga ou Moóca e somente uma em Canindé, tem empregados. Por outras palavras, entre as 100 famílias entrevistadas na área “inferior”, apenas 1% tem empregados. Em contraste, todas as 100 famílias menos uma, da área “superior”, têm empregados. As de Higienópolis têm em média mais de quatro (4,1) e possuem até 8; as do Pacaembú têm uma média de mais de dois empregados (2,4) por família e possuem até 4; as do Jardim América, uma média de mais de três empregados (3,3), e possuem até 7. Dos 61 empregados enumerados nas 25 casas do Pacaembú, vinte e dois moram na mesma casa, cinte e quatro nas dependências e quinze moram fora. Dos 102 empregados enumerados nas 25 casas de Higienópolis, aproximadamente um terço (34) mora na mesma casa, um terço (30) nas dependências e um terço (38) dorme fora. Dois 162 empregados

¹⁵ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008, p. 114.

enumerados nas 50 casas do Jardim América, esses números são respectivamente 56, 74 e 29.¹⁶

Portanto, importa destacar como os serviços domésticos nas classes superiores parecem terem sido deixados a cargo de outras classes sociais, as mais pobres. Serviços como de cozinheiras, babás, e principalmente empregadas domésticas eram executados por mulheres mais pobres. De acordo com estudos mais recentes, essas trabalhadoras, além de não possuírem uma legislação trabalhista que garantisse direitos à salário e melhores condições de trabalho, também eram consideradas perigosas, a tal ponto que a secretaria de segurança de São Paulo passou a fazer registros de informações sobre as trabalhadoras domésticas. Essas questões refletem como o trabalho doméstico foi extremamente desvalorizado e pode lançar luz sobre os costumes e cultura de uma sociedade que foi escravocrata.

Em 1944 já seriam 100 mil, nas estimativas da Polícia de São Paulo (REGISTRO DOS, 1944: 427). No entanto, apesar dessa quase onipresença social, não eram incluídos nas legislações dedicadas ao mundo do trabalho, o que evidentemente os deixava muito mais vulneráveis nas relações com os patrões. A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943, apenas consagrou essa exclusão, destinada a sobreviver até a nova Constituição de 1988. Significa que o lugar legal e institucional desse grupo social sempre foi indefinido e ambíguo, entre as heranças persistentes da escravidão e os discursos e estratégias modernizadoras que obcecavam as elites brasileiras da época. Assim, os empregados domésticos transitavam na zona cinzenta que residia nas fronteiras da legalidade e ilegalidade, conformada pela indefinição entre lei e norma.¹⁷

Essa questão importa ressaltar porque, se existe uma divisão de gênero no espaço doméstico, também pode existir uma divisão social. Através disso, é possível pensar de que maneira as propagandas de eletrodomésticos podem tanto explicitar essa separação de gêneros como pode deixar claro a divisão social existente entre os consumidores através dos estereótipos.

O objeto propaganda e a cultura visual

Se, a princípio, para tratar da divisão doméstica de espaços e trabalhos, foi necessário abordar estudos que trouxessem questões de gênero, seria recomendável propor de que maneira as propagandas de jornais e revistas devem ser analisadas. Por serem objetos visuais, a diretriz de análise vai ao encontro com os debates e referências da cultura visual. Os debates sobre cultura

¹⁶ PIERSON, Donald. Habitações de São Paulo: estudo comparativa. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. 7, n. 81, p. 199-238, jan./fev. 1942, p. 209.

¹⁷ FERLA, Luis A. C. Corpos estranhos na intimidade do lar: as empregadas domésticas no Brasil da primeira metade do século XX. In: Simpósio Nacional de História, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, julho 2011, p. 3.

visual são vastos, no primeiro capítulo do livro de Margaret Dikovitskaya, a autora faz uma genealogia dos estudos visuais e coloca os vários pontos de vista e a construção de métodos de diversos pesquisadores, assim como comenta sobre os choques entre os campos de saber, como história da arte e cultura visual. Dentre as visões apresentadas, há a de Michael Ann Holly¹⁸, que reflete como a cultura visual pode ser um campo de estudos no qual se fundem trabalhos de arte e teoria contemporânea trazidos de outras áreas de saber. Segundo Holly, tais estudos visuais destacam qualquer imagem da cultura de uma sociedade, através disso, esses trabalhos deixam de lado classificações como arte erudita e arte popular. Essas imagens podem ser analisadas como representações culturais.

Michael Ann Holly, former chair of the Art and Art History Department at the University of Rochester (home to the first U.S. graduate program in visual studies) and now diretor of research at the Clark Art Institute, thinks of visual culture as a hybrid term that describes a situation when one fuses works of art with contemporary theory imported from other disciplines and fields, particularly semiotics and feminism [...]. For Holly, visual studies calls into question the role of all images in culture, from oil painting to twentieth-century TV. These images can be compared on the basis of their working as visual representations in culture rather than through the use of such categories as “masterpieces” and “created by geniuses” versus “low art”.¹⁹

Assim, como debatido acima, no caso do presente trabalho, a propaganda e seus repertórios de imagens não serão tratados como história da propaganda, e sim uma fusão de análise de imagens, história contemporânea e gênero. Primeiramente, o cuidado de diferenciar as imagens em questão de um registro fotográfico, porque a imagem produzida para a propaganda é manipulada e montada para que receba reações positivas de seus visualizadores. Afinal, o objetivo central da propaganda é tornar o produto atraente para o consumo. Portanto, para o trabalho aqui proposto, afasta-se a ideia de que se faça a história da propaganda em si. Como colocado por Menezes, a imagem deve ser percebida dentro de sua utilização e finalidade cultural e social.

Ora, ver com restrições a proposta de desconsiderar as imagens como testemunho histórico, pois elas seriam a própria história, e em lugar de alternativa excludente propor a manutenção de ambas, mascara a necessidade de tomar as coisas visuais antes de mais nada como coisas, que podem prestar-

¹⁸ DIKOVITSKAYA, Margaret. *Visual culture: the study of the visual after the cultural turn*. London: The MIT Press, 2005, p. 50.

¹⁹ _____. *Visual culture*, p. 50. Tradução livre: Michael Ann Holly, foi do Departamento de História da Arte e Arte da Universidade de Rochester (onde nasceu o primeiro programa de pós-graduação dos EUA em estudos visuais) e agora Diretora de pesquisa do Clark Art Institute, pensa a cultura visual como um termo híbrido que descreve uma situação quando se combinam obras de arte com a teoria contemporânea importadas de outras disciplinas e campos, particularmente da semiótica e do feminismo [...]. Para Holly, estudos visuais põe em causa o papel de todas as imagens da cultura, da pintura a televisão do século XX. Estas imagens podem ser comparadas através das representações visuais da cultura, em vez de através do uso de categorias como "obras-primas" e "criadas por gênios" versus "arte popular".

se a diversíssimos usos — entre os quais os documentais, conforme as situações e não por essência ou programa original. Também aos objetos visuais não convém a idéia positivista de documento (ainda que de origem): documento é aquilo capaz de fornecer informações a uma questão do observador, qualquer que seja sua natureza tipológica, material ou funcional. É preferível, portanto, considerar a fotografia (e as imagens em geral) como parte viva de nossa realidade social. Vivemos a imagem em nosso cotidiano, em várias dimensões, usos e funções. O emprego de imagens como fonte de informação é apenas um dentre tantos (inclusive simultaneamente a outros) e não altera a natureza da coisa, mas se realiza efetivamente em situações culturais específicas, entre várias outras. A mesma imagem, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se e produzir efeitos diversos.²⁰

O propósito é tratar da imagem e sua visualidade, percebendo como ela é uma dimensão importante dos processos sociais e culturais. Na propaganda, os temas abordados são feitos de maneira específica e, muitas vezes, de forma repetitiva. Como é o caso da apresentação dos aparelhos eletrodomésticos, exibidos em detalhes, denotando um esforço em demonstrar uma aparência moderna e bela. Tais aparelhos geralmente aparecem acompanhados de imagens de mulheres dentro dos padrões de beleza e moda de sua época.

Também seria importante destacar como essas imagens fazem parte de uma repetição de figuras, ou de um repertório²¹, isso porque foram veiculadas em meio a revistas e jornais que atingiriam grande público, de modo que seriam de fácil acesso e que chamariam maior atenção desse público. Para isso, a imagem da propaganda deveria conter determinados símbolos ou signos que se refiram ao tema proposto e que sejam inteligíveis para vários tipos de pessoas. No caso das propagandas de eletrodomésticos, não raro as formas dos aparelhos são um dos principais atrativos, por serem relacionadas com a modernização do próprio lar, modernização essa que deveria passar pela diminuição do tempo gasto no trabalho doméstico.

Mulheres, eletrodomésticos e propaganda.

As propagandas foram selecionadas do jornal *Estado de S. Paulo* entre os anos de 1960 e 1961, as datas selecionadas para a pesquisa se referem aos dias em que ocorria a Feira Nacional de Utilidades Domésticas (UD) em São Paulo. Essas feiras eram realizadas pela iniciativa de

²⁰ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, número 45, 2003, p. 29.

²¹ Repertório ou “iconoesfera” como citado por Meneses: “a) o visual, que engloba a “iconoesfera” e os sistemas de comunicação visual, os ambientes visuais, a produção / circulação / consumo / ação dos recursos e produtos visuais, as instituições visuais, etc.; b) o visível, que diz respeito à esfera do poder, aos sistemas de controle, à “ditadura do olho”, ao ver/ser visto e ao dar-se/não-se-dar a ver, aos objetos de observação e às prescrições sociais e culturais de ostentação e invisibilidade, etc.; c) a visão, os instrumentos e técnicas de observação, os papéis do observador, os modelos e modalidades do “olhar”.” _____, *Fontes visuais, cultura visual, História visual*, p. 30-31.

Alcântara Machado, com o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Tal evento importa para o presente trabalho, porque diz respeito a todo um universo de difusão e propaganda de novos aparelhos domésticos.

A UD foi inspirada nas experiências europeias, como o *Salon des Arts Ménagers* de 1923, ocorrido em Paris. A primeira UD aconteceu em 1960 entre os meses de março e abril, em São Paulo no Parque do Ibirapuera, era essencialmente uma grande exposição para venda de utilidades domésticas produzidas no Brasil. Havia quatro categorias de expositores: utensílios domésticos, acabamentos de interior, mobiliário e decoração, e eletrodomésticos. Os expositores, além de exibirem seus produtos, também explicavam planos de venda, de crédito, prazos de entrega e garantia de fábrica. O objetivo dessas feiras anuais era fazer com que os fabricantes apresentassem seus produtos estimulando, assim, o consumo deles.²²

A primeira imagem apresentada é a da lavadora de roupas que foi diretamente dedicada à “dona de casa” e há a figura de uma mulher bem vestida e que parece estar ao lado do eletrodoméstico, porém a posição das figuras na imagem sugere uma hierarquia na qual a máquina fica em primeiro plano, se projetando para frente, e a mulher em segundo. A nitidez de alguns detalhes também sugere para onde seu olhar deve se ater, a máquina possui mais detalhes visíveis do que o rosto da mulher. O texto junto à imagem oferece o que talvez a imagem não represente prontamente para o leitor do jornal: “Para a dona-de-casa, os tempos mudam para melhor... Melhor vida... maior eficiência... estilo atual... técnica de vanguarda... com a bossa nova da lavadora automática da Brastemp.”²³ Neste caso, como usualmente ocorre, a dona de casa se preocupa com serviços domésticos, e o aparelho oferece o adicional da modernidade. A propaganda explicita que a máquina iria deixar o trabalho de lavar roupas atual e eficiente, um trabalho que poderia ser considerado trivial. A imagem feminina apresentada embora esteja atrelada aos aspectos da vida privada e trabalhos domésticos, não aparenta descuido com sua aparência, podendo atribuir a ela uma classe social mais alta. Ela pode ser entendida como a dona da casa, a mulher da classe média que se preocupa com a aparência e que buscaria alternativas modernas para suas tarefas.

²² As informações sobre a UD foram retiradas do livro: FARIAS, et. Al. *Eletrodomésticos*, p. 94-95.

²³ O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 de março de 1960, p. 11.



Imagem 1 - *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 de março de 1960, p. 11.

Para oferecer um contraponto a essa imagem uma segunda propaganda de um aparelho de som, a imagem, além de trazer a figura do aparelho, também mostra um casal. O homem sorri para a mulher, sua atenção parece estar voltada para as reações de sua parceira de cena, ao mostrar o que poderia ser seu aparelho de som. Ao passo que a mulher parece estar numa posição de admiração ou observação, com a mão levada ao queixo. Seria possível imputar que a propaganda coloca o homem na posição de conhecedor e proprietário do aparelho. Ele é quem teria o domínio do rádio. As frases usadas para descrever o aparelho são “música pura”, “o mais versátil” e também “o mais possante”²⁴ um adjetivo usado principalmente para descrever carros, que é um objeto que possui grande apelo masculino, mais um indicativo de como questões e

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de mar. de 1960, p. 25.

imagens ligadas ao masculino aparecem mais na propaganda do aparelho ligado ao lazer e entretenimento.

Criado pelos famosos Laboratórios da General Electric

STEREO CLASSIC HI-FI

Para Você desfrutar todos os tesouros da

MÚSICA PURA



O MAIS POSSANTE—
40 watts, sem distorção, e 70 volts de "pico"

O MAIS VERSÁTIL—
ligase a rádio, conversor de frequência modula-
da-televisão, gravador de fita, microfone etc.

ÚNICO COM CAPACIDADE DE DISTRIBUIR O SOM
sem distorção, de acordo com o tamanho do recinto

ÚNICO COM 3 FILTROS
para evitar o chiado em 70 e em 1,1'

GARANTIA EXTRA
Os produtos G-E são os únicos cujo perfeito e ines-
tinguível por Assistência Técnica é feita em próprio fábrica.

Exigir G-E é um direito seu —
o direito de garantir satisfação absoluta

Chega também o **STEREO CLASSIC G-E**
Qualidade G-E em estereó a preço de simples radiôfona

Nesse Mais Importante Progreso e o Progresso

GENERAL ELECTRIC
General Electric S.A. — Brasil



14888 - 2124

Imagem 2 - O Estado de S. Paulo, São Paulo, 20 de mar. de 1960, p. 25.

Na primeira propaganda, temos uma mulher ao lado da lavadora, e que parece mostrar o eletrodoméstico, ao passo que na segunda o homem parece exibir o aparelho de som para uma outra mulher. A primeira a imagem traz a mulher dirigindo-se diretamente a nós e na segunda somos observadores de uma cena que se passa numa sala de estar. Cabe ressaltar a diferença de utilidades de cada aparelho, o aparelho atrelado a figura feminina se destina a tarefa doméstica, o outro exibido pelo homem tem a função de entreter e informar.

Em uma terceira propaganda, de uma geladeira da General Electric, ao lado da imagem da mulher foi posta a frase “Ela tem um sonho dourado... torne-o realidade com um dos modelos

da Golden”²⁵. Nesse âmbito a figura feminina é tão naturalmente ligada a esses trabalhos domésticos a tal ponto de o “sonho dourado” de uma mulher ser resumido a uma geladeira. Deve ser explicado que o “sonho dourado” foi um jogo de palavras com o nome do aparelho, “Golden”, porém existe aqui um horizonte muito específico de abstração dos desejos de uma mulher, mais uma vez o feminino é vinculado ao trabalho doméstico, no caso a geladeira tem relação com a preparação das refeições.

Ela tem um sonho dourado...
torne-o realidade com um dos 7 modelos da
GOLDEN

— a mais completa linha de geladeiras em conforto e beleza
GOLDEN LINE G-E 1960, idealizada para Você escolher as mais lindas cores, os modelos mais confortáveis, os preços mais convenientes, com a tradicional qualidade G-E — 81 anos de experiência técnica a seu serviço.

Escolher G-E é um direito seu — o direito de garantir satisfação absoluta

ECONOLAR, 8 PÉS
A escolha econômica G-E a preço de ocasião

DE LUXE, 8 PÉS
Em 2 modelos de cores internas: Rose e Azul — Máximo aproveitamento de espaço nos modelos de grande beleza

DE LUXE, 10,3 PÉS
Em 2 modelos de cores internas: Rose e Azul — Espaço para tudo... receptor de botões decorativa em seu top

RETILNEA, 11,7 PÉS
Em 2 modelos de cores internas: Rose e Azul. A maior e mais moderna geladeira, interior de madeira de lâminas reais de Brasil

Mais de 7.000.000 de lares em todo o mundo compraram a durabilidade e o funcionamento econômico e silencioso das geladeiras dotadas com os COMPRESSORES G-E.

GARANTIA EXTRA
Os produtos G-E são os ÚNICOS cuja perfuração é assegurada por Assistência Técnica direta da própria Fábrica.

Nosso Mais Importante Produto é o Progresso

GENERAL ELECTRIC
GENERAL ELECTRIC S.A. - BRASIL

Imagem 3 – O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de mar. de 1960, p. 15.

Propagandas como essa estampavam jornais de grande circulação, e o discurso não se destinava apenas à mulher, como podemos imaginar, o jornal seria fonte de leitura tanto para mulheres como para homens, a propaganda em questão pode se direcionar também para os dois públicos. O apelo de tornar tal sonho realidade, comprando o eletrodoméstico, não é feito diretamente à mulher e pode se presumir que foi endereçado ao homem, ao marido, aquele que, segundo os clichês, teria maior poder aquisitivo para adquirir tal produto. O anúncio traz outro texto que faz menção a beleza do design da geladeira, porém não possui a mesma intensidade do apelo à imagem feminina, até porque essas informações estão expostas em menor tamanho.

²⁵ O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de março de 1960, p. 15.

A utilização da imagem mulher para mostrar eletrodomésticos pode remeter a uma questão social e cultural, na qual a esposa é quem deveria realizar as tarefas da casa e, portanto, teria o conhecimento para apresentar e indicar os melhores aparelhos. Outra hipótese é a de que a mulher seja um adorno ao anúncio, servindo apenas para decorar, o que remeteria a objetificação da mulher, em primeiro plano viriam os objetos.

É preciso ressaltar como as figuras das mulheres apresentadas ao lado dos eletrodomésticos são de mulheres bem vestidas e brancas, em suas aparências não existem resquícios de trabalho doméstico pesado. O que ficaria de fora dessas imagens são todas as outras trabalhadoras domésticas, não brancas e da classe pobre. Logo, tais propagandas dialogam com um determinado público, de classe média alta, branca e que reflete altos padrões socioeconômicos. Sendo assim, esses anúncios oferecem uma ligação entre o eletrodoméstico e a classe social daquele que o possui. O aparelho doméstico se torna desejável não só pela sua eficácia, como também porque ostenta um status social.

Em 1952, foi editado o primeiro número da revista *Casa & Jardim*, publicação que concentrava assuntos como decoração e construção, uma revista voltada para o grande público, e não apenas para profissionais e especialistas do ramo. O público alvo teria maior poder aquisitivo, seriam aqueles que poderiam ter suas casas projetadas por arquitetos. A revista ainda circula nos dias atuais e procura exibir os novos utensílios domésticos do mercado e a modernização da decoração e da arquitetura. A pesquisadora Marinês Ribeiro dos Santos analisou as publicações da década de 1970 dessa revista em sua tese. De acordo com o trabalho de Santos é típico da revista a exposição das tecnologias modernas para moradias, objetos com design e tecnologia de ponta e, por isso mesmo, deveriam ser objetos de desejo e de consumo da classe média. Segundo Santos, embora a revista promovesse a modernização dos lares através de aparelhos eletroeletrônicos ela não deixava espaço para a modificação da família tradicional.²⁶

A revista serviria como uma orientação para o consumo doméstico, destinada à classe média, de maneira a manter seu status social durante um período de urbanização e industrialização acelerada. O periódico tinha como objetivo propor recursos que, ao mesmo tempo, preservavam os valores tradicionais da família, conciliando-os com a modernização do espaço doméstico. Num cenário de transformações sociais e culturais, as donas de casa seriam orientadas por especialistas a continuar no mesmo papel, responsáveis pelo trabalho doméstico, a

²⁶ SANTOS, Marinês Ribeiro dos. *O Design Pop no Brasil dos Anos 1970: domesticidades e relações de gênero na revista Casa & Jardim*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2010, p. 63.

diferença estaria na aquisição de novos e modernos aparelhos, que eram reafirmados como indicadores de maior status social.

A revista surgiu como guia para o consumo doméstico de classe média durante um período de urbanização e industrialização acelerada. A missão do periódico era, justamente, apresentar soluções capazes de conciliar a preservação dos valores tradicionais da família com a modernização do espaço doméstico. Num cenário de transformações sociais e culturais, as donas de casa podiam orientar suas escolhas quanto às práticas cotidianas conforme a opinião de especialistas. O contato com a voz da autoridade oportunizava a atualização dos modos de viver conforme o novo “espírito dos tempos”. Com relação às identidades coletivas e à marcação de posições de classe, ao mesmo tempo em que Casa & Jardim construía estilos de vida mediante práticas de consumo, o periódico também funcionava como um espaço de visibilidade para o estilo de vida da classe média. Um tipo de reportagem característico da revista consistia em apresentar imagens e comentários sobre a arquitetura e/ou a decoração de residências pertencentes às pessoas de “bom gosto” da sociedade brasileira.²⁷

Em 1961 o jornal *Estado de S. Paulo* exibiu a divulgação da II Feira Nacional de Utilidades Domésticas.



Imagem 4 - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de abr. de 1961, p. 48.

²⁷ SANTOS. *O Design Pop no Brasil dos Anos 1970*, p. 63.

A imagem usa apelo cômico, ao utilizar a foto de uma moça com expressão de espanto, com olhos bem abertos e vista torcida, a figura é acompanhada pela frase “Você vai ficar “maluca””²⁸ e a grafia do pronome “você” foi feita de maneira invertida. A intenção é expressar o espanto e a surpresa positiva que a feira pode causar com os novos produtos apresentados. Tal anúncio se compõe basicamente por uma fotografia da expressão de uma mulher. Parece claro que o anúncio da feira procura grande apelo do público feminino. Não são as crianças ou os homens que ficarão malucos, são as mulheres que se sentirão assim ao presenciarem os novos modelos de geladeiras, máquinas de lavar, fogões, enceradeiras, revestimentos internos, acabamentos, ou seja, aparelhos de uso de trabalho doméstico e decoração. Mais uma vez a imagem da mulher foi atrelada a um evento que trata do ambiente doméstico.

Os homens não estariam completamente excluídos do evento, até porque a idealização e montagem da feira seria um aglutinador de empresas nacionais, e, portanto, contaria com a participação de vários empresários. Porém, a fruição da feira, como evento de lazer, parece ser destinada às mulheres.

Na próxima propaganda de divulgação da UD, apenas as pernas do homem aparecem, acompanhadas de outras que seriam sua família, sua mulher e filha.²⁹

Não se trata de uma exclusão do homem ou marido, ao mostrar apenas as pernas da família a propaganda expressa os passos apressados para alcançarem os últimos dias da feira de utilidades domésticas. Importa ressaltar que não há exposição direta da imagem masculina vinculada a UD, ao contrário do que ocorre com a imagem feminina.

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de abr. de 1961, p. 48.

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 de abr. de 1961, p. 8.



Imagem 5 - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 de abr. de 1961, p. 8.

A propagação de eletrodomésticos parece ter dado novo caráter ao que deveria ser uma habitação de status social elevado, mas, de acordo com seus meios de difusão, não desafiou a dinâmica dos papéis de homens e mulheres nos lares. Além disso, os anúncios, quando mencionavam a eficácia dos aparelhos, não destinavam essa eficiência às trabalhadoras domésticas, ao contrário, eram atrelados às patroas e àqueles que teriam um poder aquisitivo mais elevado para conseguir comprar as últimas novidades do mercado, ou seja, a classe média e alta branca. Os eletrodomésticos e eletrônicos se tornaram sim objetos de desejo, porém em muitos casos essa ânsia pelo objeto vinha acompanhada de poder se igualar as classes mais altas, isso é o que mostra o artigo de Jorgetânia da Silva Ferreira. Em uma das entrevistas feita para sua pesquisa, Ferreira mostra como a trabalhadora doméstica, Márcia, se sentiu satisfeita ao poder comprar uma batedeira igual a de sua patroa.

Márcia desejou ter uma batedeira igualzinha à da patroa. Seu depoimento nos remete a sua aspiração de igualdade na relação com a patroa, que ela pensa se concretizar na aquisição de equipamentos, no caso a batedeira Arno. Destacamos também a importância que determinadas marcas de

eletrodomésticos tiveram no processo tecnificação das casas, o que significava economia de trabalho e surgimento de outras tarefas, mas também prestígio para as pessoas que conseguiam adquirir determinados produtos.³⁰

Assim como os projetos arquitetônicos não desafiam uma nova opção de divisão espacial, que ofereça flexibilidade ao morador, os eletrodomésticos, ao menos sob o aspecto de sua difusão, também não ofereceram novos horizontes que incluíam, no trabalho doméstico, personagens diversos, como homens, maridos. As propagandas dos eletrodomésticos também não vendiam a eficiência dos aparelhos às empregadas e aos setores mais pobres da sociedade. Essas propagandas faziam questão de ostentar um tipo específico de mulher, que não é da classe baixa e nem parece ser a trabalhadora doméstica. Na maioria das vezes, os eletrodomésticos eram oferecidos para mulheres com vantagens de serem mais eficientes e por economizarem tempo, sem desafiar a lógica e os lugares da estrutura familiar clássica e ainda reafirmavam a diferenciação social.

³⁰ FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Gênero, trabalho doméstico e identidades: o necessário diálogo. *Revista fatos & versões*, Uberlândia, v.1, n.2, p. 17-32, 2009, p. 23.

À porta de Ana Francisca: um estudo de caso sobre gênero, escravidão e justiça

At Ana Francisca's door: a study on gender, slavery and justice

Rafaella Araújo Duarte Mello Vieira
Mestranda em História
Universidade Federal de São João del Rei
rafaella_aduarte@yahoo.com.br

Arthur Rodrigues Pinheiro
Mestrando em História
Universidade Federal de São João del Rei
arthurrpinheiro@hotmail.com

Recebido em: 10/06/2015
Aceito em: 14/11/2015

RESUMO: Neste presente artigo, abordaremos a temática da violência com ênfase nas relações de gênero contidas em um caso específico ocorrido no Arraial de São José do Chopotó, Zona da Mata, Província de Minas Gerais. Apresentamos aqui um esforço de vislumbrar a riqueza das relações sociais passando por questionamentos como o público e o privado, o livre e o escravo, através de uma perspectiva de gênero. Os processos crimes contidos no Arquivo do Fórum de Piranga nos disponibiliza os vestígios que permitem extrair informações sobre as práticas judiciárias e as parcialidades do julgamento nesta localidade do XIX.

PALAVRAS-CHAVES: Gênero, Escravidão, Justiça.

ABSTRACT: In this article, we will address the issue of violence with emphasis on gender relations contained in a specific case occurred in the "Arraial" of São José do Chopotó, Zona da Mata, Province of Minas Gerais. We present here an effort to glimpse the wealthness of social relations through questioning such as: the public and the private, the free and slave, through a gender perspective. Criminal records contained in Piranga Forum Archive offers the traces that allow you to extract information about judicial practices and biases of judgment in this locality during the XIX century.

KEYWORDS: Gender, Justice, Slavery

Introdução: o crime de José

Na noite de 31 de julho para o 1o de agosto de 1880 pelas 11 horas mais ou menos no Arraial de São José do Chopotó termo de Piranga nesta Comarca o réu José escravo do Reverendo Vigário João Custódio Ferreira da Rocha, alimentando dúvida anteriores com Anna Francisca de Jesus, tendo já antes no dia 24 de julho disparado contra ella um tiro na mesma, tentando matá-la, o que

teria conseguido se não fosse por ella repentinamente feixado a porta; como consta deste annuncio¹.

O Arraial de São José de Chopotó foi o cenário do evento acima descrito no corpo de um processo crime iniciado no mês de agosto de 1880. José, escravo do Reverendo Vigário do arraial, ia na companhia de seus companheiros de cativo para uma chácara que pertencia ao mesmo vigário onde realizariam um pagode. No caminho teria se dirigido a casa de Anna Francisca, discutido com ela e disparado contra ela enquanto a chamava de linguaruda e feiticeira. O disparo só não acertou a mulher, segundo as testemunhas do processo, por ela ter fechado a porta a tempo de parar a bala. José ainda teria disparado um segundo tiro contra Anna Francisca quando retornava, pelo amanhecer do dia, das festividades.

O motivo do desentendimento entre os dois aparece em alguns dos depoimentos constantes no documento: José estaria enciumado em relação à Anna Francisca e teria deixado cravado na porta da pretendente sua insatisfação como ficou registrado no Auto de Corpo de Delito anexado ao processo. Os peritos puderam identificar na dita porta “dezenove bagos de chumbo grosso, no portal sete ditos, nas ripas próximo ao mesmo portal dois ditos”.²

Durante o evento, do lado de dentro da porta, devidamente protegida pela privacidade de seu lar, encontramos Anna Francisca, mulher de 25 anos mais ou menos, natural e moradora do arraial. Ela era solteira e morava com sua mãe Maria Antônia. Não há ao longo do processo nenhuma referência ao seu pai, a possíveis irmãos ou a qualquer figura masculina morando com as duas mulheres. Não há referências também a sua cor. A forma como sobreviviam sozinhas foi indicado no Auto de Perguntas a Ofendida: Anna Francisca era fiadeira e costureira junto com sua mãe e assim garantiam as suas subsistências³. Do lado de fora da porta encontramos José, escravo do Reverendo Vigário João Custódio da Costa. José era um jovem de 20 anos, morador e natural de Chopotó. José não parecia ser um escravo comum: segundo as testemunhas tinha o hábito de andar sempre armado de garrucha, pistola e facão e de organizar festividades com seus companheiros do mesmo senhor que eram bem conhecidas dos moradores locais. Sua fama de homem turbulento consta no depoimento de quase todas as testemunhas. Diretamente inversas às informações das testemunhas eram as tentativas insistentes de seu senhor em livrá-lo da condenação. O escravo se identificava no processo como sacristão do vigário, o que é indicativo da proximidade entre os dois.

¹ Arquivo do Fórum de Piranga (AFP). *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*. Sem caixa, sem número. (1880). p.56.

² _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 7.

³ _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 65.

Anna e José são as personagens principais do evento analisado. Anna no papel de mulher livre e pobre e José no de escravo de um senhor influente. Em torno do desentendimento entre ambos se articulam uma rede de amizades e inimizades possíveis de ser vislumbrada ao longo do processo, principalmente no decorrer dos depoimentos das testemunhas. Nas falas dos personagens podemos ter contato com fragmentos do cotidiano no qual estavam submersos. O objetivo deste exercício é, exatamente a partir da documentação escolhida, perceber estes pequenos retalhos e articulá-los ao quadro maior envolvendo temas como a escravidão, questões de gênero e de criminalidade no século XIX.

O documento alvo da análise é um processo crime aberto em Agosto de 1880 e encerrado em maio de 1881. O documento em questão faz parte do acervo do Arquivo do Fórum Municipal de Piranga que possui um conjunto catalogado de documentos judiciais do séc XVIII até o XX. Além dos processos crimes, podemos encontrar neste arquivo Inventários, Testamentos e outros documentos de origem judicial e graças a parceria estabelecida entre o Departamento de História da UFV e o Fórum Municipal de Piranga parte de sua documentação já está digitalizada.

Sobre o trabalho com as fontes propostas trazemos os apontamentos de Keila Grimberg. Primeiramente, para estudar processos criminais, é necessário se conhecer a legislação em voga no período. No caso específico deste artigo, temos duas legislações que se apresentam no recorte temporal proposto: o “Código Criminal do Império do Brasil” (1830) seguido do “Código de Processo Criminal” (1832).

Na qualidade de fontes oficiais, produzidas pela Justiça a partir do acontecimento de um crime, é fundamental que os processos sejam entendidos como mecanismos de controle social, marcados pela linguagem jurídica e o intermédio do escrivão. O objetivo primeiro da produção do documento não é reconstruir um acontecimento, mas sim buscar construir uma verdade, acusando e punindo alguém⁴. Sabendo-se que não existem fatos criminais em si, mas sim um julgamento criminal que os funda e um discurso jurídico específico que os fundamenta, importa conhecer é como este discurso criminal funciona. É preciso trabalhar com versões diversas e perceber como elas são construídas, porque e para que. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso, perceber as narrativas que se repetem e as histórias

⁴ GRIMBERG, Keila. “A história nos porões dos arquivos judiciários”. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania. (orgs.) *O Historiador e as suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p.126 e 127.

nas quais as pessoas acreditam e nas quais elas não acreditam. Saber o que é plausível e o que não é dentro certa sociedade nos leva a compreendê-la melhor⁵.

O cenário, a rua e a casa

Como já foi apresentado anteriormente o cenário geral do evento estudado é o arraial do São José do Chopotó, freguesia de Guarapiranga. A fim de entender um pouco melhor os acontecimentos e caracterizar de forma mais precisa as nossas personagens se faz necessário breve apresentação do espaço do arraial quanto a sua localização, população e economia. Embora a região do vale do Rio Piranga ainda seja pouco conhecida pela historiografia dedicada à província de Minas Gerais, os trabalhos de alguns autores nos são úteis na tentativa de delimitar a região. O artigo “Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade dos Oitocentos” de autoria de Guilherme Augusto Nascimento e Silva nos é bastante útil.

Segundo o autor, a região se localiza ao sul da cidade de Mariana e a oeste da antiga vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). A vila de Piranga (antiga freguesia de Guarapiranga) é banhada pelo rio de mesmo nome. A região é geograficamente conformada pelo vale desse rio, que possui sua nascente na Serra da Mantiqueira, no atual município de Ressaquinha. O rio é o principal afluente do rio Doce que, ao receber as águas do rio do Carmo, toma forma no município de Alto Rio Doce.⁶ Partindo da descrição dos inventários, Guilherme Silva delimita as seguintes localidades pertencentes à freguesia: Piranga, Pinheiro, Nossa Senhora da Conceição do Manja Léguas, Tapera, Santo Antônio do Calambau, Nossa Senhora da Oliveira, Nossa Senhora do Rosário do Brás Pires, São Caetano do Chopotó, São José do Chopotó, Barra do Bacalhau, Nossa Senhora da Conceição do Turvo, Nossa Senhora das Dores do Turvo e Nossa Senhora da Piedade da Boa Esperança (ou Espera).⁷

A região de Guarapiranga, onde podemos encontrar o arraial de São José do Chopotó palco dos acontecimentos narrados pelo processo, é uma região que, dado o declínio da exploração aurífera, soube adaptar sua economia e mantê-la dinâmica por meio da exploração da terra e principalmente com o beneficiamento da cana-de-açúcar. O entendimento da dinâmica

⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.128.

⁶ SILVA, Guilherme Augusto Nascimento e. *Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos*. p. 3. Disponível em: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/trabalho/historia/regiao,-economia-e-populacao-escrava-piranguense-na-segunda-metade-do-oitocentos>. Acesso em: 24/07/2014.

⁷ _____. *Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos*, p. 6.

econômica da região é bastante tributária da revisão da historiografia sobre a economia mineira durante o século XVIII que substituiu as interpretações centradas na ideia do declínio econômico ligado ao esgotamento das minas pela constatação empírica de uma economia diversificada e focada na produção de gêneros básicos para abastecimento interno.

Como representante dessa revisão bibliográfica podemos citar o trabalho de Douglas Cole Libby. O trabalho de Libby é fundamental ao chamar atenção para o dinamismo e diversificação econômica da província que, além das atividades de mineração, contava também com a produção agrícola e atividade proto-industriais. Para o autor, a produção de alimentos básicos destinados tanto ao autoconsumo quanto ao mercado interno, intra e interprovincial, é o que define a chamada agricultura mercantil de subsistência⁸. No que diz respeito à produção de gêneros, o autor ainda ressalta o papel fundamental da mão-de-obra escrava, o que é refletido pelo número significativo de cativos na província de Minas Gerais durante todo o século XIX. Nosso protagonista José faz parte dessa significativa população cativa.

Por outro lado o autor dá ênfase também a atividades de manufaturas dentro da economia da região. Destaca-se aí a produção de fios e tecidos. A manufatura de panos era atividade fundamentalmente feminina e era primordial principalmente para aquelas que não contavam com a contribuição masculina nas rendas domésticas. Era a situação de mulheres chefes de fogo, mães solteiras e mulheres forras sozinhas. Este era o caso de nossa protagonista Anna Francisca, que descreve sua profissão como de fiadeira e costureira e que morava aparentemente sozinha com sua mãe na sua casa. A participação da mulher na produção inevitavelmente levava a sua maior exposição no ambiente público, fora da proteção de seu lar. Isto acabava por potencializar a possibilidade de conflitos que se refletem na presença de mulheres nos registros criminais.

Uma vez que fizemos uma breve caracterização do cenário macro do evento passaremos a análise do cenário pontual do crime: a casa de Anna Francisca. A maioria das testemunhas arroladas no processo presenciaram os acontecimentos de suas próprias residências, ou seja, moravam perto o suficiente de Anna Francisca para observar a agressão de dentro de suas próprias residências através de suas janelas. Isto leva a crer que a casa de Anna Francisca era uma residência basicamente urbana. As profissões indicadas pelas testemunhas que eram vizinhas da

⁸ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 14.

ofendida nos levam a mesma conclusão: entre elas se encontram principalmente carpinteiros, comerciantes e alfaiates. Existem apenas duas testemunhas que se dizem lavradores e roceiros.

Consta no Auto de Corpo de Delito a descrição de apenas dois cômodos constantes na residência de Anna Francisca; um externo, fechado pela porta da rua que a protegeu, e um cômodo interno usado como quarto. Não fica claro se a casa contava com mais divisões. A imagem fornecida da casa de Anna Francisca coincide com a imagem do mocambo difundida na historiografia brasileira, principalmente a partir da obra de Gilberto Freyre⁹, como a moradia padrão da população pobre. A condição de pobreza de Anna Francisca é reforçada pela fala de uma das testemunhas, que ao ser perguntada sobre os costumes da ofendida a definiu como “uma pobre mulher inofensiva”.¹⁰

Se Anna se encontrava em terreno privado, marcado como espaço do feminino, durante o evento, José se encontrava no espaço público, terreno notadamente masculino. Não existem para José problemas em exercer sua masculinidade insultando e agredindo Anna Francisca em público obrigando-a a se recolher a sua intimidade para não ser acertada pelos tiros de sua garrucha. Não fica claro no processo se a insatisfação de José advinha do fato de ter encontrado a moça fora de casa no período da noite (eram 11 horas da noite quando o desentendimento ocorreu). Essa suposição, contudo, pode ser considerada no mínimo plausível, já que o motivo citado no processo é o ciúme que o réu nutria pela ofendida. Entre o público e o privado, a rua e a casa, o feminino e o masculino, estava a porta de Anna Francisca, que para a sorte da ofendida, uma vez fechada a tempo, impediu um desfecho mais dramático da desavença.

José estava a caminho de um pagode, no caminho entre seu local de morada e a chácara de seu senhor. Há poucas referências da morada de José no processo. A historiografia recente que se preocupa com a materialidade da vida escrava já ultrapassou em muito a imagem cristalizada da senzala coletiva como domicílio exclusivo do escravo. Havia brechas nas relações entre escravos e senhores para que estes alcançassem certos privilégios como um espaço próprio para morar e cultivar, um pouco mais privados e longe dos olhos da “casa-grande”. Autores como Hebe Mattos, Manolo Florentino, José Roberto Góes e Robert Slenes nos dão embasamento para apresentar tais informações¹¹. Ter um lugar privado muitas vezes se ligava ao

⁹ Ver: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilhar S. A. 2002. Coleção Intérpretes do Brasil, vol. 2.

¹⁰ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 36.

¹¹ Para a realização do presente artigo foram consultadas as seguintes obras: FLORENTINO, Manolo e GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste*

fato de se ter uma família, sendo que esta acabava por se tornar o objetivo de muitos dos cativos que buscavam alguma diferenciação dentro da sua condição.

Ter um lugar próprio significava a possibilidade de gerir por conta própria a economia doméstica, tendo autonomia, por exemplo, sobre o que era servido nas refeições e com quem estas eram realizadas. A possibilidade de se ter um pedaço de terra para cultivo por sua vez poderia significar a possibilidade de acumulação de algum pecúlio que futuramente poderia ser investido, por exemplo, na compra da liberdade. Conceder privilégios para os escravos se mostrou ser também uma estratégia fundamental para a manutenção da própria escravidão, já que forneceu válvulas de escape para as tensões entre senhores e escravos dando ao sistema longevidade, como análise de Márcio de Souza Soares¹².

Sobre a morada de José encontramos apenas duas referências no processo. Uma das testemunhas afirma que José foi para “a casa de seu senhor” enquanto outro afirma que ele rumou “para a sua casa” após tentar atirar em Anna Francisca. A hipótese que apontamos é que José era um escravo doméstico, vivia na mesma residência de seu senhor desempenhando tarefas diretas para este como seu sacristão e possivelmente fazendo a segurança do mesmo, já que andava armado com frequência. Não temos informações sobre os demais escravos do Vigário para fazer alguma inferência sobre a posição hierárquica de José no meio deles.

Os personagens principais: Anna Francisca e o escravo José

Uma vez delimitado o espaço em que circulavam os nossos personagens passaremos agora a uma análise mais detida dos protagonistas do processo. Começaremos com a ofendida. Sabemos que Anna Francisca de Jesus era uma moça pobre, que, por volta dos 25 anos, ainda era solteira, seu único parente era sua mãe, com a qual vivia, e trabalhava para se sustentar. Além do fato de ser pobre e inofensiva, nenhum outro detalhe é dado pelas testemunhas dos costumes da moça. De forma geral os depoimentos são conduzidos de forma a revelar mais detalhes sobre o temperamento do réu. A todas as testemunhas é perguntado diretamente sobre o que elas sabem dos costumes de José, enquanto pouco é inquirido sobre os hábitos de Anna Francisca.

escravista-Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*: esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹² SOARES, Márcio de Souza. *A remissão do cativo*: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos de goitacazes, c.1750-c.1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

Sabemos que foi ela quem procurou a justiça, denunciou o réu e deu início ao processo já que este foi aberto em seu nome. Uma moça de poucas posses indo em busca do poder judiciário para que este intervisse e mediasse suas inteligências pessoais é um dado que vai ao encontro de afirmação de alguns autores que se propõem a entender a criminalidade e a atuação da justiça no contexto político de consolidação do estado nacional no século XIX. Podemos indicar aqui o trabalho de Ivan de Andrade Vellasco. Se existe uma preocupação do estado em reafirmar sua presença desenvolvendo seu aparato de controle sobre o território na conturbado cenário político do século XIX existe em contrapartida uma demanda popular de que o Estado cumpra seu papel de mediador nos conflitos da população. Analisando de forma quantitativa os processos crimes referentes à Comarca do Rio das Mortes, Vellasco chega à conclusão que a grande maioria das ocorrências criminais diz respeito à violência interpessoal e que a justiça é demandada de forma mais constantes pelas camadas pobres e médias da população¹³.

Voltando à situação de Anna Francisca podemos nos perguntar: a quem mais ela poderia recorrer? Dentro das suas possibilidades e condições procurar a intervenção da justiça pareceu lhe o recurso mais apropriado na buscar proteção e reparação.

A ofendida precisava trabalhar junto com sua mãe para se manter. Como fiadeira e costureira é bem provável que Anna Francisca executasse grande parte da sua profissão na proteção de sua morada. No entanto não é demais supor que o desempenho de sua função lhe levasse a frequentar lugares públicos com alguma frequência no intuito de entregar uma encomenda ou vender suas peças já prontas. Na ausência de um marido ou de irmãos supõe-se que ela cumprisse seus afazeres sozinha.

Um dos principais crivos pelo qual se julgavam uma mulher digna ou não de proteção era a questão da honra. Era fundamental que esta mulher fosse honesta e pudesse provar tal condição. A mulher que intencionasse reparar alguma ofensa sofrida teria necessariamente que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros jurídicos e médicos da época¹⁴. A questão da honestidade, medida através da conduta passada e presente, foi componente fundamental para caracterizar a queixosa como vítima ou não. Para serem vistas como honestas, as mulheres precisavam se preocupar com quem, que horas e aonde ir¹⁵.

¹³ VELLASCO, Ivan Andrade de. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça* - Minas Gerais, século XIX. São Paulo: EDUSC, 2004.

¹⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 38.

¹⁵ _____. *Meninas perdidas*, p. 43.

“Ir à rua”, deixar a segurança do privado e se lançar ao público, era outro ponto importante observado nas análises. O hábito de sair desacompanhada, em horários suspeitos e frequentando lugares impróprios pesava sobre as vítimas. A presença da mulher no espaço público sozinha, ou seja, fora da vigilância, muitas vezes era o suficiente para taxá-las como não honestas. Qualquer depoimento que mencionasse “saídas a rua” era aproveitado pelos advogados para provar de maneira incontestável a não honestidade da ofendida.¹⁶ Esta medida de honestidade colocava em uma situação particularmente frágil as mulheres que pertenciam às camadas mais pobres da sociedade, como era a situação de Anna Francisca. Estas precisavam frequentar os espaços públicos, muitas vezes sozinhas, a fim de prover seu próprio sustento, e em vários casos, o de seus filhos, como pode ter sido o caso de sua mãe. Nessas circunstâncias, a mulher pobre acabava sendo julgada por parâmetros aos quais não podia atender parâmetros gerados nas camadas mais abastadas das sociedades. Para autores como Martha Esteves isso significa não só o intuito de controlar a mulher em si, mas principalmente mostrar a mulher pobre qual é o seu lugar, marginalizando a cultura e o lazer popular. Ela era responsável pelo abuso, pois não havia se mantido no lugar ao qual pertencia. A conclusão de Raquel Soihet se apresenta bastante apropriada neste momento: a violência contra mulher surge da incapacidade de se exercer um poder irrestrito sobre esta¹⁷. Era bastante comum que o estigma da aproveitadora fosse utilizado para comprometer a imagem das mulheres pobres que recorriam à justiça para receber reparações de homens de uma mais elevada situação econômica¹⁸.

Sobre o cotidiano das mulheres trabalhadoras podemos mencionar o trabalho de Sandra Lauderdale Graham no seu livro “Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro”. A autora ressalta a atmosfera de controle a qual as criadas eram submetidas já que, dentre os empregados da casa, as mulheres representavam o maior risco, pois normalmente desempenhavam os papéis mais íntimos do serviço doméstico.¹⁹ Estas se tornavam ainda mais perigosas por transitarem entre a casa (espaço privado e protegido, lugar das relações duráveis e confiáveis) e a rua (lugar perigoso e desagradável, lugar das relações temporárias e anônimas).

A questão da necessidade de ir às ruas e a necessidade de ser uma mulher honesta se choca também no trabalho de Graham. Criadas que saíam à rua eram facilmente confundidas

¹⁶ ESTEVES. *Meninas perdidas*, p. 45.

¹⁷ SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. Projeto História—Corpo & Cultura. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, v. 25, n. 1, 2002. p. 3

¹⁸ ESTEVES. *Meninas perdidas*, p. 57

¹⁹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 17

com "mulheres da rua". A rua era o local onde se era vigiado. Um conhecido que por ali passasse podia presenciar um comportamento incorreto de uma criada e relatar tal fato para a família para qual trabalhava. Apenas porque uma criada era enviada a rua para pequenos serviços, já se podia por suposição inferir que ela não era mais virgem²⁰. Estando tal suposição implícita, essa mulher não merecia nem necessitava de proteção²¹.

A rotulação de interesseira não serviria para a ofendida neste caso já que ela não estava denunciando alguém de maior posição social. Pelo contrário, Anna Francisca era uma mulher livre e estava denunciando um escravo como seu agressor. Podemos concluir pelas testemunhas que existia algum envolvimento amoroso entre os dois, já que José andava enciumado com a moça. Temos aqui um relacionamento íntimo entre pessoas de *status* diferentes. Os relacionamentos de José não se circunscreviam entre seus outros companheiros cativos ou entre o seu senhor livre. José se relacionava com Anna Francisca e com as demais testemunhas que também eram livres já que elas afirmavam em alguns depoimentos que também tinham sido convidados para o pagode organizado por José e os outros escravos do Reverendo Vigário João.

Supor que escravos e pessoas pobres livres conviviam e dividiam o mesmo espaço em um momento de lazer, por exemplo, não é uma afirmação estranha a historiografia. José Roberto de Pinto de Góes, em um artigo intitulado "*Ponte de Tábuas: uma fazenda desgovernada em 1850*" apresenta a mesma situação ao também se dedicar à análise de um processo crime do Século XIX. Logo de início o autor identifica esta como uma das características importantes da sociedade escravocrata da época. Escravos e pessoas livres pobres vivam e trabalhavam juntos e, muitas vezes, eram tratados do mesmo jeito por quem tinha alguma autoridade. O autor ainda diz mais: não é de se admirar que quando não estavam a desejar a morte uns dos outros chegassem a formar famílias de *status* mistos²².

O processo de Anna Francisca contra José nos permite ir um pouco além da afirmação de que escravos e pessoas livres pobres eram tratadas de forma semelhante em algumas circunstâncias. Suspeitamos que, mediante às redes de solidariedade que se podia ou não acionar durante o julgamento, a situação de livre pode não significar muita coisa mesmo quando o

²⁰ Ser ou não ser virgem também se mostrou um ponto importante nos julgamentos analisados no trabalho de Martha Esteves, embora, como aponta a autora, não tão fundamental como a questão da honestidade. Uma moça que conseguisse provar ser virgem antes de ter sofrido um defloramento poderia não ter sua queixa considerada se fosse taxada como uma mulher desonesta. Seu comportamento incorreto era apontado como a causa do possível abuso.

²¹ GRAHAM. *Proteção e obediência*, p. 60 a 67.

²² GOES, José Roberto Pinto. *Ponte de Tábuas: uma fazenda desgovernada em 1850*. *Topoi*, Rio de Janeiro-IFCHS, v.9, n.16, jan-jun, 2008. P. 153-190.

confronto se dá com um sujeito cativo. Mas antes de chegarmos ao desfecho da história, agora que já conhecemos melhor nossa vítima, se faz necessário discorrer um pouco sobre a nossa outra personagem central: o escravo José.

Sobre José sabemos que é escravo do Reverendo Vigário João Custódio Ferreira Rocha. Não sabemos muito sobre o Vigário, mas podemos supor que o cargo lhe dava razoável visibilidade no contexto do arraial. Sabemos que José tem 20 anos e é sacristão do Vigário, outro sinal da proximidade entre ele e seu senhor. Não sabemos muito sobre a família de José, mas sabemos pelo depoimento do próprio réu que ele é filho de Julião, outro cativo do mesmo Vigário. José provavelmente nasceu na propriedade de João Custódio e sua família tinha ligações com o reverendo por pelo menos duas gerações.

Talvez possamos aproximar a situação de José e a de seu pai ao o que a historiografia discute sobre o processo de criouliização da escravaria. Criar laços poderia ser bastante vantajoso para escravos recém-chegados, e formar famílias parece ter sido a mais importante delas. Embora não significasse necessariamente a alcance da liberdade, representava possivelmente melhor colocação dentre os demais escravos. É como afirma Hebe Mattos ao comparar grupos de escravos africanos e grupo de escravos crioulos. Entre os crioulos, as tensões internas tendiam a ser diluídas pelo tempo e pelas gerações. Um escravo com família e com companheiros de lida era mais ligado a terra, as pessoas a sua volta e (por que não?) também com seu senhor²³.

Podemos observar pelo depoimento das testemunhas e do réu que José possuía uma situação diferenciada como escravo do vigário. De início podemos observar que era um costume de José andar sempre armado. A proibição do uso de armas pelos escravos (principalmente armas de fogo) existia desde o século XVIII²⁴, mas obviamente a regra não se aplicava a José. Além de depor sobre a rusga entre o escravo e Anna Francisca, várias testemunhas ao serem perguntadas sobre os hábitos de José faziam referência a certa situação em que este teria se envolvido em um conflito com Francisco José da Costa.

Francisco era Inspetor de Quarteirão, um agente local da justiça responsável por manter a ordem em determinada porção da localidade. Não é possível perceber o motivo efetivo do problema entre ele e José, mas sabemos que o escravo tentou atirar em Francisco com a garrucha que sempre carregava e que o inspetor só não foi atingido porque fugiu e se escondeu dentro de sua casa. O evento marcou a comunidade de forma suficiente para que quase a totalidade das

²³ MATTOS. *Das cores do silêncio*, p. 127-130.

²⁴ VELLASCO. *As seduções da ordem*, p. 272.

testemunhas se reportasse ao evento no momento do depoimento. Aparentemente nada sofreu José por seu comportamento nesta ocasião. Fica evidente que não houve para José complicações que o impedisse de confrontar de forma pública a autoridade do inspetor do quartelão com a posse da sua familiar garrucha.

Outro fato relatado pelos depoentes nos dá pistas da posição de José em relação àquela sociedade e em relação ao seu senhor. As testemunhas relataram que José seguia para um pagode no momento em que deu o primeiro tiro na direção de Anna Francisca e que voltava do mesmo pagode, com o dia amanhecendo, quando se deteve mais uma vez na morada da ofendida para disparar o segundo tiro por volta das 6 horas da manhã. O pagode foi organizado por José e os demais escravos do Vigário e foi realizado em uma chácara pertencente ao vigário. Não só os escravos estavam convidados, já que alguns dos homens livres que testemunharam estavam na festividade ou haviam sido convidados para ela. Esta informação reforça a suposição de que José era personagem com certa proeminência na comunidade em que vivia.

Foi este homem que Anna Francisca, como mulher pobre e livre, decidiu enfrentar judicialmente. O desenrolar do processo e o seu desfecho mostra que o *status* jurídico inferior de José não foi determinante para a definição da sentença e que sua relação com seu senhor foi fundamental para o encaminhamento do seu destino. Passaremos agora à análise de alguns pontos do processo em si.

O processo: as testemunhas, o promotor e o vigário

Realizada a denúncia do fato e concluído o Auto de Corpo de Delito iniciou-se, no dia 4 de Agosto de 1880, a arguição das testemunhas arroladas. O primeiro a se apresentar foi João Antônio de Souza Ferraz, com 56 anos de idade, lavrador, casado, e morador do mesmo arraial. João não presenciou o fato, já que afirmava saber por ouvir dizer que o mesmo teria dado os tiros na porta de Anna Francisca. Testemunhava, no entanto, já ter presenciado José insultar a ofendida outras vezes. Perguntado sobre os costumes do réu ele afirmou que “este é um insultador”.

Dona Gertrudes Angélica da Encarnação ao ser perguntada sobre a fama do réu respondeu que o réu era “desordeiro que antes desse conflito ela testemunha viu o réu ter alterações com o inspetor Francisco José da Costa e puxar por uma garrucha ou pistola e armou

e quis atirar no dito Costa”.²⁵ Dona Gertrudes afirmava que também não viu quem havia atirado na porta de Anna Francisca, mas que estava deitada em sua residência quando ouviu passar uma turma perto da casa da ofendida e que ela reconheceu a voz do réu no meio dos demais. Logo após foi possível ouvir o disparo de uma arma de fogo.

É comum nos relatos as testemunhas afirmarem que não viram o réu mais que reconheceram a sua voz, o que é um indicativo de que José era bem conhecido daquele lugar. É bem possível que as visitas a Anna Francisca não fossem tão raras. João Gomes Furtado, de 44 anos de idade, carpinteiro e morador da vila também afirmou ter ouvido a voz de José no meio de uma turma e que isso lhe fez abrir a janela. Foi quando ele, testemunha, pode ver o réu reunido com outros escravos do vigário e outras pessoas já que “a lua estava muito clara”. João ouviu o réu chamar Anna Francisca de feiticeira e depois ouviu o disparo. João afirma não ter visto quem deu o tiro. Perguntado sobre os costumes do réu, a testemunha afirmou que “é desordeiro” e que uma vez tentou atirar no Inspetor de Quarteirão. Este evento era sempre lembrado pelas testemunhas quando elas eram perguntadas sobre o temperamento do réu²⁶.

A última testemunha inquirida que afirmava saber algo sobre o fato foi o comerciante português Joaquim Pinto Fortuna, de 37 anos de idade. O depoimento de Joaquim é bastante longo e interessante. O inquirido afirma que foi ele que socorreu Anna Francisca e que ouviu da boca da própria ofendida que José havia tentado matá-la. Joaquim é o primeiro a deixar clara a intenção de José de findar com a vida da ofendida. A testemunha vai mais longe, pois além de afirmar que José era insultador e desordeiro, completou com a informação de que é “costume dos escravos do reverendo a praticar de desordens”.²⁷ O Vigário João Custódio acompanhou todos os depoimentos a fim de atuar na defesa de seu escravo e deixou claro no registro do depoimento a sua insatisfação com o depoimento de Joaquim: “Dado a palavra ao reverendo este disse que dava a testemunha por suspeita por ser sua inimiga.”²⁸ A informação de que o vigário alimentava rixas com certo comerciante reinol nos dá uma pista da atuação e importância do mesmo no contexto do arraial. Uma posição de destaque pode atrair tanto bons aliados como bons inimigos.

²⁵ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 15.

²⁶ _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p.16.

²⁷ _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José* p. 17.

²⁸ _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José* p. 17.

O comerciante Joaquim não era o único interessado em incriminar José. A denúncia formulada pelo promotor do caso deixa claro o rumo que a segunda inquirição das testemunhas iria tomar:

O promotor abaixo assinado usando do direito que lhe faculta a lei, vem perante ao excelentíssimo denunciar a José escravo do reverendo Vigário João Custódio Ferreira da Rocha pelo seguinte fato: nos primeiros dias do presente mês e ano no Arraial de São José do Chopotó, o escravo de nome José pertencente ao reverendo Vigário alimentando dúvidas anteriores com Anna Francisca dirigiu-se as 11 horas da noite mais ou menos, a casa da mesma com perverso desejo de matá-la disparou-lhe um tiro de espingarda que acertou na porta da casa a qual Anna Francisca feixara na ocasião em que José armara a espingarda como tudo consta do Auto de Corpo de Delito e depoimento de testemunhas, este escravo que se ufana de ser insultador, malfeitor, vadio, turbulento e pretendês que de suas desregradas vias fosse vítima uma pobre senhora inoffensiva: escravo do Pároco da freguesia e por conseguinte um homem circunspecto e respeitador, dispresa os dóceis conselhos de seu senhor para por em prática toda sua malvadez! Em vista, pois do que fica dito torna-se o escravo José incurso nos artigos 193 do Código criminal combinado com o artigo 34 do mesmo código. Portanto requer-se a vossa excelência para com toda energia mandar intimar as testemunhas do inquérito e mais algumas que estiverem em caso de saberem do fato para no dia hora e lugar que for designado . (sic)²⁹.

O promotor foi, como se viu, enfático sobre o caráter de José e sobre a sua intenção de encerrar a vida de Anna Francisca. O intuito do promotor era denunciar José nos artigos 193³⁰ do Código Criminal combinado com o Artigo 34³¹ do mesmo Código. Claro também na denúncia era a preocupação em não responsabilizar o senhor de José pelo comportamento que o fez conhecido no arraial.

Se no primeiro inquérito das testemunhas não existem muitas intervenções registradas nas suas falas, na segunda arguição, o promotor se fez bastante presente. João Gomes Furtado foi a primeira testemunha a apresentar o seu segundo depoimento e, ao invés de ser perguntado simplesmente sobre os costumes do réu, foi oferecido a ele a seguinte arguição vinda do promotor: “o acusado José é insultador, malfeitor, vadio, e turbulento?”³². João responde afirmativamente, completando que o réu era vadio e gostava muito de confusão. O promotor lhe perguntou também se o réu tinha por costume andar armado, e a resposta da testemunha foi também afirmativa. A testemunha deixou claro também que José frequentava muito a casa de Anna Francisca e que teve com ela um desentendimento por causa de ciúmes.

²⁹ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p.19.

³⁰ O Artigo 193 diz respeito aos homicídios cometidos sem agravantes. Prevê pena máxima de Galés perpétuas e 12 anos de prisão.

³¹ O Artigo 34 diz respeito às tentativas de crime que devem ser julgadas como o crime em si menos a terça parte.

³² AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p.33.

Um dos depoimentos deste segundo momento do processo é bastante significativo no que diz respeito ao caráter mais dirigido do inquirido. João Pereira Cypriano iniciou seu relato dizendo que estava na companhia de José a caminho do pagode. Ele fazia parte do grupo de pessoas que acompanhava os escravos do vigário. Em um primeiro momento João Cypriano afirma não saber se José era vadio, turbulento e que também não sabia se o réu andava armado. Notadamente este é um depoimento de alguém próximo de José, que possivelmente nutria por ele algum sentimento de camaradagem. A afirmação de João Cypriano foi prontamente questionada pelo promotor que reforçou a pergunta inquirindo se então a testemunha não sabia que José era turbulento e insultador. Diante da investida do promotor a testemunha mudou de ideia e afirmou que:

José é vadio porque não trabalha e que é turbulento, fala com uns e outros e que não sabe se o acusado frequentava a casa da ofendida e que antes o acusado tinha dúvida com a ofendida porém não sabe a razão e que a opinião pública de todos de São José do Chopotó falão que foi o acusado José o autor dos tiros disparados em Anna Francisca sendo um tiro de noite e outro de dia.(sic)³³

José Augusto Pereira de 20 anos, Carpinteiro e solteiro também fazia parte da comitiva de José rumo à chácara do vigário e afirmou que além dos tiros dado por José na porta de Anna Francisca “em caminho os crioulinhos davam uns tiros com uns pequenos canos feitos de folha flandres”.³⁴ Aparentemente José não era o único a promover demonstrações públicas de sua presença. Perguntado se o réu era de fato problemático, José Augusto respondeu que José respeitava uns e outros não e que era vadio porque não vivia no trabalho. Completou ainda que o réu era sim turbulento e tinha por hábito andar armado de garrucha, pistola e faca. José Antônio Dias, a testemunha seguinte, afirmou que José tratava uns bem e outros mal e nunca o viu trabalhar.

É para nós muito estranha a afirmação que José, como um escravo, nunca foi visto trabalhando ou que não era muito comum encontrá-lo em tarefas laboriosas. É bem possível que as afirmações sejam exageradas (pelos depoentes ou pelo escrivão) no intuito de reforçar a imagem de vadio de José. Outra possibilidade é que as tarefas desempenhadas por José como cativo não correspondiam ao que as testemunhas entendiam como função de escravo. José parece não realizar tarefas braçais o que não significa que não desempenhava tarefas ligadas ao seu senhor, como sua proteção, visto que andava sempre, e muito bem, armado. O que podemos

³³ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 39.

³⁴ _____. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 43

afirmar é que o fato de José não “trabalhar” (como um escravo) desagradava alguns daqueles com quem convivia tanto quanto nos causa estranheza.

Diante do que foi afirmado pelas testemunhas o réu teve seu nome lançado no Rol dos Culpados e foi pedida a sua condenação no grau máximo das penas do artigo 193 combinado com o artigo 34, sujeito a prisão e livramento. O Libelo de Crime acrescenta à acusação de José as circunstâncias agravantes do artigo 16 incisos 1,4 e 6³⁵. Se por um lado a intenção de incriminar de forma exemplar José, talvez mais por seu comportamento um pouco transgressor do que pelos tiros que deu na porta de Anna Francisca, fica evidente na montagem da arguição das testemunhas e da acusação redigida pelo promotor, por outro fica também evidente a intensão de seu senhor de poupá-lo do cárcere.

O corpo do processo conta com dois documentos escritos por um procurador em nome do vigário que tentam, em primeiro lugar, desqualificar o corpo de testemunhas que compareceu a inquirição. No primeiro documento, o vigário afirmava que muitas das testemunhas intimadas não compareceram por terem se mudado, se escondido ou fugido. Logo, o conjunto de testemunhos recolhidos não seria significativo para caracterizar a culpa de José. O segundo documento enviado ao juiz municipal apresenta o seguinte conteúdo:

Diz Vigário João Custodio Ferreira da Rocha por seu procurador abaixo assinado, que intentando a justiça publica uma denuncia crime contra seu escravo de nome José pelo suposto crime de tentativa de morte justificada em Anna Francisca, sucede que passando o mondado pela intimação de testemunhas a fim de comparecerem na presente ocasião do juri, umas foram intimadas, outras esconderão e outras estão de mudadas para lugar não sabido, e como o escravo do suplicante não possa ficar prejudicado nos sagrados direitos de sua defesa e o presente requerimento pedirão ? Afim a mandar espedir novo mandado para as intimadas testemunhas do processo as que já o foram e as que ainda não foram, passando a tudo a oficial fé circunstanciada³⁶.

De forma geral as perguntas feitas às testemunhas tinham por objetivos construir uma imagem sobre o réu. O único registro negativo da ofendida vem justamente daquele que intenta proteger o réu. Em contrapartida a afirmação anterior que Anna Francisca era “uma pobre mulher inofensiva” temos agora a afirmação do vigário de que a tentativa de morte efetuada por José era justificada. O porquê, exatamente, não temos como saber, mas podemos afirmar que para o vigário Anna Francisca de alguma forma era culpada pelo comportamento de José e, por

³⁵ O Artigo 16 diz respeito a circunstâncias agravantes de um crime. O inciso 1 diz respeito a crimes que foram cometidos a noite e em lugares ermos. O inciso 4 diz respeito aos crimes que foram cometidos por motivo reprovado, frívolo. O inciso 6 diz respeito ao crime ser cometido com superioridade de sexo, força e arma não havendo como o ofendido repelir a ofensa.

³⁶ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 76.

consequência, era justificável também o ciúme sentido por ele.

No dia 23 de maio de 1881, passado quase um ano do evento entre José e Anna Francisca, pelas 10 horas da manhã foi aberta a sessão extraordinária do júri. Das testemunhas inquiridas compareceram apenas três, que foram ouvidas novamente assim como a réu. O júri formado por 12 homens de “notado caráter e integridade” assistiu ao embate entre a visão acusatória do promotor e a defesa contratada pelo vigário para livrar José da prisão. O promotor tinha ao seu favor o total do conjunto dos depoimentos das testemunhas que quase sem desvios afirmou que José era um sujeito de temperamento difícil, dado a confusões e valentias, que andava sempre armado e nutria sentimentos mal intencionados pela ofendida. Embora poucos tenham visto de fato José atirar na porta, todos sabiam do fato por ouvir dizer e era opinião pública comum que fora o escravo do vigário que tentou matar a fiadeira. Com o que então contaria o vigário ao seu favor?

O desfecho

Terminado os trâmites referentes ao julgamento, quatro dias após a abertura da sessão, o júri de sentença se recolheu na sala secreta a fim de deliberar sobre as perguntas que deviam responder sobre o caso. Terminada a discussão entre os jurados, feitas e cumpridas as burocracias e juramentos referentes à incomunicabilidade do júri, a conclusão do mesmo foi lida em voz alta. Sobre ter ou não o réu atirado em Anna Francisca a reposta do júri foi:

Não por nove votos, o réu José escravo do vigário no dia 31 de julho do ano de 1880 pelas 11 horas da noite no Arraial de SJC deste termo alimentando indisposição com Anna Francisca de Jesus não dera um tiro como consta no auto de corpo de delito deixando quanto aos mais quesitos a responder por se achar prejudicado com a decisão do primeiro, digo, com a resposta do primeiro³⁷.

O júri nem precisou responder às demais questões. Assim, com apenas um parágrafo, José estava por fim inocentado de tentar resolver seu problema com Anna Francisco disparando dois tiros contra ela. O desfecho do processo é bastante surpreendente. José tinha contra si o depoimento de todas as testemunhas, o empenho do promotor em culpá-lo e em última instância o fato de ser cativo e ter intentado contra a vida de uma mulher livre. Os tiros estavam lá cravados na porta de Anna Francisca e não havia mais quem pudesse ser acusado pelos mesmos. A seu favor só contava com o empenho do seu senhor em livrá-lo, o que no fim, parece ter sido o

³⁷ AFP. *Libelo crime, Processo Crime contra o escravo José*, p. 102

fator decisivo.

Analisado dentro de uma série de processos, o caso de Anna Francisca provavelmente seria mais um em que uma mulher foi supostamente agredida por seu possível amante. Analisado mais de perto o quadro que o processo revela é bastante complexo. A polaridade evidente da sociedade do XIX resumida aos extremos senhor e escravo se torna insuficiente para a compreensão dos fatos concretos dos cotidianos. O que se revela é um conjunto muito maior de agentes e sociabilidades que ultrapassam, se somam e se contrapõem à instituição da escravidão ou da liberdade simplesmente. Questões ligadas ao gênero da ofendida parecem ter sido de fundamental peso para o seu desfecho.

Não sabemos o que aconteceu com nossos personagens após o desfecho do caso. Se José foi de alguma forma repreendido por seu senhor, se optou por tornar sua atuação no arraial mais discreta ou se continuou a promover pagodes para escravos e livres. Não sabemos se Anna Francisca permaneceu no arraial, se chegou algum dia a ser mãe e esposa de alguém. Não sabemos se as nossas personagens voltaram a se encontrar e se chegaram a se entender novamente. O que podemos afirmar é que este pequeno recorte da vida das duas personagens contidas neste processo crime nos permitiu fazer diversas suposições, levantar muitas hipóteses e desenvolver esta breve análise.

Ser escravo do vigário deu a José a possibilidade de articular e contar com a solidariedade daquele que foi capaz de efetivamente livrá-lo da acusação. A liberdade de Anna Francisca de nada lhe adiantou. Talvez tenham pesado sobre ela o fato de ser pobre e solteira, o que a tornava pouco interessante como vítima a ser defendida. A pouca força da figura de Anna Francisca fica evidente na forma como as arguições as testemunhas são levadas. O foco é na figura do José, turbulento, valentão e vadio, Anna Francisca, como vítima, oferecia pouco a ser demarcado. Talvez se ela fosse filha de alguém, esposa ou mãe de alguém, o desfecho teria sido diferente e o promotor teria mais com que incrementar sua interpelação das testemunhas. De significativo sobre Anna Francisca ele podia apenas dizer que era pobre. O fato de se poder dizer que ela era trabalhadora, por exemplo, nem foi mencionado enquanto o fato de José “não trabalhar” foi lembrado por diversas testemunhas. O que está posto nessas valorizações e omissões diz respeito aos papéis que cada um dos gêneros ocupava dentro da sociedade em questão.

Anna Francisca e o escravo José não devem ser tomados personagens excepcionais. Eles são provavelmente comuns e suas histórias muito possivelmente se assemelham a uma centena de outras. Não se trata de analisar aqui o excepcional, mas de mostrar o quão surpreendente o

cotidiano e o comum podem ser quando vistos de perto, quando comparados às grandes matrizes explicativas com as quais nos deparamos e que engessam os indivíduos em papéis pré-definidos. O caso de José e Anna Francisca nos mostra como podem ser incomuns e inusitadas as relações concretas de gênero e escravidão³⁸. Sandra Graham ao retirar do silêncio um também surpreendente caso de uma simples Caetana toma emprestado uma frase de Michael Woods que aqui se faz pertinente agora que conhecemos um pouco mais sobre Anna Francisca e José, estes personagens “comuns e misteriosos, misteriosos do modo como comum frequentemente é”.³⁹

³⁸ Sobre este tema: GRAHAM, Sandra Lauderdale Sandra. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Trad. Pedro Maia Soares-São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

³⁹ WOODS, Michael, *The magician`s doubts: nabokov and the risks of fiction-* Londres, Chatto and Windus, 1994- p. 30 *Apud* GRAHAN, *Op.Cit.*, p. 13

Os descendentes de quilombo e suas relações de memória e identidade: uma análise parcial do filme documentário *Memórias do Cativo*

The descendants of quilombo and their memory relations and identity: an analysis partial of the movie documentary *Captivity Memories*

Raquel de Fátima dos Reis

Mestra em História Contemporânea II

Universidade Federal Fluminense

raquelfreis27@yahoo.com.br

Recebido em: 19/05/2015

Aprovado em: 12/01/2016

RESUMO: O presente artigo¹ se estrutura em duas partes, a primeira visa refletir acerca dos quilombolas enquanto grupo que exemplifica alternativas à propriedade plena e debater os problemas de definição do conceito de quilombo. Na segunda parte, discute-se o filme enquanto fonte histórica e as possibilidades de reconstrução e incorporação de memória e identidade pelas comunidades remanescentes de quilombo para reivindicar o acesso à terra e ter acesso ao político a partir do filme documentário *Memórias do cativo*.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo, conceito, memórias do cativo

ABSTRACT: This article is structured in two parts, the first aims to reflect on the Maroons as a group that exemplifies the limitation of full ownership and discuss the problems of definition of maroons. The second part discusses the film as historical source and the possibilities of reconstruction and the incorporation of memory and identity by the remnants of Quilombo communities to claim access to land and access to the political from the film documentary *Memories of the captivity*.

KEY-WORDS: Quilombo, concept, memories of captivity

Propriedade plena: alternativas e resistências

Há uma historiografia consolidada que trata da noção de propriedade e do direito de propriedade. Marc Bloch² nos informa acerca dos conflitos de interesse dos grupos sociais em relação ao individualismo agrário. Para este autor haveria duas tendências antagônicas na

¹ Artigo elaborado para a disciplina "Escravos e camponeses: lutas pela terra e a liberdade", oferecida pelo programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense no primeiro semestre de 2011. A disciplina foi ministrada pela professora Dra. María Verónica Secreto.

² BLOCH, Marc. "A Revolução Agrícola e a Revolução." In: *A terra e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001, p. 263-278.

interpretação do mundo agrário, uma que defende uma agricultura voltada para o abastecimento interno e outra que enfatiza a atividade agrícola voltada para o abastecimento externo.

Bloch nos mostra como práticas agrárias se organizam na sociedade e se consolidam como costumes que irão constituir resistências ao individualismo agrário. O costume ou direito consuetudinário se torna direito de fato aos olhos dos camponeses e das sociedades das aldeias. Em contrapartida, Bloch nos aponta que, com a Escola Agrônômica, há um incentivo no sentido de maximizar a economia, ou seja, para um agrônomo do século XVIII, a via campesina era o pior dos caminhos, ia contra a racionalidade.

Esta nova agricultura precisou da propriedade plena para se realizar, pois tinha em vista não mais as aldeias e a unidade camponesa, mas o “mercado”³. Na agricultura moderna, o uso não econômico dos recursos da terra seria um desperdício irracional.

Bloch nos mostra que é com a Revolução Francesa que se implanta o modelo agrário moderno, que preconiza o estabelecimento da propriedade privada. Assim, os antigos costumes campestres começam a ser feridos com os costumes provinciais, que a monarquia registrava por escrito e sancionava.

Entretanto, Bloch nos mostra que não poucas vezes o costume prevalecia sobre os editos. Ou seja, era impossível transformar repentinamente um camponês que produz para seu consumo num trabalhador assalariado que produz continuamente para o “mercado”, subvertendo a lógica de subsistência para a lógica do mercado. De modo que, mesmo com a imposição da propriedade plena, absoluta, houve muitas permanências no que concerne aos direitos costumeiros de uso da terra e formação de modalidades de propriedade privada específicas que se inseriram gradualmente e com peculiaridades no sistema de mercado.

Segundo a historiadora catalã Rosa Congost⁴, há três problemas ou perigos que dificultam a análise histórica dos direitos da propriedade: a concepção de história linear, que pressupõe o progresso da sociedade e da economia; a perspectiva jurídicista, que dá importância exclusiva à legislação e ao Estado em detrimento dos costumes; e, por último, a sacralização do conceito de

³ A ideia da formação e do desenvolvimento de um mercado pressupõe a existência de um excedente econômico, de certo grau de divisão e especialização de trabalho. O conceito de mercado remete a existência de um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que haja trocas entre eles. Estas trocas ocorrem na interação entre oferta de bens e serviços e demanda ou procura desses bens e serviços, conforme nos explica o economista brasileiro Paulo Sandroni em: SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999, p. 378-379.

⁴ CONGOST, Rosa, ¿Qué derechos? ¿Qué historia? In: *Tierra, leyes, historia*. Estudios sobre la gran obra de la propiedad. Barcelona: Crítica, 2007, p. 43.

propriedade como algo rígido, em detrimento do caráter plural e aberto dos direitos de propriedade.

Congost afirma que há muitas dificuldades encontradas pelos historiadores em relação à ideia de propriedade. Isto se deve, principalmente, ao fato de cair em anacronismo ao tomar a noção de propriedade contemporânea – na qual propriedade consiste em tudo relacionado ao ter e possuir de forma bem definida – como modelo para pensar outras épocas com contextos e dinâmicas específicos.

Nesse sentido, Congost sugere que a melhor maneira de entender a grande obra da propriedade seja: distanciando-se das noções de propriedade como algo bem definido e dado e aproximando-se das peculiaridades e das realidades concretas dos grupos ou agentes sociais envolvidos.

A partir desta lógica de propriedade proposta por Congost vale destacar, como exemplo, as relações peculiares e complexas que envolvem as terras de quilombos e outras áreas de famílias e grupos sociais presentes na atualidade brasileira. Estas terras se constituem enquanto modalidades de propriedade privada específicas, uma vez que são produtivas e inseridas no sistema de mercado. Entretanto a produção geralmente é de economia familiar, destinada ao consumo próprio, e há geração de excedentes que são vendidos para obter mercadorias que esses grupos não dispõem e das quais precisam para viver. Essas realidades configuram noções de propriedade que não a tomam como uma coisa bem definida, mas imersa no conjunto das relações sociais.

Segundo Almeida “um aspecto frequentemente ignorado na estrutura agrária brasileira refere-se às modalidades de uso comum da terra”⁵. Para este autor, os sistemas de usufruto comum da terra, por colidirem com as disposições jurídicas vigentes, jamais foram objeto de inventário.

No plano econômico Almeida afirma que o sistema de uso comum da terra é considerado como prejudicial à terra na medida em que a imobiliza enquanto mercadoria. Nessa perspectiva, as análises econômicas que defendem que essas terras em comum sejam dispostas no mercado são indiferentes às particularidades que caracterizam as formas de posse e uso comum da terra.

⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terra de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; M. Ramos de; HEBETTE, Jean (orgs). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: editora da UFPA, 1989, p. 63.

Os sistemas de uso comum da terra constituem-se em modalidades de apropriação da terra que se desdobram marginalmente ao sistema econômico dominante, o capitalismo. E, simultaneamente, os sistemas de uso comum constituem uma alternativa à propriedade plena, o que permite afirmar o que Congost já ressaltava, que a propriedade plena nunca se consolidou.

Para Almeida, os sistemas de uso comum podem ser tomados como,

[...] fenômenos fundados historicamente no processo de desagregação e decadência de plantations algodoeiras e de cana de açúcar. Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida). Compreendem situações em que os próprios proprietários entregaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada.⁶

Nesse sentido, houve o afrouxamento dos mecanismos repressores da força de trabalho e a formação de várias formas de campesinato que, segundo Almeida, congregavam segmentos de trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados nas grandes unidades produtivas.

Já Elione Guimarães⁷ trabalha com a noção de que as origens de um campesinato remontam aos quilombos, às comunidades de fugitivos de índios aldeados, homens livres pobres, gestadas na economia autônoma dos cativos, dos pequenos proprietários de terras sem escravos e dos mestiços proprietários de terras e escravos.

A estratégia do senhor para conseguir manter sua propriedade através da distribuição de pequenas parcelas de terra para os camponeses se torna uma faca de dois gumes, na medida em que a propriedade plena, que o proprietário julga ter, fica ameaçada pela existência de outras formas de posse.

Socorro Rangel⁸ trabalha bem essa contraposição entre posse e propriedade ao analisar um grupo de três indivíduos e segui-los na lida camponesa. Rangel nos aponta como esses indivíduos ressignificam sua condição lutando pela terra, reclamando seus direitos.

Para Congost, a produtividade parece ser o coração da propriedade plena que, por sua vez, nasce para ser capitalista. No entanto, na sua aplicabilidade, a propriedade plena é absoluta, tanto para Congost quanto para Bloch, nunca existiu. Isto se deve ao fato de que houve e há, até o presente, áreas em que a propriedade plena não conseguiu ingressar de modo absoluto, devido

⁶ ALMEIDA. *Terras de preto, terra de santo, terras de índio*, p. 171-172.

⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920)*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 130.

⁸ RANGEL, Socorro. Uma história da luta pela terra nas lidas camponesas. In: LARA, S.; MENDONÇA, J. *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

à falta de consenso entre os grupos sociais que foram excluídos do direito à propriedade e, conseqüentemente, impuseram resistências. E ainda há que se considerar as modalidades de propriedade privada que têm peculiaridades na sua formação, no seu desenvolvimento e no seu reconhecimento, como sendo alternativas à propriedade plena.

Nesse sentido, permanecem lutas por parte de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento material e moral de seus direitos à propriedade. Este artigo analisará parcialmente um desses grupos, os quilombolas, que exemplificam modalidades específicas de propriedade privada, e reconstróem e incorporam memória e identidade para reivindicar o direito à terra e ter acesso ao universo político.

Os quilombolas: problemas de definição e questões atuais

Na administração colonial, a palavra quilombo era utilizada nas leis, relatórios e decretos para designar “as unidades de apoio mútuo, criadas pelos rebeldes ao sistema escravista, e as suas reações, organização e lutas pelo fim da escravidão no país”⁹.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho, a definição colonial de quilombo¹⁰ cai em um grande reducionismo, já que a resistência escrava perpassaria o reducionismo da fuga e abarcaria outras questões ligadas à ausência de política, voltada para a regularização da posse de terras para grupos de negros. Assim,

Tal visão reduzida que se tinha das comunidades rurais negras refletia na verdade a invisibilidade produzida pela história oficial, cuja ideologia ignora os efeitos da escravidão na sociedade brasileira e os efeitos da inexistência de uma política governamental que regulasse as posses de terras de grupos e/ou famílias negras no pós-abolição.¹¹

Para Schmitt, Turatti e Carvalho “... o trabalho livre sobre a terra não garantiu, de forma alguma o acesso dos ex-cativos no momento posterior à Abolição”¹². Esta afirmação permite notar que essas autoras partem do pressuposto de uma abolição inconclusa, sem indenização aos negros, nem redefinição da propriedade pelo poder público. Assim, haveria uma dívida de

⁹ LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista de Estudos Feministas*, 2008, n. 3, p. 965.

¹⁰ Quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. Definição elaborada pelo Conselho Ultramarino para reportar-se ao rei de Portugal em 1740.

¹¹ SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, n. 10, jun. 2002, p.2.

¹² SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. *A atualização do conceito de quilombo*, p. 3.

reparação por parte do Estado para com esse grupo minoritário que pleiteia a redistribuição de terra e/ou propriedade. Nessa situação, continuava a vigorar a noção de direito costumeiro na relação dos grupos camponeses negros com a terra.

No que se refere à teoria da dívida histórica da abolição inconclusa e ao descaso com as minorias, vale ressaltar que esta transita nos tempos históricos do passado, do presente e até mesmo do futuro incerto. A dívida histórica foi válida para os escravos libertos e seus descendentes diretos e – conforme a própria postura ideológica da autora desse artigo – continua válida para os remanescentes dos quilombos, incluindo os que conseguiram ascender socialmente, abrange ainda toda a população negra brasileira do presente e todos os explorados, sejam eles operários, brancos, amarelos, pardos, etc.

A razão dessa dívida histórica, que perpassa os tempos históricos, seria devida, segundo os autores consultados, à falta de criação de mecanismos de inclusão da população negra, uma vez que, tanto no pós-abolição, quanto no período de industrialização, se incentivou a vinda de europeus para o Brasil, em detrimento de políticas que favorecessem o acesso da população negra ao mercado de trabalho. Tal dívida histórica pode ser observada, por exemplo, nas entrelinhas da política afirmativa atual das cotas para negros em universidades públicas. Essa dívida possui condições de ser quitada ou será eterna? Resta-nos a interrogação e a reflexão, já que ela assume um sentido que transcende a natureza física das coisas.

Nesta mesma perspectiva, Ilka Boaventura Leite afirma que a abolição do trabalho escravo não alterou substancialmente as práticas de expropriação e controle da terra e com ela a situação dos grupos negros.

Sobre os remanescentes das comunidades de quilombos, Schmitt, Turatti e Cavalho afirmam:

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma diversidade de processos que incluem as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades e por fim a compra de terras durante o sistema escravocrata ou após sua abolição.¹³

¹³ SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. *A atualização do conceito de quilombo*, p.3.

Nessa linha de pensamento, as autoras defendem que os agrupamentos identificados como remanescentes de quilombo, terras de preto, ou território negro enfatizam o caráter de coletividade camponesa definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

Essas comunidades são reunidas por laços de parentesco e tem uma identidade e território comum. Assim a identidade étnica vai se construindo na alteridade, ou seja, em relação aos demais grupos com os quais os quilombolas se confrontam e relacionam.

A identidade de grupo é vista por essas autoras como algo mutável, construída na luta por direitos, “... é o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas...”¹⁴.

Segundo Leite, nos anos de 1970-1980, o quilombo é levado à Assembleia Nacional Constituinte para transformar-se em dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da nação.

Em 1988, há uma conquista legislativa prevista no artigo 68, em seu texto lê-se “aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir os títulos respectivos”. O artigo enfrentou oposição, levando quase 20 anos para ser regulamentado.

As terras dos quilombos vêm recebendo maior atenção nas últimas décadas, elas passaram a ser considerada parte do patrimônio cultural desses grupos negros, e como tal, deveriam ser alvo de proteção por parte do Estado.

Segundo Leite, “a ação constitucional de proteção às chamadas comunidades quilombolas tem se ampliado, podendo ser considerada uma prática inovadora no Brasil embora ainda muito insuficiente”¹⁵.

Existem hoje leis e mecanismos públicos voltados para a defesa das comunidades quilombolas, mas Leite defende que sua aplicação é falha por variados motivos. A efetivação dessas políticas estaria caminhado em descompasso com a titulação dos territórios, ficando as associações quilombolas cada vez mais dependentes do assistencialismo e com menos autonomia para questionar o desenvolvimento autossustentável de seus territórios.

Além disso, há outros impasses apontados por Leite como o fato de que a vasta legislação disponível hoje se esbarra em preconceitos e barreiras de todos os tipos,

¹⁴ SCHMITT; TURATTI; CARVALHO. *A atualização do conceito de quilombo*, p. 4.

¹⁵ LEITE. *O projeto político quilombola*, p. 972.

Esbarra-se com tecnologias de dominação instaladas há mais de três séculos e que têm como base de sustentação o controle do acesso à justiça, tecnologias de controle e dominação da máquina estatal, da própria legislação, da força repressiva pela apropriação privada de recursos públicos a tantas outras¹⁶.

O quilombo como direito vem alterando a própria ordem da nação, Ilka Boaventura Leite afirma que quando o quilombo deixa de ser exclusivamente o direito à terra, para ser a expressão de uma pauta de mudanças, ele passa a exigir um procedimento de desnaturalização dos direitos anteriores: de propriedade, dos saberes supostos pela história, dos direitos baseados nas concepções de público e privado, entre tantos outros. Tal necessidade de desnaturalização dos direitos anteriores que foram mencionados seria um dos grandes desafios que o projeto quilombola encontra na atualidade.

Estas breves discussões sobre o conceito que se tinha de quilombo no período colonial, a atribuição de novos significados que o conceito sofreu nas últimas décadas e a afirmação do projeto político quilombola se fazem necessárias, por constituírem o pano de fundo do filme documentário que será analisado.

Os quilombolas e/ou comunidades quilombolas consistem em uma das muitas expressões de modos peculiares da propriedade privada. Suas reivindicações antes de serem por direitos são por cidadania, e as estratégias por eles utilizadas para ter acesso à terra e ao universo político serão analisadas por meio do filme documentário *Memórias do Cativo*.

O filme *Memórias do Cativo* como fonte histórica: alguns apontamentos

A abordagem do filme na história constitui um campo absolutamente novo e repleto de possibilidades de investigação, as quais se impõem algumas questões como, por exemplo, como tratar o filme como fonte histórica? Qual o papel do historiador? Deve priorizar o contexto de produção do filme ou se debruçar sobre as linguagens fílmicas empregadas? Essas indagações se fazem presentes quando se tem como objeto de pesquisa uma produção cinematográfica.

Em recente trabalho, Feld e Stites Mor apontam que as imagens, principalmente as capturadas pela câmera, são instrumentos valiosos para a memória social,

En la llamada “cultura de la memoria”, las imágenes- en especial aquellas capturadas por la cámara- tienen un papel cada vez más preponderante. A través de fotos y vídeos, de documentales y programas de televisión, el pasado retorna en imágenes. Las imágenes construyen sentidos para los

¹⁶ LEITE. *O projeto político quilombola*, p. 973.

acontecimentos, ayudan a recordar, permiten transmitir lo sucedido a las nuevas generaciones. Colaboran para evocar lo vivido e conocer o no vivido¹⁷.

No filme documentário *Memórias do Cativo*¹⁸, o conjunto de imagens capturadas pela câmera exerce um papel importante na memória social, na medida em que trazem à tona testemunhos de descendentes (filhos e netos) de escravos, ex-escravos e ventre livres que rememoram o passado de escravidão e/ou tempo de cativo que conheceram por “ouvir dizer” de seus antepassados. Ou seja, *Memórias do Cativo* articula imagens e depoimentos, criando assim um registro de memória e identidade desses grupos, trazendo à tona o passado através das imagens.

Segundo Michèle Lagny “o filme é ao mesmo tempo imagem e representação”¹⁹ e, nesse sentido, devemos articular linguagem fílmica ao repertório cultural da época em que foi produzido. Para Lagny²⁰, a tarefa de transformar o filme em documento, ou seja, questionar a visualidade do filme, ao mesmo tempo verídica e enganosa, requer um esforço de interrogá-lo em função de seu contexto, ser decifrado em função disto.

Além disso, Lagny aponta para a necessidade de abordar o filme enquanto verossimilhança, pois este pode até ser uma representação do real, um produto cultural e, como tal, nos fornecer um conjunto de representações que dialogam direta ou indiretamente com o contexto social em que se elaborou, mas não é o real, por não ter como compromisso a realidade em si.

O autor Robert Rosenstone defende que o filme produz um tipo específico de história ao afirmar que,

[...] os filmes não são a história do nosso sentido tradicional, mas de qualquer maneira é um tipo de história. Um tipo importante que talvez já tenha mudado a maneira como vemos e descrevemos o passado. Os filmes nos deram ferramentas para ver a realidade de uma nova maneira – incluindo as realidades de um passado que, desde então, desapareceram²¹.

¹⁷ FELD, Claudia; STITES MOR, Jessica. Imagens y memoria: apuntes para una exploración. In: FELD, Claudia; STITES MOR, Jessica. *El pasado que miramos: memoria e imagen en la historia reciente*. Buenos Aires: Paidós, 2009, p. 25.

¹⁸ Com relação às informações técnicas do filme documentário *Memórias do Cativo*, este foi produzido pelo laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI-UFF), no ano de 2005, com duração de 42 minutos; direção e edição de Guilherme Fernandez e Isabel Castro; coordenação geral e roteiro de Hebe Mattos; direção acadêmica de Hebe Mattos e Martha Abreu; com colaboração de Carlos Eduardo Costa, Fernanda Thomaz e Thiago Campos Pessoa; baseado no livro *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, de Ana Lugão Reis e Hebe Mattos (RJ: Civilização Brasileira, 2005).

¹⁹ LAGNY, Michèle. O cinema como fonte histórica. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (orgs). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 102.

²⁰ _____. *O cinema como fonte histórica*, p. 113-114.

²¹ ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 230.

E, nesse sentido, Rosenstone nos conduz ao princípio que deve organizar uma análise fílmica que consiste em observar o diálogo que o filme estabelece com o presente no qual foi elaborado.

Partimos do pressuposto de que o filme dialoga direta ou indiretamente com seu contexto de produção e, no caso de *Memórias do Cativo*, havia um contexto no qual o projeto político quilombola se impunha enquanto expressão de uma pauta por mudanças pelos direitos de propriedade e cidadania.

Esse contexto serve como chave de análise para analisarmos *Memórias do Cativo*. É interessante notar, por exemplo, como os depoimentos e as imagens se articulam de modo a ressaltar o passado de escravidão experimentado pelas gerações passadas (avôs (as), pais, mães, tios (as), amigos e conhecidos dos parentes) dos entrevistados. Assim, notamos de modo geral a utilização do recurso de recuo histórico em *Memórias do Cativo*, ao elaborar uma contraposição de cenas e fotografias dos descendentes de escravos, ex-escravos e ventre livres na atualidade com imagens e cenas de monumentos, como casa-grande e senzala, dos objetos de castigo e punição, que remontam ao passado de escravidão, sofrimento e vida dura nas plantations.

Em seguida, nos dirigiremos à análise de algumas cenas, que foram selecionadas, do documentário *Memórias do Cativo*, numa perspectiva de compreender os depoimentos e a relação com seu contexto de produção. Pretende-se também observar alguns dos recursos fílmicos empregados para ressaltar a memória da escravidão.

Reconstrução e incorporação de memória e identidade em *Memórias do Cativo*

O filme *Memórias do Cativo*²² consiste numa produção do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, LABHOI-UFF, e Hebe Mattos foi a principal responsável pela direção acadêmica.

²² *Memórias do Cativo* trata-se de um filme resultante de pesquisa analítica. Esse filme documentário foi desenvolvido com base em depoimentos orais de camponeses negros nascidos nas antigas áreas ligadas à cultura do café no Vale do Paraíba, sudeste brasileiro, nas primeiras décadas do século XX. Tais camponeses negros são descendentes (filhos e netos) de antigos escravos chegados da África na região durante a primeira metade do século XIX. Os depoimentos foram gravados por diferentes pesquisadores em fita K7 entre 1988 e 1998 e depositados no arquivo oral do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF). O filme documentário edita o som dos depoimentos a partir de coincidências narrativas sobre a memória da escravidão (conhecidas através de ouvir dizer) e sobre a experiência familiar dos depoentes ao longo do século XX e entrecruza

Esta produção cinematográfica é baseada em testemunhos de descendentes de escravos, ex-escravos e ventre livres, que compõem comunidades atualmente reconhecidas como comunidades remanescentes de quilombos.

A seguir, faremos uma análise de cenas do filme, considerando-se as possibilidades de exploração de recursos fílmicos utilizados, das linguagens e diálogos em função do contexto da época.

Na temática África no Brasil, observe o corte da câmera para Seu Manoel Seabra, membro importante da comunidade São José²³. A câmera vai se aproximando de Seu Manoel, que, em um dos momentos de seu depoimento, ressalta sua origem africana, ao dizer: “o meu avó era da nação Africana; vindo do Congo”, além disso afirma que seu pai fora muito castigado na fazenda Leite e Souza e por isso veio para a fazenda São José.

Em seguida, há o corte da câmera para imagens do álbum de família do senhor Cornélio. Com o recurso fílmico das falas em *off*, Cornélio dá seu testemunho da origem africana, ao afirmar que sua bisavó Regina teria vindo da Angola. Ele lembra que sua avó contava que os portugueses mercadores negociavam os escravos de acordo com sua aparência física, “ela contava que quem tinha a perna mais fina valia mais; quem tinha o pé chato valia menos porque cansava mais”. Há o foco da câmera para imagem em que o figura de um escravo ainda menino é comprado.

Além disso, no corte da câmera para imagens que remontam ao tráfico de escravos, também foi utilizado o recurso das falas em *off* do senhor Cornélio Cansino, narrando sobre como os portugueses comercializavam os escravos africanos no Brasil. No relato do senhor Cornélio e nas imagens escolhidas para ambientar sua narrativa, o passado do escravo enquanto mercadoria é bastante ressaltado.

seus significados com imagens de época da escravidão e da abolição no sudeste cafeeiro. A esta base, incorporaram-se filmagens de novas entrevistas com os depoentes moradores no Quilombo São José, no município de Valença/RJ. Os depoentes retratados em memória do Cativeiro são moradores no Quilombo São José, no município de Valença/RJ, através de suas memórias evocadas nas entrevistas foi possível contar a história da última geração de escravos do mundo rural fluminense e das direções de seus descendentes ao longo do século XX. Os depoentes são descendentes de ex-escravos e ventre livres, que rememoram o passado de escravidão ou tempo de cativo que não viveram diretamente, mas ouviram de seus antepassados (escravos, ex-escravos e ventre livres).

²³ O quilombo São José está localizado no município de Valença, ao sul do estado do Rio de Janeiro. A origem do quilombo remonta à produção cafeeira na região sul fluminense e a doação das terras aos ex-escravos e ventre livres nesta região. Nas últimas décadas do século XX e XXI, a defesa pela permanência dos descendentes de quilombo nessas terras se fez presente. E, a trajetória dos remanescentes de quilombo se apresenta com tamanha importância histórica e cultural.

Da mesma maneira, o senhor Julião Elias²⁴ relata sua origem africana ao dizer: “meu pai e avó vieram da África, da região lá do Carijó” ele afirma entre outras coisas que alguns de seus descendentes que viveram na época da escravidão teriam conseguido se libertar pelo Ventre Livre. No seu depoimento, também se utilizam do recurso das falas em *off* e as imagens escolhidas para serem passadas em seu relato ambientam sua narrativa.

Nessa parte, destaque para o foco da câmera em uma imagem que retrata um documento, e o movimento lento da câmera sobre este, no qual lê-se “A lei do Ventre Livre, nº 2040, de 28 de setembro de 1871”, enquanto Julião Elias narra a história da forma fragmentada em que integrantes da mesma família vinham para o Brasil e da libertação de sua avó, Ambrosina, pela lei do Ventre Livre enquanto seu avô, Elias Muchambis, permanecia na condição de escravo. Observe que a imagem da lei do Ventre Livre associada ao depoimento de Julião Elias, ao mesmo tempo em que ambienta e legitima o depoimento de Julião, remetendo-nos àquele tempo de seus antepassados, também permite problematizar as incoerências da Lei do Ventre Livre pela narração de Julião versus a lei.

Outro corte para as falas em *off* de Corina, afirmando a origem africana “... naquele tempo de cativo eles iam apanhar gente pobre na África; ...o pessoal que fez o Brasil foi os africanos”. A imagem do mapa africano e de africanos de diferentes partes da África nos remete a pluralidade de culturas africanas, aos diferentes povos africanos que teriam trazido suas pluralidades étnicas e culturais para o outro lado do atlântico.

Em ambos os depoimentos mencionados até aqui a origem africana é muito avocada, e este pertencimento étnico possivelmente tem um sentido político, pois os legitimam enquanto quilombo.

Em seguida, há o corte da câmera para uma imagem em que os escravos são retratados, em deslocamento lento da câmera da direita para a esquerda, primeiro trabalhando na lavoura, e depois em outra imagem em ritual de dança, enquanto Matias Barbosa segue falando em *off*: “A

²⁴ A entrevista com Seu Julião Elias foi realizada em 1995, na ocasião, ele estava com 83 anos, então ele teria nascido por volta de 1907, 19 anos após a escravidão ter sido “abolida” oficialmente. Seus antepassados, avós paternos e pai, teriam chegado da África na primeira metade do século XIX, ele cita mais ou menos 1840. Julião também afirma que seu pai nasceu em 1839. Pelo relato do senhor Julião, sua avó paterna teria chegado primeiro ao Brasil e, cerca de um ano depois, seu avô paterno chegou também ao Brasil, ele não sabe se já vieram casados de lá ou não. Pelos fatos narrados, Julião conta apenas que seu pai, assim como os avós vieram da África, da região que ele cita como “Carijó”. Seus avós maternos e sua mãe, segundo Julião, estes não foram escravos, já nasceram na época em que vigorava a lei do Ventre Livre. Tais informações foram retiradas do filme documentário *Memórias do Cativo*, e também de pesquisas em trechos das transcrições das entrevistas que estão disponíveis no site do LABHOI-UFF, <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/narcht01.pdf>, acesso em 10/01/16.

vida no tempo do cativo era muito sujeitada”; ”os escravos tinha que trabalha direitinho se não apanhava”; “os negro as vezes chegava de noite... e fazia aquela roda e começava a cantar depois que o senhor dormia”. Quando ele termina de falar há o corte da câmera para um ritual de dança e cantoria de uma comunidade remanescente de quilombo atual. O jogo de imagens que ambientam esse depoimento tem o intuito de fazer contraponto entre passado de escravidão e presente, no qual se preservam os costumes elaborados no tempo do cativo.

Em outra sequência da temática sobre os tempos de cativo, alguns relatos sobre os sofrimentos sofridos pelos negros nos tempos de escravidão são trazidos à tona.

Terezinha de Jesus, da comunidade de São José, ao falar do leilão de escravos nos quais os fazendeiros iam adquirir-los, afirma: “os velhos que não prestasse mais para trabalhar era mais barato, eles queriam os mais jovens para trabalhar”. O foco da câmera se dirige para uma corrente presa ao tronco, objetos que representam tortura e castigo.

Em outra sequência que se segue, Rosilene Fernandes, da comunidade São José, relata a história de uma senhora, dona Aninha. Segundo a narrativa ela era muito brava, maltratava os negros à época do cativo: “ela era muito ruim, muito ruim; certa vez mandou jogar um caldeirão de gordura quente num negrinho...”.

Nesta sequência, uma indagação se apresenta, porque Rosilene lê a história? Seria uma maneira de organizar a narrativa para facilitar a compreensão dos espectadores? Ou seria um modo de direcionar o discurso?

Ainda sobre esta sequência, cenas que ambientam a história da senhora Aninha se seguem. A imagem da fazenda onde viveu Aninha é mostrada numa perspectiva de enfatizar que o passado de escravidão, de sofrimento sofrido pelos negros na época do cativo se faz presente não só na memória dos descendentes, mas também nesses monumentos expressos em fazendas, casa-grandes e senzalas que se mantêm de pé.

Nos demais depoimentos que se seguem nesta sequência, a memória da dominação, violência, sofrimentos e angústias que os negros passaram são bastante evocados. Possivelmente isto se deve ao fato de existir a ideia, antes já mencionada, de abolição inconclusa na qual não houve indenização aos negros e nem mesmo uma redefinição da propriedade pelo poder público, portanto haveria uma dívida de reparação do Estado para com este grupo minoritário.

Nesta perspectiva, os negros constroem uma memória do tempo do cativeiro vivido por seus antepassados que lhes confere uma identidade, possivelmente tendo em vista elementos para reivindicar seus direitos a terra e a propriedade, para ter acesso ao político.

Em outra temática do filme, Diálogo dos Tempos, corte para a cena de uma ponte sobre a qual um homem toca duas vacas, a cena ambienta a história que será contada em *off*, pelo senhor Cornélio,

Sabe por que meu pai passou pra São José? Por que ele fez uma roça e meu pai deixou de trabalhar na firma aquele dia e foi capinar a roça dele, aí o fazendeiro mandou tirar a cerca e botou os boi tudo pra come, e meu tio tava chegando, foram avisa meu pai, quando ele chegou lá, viu aquilo e disse, o que é isso, falaram o fazendeiro mandou soltar os bois aí porque não quer ninguém livre no terreno dele não, daí ouvi sai daí, vão embora macacada; É aí meu tio levo nois tudo e sabe porque, cada um pego um trapo, sabe porque bem, não tinha nada [...].

O relato de Cornélio serve como chave de análise para entender o contexto da época em que o filme foi elaborado e/ou produzido. Um contexto em que se debatia sobre o direito de posse versus o direito de propriedade.

No filme, a figura relatada do pai de Cornélio representa a posse e o fazendeiro representaria a propriedade. Tal momento foi marcado por formas de violência empreendidas pelos fazendeiros para expulsar os negros que conseguiam, pela posse, certa autonomia no campo.

Partindo para as cenas finais do filme, corte da câmera para uma comemoração do dia 13 de maio ocorrida em 2005, na comunidade de quilombo São José. O integrante da comunidade, Antônio do Nascimento Fernandes relata, através do recurso das falas em *off* enquanto as imagens que se seguem ambientam e legitimam sua narrativa,

[...] Por que o 13 de maio é uma tradição muito antiga que com o tempo nós viemos assim desativa um pouquinho na comunidade por causa do conhecimento que a gente vem fazendo, a gente comemora o 13 de maio é por causa do preto veio não só porque é o dia da libertação dos escravos, então no 13 de maio serve comida, dança o jongo [...].

Por este depoimento nota-se que a comunidade de São José comemora o 13 de maio e resgata seus costumes como, por exemplo, a dança do jongo, influenciada pelo “conhecimento que vem tendo”, ou seja, pela necessidade de incorporação e reconstrução de memória e identidade, para se afirmarem enquanto comunidade remanescente de quilombo e assim ter o direito à terra.

Em depoimento que se segue, Antônio Nascimento Fernandes se denomina filho da comunidade de quilombo São José da Serra e diz: “a gente vem trabalhando com muita dificuldade e tentando conseguir a titulação da terra, a luta nossa é essa aí”.

Na sequência, corte para as imagens que ambientam os relatos a seguir, elas mostram a espontaneidade do Jongo nas festividades das comunidades. Quanto aos depoimentos que se seguem, neles observamos a importância do Tambu, Caxambu e principalmente do Jongo na reconstrução de uma memória e identidade dos remanescentes de quilombo.

A salvação do Jongo, a gente vem aqui no Rio, é, amanhã mesmo a gente vai tá no Banco Cultural do Brasil, isso aí é, deixa a comunidade muito otimista porque lá no distrito de Santa Isabel ninguém viaja mais do que a comunidade São José da Serra, e eu deixo eles bem consciente do porquê que se canta e dança o jongo, por que é o carro chefe, e pra que haja o jongo é preciso haver o que? União²⁵.

Os jongueiro antigo e os preto veio já morreu mais o jongo continua, aqui é uma coisa muito séria [...]²⁶.

A gente não sabia o valor que o jongo tem né, era um divertimento né, mas o tambor tem, muito.... tem valor né, pro mundo inteiro [...]²⁷.

Segundo Hebe Mattos, nas festividades do dia 13 de maio da comunidade de São José da Serra, o Jongo adquiriu uma dimensão imaterial de grande valor, “se constitui em capital simbólico inestimável na atual luta pela legitimação de seu direito à terra há mais de cem anos ocupada por seus antepassados”²⁸.

Contudo, foi observado, por meio da análise parcial do filme documentário *Memórias do Cativo*, que a identidade de grupo não é fixa, mas sim mutável, a qual é construída na luta por direitos.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho, a identidade quilombola, até então corpo estranho para essas comunidades rurais negras, passa a significar uma poderosa e complexa arma na batalha pela sobrevivência do grupo e sua permanência na terra.

A relação que a comunidade estabelece com a terra se organiza a partir da referência ao passado de escravidão e/ou cativo de seus antepassados. Assim, os depoimentos e costumes

²⁵ Depoimento de Antônio Nascimento Fernandes, conhecido como Toninho Canecão, da comunidade de quilombo São José da Serra.

²⁶ Testemunho do senhor Manoel Seabra, membro importante da comunidade remanescente de quilombo São José da Serra.

²⁷ Testemunho do senhor Manoel Seabra, membro importante da comunidade remanescente de quilombo São José da Serra.

²⁸ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “Terras de quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro”. In: LIBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anablume, 2006.

retratados no filme se articulam em torno da memória do tempo do cativo, uma memória que confere identidade ao grupo que compartilha aquele passado e território comuns.

São grupos que construíram alternativas à propriedade plena, ressignificam memórias e identidades para alcançar o direito à terra.

Memória e história do espiritismo em Santa Maria: navegando em suas histórias.

Memory and history of spiritism in Santa Maria: sailing on their stories.

Renan Santos Mattos

Doutorando em História

Universidade Federal de Santa Catarina

renansnatos@gmail.com

Recebido em: 15/07/2015

Aprovado em: 10/01/2016

RESUMO: O presente artigo surge da inquietação em torno do uso dos ambientes virtuais pelo Espiritismo Brasileiro, de forma a construir versões sobre sua origem e seus fundadores. Nesse sentido, tem-se por objetivo analisar, de forma bastante inicial, a visão mnemônica construída pela instituição espírita Aliança Espírita Santa-Mariense, tendo por referência as noções de campo de Pierre Bourdieu e lugares de Memória de Pierre Nora. Para tanto, procura-se pensar a narrativa construída pela instituição, inferindo o espaço virtual como lugar de memória do espiritismo brasileiro e sua importância na conformação de uma identidade Espírita na cidade de Santa Maria.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritismo; narrativa; lugares de memória.

ABSTRACT: This article arises from the concern surrounding the use of virtual environments by the Brazilian Spiritism, in order to build versions of its origin and its founders. In this sense, one has to analyze the mnemonic vision built by spiritualist institution Aliança Espírita Santa-Mariense, with reference to the Pierre Bourdieu's notion of field and Pierre Nova's notion of places of memory. For that, we try to think of the narrative constructed by the institution, implying the virtual space as a place of memory of Brazilian spiritism and its importance in the formation of a Spiritist identity in the city of Santa Maria.

KEYWORDS: Spiritism; narrative; memory of Places.

Os estudos acadêmicos sobre o espiritismo ganharam, nesses últimos anos, uma dinâmica complexa e uma diversidade de enfoques. Sociólogos, antropólogos e historiadores empreenderam, munidos de seus aportes teóricos e particularidades, a tarefa de compreender a inserção do espiritismo no contexto de pluralização do campo religioso brasileiro¹. Frente essas questões, como problema central da historiografia, evidencia-se o espiritismo no Brasil com características religiosas acentuadas. Sendo assim, entro em comum acordo com Fábio Silva,

¹ MATTOS, Renan Santos. *Que espiritismo é esse?* Fernando do ó e o contexto religioso de Santa Maria- RS (1930-1940). 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

quando escreve: “o Espiritismo no Brasil não é um simples desvio de uma doutrina racional de origem europeia e que sofreu uma contaminação do mágico e do místico, graças a uma predisposição do povo brasileiro para o maravilhoso”².

O Espiritismo surge, na França, em meados do século XIX, quando o pedagogo Hippolyte Léon Denizard Rivail, mais conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec, publica uma série de livros³ decorrentes de suas pesquisas sobre os fenômenos metafísicos e psicológicos. Dialogando com sistemas religiosos, doutrinas científicas, filosóficas e políticas, assumindo formas peculiares nos variados contextos em que se inseriu, revela-se uma interessante possibilidade de pensar as disputas travadas no âmbito social e cultural brasileiro.

Tendo como marco inicial a publicação de *O Livro dos Espíritos*, em 1857, e definida por seu idealizador ao mesmo tempo como ciência, filosofia e religião, a doutrina espírita tinha como pressupostos fundamentais: a crença na existência de Deus, a imortalidade da alma, a comunicabilidade dos espíritos, as múltiplas encarnações e a evolução da alma. Nessas considerações, é possível afirmar que o kardecismo é tributário do iluminismo/racionalismo, e, epistemologicamente, apropriou-se de princípios da experimentação característicos do cientificismo, com o objetivo de buscar legitimidade social às suas ideias e práticas. Nesse empreendimento, Kardec ambicionava provar a existência do mundo espiritual, trazendo, assim, uma nova relação entre o mundo físico e os chamados seres do mundo espiritual.

Tal explicação, em consonância com o racionalismo triunfante, portanto, corroborou para sua difusão, sobretudo, entre classes intelectuais que, seduzidos pela proposta de conciliação entre religião e ciência, nessa lógica, buscavam uma interpretação mais coerente do mundo do século XIX, em ebulição diante das transformações científicas e tecnológicas. Ao mesmo tempo em que, de acordo com Artur Isaia⁴, o Espiritismo ao tomar para si a função de "esclarecedor" e "ordenador" da sociedade, neutralizava os ânimos contestatórios dos trabalhadores e inseria-se no contexto de disciplinarização, conferindo-lhes uma ética do trabalho e um modo de acordo com os padrões capitalistas burgueses. Portanto, em seu contexto, o surgimento do kardecismo trazia um projeto de internalização de códigos de conduta, no qual a higiene, a laboriosidade, a

² SILVA, Fábio Luiz da. *Espiritismo: história e poder* (1938-1949). Londrina: Eduel, 2005, p.32.

³ Os cinco denominados livros da codificação espírita são: Livro dos Espíritos (1857), Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho segundo o Espiritismo (1864), O céu e o inferno (1865) e A Gênese (1868). Tal termo de uso nos meios espíritas relaciona-se que Kardec foi responsável pela organização e sistematização do espiritismo. ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião?* A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. São Paulo: Alameda, 2010.

⁴ ISAIA, Artur Cesar. Espiritismo, conservadorismo e utopia. In: PINTO, Elisabete A; ALMEIDA, Ivan A. de (orgs.). *Religiões: tolerância e igualdade no espaço da diversidade*. São Paulo: Fala Preta, 2004.

observância de rígidos padrões morais, ajustariam o trabalhador urbano à racionalidade capitalista.

Esse sentido conciliador entre ciência e misticismo, entre moral de conduta e ambições científicas, revolucionário para a sua época, permitiu ao espiritismo expressiva difusão por todo o Brasil no final do século XIX e início do século XX. *O Livro dos Espíritos* chega ao Brasil por intermédio dos imigrantes franceses que, à época, desfrutavam de “prestígio econômico, social e cultural”⁵. É importante articular tais acontecimentos a um contexto bastante específico dos anos de 1860, quando o ideário de modernização inaugurado com a chegada da Família Real (1808) consolida-se no Rio de Janeiro, e as novidades da Europa, as ideias como o Darwinismo, Positivismo e Cientificismo passaram a fazer parte do cotidiano dos brasileiros.

As primeiras agremiações espíritas surgiram na Bahia (1865 e 1874) e no Rio de Janeiro (1873), e, como ápice ta tal processo, surgia a Federação Espírita Brasileira em 1884, numa tentativa de preservar a unidade doutrinária e o esforço de reunir, de modo institucional, a crescente população de adeptos. Obviamente, tal atuação de disciplinarização não se processou isento de dramaticidade, envolvendo disputas e perseguições em diversas instâncias, tanto religiosas, quanto médico-político e judicial. A Federação Espírita Brasileira (FEB) endossa um conjunto de estratégias de forma a legitimar sua posição enquanto instituição normatizadora da doutrina dos espíritos em terras brasileiras, assim, “ao promover ações de cunho social e edição de obras literárias espíritas, entre elas as chamadas obras básicas de Allan Kardec e de autores brasileiros, especialmente, através de meio psicográfico”⁶.

Esse esforço de unidade atuou no sentido de ocultar o que Pedro Paulo Amorim denomina de disputas endógenas, por outro lado, mesmo que as fontes mapeiem a coerência e homogeneidade, os pesquisadores devem buscar os indícios de posições antagônicas, disputas e tensões do meio espírita⁷. Dessa maneira, a consolidação do Pacto Áureo em 1949, a partir do consenso entre as principais instituições espíritas do país, concedeu a FEB o capital simbólico de direção do movimento espírita em território nacional. Por isso, o que se propõe aqui é o pensar como o Movimento espírita atual, no caso a Aliança Espírita Santa-Mariense, lida com o seu

⁵ DAMAZIO, Sylvania F. *Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p.65.

⁶ SOARES, Ana Lorym. De livros e leitores: produção e apropriação da literatura espírita brasileira entre os anos 1944 e 1968. In: XIII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões - Religião, Carisma e Poder: as Formas da Vida Religiosa no Brasil, 2012, São Luis - MA. *Anais dos Simpósios da Associação Brasileira de História das Religiões*. São Luís - MA: UFMA, 2012. v. 13. p. 1.

⁷ AMORIM, Pedro Paulo. Que Pacto é esse?. In: XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh – 2011, São Paulo – SP. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh*, p. 2-3.

passado, cultura e funda narrativas sobre sua origem. Tal proposta almeja responder a uma perspectiva de desmontagem da produção de uma escrita de si por parte das instituições espíritas, tal qual sugere Jacques Le Goff, influenciado por Michel Foucault acerca do documento-monumento, ao assinalar que “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado”⁸. Conforme a proposição de Le Goff, metodologicamente, problematizamos as fontes de forma a encará-las como expressão do pensamento de uma época, de um lugar social em conexão com o mundo em que se insere.

Diante disso, nesse artigo, analisa-se como a Aliança Espírita Santa-Mariense divulga uma versão de sua história, articulando com a história do espiritismo na cidade de Santa Maria em seu Website/blog⁹. Trata-se de uma pesquisa sobre as informações coletadas no ambiente virtual, e para tanto, discorre-se, inicialmente, sobre a ideia de patrimônio digital e sua relação com documento histórico, inserindo-se num debate recente, porém importante, acerca da fluidez de tais noções, e posteriormente, apresenta-se, de forma bastante inicial, um esboço de análise acerca da construção de espaços virtuais como lugares de memória do espiritismo de Santa Maria. Nesse sentido, homens, mulheres e instituições transitam por projetos nomeadores da realidade, conforme Bourdieu¹⁰, tentando demarcar sentidos plurais sobre o passado e que funcionam como referenciais de condutas coletivas e construções de identificação.

Buscando definições: o mundo digital em análise

Em artigo intitulado *Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas*¹¹, Dennis Rolland discute o uso da história pelos Ministérios de Relações Internacionais em países como França, Japão e China. Logo, problematiza-se a construção de uma história institucional e sua veiculação na internet. Rolland, dessa forma, estabelece que, em relação a questões identitárias, a história recomposta das instituições responde, por exemplo, à lógica do campo econômico/turístico. Sem problematizar o vínculo identitário, a história divulgada instaura mitos de origem e funda relações de poderes, origina-se de silêncios e jogos de poder. É

⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p.110.

⁹ É possível encontrar dados atualizados na página do *facebook* da instituição. <https://www.facebook.com/Aliancaespiritasantamariense?fref=ts>.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

¹¹ ROLLAND, Denis. Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas. *Revista Tempo*, n. 16, vol. 8. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-4.pdf. Acesso em: 12 de jul. de 2015.

nesse sentido que podemos começar a refletir sobre tal uso do espaço da internet nos meios espíritos.

Inicialmente, é preciso apontar o impacto da chamada revolução documental empreendido pela chamada Escola dos Annales, na primeira metade do século XX, na produção do conhecimento histórico. Nesses termos, o estudo de ambientes pode ser inserido tanto nas particularidades de uma história do tempo presente quanto à emergência de novos instrumentos documentais, que contribuem para novas percepções quanto à noção de arquivo e documentos, e exigem a adoção de metodologias e categorias analíticas próprias¹².

Além disso, mostra-se oportuno referenciar a questão do ciberespaço e a formação desse espaço de sociabilidade. Tal inovação tecnológica tem como marco a década de 1970, com a invenção de microcomputadores, cuja popularização/universalização deu-se, nos anos de 1990, mediante a adoção da Internet. Difundindo-se a partir do discurso de espaço democrático e livre, testemunhou-se a eclosão de controvertidos debates sobre o que é o real, e as noções de democracia, de tempo e da comunicação humana de ordem filosófico e existencial. Levy traduz tal cenário ao afirmar que a:

característica essencial da Internet, que acaba por modificar a visão de mundo dos seus usuários: a aparente redução das distâncias. De certa maneira, o ciberespaço aboliu o território geográfico no âmbito das comunicações, tornando possível a circulação praticamente instantânea de informações em escala mundial: Um computador e uma conexão telefônica dão acesso a quase todas as informações do mundo, imediatamente ou recorrendo a redes de pessoas capazes de remeter a informação desejada. [...] Cada dispositivo de transporte e de comunicação modifica o espaço prático, isto é, as proximidades efetivas¹³.

No mesmo sentido, a questão do arquivo digital tem suscitado calorosos debates. Citando Jacques Le Goff e Roger Chartier, Vera Doyle Dodebei reflete sobre o impacto da tecnologia na noção de documento histórico, na forma de ler, de pensar e construir sociedades de memória. Nesse sentido ressalta que:

o processo de digitalização dos documentos e, principalmente, com a criação dos objetos nascidos digitais, a preocupação com a preservação dessas fontes aumente, gerando o que muitos autores denominaram “abusos da memória”,

¹² ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (Online), v. 3, 2011, p.9. Disponível em: [file:///C:/Users/usuario/Downloads/16776-76347-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/16776-76347-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 08 maio 2015.

¹³ LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (orgs). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 1999, p.99.

“musealização”, “boom de memórias”. Com a internet, a natureza das fontes e dos arquivos é alterada, não só no que se refere à escrita como, principalmente, ao modo como são produzidas, organizadas e disseminadas as narrativas em websites, blogs, twitts¹⁴.

Dodebei enseja importante discussão na lógica da preservação e ampliação do conceito de patrimônio. Logo, a revisão em torno da noção documental levanta questionamentos sobre o que se preservar, como se preservar, e a necessidade de um o conceito de patrimônios capaz de abarcar documentos digitalizados ou nascidos digitais. A autora passa a discorrer sobre a celeuma que se instaura e os possíveis percalços dessa proposta a partir de uma noção ampla de memória digital:

O documento final do Fórum defende a criação de um protocolo para a preservação da memória digital usando softwares de acesso livre (*fonte aberta*). Ao mesmo tempo, ele postula que, sem um nível mínimo de comunicação entre as instituições do país sobre o tema, existe o risco de ineficácia: o mesmo manuscrito pode ser digitalizado duas vezes, ocasionando a duplicação dos gastos em processamento de dados do mesmo arquivo em código binário. Assim, como é improvável e até mesmo indesejável que a preservação digital seja centralizada, é interessante refletir sobre os possíveis meios de coordenação e como assegurar o uso eficiente dos recursos. Os estudos sobre a memória social e a construção do patrimônio, na atualidade, têm enfatizado a necessidade de se pensar a partir da encruzilhada de saberes onde se constroem as relações com o passado¹⁵.

Logo, ainda cabe relacionar conceito de documento digital e seu uso no ofício do historiador. Apontando para a diversidade de fontes digitais, e a respeito de uma técnica e a questão do ofício do historiador, Fábio Almeida discorre de forma bastante elucidativa sobre a importância de tal ferramenta na construção do conhecimento histórico:

o utilizar sites da Internet como fonte primária o historiador irá, provavelmente, ser a primeira pessoa a preocupar-se em verificar sua autenticidade. Isso faz com que aumentem as chances de se deparar com algum tipo de falsificação. Por isso, ao trabalhar com fontes da Internet, a atenção deve ser redobrada. O historiador precisa utilizar a técnica e desenvolver a habilidade necessária para selecionar o material confiável¹⁶.

Sumariamente, no âmbito do conhecimento histórico buscamos sistematizar dois problemas que convergem, o uso de website na pesquisa histórica, por outro lado, a noção de ciberespaço também invadiu as pesquisas do chamado campo religiões e religiosidades. Há uma ampla produção nessa ordem. Como ponto central, envolveria a midiaticização do religioso e o

¹⁴ DODEBEI, Vera. Memória e patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora* (PUCSP. Online), v. 10, p. 36-50, 2011, p. 44.

¹⁵ _____. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *Datagrama zero*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 01, 2011, p.1.

¹⁶ ALMEIDA. *O Historiador e as Fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*, p.22.

viver religioso no espaço da web, no qual se encontram velas virtuais, terços virtuais, peregrinação virtual bem como marketing e estratégias em torno da conquista de adeptos. Há inclusive uma tentativa de ampliação do conceito a partir da ideia de Ciber-religiosidade, porém ao lidarmos com o contexto institucional, seguimos as definições de Miklos que dimensiona:

ciber-religião fundada na comunicação a distância, aboliu o corpo físico e o espaço material promovendo a desmaterialização e o sacrifício do corpo. Sai o corpo entra a imagem que é devorada e que, simultaneamente devora seus interlocutores. A concretude da experiência humana é deixada no passado para emergir no presente uma sociedade escravizada pelos signos da sua visibilidade. Vive-se em um mundo no qual tudo o que o compõe deixa de ser valorizado pelo seu sentido real para ser vangloriado pelo seu valor no mercado¹⁷.

Desse contexto de história do tempo presente, pensamos que a noção de regime de temporalidade evidencia uma perspectiva interessante para pensar a elaboração, divulgação e análise de tais indícios. Nesse sentido, as contribuições de François Hartog (2013) em seu cultuado trabalho intitulado *Regimes de historicidade - presentismo e experiências do Tempo*. Segundo o historiador francês, a sociedade atual está imersa no que denomina regime de historicidade presentista. Para ele, o presentismo substituiu o futurismo, logo, sem futuro e sem passado, o homem produz diariamente o futuro e o passado que precisa, valorizando o que se sucede no imediato. Como sintomas do regime de historicidade, Hartog diagnostica a preocupação incisiva em torno de raízes e de identidade, resultado do paradigma preocupado em preservar, em guardar e registrar os acontecimentos. Diante disso, ao abordar as memórias da Aliança Espírita Santa-Mariense permite refletir sobre tal contexto¹⁸.

Mapeando histórias, navegando em memórias: o espiritismo em Santa Maria e a Aliança Espírita.

Se um coração foi aliviado;
Se alguém obteve novo ânimo;
Se alguma pessoa descobriu para si própria algum sinal de paz;
Ou se teu próprio ambiente surgiu mais claro;
O teu sorriso, mesmo constringido,
Apresentou imenso valor,
Porque o sorriso,
Mesmo forçado,
Vale muito mais que não sorrir
Livro Material de Construção - Francisco C. Xavier

¹⁷ MIKLOS, Jorge. *Ciber-religião: a construção de vínculos religiosos na Cibercultura*. 1ª. ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2012, p. 120.

¹⁸ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

As palavras de Emmanuel, entoadas suavemente ao fundo da página a partir da Rádio Fraternidade, rompem com a noção de espaço e o tempo. Espírita ou não, somos conduzidos entre imagens e sons a um universo de práticas, sentimentos e tentativas de registros de relações sociais vivenciadas no dia a dia de uma instituição espírita. Já, na primeira imagem, podemos perceber alguns elementos visuais que acenam para a representação do espiritismo enquanto parte integrante da cristandade. Jesus Cristo, Maria (foto relacionada à psicografia de Chico Xavier), Allan Kardec, Chico Xavier lado a lado. Em suma, fortificam uma mensagem. Talvez uma tentativa de diálogo entre espiritismo e mundo cristão. Corporificam um jogo de lutas simbólicas. Ficam algumas hipóteses: seria um investimento de conciliação, seria um diálogo com as devoções marianas, símbolos do marketing religioso na cidade Santa Maria¹⁹. Essa é a primeira impressão.



Imagem 1: Fonte Aliança Espírita Santa-Mariense²⁰

Diante disso, recorre-se a um pouco da história do espiritismo na cidade de forma a apontar as escolhas e estratégias assumidas pelos espíritas. O surgimento do Espiritismo de Santa Maria deu-se com a fundação da Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade na localidade de Água Boa, atual distrito de Arroio do Só, em 1903. Já a primeira instituição no município recebeu o nome de Sociedade Espírita Mont'Alverne, seguida, em 1915, pela Sociedade Espírita Dr. Adolfo

¹⁹Santa Maria da Boca do Monte é conhecida por várias denominações: cidade ferroviária, cidade universitária, cidade militar e cidade mais católica do interior do estado. Cada nome tem os seus motivos, mas no campo religioso, é uma romaria que faz com que Santa Maria seja considerada uma cidadela católica. A devoção a Nossa Senhora da Medianeira foi trazida pelo clero diocesano na década de 1930, e, nos anos seguintes, teve início a festa em sua homenagem, que, em 1943, tornou-se “romaria estadual”. Desde então, ela vem atraindo um número cada vez maior de devotos. Sobre a construção da devoção. Ver BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, UNISINOS, 2010.

²⁰ Disponível: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 de maio de 2015.

Bezerra de Menezes.²¹ Por outro lado, um marco delimitador dessa organização ocorreu em 1921, com o surgimento da Aliança Espírita Santa-Mariense (AES), dando início à fundação de importantes instituições e uma campanha de divulgação do Espiritismo. Tais constatações podem perceber no seu estatuto que data de 1926:

Art. 1 – A «Aliança Espírita Santamariense» será constituída das entidades espíritas do município de Santa Maria da Bocca do Monte, que a ela se filiarem, e de sócios individuais.

§ Unico – São consideradas entidades espíritas, sociedades, centros, círculos, grupos, jornales, revistas e quaisquer instituições, cujos programmas observarem os principios fundamentais da doutrina espírita.

Art. 2 – Sua séde social e jurídica é a cidade de Santa Maria da Bocca do Monte – Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

Art. 3 – A «Aliança Espírita Santamariense» se acha filiada à «Federação Espírita do Estado do Rio Grande do Sul» e seus fins principaes são:

- a) Propagar, executar e defender a doutrina espírita, por todos os meios ao seu alcance;
- b) Criar escolas, albergues e pharmácia para os necessitados, soccorrendo-os, principalmente, as viuvas, órfãos e a velhice, desamparados, tanto quanto permitirem suas condições financeiras;
- c) Organizar uma bibliotheca, augmentando-a na proporção de suas posses, bem como uma sala de leitura para os seus associados, e que poderá ser franqueada ao publico, quando assim entenderem os seus dirigentes.
- d) *De propaganda* – conferencias ou palestras publicas, para o que serão convidados oradores de reconhecida competência. O thema, entretanto, de livre escolha destes será completamente alheio a quaesquer questões pessoais, ou de aggressão a outras crenças – mantida, apenas, a liberdade de critica, moderada²²

Assim, uma prática e uma interpretação de espiritismo foram enunciadas por tais agentes e suas instituições nesse espaço público. Em sua pesquisa, Bruno Scherer²³ afirma que o desenvolvimento de ações assistenciais em prol de setores economicamente desfavorecidos da população contribuiu para o reconhecimento e aceitação do espiritismo na sociedade santamariense. É justamente esse ponto ressaltado no site da Sociedade Aliança Espírita Santa-Mariense na construção da história institucional:

Ações Sociais realizadas pela Sociedade: A arrecadação de alimentos não perecíveis por parte da Aliança Espírita Santa-Mariense, é entregue em parte para uma das trabalhadoras da Sociedade Senhora Marisa Krug que há muitos anos realiza a distribuição no Bairro Montanha Russa. Nas datas festivas: Páscoa, dia das crianças, dia das Mães e Natal, são distribuídos cachorros-quentes no referido bairro, resultado de doações arrecadadas da comunidade de Santa Maria. A Associação pleiteou junto a Apofesma (Associação dos policiais federais de Santa Maria) uma doação mensal para a Escolinha comunitária

²¹ Disponível: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

²² ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE, Estatuto, 1926, p. 1. Acervo Estatutos da Aliança Espírita Santamariense, 1926, p. 1. Acervo Aliança Espírita Santa-mariense.

²³ SCHERER, Bruno Cortês. *Ações Sociais do Espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)*. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de História/UFMS, 2013.

"Criança Feliz" no bairro Bom Jesus, onde 37 crianças passam o dia e se alimentam, e suas famílias estão abaixo da linha da pobreza²⁴.

Em tal espaço, encontramos entrevistas (testemunhos), fotos, mensagens, publicidade de eventos, artigos religiosos, lançamentos de livros e notícias sobre as instituições que compõem a Aliança Espírita. Por outro lado, ao privilegiarmos narrativas, optamos por analisar o quesito denominado de histórico, em que o grupo Aliança-Espírita constrói uma história institucional e sua com relação com a cidade de Santa Maria. Indícios de uma história sobre as lutas travadas, um jogo de memória que reitera a configuração de um momento “revolucionário” da história do espiritismo na cidade a partir da criação da Aliança Espírita Santa-Mariense, nesse trecho opera-se uma relação de poder e efeito do real:

A Aliança espírita Santa-Mariense - Casa Mãter do Espiritismo em Santa Maria foi fundada em 24 de junho de 1921, por um grupo de sociedades espíritas que já existiam, em nossa cidade, com o objetivo de se defenderem da perseguição incansável do clero romano de então, pois a Codificação ainda era nascente e precisava de uma entidade composta por essas mesmas sociedades, a exemplo do "feixe de varas", que as representassem e defendessem-nas judicial e extrajudicialmente se fosse o caso²⁵.

Assim, os escritos buscam relacionar o contexto de perseguições e constrangimento à implantação do Espiritismo na cidade de Santa Maria e região com a atuação da igreja, ao mesmo tempo em que celebra os pioneiros e desbravadores que lançaram as bases para um projeto de propagação do espiritismo, considerado de sucesso. O efeito produzido dá-se mediante a argumentação de que, atualmente, existem mais de quarenta sociedades espíritas na cidade. Tal espaço de disputa confirma-se com o uso do documento intitulado *Ofício da Sociedade Espírita Mont'alverne ao Intendente Municipal de Santa Maria datado de 1912*²⁶, assim, evidencia-se as disputas religiosas travadas nos seguintes termos:

onde é pedido providências sobre a ameaça feita pelo subdelegado do 5º Distrito, Água-bona, Sr Otávio Ribeiro dos Santos, ao Confrade Osório Flores de Oliveira, ameaçando-o com prisão, mostrando-lhe um "maneador", *correia de couro ou de corda para se manear ou se prender algo ou alguém*, com a qual mandaria atá-lo se continuasse a ensinar remédios pelo Espiritismo para dar aos doentes. O Subdelegado continuou com o seu abuso de poder dizendo que reuniria à força precisa para dar uma batida na casa do confrade José Angelo Corrêa quando ali realizarem sessões de Espiritismo porque o Subdelegado não quer que se pratique o Espiritismo no 5º Distrito²⁷.

²⁴ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

²⁵ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

²⁶ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

²⁷ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

As perseguições e dificuldades enfrentadas pelos espíritas, portanto, justificam um projeto de unificação. Logo, demarca-se que “havia algumas sociedades divulgando o espiritismo em Santa Maria, por isso a importância de fazermos um relato da vida dessas sociedades espíritas, bem como seus fundadores, divulgadores e frequentadores”²⁸. Portanto, a narrativa, antes de discorrer sobre a Aliança Espírita Santa-Mariense, trata-se da fundação da Sociedade Espírita Mont'Alverne em 31 de março de 1910, primeira instituição espírita inaugurada na cidade como uma forma de demarcar as origens e a pretendida ordenação do passado e de um projeto coerente e unificado:

SOCIEDADE ESPÍRITA MONT'ALVERNE - Fundada em 31 de Março de 1910, conforme consta na ata de fundação (Acta n°1), já tinham sido feitas duas tentativas, anteriormente, mas não houve número suficiente de pessoas crentes, o ato ficou adiado. Por Sugestão da Médium Maria Francisca da Silva Castro, tendo em vista avizinhar-se o 41° aniversário de desencarne no codificador, ela sugeriu ao irmão Octacílio de Aguiar que se aproveitasse a ocasião e se fundasse a sociedade. Este levou a idéia ao Confrade Evergisto, a qual foi aceita. Iniciaram-se as tratativas para a concretização do ato, como a confecção de convites, conforme consta na cópia xerográfica da Ata N°1²⁹.

Esses embates ganham um discurso de legitimação a partir das mensagens dos Espíritos Superiores. Assim, ressalta-se no espaço que

Mensagens recebidas pelo médium Evergisto Duarte no dia de fundação da sociedade Mont'alverne. Que a Santa Paz do Senhor seja convosco, e na terra com todos os homens de boa vontade. Assinado Mont'alverne. Nós assistiremos os vossos trabalhos e também o homenageado que se fará representar. Deus vos abençoe. Mont'alverne. Felicianos e outros vossos humildes irmãos³⁰.

O debruçar-se sobre as tensões sociais e religiosas de Santa Maria, e a abordagem sobre o movimento espírita predecessor de certa forma convergem para o discurso fundacional da Aliança Espírita Santa-Mariense. E, ao mesmo tempo, legitimam a perspectiva de organização que data de 1918, porém, ainda se ressalta que, por três anos, a instituição ficou sem realização de atividades. Logo,

com a interferência das Sociedades Espíritas Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, Caminho da Luz, Cáritas, Mont'Alverne, Guilhermina de Almeida e Caminho da Verdade. Nesse primeiro momento logo após a sua fundação, não houve mais as atividades a que se propunha; portanto, esteve com seus trabalhos paralisados por três anos de acordo com a pesquisa histórica feita pelo nosso irmão João da Fontoura e Souza, um dos pioneiros da implantação do

²⁸ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

²⁹ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

³⁰ Disponível em: www.aliancaespirita.com/p/historico.html. Acesso: 02 maio 2015.

Espiritismo em Santa Maria, histórico esse corroborado, posteriormente, pela pesquisa com carinho realizada pela nossa irmã Florina da Silva e Souza³¹.

Por outro lado, é possível perceber que o projeto de unificação do espiritismo foi tomado de hesitação e conflitos. Nesse sentido, o testemunho de João Souza traz detalhes das dificuldades enfrentadas é paradigmático:

Depois de alguns meses reunimo-nos em casa de Alfredo Luiz Silva no centro Bezerra de Menezes e em outros locais, em junho, reinauguramos a Aliança. Nessa Luta contamos com dedicados companheiros, já no além, como: João Bandeira, Damião, Evergisto Duarte e, ainda encarnados, a nossa irmã Maria José e mais alguns poucos trabalhadores daquela época foi então que procurei os confrades Evergisto Duarte Porciúncula, Albuquerque e Manoel Ribeiro. Desse contato, tive a mais dolorosa decepção, pois a exceção de Manoel Almeida e Porciúncula, todos os demais manifestaram descrentes com a possibilidade de unificação entre as entidades. Nessa época, em companhia de Alfredo Luiz Silva, demos início à campanha, visitando as Sociedades, realizando palestras sobre a Codificação, sem entretanto interferir em suas próprias atividades, a não ser no terreno doutrinário³².

O ato de reinauguração da ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE, em 1921, demarcou um novo momento do espiritismo em Santa Maria. Citando o testemunho da irmã Jenny Silva Leal, à época com nove anos de idade, tal ato contou com a presença dos seguintes membros do movimento espírita: Alfredo Luiz Silva e família, João da Fontoura e Souza, Octacílio Carlos Aguiar e família, Evergisto Duarte, Diógenes Cony, Marcindo Castilhos entre outras pessoas³³.

Inicialmente localizado a Rua Tuiuty nº 191³⁴, a mudança de endereço em 1934, para a Rua Silva Jardim, esquina Lucas Barbosa, representou um momento importante na constituição identitária e organizacional do espiritismo em Santa Maria. O testemunho de Jenny reconstrói o tom celebratório de tal ato. Segundo a mesma, na reinauguração falaram diversos oradores ligados ao movimento espírita da cidade, e como ato simbólico foi colocado no alicerce uma caixinha e dentro dela a ata do momento e algumas moedas; por fim três meninas: Jenny, Idelares e Dolores declamaram a poesia intitulada Pedra Fundamental de autoria do Dr. Marcindo em homenagem à Aliança Espírita de Santa-Mariense³⁵:

Pedra Fundamental
Pedra tu és: Alicerce, fachada, bandeira!
És e serás o teto azul do monumento

³¹ Disponível em: www.aliancaespirita.com/p/historico.html. Acesso: 02 maio 2015.

³² Disponível em: www.aliancaespirita.com/p/historico.html. Acesso: 02 maio 2015.

³³ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

³⁴ Segundo consta no website, tal local correspondia à residência do Espírita Alfredo Luiz Silva.

³⁵ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html>. Acesso: 02 maio 2015.

Que hás de abranger
A humanidade inteira!
Aqui nesta pedra existe um ninho
Rufam asas de luz
Num mundo escuro Como que rasgando
O perenal caminho
Que dá para o porvir Para o futuro!
Daqui Frondejarão viçosos galhos
Maternas sombras para a humanidade!
Remédio para as dores E o trabalho
E a cristalina ninfa, a Caridade
Que dessedenta e cicatriza os talhos.
Marcindo Castilhos³⁶.

O último momento de destaque da narrativa histórico refere-se ao dia 11 de junho de 2001, correspondente à comemoração dos 80 anos da Aliança Espírita Santa-Mariense. Uma série de eventos foi programada: declamações do poema *Pedra Fundamental* pelas irmãs Jenny Silva Leal, Idelares e Dolores, bem como a apresentação de um trabalho sobre a história pela Liliane Gaida Blaya, neta da Nilsa Gaida Blaya, Presidente da Aliança Espírita Santa-Mariense no presente momento. Informou-se ainda que compareceu ao evento o presidente da FERGS³⁷ Angel Aguarod³⁸.

Não obstante a isso, para dar conta de sua presença no ambiente social da cidade, a narrativa do site passa a referenciar que a instituição “não restringiu suas atividades exclusivamente a divulgação da Codificação, associou-se também a outras iniciativas como a campanha a favor do Estado Leigo”³⁹. É possível ler, nas considerações históricas, uma contradição, cita-se uma conciliação com a Igreja Católica. Nesse evento, estiveram presentes: Cícero Barreto pela maçonaria, Dorly Chaves pela Igreja Metodista e mais dois clérigos pela Igreja Luterana e Francisco Teltroit pela Sinagoga Israelita⁴⁰.

Ressaltam-se conexões entre maçonaria e espiritismo. A atuação de Fernando do Ó é destacada em relato de João Fontoura Souza, bem como a surpresa de uma reunião sobre posições políticas nos anos de 1930 ter ocorrido no espaço físico da Aliança Espírita Santa-Mariense. Nessa lógica, o protagonismo dos espíritas é retomado e ressignificado a partir de disputas religiosas:

³⁶ Disponível em: www.aliancaespirita.com/p/historico.html. Acesso: 2 maio 2015.

³⁷ Federação Espírita do Rio Grande do Sul

³⁸ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

³⁹ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

⁴⁰ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

Ditos trabalhos ainda continuaram por alguns tempos na Loja da Maçonaria Luz e Trabalho sempre sob os auspícios da Casa Mãter e demais entidades até que fossem encaminhados os acontecimentos políticos para a laicidade do Estado, o que aconteceu com a entrega de um memorial de Santa Maria a Mãe de Osvaldo Aranha pelo Monsenhor Nicolau Mar em Porto Alegre⁴¹.

Diante desses aspectos, é estabelecida uma memória oficial, resultado da gestão de um equilíbrio entre memória, esquecimento e silêncio por parte de homens e mulheres ligados ao movimento espírita. Toda essa complexidade implica a tentativa de lidar com o passado. Logo, segundo Michel Pollack, a memória é um elemento de constituição do sentimento de pertencimento tanto coletivo quanto individual, pois atua na formação do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si⁴². Estes registros reforçam a representatividade da Aliança Espírita Santa-Mariense para o movimento espírita de Santa Maria, evidenciam-se interlocuções, as redes de sociabilidade tecidas entre o espiritismo e as demais forças sociais dotadas de interesses semelhantes. Endossa-se, para a construção de memórias a serem cultuadas, como elementos de coesão do grupo, logo, “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”⁴³.

Levando-se em conta o sentido organizacional da memória do movimento, buscamos compreender o esforço narrativo em atrelar a história da Aliança Espírita Santa-Mariense a serviço de uma causa. Entendemos tal narrativa como um projeto de nomeação da realidade, o qual “precisa aparecer naturalizado, sem história”. Desta forma, entra o trabalho do historiador, capaz de “mostrar o caráter humano, temporal do que se apresenta acima das contingências socioculturais”.

O espaço ciber-religioso funciona como um lugar de Memória⁴⁴, já que “a memória emerge de um grupo que ela une”⁴⁵. Há elementos discursivos e imagéticos que buscam legitimar um passado institucional, seja a partir do uso de documentos e testemunhos, logo, datas,

⁴¹ Disponível em: <http://aliancaespiritasantamariense.blogspot.com.br/p/historico.html> Acesso: 02 maio 2015.

⁴² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 204-207.

⁴³ HOBBSAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

⁴⁴ Segundo Pierre Nora, os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07- 28, 1993, p.13.

⁴⁵ _____. *Entre Memória e História*, p.9.

personagens e eventos da instituição são compartilhados com os interessados pela causa, fruto de seleções e sentidos partilhados. Enaltecendo o processo de expansão de um projeto espírita na cidade de Santa Maria, ressaltando o caminho de dificuldades, uma memória estabelece a coesão frente a essa projeção de passado. As evidências aqui analisadas relacionam a história da Aliança Espírita Santa-Mariense e a busca de protagonismo, ou seja, traz a conhecimento o esforço de homens e mulheres que dedicaram suas vidas à doutrina espírita, em meio a inimigos poderosos, reforçando, assim a vitória do movimento espírita e superação de um passado de dificuldades na Santa Maria da Boca do Monte.

Considerações Finais

Sumariamente, esse artigo propôs-se a pensar a construção de memória de uma instituição espírita. Permitindo, dessa forma, esmiuçar uma série de agências dos sujeitos históricos – espíritas- no presente. Uma memória que se ressignifica almejando coerência de forma a demarcar formas de pertencimentos e identificação. É, nesse sentido, que se procurou evidenciar tal gestão do passado por parte institucional, no caso, a Aliança Espírita. Infere-se um sentido e significado para sua fundação a partir dos conflitos e constrangimentos peculiares a cidade de Santa Maria. Tal evidência linear, teleológica integra um processo complexo de construção do passado, de elementos que, no entendimento do grupo, devem compor sua historicidade, sua finalidade enquanto integrantes de um movimento mais amplo no cenário da cidade. Compor as lutas travadas, as conquistas, a superação de dificuldades do movimento espírita em Santa Maria confere legitimidade a uma determinada imagem coletiva, compondo seu campo de lutas como a caridade, a solidariedade e a liberdade de experimentar a vivência religiosa, emblema de uma democracia plena.

Convergem também para o trabalho de voz autorizada a falar em nome do espiritismo, nos meandros de conquista enquanto senhores do passado e visa à acumulação de um capital simbólico de “formalização da memória” e gestão da mesma. Ou seja, como os grupos e indivíduos conectam com seu passado à imagem que forjaram de si mesmos. Portanto, essa análise dimensiona a práticas de sentido do passado, logo, como tais grupos lidam com tempo, a ordem do tempo que com seu poder simbólico forja a unidade desejada, isto é, trata de trazer à existência enquanto grupo, segundo Bourdieu, a partir de um poder de fazer o grupo, impondo-lhe princípios de visão e divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma

visão idêntica da sua unidade⁴⁶. Logo, frente à exemplaridade pretendida, temos indícios de uma coletividade em busca de passado, e a construção de nomes, datas e eventos que envolvem os denominados propagandistas do espiritismo na cidade de Santa Maria. Estes propagandistas, homens e mulheres, surgem como tipos ideais dos valores propagados no âmbito do movimento espírita, logo, vislumbra-se todo esforço de elogio para esses elementos tidos como fundamentais para estruturar formas de identificação e pertencimento.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.117.

Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil*

Tancredo Neves and the redemocratization of Brazil

Rodrigo Francisco Dias

Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Professor da E. E. Messias Pedreiro (Uberlândia-MG)

dias.rodrigof@gmail.com

Recebido em: 16/06/2015

Aprovado em: 04/08/2015

RESUMO: Este artigo procura avaliar o papel desempenhado pelo político Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos 1980. A nossa intenção é problematizar certa memória a respeito daquele processo que coloca Tancredo como o grande responsável pelo fim da Ditadura Militar no Brasil. Assim, trazemos para o centro de nossas reflexões a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, bem como o papel desempenhado pelo telejornalismo da época na construção de uma imagem positiva de Tancredo Neves.

PALAVRAS-CHAVE: Tancredo Neves, Redemocratização brasileira, memória.

ABSTRACT: This paper tries to evaluate the role played by the political Tancredo Neves in the redemocratization process occurred in Brazil during the 1980s. Our intention is to discuss a certain memory about that process that puts Tancredo as largely responsible for the end of the Military Dictatorship in Brazil. Thus, we bring to the center of our reflections the complexity of the dictatorship political transition to the democratic state of law, and the role played by the telejournalism of that time in building a positive image of Tancredo Neves.

KEYWORDS: Tancredo Neves, Brazilian redemocratization, memory.

Introdução

Nas últimas eleições presidenciais no Brasil, ocorridas em 2014, as redes sociais na internet serviram de espaço para que as pessoas manifestassem as suas posições políticas. Durante aquelas semanas, uma imagem chamou a atenção e foi bastante compartilhada por vários usuários. Nela, as imagens do político mineiro Tancredo de Almeida Neves e de seu neto, o também político e àquela época um dos candidatos à Presidência da República, Aécio Neves, estavam uma ao lado da outra. Abaixo das duas fotografias, lia-se: “Tancredo acabou com uma ditadura” e “Aécio acabará com outra”.

* Este artigo é fruto das reflexões empreendidas nos capítulos 2 e 3 de nossa Dissertação de Mestrado. Cf. DIAS, Rodrigo Francisco. *Documentarista-Historiador: a “escritura fílmica da história” no filme “Céu Aberto” (1985), de João Batista de Andrade*. 2014. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

Era visível o esforço empreendido por parte dos eleitores de Aécio Neves em estabelecer um link direto entre o seu candidato e o avô famoso do mesmo. Mais do que isso, a figura de Tancredo Neves era lembrada como a do grande responsável pelo fim da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Se o rosto de Tancredo aparecia em preto e branco, a face de seu neto aparecia em uma imagem colorida. O presidenciável de 2014 representava, dessa maneira, a renovação dos valores associados à figura de seu avô.

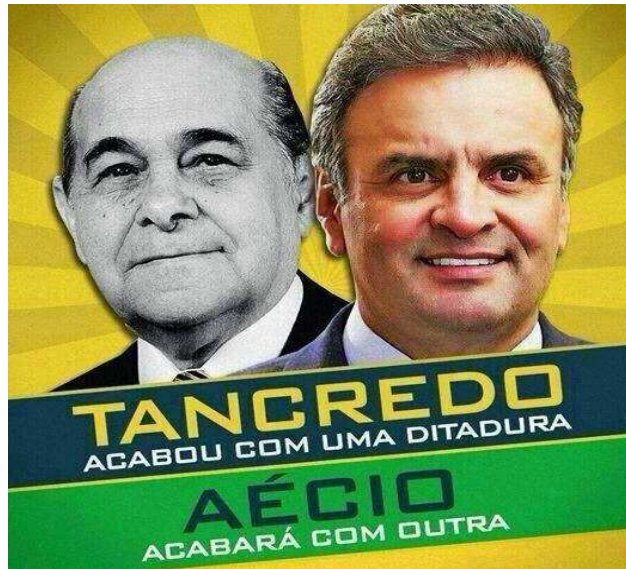


Figura 1 - Imagem veiculada nas redes sociais durante as eleições de 2014. À esquerda, em preto e branco, está Tancredo Neves. À direita, Aécio Neves. O texto reforça a ligação entre os dois. Captada em: http://4.bp.blogspot.com/-HjOwuCDvvg/U83MoWEWJGI/AAAAAAAAAb1g/KVJMhzsBwZw/s1600/10478185_801016969930667_3527086339749970589_n.jpg. Acesso em: 04 ago. 2015.

Mas, afinal, qual foi o papel desempenhado pelo político mineiro Tancredo Neves no processo de redemocratização do Brasil ocorrido durante os anos 1980? É a esta pergunta que o presente artigo pretende responder. Não é nossa intenção elaborar uma resposta definitiva para ela, mas sim analisar criticamente a atuação de Tancredo naquela conjuntura política. Buscaremos nas próximas páginas problematizar certa memória a respeito daquele processo que coloca Tancredo como o grande responsável pelo fim da Ditadura Militar no Brasil. Assim, a complexidade da transição política da Ditadura para o Estado democrático de direito, da qual participaram vários sujeitos, será trazida para o centro de nossas reflexões. Ademais, daremos uma especial atenção ao papel desempenhado pelo telejornalismo da época na construção de uma imagem bastante positiva de Tancredo Neves. A nossa hipótese é a de que o telejornalismo do

período, ao cobrir a eleição, a doença e a morte de Tancredo em 1985, contribuiu para que o político mineiro ficasse na memória de muitas pessoas como o grande articulador da redemocratização.

Feitas essas breves considerações iniciais, passemos ao nosso estudo acerca da atuação de Tancredo Neves no processo que deu fim à Ditadura no Brasil. Em um primeiro momento, nos debruçaremos sobre os aspectos mais amplos da abertura política no Brasil iniciada em meados dos anos 1970, salientando o desgaste progressivo dos governos militares. Em seguida, abordaremos brevemente a trajetória política e de vida de Tancredo, e, depois, nos aprofundaremos um pouco mais no seu ideário político, destacando sobretudo a tradição da política de conciliação na qual ele estava inserido, bem como o discurso da “mineiridade”, por meio do qual Tancredo falava de Minas Gerais e de si mesmo. Ao final, vamos analisar como o telejornalismo contribuiu para a elaboração de uma imagem bastante positiva de Tancredo Neves. Esperamos com isso colaborar com as discussões historiográficas que se voltam para aquele período da história do Brasil.

A abertura política no Brasil a partir dos anos 1970

A Ditadura instalada no Brasil com o Golpe 1964 não foi aceita passivamente por todos os brasileiros. Desde os momentos iniciais do regime, houve quem se opusesse ao governo dos militares. Institucionalmente, o MDB – Movimento Democrático Brasileiro – servia de espaço para os opositores da Ditadura exporem o seu descontentamento com o *status quo* da sociedade brasileira daquele período. Artistas e intelectuais, por sua vez, tinham o campo das linguagens artísticas – música, cinema, teatro, literatura, artes plásticas, televisão – para se manifestarem contra o governo ditatorial, embora tivessem que lidar com a questão da censura. No que diz respeito aos opositores mais radicais da Ditadura, a luta armada foi uma alternativa encontrada para tentar derrubar o regime iniciado em 1964.¹ Os pesquisadores Maria Hermínia Tavares de

¹ A bibliografia sobre o Golpe de 1964 e a conjuntura histórica do Brasil após esse acontecimento é bastante ampla. Indicamos a seguir apenas algumas obras que podem ser úteis na compreensão do assunto: CARONE, Edgard. *O P.C.B.: (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 3; DREIFUSS, René. *1964 – A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4; FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos Anos 60*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012; PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao*

Almeida e Luiz Weis, ao tratarem do período que vai de 1969 a meados de 1974, afirmam o seguinte:

Esses foram anos lacerantes da ditadura, com o fechamento temporário do Congresso, a segunda onda de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra os grupos oposicionistas, armados ou desarmados. É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga. É também, para a classe média, o tempo de melhorar de vida. O aprofundamento do autoritarismo coincidiu com, e foi amparado por, um surto de expansão da economia – o festejado “milagre econômico” – que multiplicou as oportunidades de trabalho, permitiu a ascensão de amplos setores médios, lançou as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, e concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social. A combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago [...] Para aqueles que não partiram “num rabo de foguete”, como diria a canção, rumo à fantasia suicida da insurreição armada, a realidade era uma sucessão de conflitos morais, impulsos, sentimentos e pensamentos contraditórios. De um lado, a rejeição da ordem ditatorial; o horror (e o pavor) da tortura; [...] o sufocamento duro e estúpido das artes e da cultura em um de seus momentos mais fecundos; [...] De outro lado, a proliferação de novas profissões e atividades bem remuneradas para quem tivesse um mínimo de formação. [...] De um lado, ter dinheiro para fazer turismo na Europa. De outro, ter medo de não receber o visto de saída.²

O cerceamento das liberdades individuais em um contexto ditatorial veio acompanhado por um processo de desenvolvimento econômico e dinamização da sociedade brasileira. Neste cenário, especialmente as camadas médias se viram em uma contraditória situação, pois se de um lado o regime representava a inexistência de democracia no país, com o governo espionando, torturando e censurando seus opositores, enquanto fazia propaganda de si mesmo,³ por outro lado havia uma gama de possibilidades de ascensão social colocadas pelo estágio de desenvolvimento do país naquele momento.

Cabe destacar que o Brasil viveu entre as décadas de 1950 e 1970 um período marcado pelo desenvolvimento do capitalismo, uma fase de modernização. De fato, o país viu o surgimento de novos padrões de consumo, similares aos dos países desenvolvidos. Tivemos a industrialização em setores como o do aço e do petróleo (e derivados), a construção de usinas

encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

² ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 332-333. v. 4.

³ O historiador Carlos Fico chega a afirmar que tais práticas foram os “pilares básicos da repressão”, ver: FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA; DELGADO. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura*, p. 167-205. v. 4.

hidrelétricas, a modernização nas indústrias de alumínio, cimento, vidro, papel, alimentos (agora industrializados, mais práticos às donas de casa), têxteis, confecções, bebidas, calçados, móveis, produtos farmacêuticos e cosméticos etc. Isso sem falar nos avanços de nossa indústria automobilística, de eletrodomésticos, navios, aviões, bem como no aparecimento em terras tupiniquins dos supermercados e dos *shopping centers*. Soma-se a isso a intensa urbanização do país, alavancada pelo processo de êxodo rural, com as pessoas mudando de lugar, de cidade, de profissão e até mesmo de classe social.⁴

O regime autoritário instaurado em 1964 deve ser analisado à luz desse quadro mais amplo de transformações pelas quais passava a sociedade brasileira. O autoritarismo do regime se deu em um contexto de modernização do país, no qual as contradições entre as oportunidades disponíveis e a falta de democracia se fizeram sentir. Neste sentido, a oposição ao regime veio não apenas por conta da violência praticada pelos militares, mas também por conta do fato de que a própria modernização do Brasil, motivo de otimismo para alguns, não significou a melhoria das condições de vida e trabalho para todos os brasileiros. Nessa perspectiva, o próprio “milagre econômico” deve ser problematizado, uma vez que não foi visto com olhares tão otimistas por todos. Luís Carlos Prestes, líder do PCB, publicou um texto em maio de 1972 no qual disse o seguinte:

O crescimento da produção industrial e do produto nacional bruto em um ritmo médio anual de 9% é aproveitado pela ditadura para fins propagandísticos. Ela apresenta-o como favorável a toda a nação e como um grande mérito da chamada “revolução de 64”. Mas para o povo é cada dia mais evidente que esse crescimento se realiza em benefício de uma pequena minoria, principalmente dos monopólios estrangeiros e de seus sócios locais. É um crescimento que se baseia em uma exploração cada vez maior da classe operária e das massas trabalhadoras em geral e que conduz a uma concentração do capital e da produção, ao aumento do desemprego e ao empobrecimento da maioria da população. Ao mesmo tempo acelera o processo de desnacionalização da economia brasileira. O “milagre brasileiro”, tão exaltado pela propaganda oficial, significa para a classe operária redução do salário real. De 1959 a 1968 o número de membros da família de um trabalhador de São Paulo aumentou em média 19%, enquanto que o salário real do cabeça da família diminuiu em quase 49%. Para salvar a situação, as mulheres e os adolescente [sic] têm de se dedicar a trabalhar.⁵

De acordo com essa análise, portanto, eram os trabalhadores que pagavam a conta do “milagre econômico” brasileiro, quando de fato a política de arrocho salarial praticada pelos

⁴ Cf. MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS; SCHWARCZ. *História da Vida Privada no Brasil*, p. 560-586. v. 4.

⁵ PRESTES, Luís Carlos. A luta revolucionária dos comunistas brasileiros (maio de 1972). In: CARONE, Edgard. *O P.C.B.: (1964-1982)*. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 128. v. 3.

governos militares foi um dos responsáveis pelo notável crescimento econômico do país, crescimento esse que foi acompanhado do aumento da desigualdade de renda entre ricos e pobres. A incapacidade do regime de incorporar setores mais amplos da sociedade brasileira às benesses do desenvolvimento capitalista e o autoritarismo sob o qual se dava o governo do país, fizeram cada vez mais aumentar o desgaste da ditadura diante da sociedade brasileira. A partir de meados dos anos 1970, a oposição ao regime só fez aumentar, sendo emblemática à época o expressivo desempenho do MDB, partido da oposição, nas eleições de 1974. O tempo dos militares no poder caminhava para o seu fim.

Naquele momento, a América Latina vivenciava as redemocratizações em diversos países, em processos acompanhados pela luta em prol dos direitos humanos por parte do governo norte-americano de Jimmy Carter. No Brasil, a abertura se deu de maneira “lenta, gradual e segura”, como rezava a proposta do “*Projeto Geisel-Golbery*”, e foi marcada pela atuação da oposição e pelas fragmentações no meio militar dentro de uma conjuntura de esgotamento do modelo econômico que possibilitara o “milagre”.⁶

No meio militar houve o embate entre as chamadas linhas *castelista* e *dura*, que muitas vezes determinou a postura assumida pelo regime, entre a busca pela abertura política, ainda que monitorada, e o aumento da repressão política (contra as mais variadas formas de oposição, fossem armadas ou não). Foi no bojo dessa discussão que surgiu o projeto de “*distensão lenta, gradual e segura*”,⁷ de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (com a participação de outros militares, como Orlando Geisel e João Figueiredo). Nas palavras do próprio Ernesto Geisel,

[...] essas três condições, acho que se justificam por si mesmas. Por que ela [a abertura] tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse ao regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva.⁸

O general presidente, portanto, justificou a sua proposta de distensão com a necessidade de evitar tanto uma reação violenta por parte da *linha dura* quanto os “perigos” representados por aquela oposição mais radical ao regime. Como bem salientou o historiador Francisco Carlos

⁶ Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA; DELGADO. *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura*, p. 245-254. v. 4.

⁷ _____. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 262.

⁸ GEISEL, Ernesto apud COSTA COUTO, Ronaldo. *Memória viva do regime militar, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 209.

Teixeira da Silva, tal projeto procurava “evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964”, bem como “proceder-se em um tempo longo”.⁹ Como se vê, tal proposta de abertura procurava manter as rédeas do processo nas mãos dos militares.

Do seu lado, membros da oposição procuraram se valer do espaço político, que, a despeito das limitações, era um local onde a ação contrária à ditadura era possível. Os opositores se articularam em torno do MDB, em “um projeto pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia”.¹⁰ Importante personagem foi Ulysses Guimarães, líder do MDB que enfrentou dura e firmemente o regime, até mesmo fazendo críticas públicas a Geisel. Todavia, com o passar do tempo, o diálogo com Ulysses acabou se mostrando difícil, o que fez membros do regime voltarem-se para o político mineiro Tancredo Neves, que por seu caráter mais moderado, acabou representando uma possibilidade de negociação entre situação e oposição.

Posto isso, o país acabou vivendo uma “*transição acordada ou pactuada*”¹¹ do regime militar para o Estado democrático de direito. Thomas Skidmore assim descreveu tal processo:

No final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição. Os militares que eram a favor da abertura precisavam agir cautelosamente, por medo de provocar os “linha-dura”. Suas aberturas para a oposição estavam planejadas para tirar de campo os elementos “responsáveis”, demonstrando desse modo que havia moderados prontos para cooperar com o governo. Ao mesmo tempo, a oposição pressionava constantemente o governo para acabar com seus excessos arbitrários, e desse modo lembrar os militares de que seu papel não tinha legitimidade. Enquanto isso, os moderados da oposição tinham que recordar aos radicais que eles estariam nas mãos dos “linha-dura” caso se excedessem. Esse relacionamento político intrincado funcionou com sucesso por haver um consenso entre ambos, militares e civis, a favor de um retorno a um sistema político (quase) aberto. O que esse sistema poderia produzir para o brasileiro comum era, naturalmente, outra questão.¹²

Com base nessa análise de Skidmore, temos que houve um consenso entre alguns setores militares e membros da oposição moderada. Nesse sentido, houve a negociação de interesses divergentes em prol de um objetivo comum, que naquele contexto era o retorno do país à democracia. A análise de Skidmore permite-nos perceber que tais negociações não levaram em conta as demandas do “brasileiro comum”, mas foram, isto sim, uma articulação política feita “por cima”. Como bem disse Maria do Carmo Campello de Souza: “O acordo brasileiro

⁹ SILVA. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 262.

¹⁰ _____. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 261.

¹¹ _____. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 263.

¹² SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71.

obedeceu à lógica de um pacto entre elites regionais, sustentado por frações militares, e não de um pacto estabelecido entre porta-vozes de instituições partidárias responsáveis perante suas bases e eleitores”.¹³ Ora, nestes acordos feitos entre os participantes da política institucionalizada, os anseios das camadas mais amplas da sociedade não foram levados em conta.

De fato, quando se toma, por exemplo, o movimento das *Diretas Já!* a partir das considerações de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, tem-se que

Quase todos os que saíram às ruas bradavam por muito mais que eleições diretas para presidente: desejavam um outro modelo econômico e social, que supunha um Estado verdadeiramente democratizado. O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo.¹⁴

A transição¹⁵ “pactuada” da ditadura para a democracia se deu em um momento do país no qual os problemas econômicos e sociais cresciam em ritmo acelerado. Não nos esqueçamos, a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”,¹⁶ com o país em meio a uma grave crise econômica, a grande dívida externa, a inflação, o desemprego e a violência crescente nas cidades. Em tal cenário, os setores mais amplos da sociedade brasileira, as camadas populares, que sempre são os que mais sofrem com tais crises, desejavam não apenas a volta das liberdades individuais, mas um governo que pusesse fim a tantas dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Contudo, a redemocratização que deu fim à Ditadura Militar não mudou o modelo econômico e social brasileiro, historicamente baseado na desigualdade e na concentração de renda. Ainda de acordo com João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, nos anos que se seguiram à transição houve “um prolongamento do Estado nascido da ‘Revolução de 64’,

¹³ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmoques. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*, p. 568-569.

¹⁴ MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 651.

¹⁵ Para um aprofundamento dos debates em torno da “transição” da Ditadura para o Estado democrático de direito, ver: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/Ed. Sumaré, 1990; VIANNA, Luiz Jorge Werneck. *Travessia: da Abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

¹⁶ É preciso dizer que o termo “década perdida” refere-se sobretudo aos problemas econômicos vividos pelos brasileiros no decênio de 1980. Mais recentemente, a historiografia tem procurado jogar luz sobre esse período da história brasileira, salientando a importância daquela época para a vida política nacional. Um bom exemplo de um estudo sobre os anos 1980 que procura ir além da imagem de “década perdida” é a obra de Gelsom Rozentino de Almeida, na qual o autor avalia a importância dos anos 1980 para a consolidação do regime democrático no Brasil. Segundo Almeida, naquela década houve um notável protagonismo da sociedade civil, tanto por meio do movimento sindical quanto por meio dos movimentos sociais, isso sem falar na atuação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ver: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida – PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

essencialmente plutocrático, primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático”.¹⁷ Dessa maneira, podemos pensar o recente processo histórico brasileiro como algo marcado por permanências e rupturas, no qual tanto os anos de chumbo quanto os anos de democracia foram (e têm sido) marcados pela concentração do poder político e do poder econômico nas mãos de uma minoria.

Nos últimos anos da Ditadura, as dificuldades econômicas e o longo período sem democracia só faziam a insatisfação da população aumentar. Em 1980, foram aprovadas as eleições diretas para governador. Os membros do regime acreditavam que a multiplicação dos partidos políticos pulverizaria a oposição e facilitaria a vitória do PDS – partido da Ditadura que se originou a partir da antiga Arena –, garantindo o controle da situação ao governo. Eleições para os governos estaduais foram marcadas para 1982 e, no intuito de conter a oposição, o governo proibiu as coligações partidárias. Também houve a criação do voto vinculado, por meio do qual o eleitor tinha que votar em um mesmo partido em todos os níveis representativos, executivo e legislativo, municipal e estadual.

Em meio a este cenário, o PP – Partido Popular –, que tinha em seus quadros o político Tancredo Neves, fundiu-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, depois que ambos viram as suas possibilidades eleitorais diminuir com as mudanças impostas pelo governo. O PDS conseguiu a maioria no Congresso Nacional, enquanto o PMDB obteve vitórias expressivas nas eleições para governador em estados importantes, tais como São Paulo (Franco Montoro), Minas Gerais (Tancredo Neves) e Paraná (José Richa). Leonel Brizola, antigo adversário da Ditadura, foi eleito no Rio de Janeiro pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista. Todavia, a maioria dos estados ficou com o PDS, inclusive em locais onde a oposição era forte, como Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Foi após as eleições de 1982 que a oposição entendeu que a Ditadura só acabaria quando fossem realizadas eleições diretas para presidente. Em março de 1983, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou à Câmara uma emenda constitucional que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República já na sucessão do general Figueiredo. O senador Teotônio Vilela (PMDB) propôs uma campanha nacional pelo voto direto para presidente. A campanha foi vista como uma prioridade pelo PT – o Partido dos Trabalhadores – e, com o apoio do PMDB, realizou-se um comício em Goiânia. Ainda em 1983, um comício pelas eleições diretas foi realizado em São Paulo, reunindo uma frente suprapartidária (PT, PMDB, PDT) e

¹⁷ MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 651.

organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dez mil pessoas compareceram ao evento. Em pouco tempo, a campanha das *Diretas Já* espalhou-se por todo o território nacional, mobilizando amplos setores da sociedade brasileira, sobretudo após o engajamento total do PMDB. Grandes comícios a favor das eleições diretas foram realizados em várias cidades, reunindo milhares de pessoas, além de artistas, intelectuais e políticos de diversas alas de centro e de esquerda. Todavia, apesar da pressão popular, a emenda de Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso Nacional, em abril de 1984.

O país teria mais uma eleição indireta para a Presidência da República. O PDS tinha três opções de candidatos: Aureliano Chaves (vice-presidente à época e um civil ligado aos moderados), o coronel Mário Andreazza (ministro do Interior à época e indicado pelos militares) e Paulo Maluf (ex-governador de São Paulo e uma figura política nascida na Ditadura, com um projeto próprio de poder). O governo acabou indicando o nome de Paulo Maluf (PDS) para disputar a sucessão do general Figueiredo. A decisão irritou os militares e descontentou os moderados, provocando uma cisão no seio do PDS. Alguns parlamentares ligados ao PDS – partido que garantiu a rejeição da emenda Dante de Oliveira – abandonaram o partido e formaram a Frente Liberal, que mais tarde originaria o Partido da Frente Liberal (PFL). Aproveitando-se do enfraquecimento do PDS e do projeto militar, o PMDB aliou-se à Frente Liberal, em meados de 1984, formando um bloco chamado Aliança Democrática, que lançou a candidatura do moderado Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, à Presidência. O vice da chapa de Tancredo era o ex-presidente do PDS e então governador do Maranhão, José Sarney.

O programa de Tancredo Neves contemplava a convocação de uma Assembleia Constituinte, os problemas sociais, as eleições diretas, a dívida externa, o emprego, a Previdência Social, a liberdade sindical e o Estado de Direito. Ulysses Guimarães coordenou a campanha de Tancredo, intitulada “Muda Brasil: Tancredo Já!”, que recebeu o apoio popular mesmo as eleições sendo indiretas. A candidatura de Tancredo representava para muitos a consolidação da redemocratização. As eleições ocorreram em janeiro de 1985, e deram a vitória a Tancredo Neves, que obteve 480 votos no Colégio Eleitoral contra os 180 de Maluf. Apesar de não fazer parte da Aliança Democrática, o PDT votou em Tancredo. Por sua vez, o PT se recusou a participar do pleito indireto.

Tancredo cunhou o termo “Nova República” para designar o seu período de governo. A posse do primeiro civil eleito para o cargo de Presidente da República em mais de 20 anos foi marcada para o dia 15 de março de 1985. Tancredo receberia um país com altíssima inflação e

uma dívida externa de 150 bilhões de dólares. Contudo, Tancredo adoeceu gravemente no dia anterior à posse, sendo internado no Hospital de Base de Brasília e, depois, transferido para o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde passou por uma série de cirurgias. Durante semanas, a população brasileira acompanhou o estado de saúde de Tancredo por meio dos boletins médicos que alimentavam um falso otimismo. Tancredo acabou falecendo no dia 21 de abril de 1985. O seu cortejo saiu de São Paulo e passou por Brasília e Belo Horizonte, antes de finalmente chegar a São João del-Rei, onde o corpo foi enterrado, em um trajeto que foi acompanhado por multidões.

José Sarney, vice-presidente eleito junto com Tancredo e ex-parlamentar da Arena que integrava a Frente Liberal, acabou ocupando a Presidência da República. A Ditadura Militar Brasileira chegava ao seu fim com um político historicamente associado ao partido da Ditadura ocupando o cargo máximo do poder Executivo. Nada melhor do que isso poderia representar tão bem a “transição pactuada” da Ditadura para o Estado democrático de direito no Brasil da década de 1980.

A trajetória de Tancredo Neves¹⁸

Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João del-Rei (Minas Gerais) no dia 4 de março de 1910 e, desde cedo, foi introduzido à política, notadamente pela influência do pai, Francisco de Paulo Neves. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (FDUMG), Tancredo participou ativamente da política de São João del-Rei durante os anos 1930, atuando como vereador na cidade e, posteriormente, com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, dedicando-se à advocacia. A partir de 1945 a sua atuação tornou-se mais intensa, uma vez que filiou-se ao PSD (Partido Social Democrático) e se elegeu deputado estadual, atuando na Assembleia Legislativa de Minas Gerais como relator geral da Constituinte Mineira.

Em 1950, candidatou-se a deputado federal, conseguindo se eleger. Na condição de deputado federal, foi membro da Comissão de Transportes e de Obras Públicas e da Comissão de Justiça. Em 1953, licenciou-se da Câmara para se tornar ministro da Justiça do governo Vargas, acompanhando de perto a grave crise política ocorrida no final do governo de Getúlio.

¹⁸ As informações sobre a vida do político Tancredo Neves foram extraídas do verbete *Tancredo Neves*, disponível no acervo eletrônico do CPDOC. Ver: RAMOS, Plínio de Abreu; CAMPOS, Patrícia. Tancredo Neves [Verbetes]. CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

Com o suicídio do Presidente, Tancredo reassumiu a sua cadeira na Câmara dos Deputados. Quando o seu mandato chegou ao fim, assumiu o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e atuou como conselheiro político do presidente Juscelino Kubitschek. Posteriormente, se tornou diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e assumiu a presidência da mesma instituição.

Ao fim dos anos 1950, exerceu o cargo de secretário de Finanças do Governo de Minas Gerais e candidatou-se, em 1960, ao governo de Minas, mas perdeu a eleição. No início dos anos 1960, participou ativamente das negociações políticas em andamento no país quando da renúncia de Jânio Quadros, exercendo, inclusive, o cargo de primeiro-ministro durante a curta experiência parlamentarista. Tancredo acabaria deixando o cargo em 1962, elegendo-se deputado federal. Com o Golpe de 1964, o político passou a atuar na Câmara dos Deputados na condição de membro da oposição ao governo, filiando-se ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no sistema do bipartidarismo.

Durante os anos da Ditadura, teve uma destacada atuação política dentro do Congresso Nacional. Foi presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, em 1971, eleito terceiro vice-presidente nacional do MDB, em 1975, e eleito Senador da República por Minas Gerais, em 1978. Durante o mandato no Senado, fundou o PP (Partido Popular) e articulou a fusão do referido partido com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em 1982, mesmo ano em que se elegeu Governador de Minas Gerais.

Já no mandato como governador de Minas, participou da campanha das *Diretas Já!*, candidatando-se posteriormente à Presidência da República pela Aliança Democrática. Tancredo Neves se elegeu presidente nas eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, vencendo Paulo Salim Maluf no Colégio Eleitoral. Todavia, acabou não exercendo o mandato de presidente, uma vez que foi hospitalizado na véspera da posse, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985, depois de passar pela agonia de ser operado diversas vezes. Sua agonia foi acompanhada pelo povo brasileiro através de uma intensa cobertura por parte da mídia. Sua morte gerou uma grande comoção em várias partes do país.

O ideário político de Tancredo: conciliação e “mineiridade”

A trajetória de Tancredo Neves foi de fato marcada por sua atuação e presença em momentos considerados importantes da história do Brasil. Formado politicamente no estado de

Minas Gerais, Tancredo tinha um ideário político no qual eram muito importantes a ideia da conciliação e o discurso da “mineiridade”. Segundo Tancredo,

O horror de Minas ao radicalismo é histórico. [...] Ser mineiro não é ser radical, e ser radical não é ser mineiro. Mas a natureza conciliadora dos mineiros tem, ao meu ver, fatores de natureza sociológica, fatores psíquicos e fatores históricos. A condição de Estado central, e o isolamento em que Minas viveu durante séculos, levam o mineiro a maior reflexão, maior ponderação, maior peso na suas decisões. Todo cidadão que realmente busca uma posição de segurança, ele é inclinado, naturalmente, a evitar o conflito, a evitar a competição e busca sempre as soluções que evitem o atrito, que evitem o choque. Foi esse o comportamento tradicional dos mineiros em razão mesmo da sua situação de Estado central. Há razões de natureza histórica porque a posição de Minas, de centro de gravidade da política brasileira, sempre obrigou os mineiros a conviverem com todos os seus vizinhos. Minas é o Estado que possui o maior número de limites com os demais Estados da Federação. [...] E fatores psíquicos, que o fato do mineiro ter vivido isolado obriga o mineiro a uma introspecção muito profunda. Todo mineiro é um meditativo, todo mineiro é um homem voltado para a sua interiorização ou o aprofundamento de suas forças internas, suas forças interiores.¹⁹

Ao explicar o caráter conciliador dos mineiros a partir de fatores sociológicos, psíquicos e históricos, o próprio Tancredo Neves estabeleceu como sendo uma característica do povo mineiro a capacidade de lidar com várias correntes políticas e ideológicas, convivendo com elas e estabelecendo a conciliação entre elas. Sendo mineiro, portanto, Tancredo Neves se via como um conciliador.

Essa forma de Tancredo Neves de pensar o estado de Minas Gerais, bem como a si mesmo, faz certamente parte de toda uma tradição de se pensar a política mineira e o papel desempenhado pelo estado na política nacional. Bernardo Mata-Machado aponta para tal tradição quando afirma que

A influência de Minas Gerais na Federação foi atribuída, muitas vezes, à posição central que o Estado ocupa no conjunto do País. A centralidade foi definida sob os aspectos geográfico, econômico, étnico, cultural e também psicológico, de onde alguns autores deduziram que a função política de Minas seria de equilíbrio e moderação. [...] existe na elite política de Minas Gerais uma tradição de equilíbrio, conciliação e centrismo. As trajetórias de alguns políticos, frequentemente citados, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Otoni, Marques do Paraná, Cesário Alvim, João Pinheiro, Artur Bernardes, Antônio Carlos, Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Israel Pinheiro, Aureliano Chaves e Tancredo Neves, revelam essa tradição, o “senso grave da ordem”, equilibrado com a ideia de liberdade.²⁰

¹⁹ NEVES, Tancredo apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves; SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. 2. ed. Prefácio por José Henrique Santos. Petrópolis / Belo Horizonte: Vozes / UFMG, 1985, p. 103-104.

²⁰ MATA-MACHADO, Bernardo. O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 91-95, jan./abr. 1987. Disponível em:

A partir disso, Mata-Machado analisa a atuação das elites políticas mineiras ao longo da história da República, destacando não só a ideia de “mineiridade”, usada com a finalidade de construir uma identidade entre elite e povo em Minas Gerais, mas também a coesão dessas elites em momentos de transição, geralmente se antecipando às demandas dos movimentos populares, contudo, promovendo “mudanças políticas ‘por cima’”²¹ para garantir os seus próprios interesses como elite.

A socióloga Maria Arminda do Nascimento Arruda tratou dessa tradição de se pensar a política mineira e as características dos mineiros no livro *Mitologia da Mineiridade*. Nele, a autora faz uma ampla análise dos relatos de viajantes dos séculos XVIII e XIX, de discursos políticos, ensaios e obras literárias, destacando como ao longo do tempo foi elaborada uma identidade dos mineiros. Nas palavras de Arruda,

Gestou-se em Minas Gerais uma cultura política própria que ganha relevo nos momentos de transição no Brasil, visível no chamado fenômeno da conciliação. [...] Nessas ocasiões surge muitas vezes o reconhecimento de que a subcultura de Minas, frequentemente denominada “mineiridade”, conteria os princípios do “entendimento nacional”. Reconhecem-se nos mineiros qualidades essenciais de bom senso, de moderação e equilíbrio, virtudes estas consideradas essenciais à urdidura do acordo. Há poucos anos a imprensa brasileira dedicou espaço considerável a esses atributos, personificados na figura de Tancredo Neves, tido como peça fundamental e insubstituível no processo de mudança do regime. Não foi casual que a sua morte tenha criado tamanho temor, tamanha incerteza e tamanho impasse. Se deixarmos de lado o problema da excessiva personalização, traço fundamental da cultura política brasileira e sintoma de instituições frágeis, cabe perguntar-se sobre a necessidade de apelar ao “caráter regional”, ao “espírito particular dos mineiros”, tidos e havidos como a própria manifestação da temperança.²²

A mineiridade é, portanto, uma forma de regionalismo que atribui aos mineiros algumas características, bem como ao estado de Minas Gerais um papel importante na integração nacional. Nessa “mitologia” os mineiros possuem uma notável “sensibilidade política” que remonta aos tempos da Inconfidência Mineira, bem como apresentam, de maneira ambígua, traços libertários, românticos, incontidos, mas também conciliatórios e realistas, sendo, portanto, bons políticos.²³ Mais que isso, como nos exemplos trazidos por Arruda em seu livro, os mineiros

<<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=52&layout=abstract>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

²¹ _____. *O poder político em Minas Gerais: estrutura e formação*, p. 108.

²² ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 14-15.

²³ Cf. _____. *Mitologia da Mineiridade*, p. 63.

são constantemente representados como democráticos e amantes da cultura e da liberdade (é recorrente nesse último ponto, aliás, a memória da Inconfidência Mineira).²⁴

As trajetórias de alguns políticos mineiros estão inseridas nessa mitologia da mineiridade. A esse respeito, Maria Arminda do Nascimento Arruda afirma:

Os políticos de Minas Gerais apresentam-se como artífices primorosos dos momentos de conciliação da sociedade brasileira. A conciliação política – de larga tradição no pensamento brasileiro – apareceu no império, ligada à figura do mineiro Honório Hermeto, Marquês de Paraná. A conciliação, além disso, ressurgiu sempre conectada à questão da unidade nacional, quando os problemas políticos se tornam significativamente mais espinhosos. Não casualmente, Honório Hermeto passou para a história do Império como a figura central da arte conciliatória, entre liberais e conservadores. [...] A conciliação afigura-se pois como etapa transicional, concebida para absorver as dissensões e imprescindível à tessitura de um futuro promissor. Produto da habilidade política pessoal, a conciliação passa a resultar das qualidades inerentes a alguns homens. Nessas ocasiões, ocorre comumente uma excessiva personalização de políticos tidos como fundamentais à urdidura do novo pacto. Desse ponto de vista, as atitudes conciliatórias surgem envoltas no véu do conservadorismo, uma vez que a necessidade de se atribuírem todos os méritos a certas personalidades descobre a fragilidade das instituições políticas.²⁵

Os políticos mineiros conciliadores se colocam, dessa forma, como importantes agentes do processo histórico brasileiro. Exemplo disso poder ser visto quando da eleição de Tancredo Neves como presidente do Brasil, em 15 de janeiro de 1985. No seu discurso, Tancredo disse: “Venho em nome da conciliação. Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras”²⁶. Na análise de Maria Arminda do Nascimento Arruda, esse discurso, “em seus trechos mais fortes, evoca a unidade nacional enquanto sub-produto da conciliação mineira”, tendo um “tom salvacionista” inserido no “jogo da personalidade redentora ajustada ao talento de quem maneja, com maestria, a habilidade política”.²⁷

Mostrando-se favorável à política de conciliação, Tancredo defendia que os problemas econômicos e sociais do país deveriam ser resolvidos no campo da política, e não através de radicalismos nas ruas: “Confio muito mais nesse reformismo moderado, nesse reformismo tranquilo e consciente, que pode levar tempo para alcançar as conquistas mas, em as alcançando,

²⁴ Cf. ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 72-90.

²⁵ _____. *Mitologia da Mineiridade*, p. 223-224.

²⁶ NEVES, Tancredo *apud* DELGADO; SILVA. *Tancredo Neves*, p. 292.

²⁷ ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 225.

são conquistas sedimentadas, estáveis, definitivas”, disse certa vez.²⁸ Segundo José Maurício de Carvalho, no que dizia respeito à questão dos problemas sociais do Brasil, o pensamento “conciliador” de Tancredo teve

[...] uma síntese entre certos fundamentos humanísticos retirados da tradição católica e as ideias liberais. Assim é que ele fundamentou a vida social num modelo de justiça gestado na filosofia social católica, enxergando tanto na proposta liberal agnóstica como nas teses socialistas, rotas equivocadas porquanto atingiam a dignidade do homem.²⁹

Assim, podemos dizer que o referido político tinha consciência dos problemas sociais do país, contudo, como a sua proposta de solucioná-los estava ligada a uma “síntese entre certos fundamentos humanísticos retirados da tradição católica e as ideias liberais”, temos que a postura do político mineiro se orientava no sentido de evitar caminhos “radicais”, tendo assim, portanto, traços moderados e conservadores, que na mitologia da mineiridade são comuns aos mineiros. Se Tancredo Neves defendia a necessidade de solucionar a desigualdade social no Brasil, com melhorias na condição de vida da população, o caminho sugerido por ele deveria ser um que não rompesse com os alicerces da sociedade capitalista.

A observação das características do ideário político de Tancredo Neves nos permite compreender a sua participação na “transição pactuada” feita “por cima” que marcou o fim da Ditadura Militar no Brasil. A “conciliação” realizada em meados dos anos 1980 ia ao encontro do ideário moderado e conservador de Tancredo, dando continuidade a uma verdadeira tradição na cultura política brasileira. Em *Conciliação e Reforma no Brasil*, José Honório Rodrigues se debruçou sobre a “política de conciliação” que se fez presente em vários momentos da história brasileira. De fato, a redemocratização que encerrou o período da Ditadura Militar não foi o primeiro e único momento da história do Brasil no qual apareceu a questão da conciliação.

Segundo José Honório Rodrigues, “História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo afirmar que os exemplos de conciliação predominam”.³⁰ Em outras palavras, para Rodrigues, apesar de conflitos violentos serem verificáveis ao longo de nossa história, o processo histórico brasileiro foi marcado por uma tendência a soluções “pacíficas”. Contudo, o autor esclareceu que “[...] a conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre zigue-zagues

²⁸ NEVES, Tancredo *apud* CARVALHO, José Maurício de. *As ideias filosóficas e políticas de Tancredo Neves*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p. 64.

²⁹ CARVALHO. *As ideias filosóficas e políticas de Tancredo Neves*, p. 69-70.

³⁰ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 59.

variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas.³¹

Como se vê, trata-se de uma conciliação entre os membros das elites. De fato, desde meados do século XIX, as elites brasileiras tendem a se conciliarem em prol de um objetivo comum: evitar reformas sociais e econômicas. As elites brasileiras geralmente aceitam apenas reformas jurídicas, políticas e eleitorais, mas nunca sociais e econômicas. A história do Brasil viu a sucessão de diversos regimes políticos, da monarquia à república democrática, passando por governos ditatoriais, bem como a sucessão de diversas Constituições. Mas nunca se viu aqui uma mudança profunda em nossa estrutura social e econômica, continuamos vivenciando a desigualdade social, fundada na concentração de renda por parte de uma minoria.

Tendo como objetivo evitar reformas mais profundas na sociedade brasileira, segundo José Honório Rodrigues, “As minorias dominantes no Brasil, para evitar as convulsões sangrentas, sempre prometeram reformas, especialmente nas crises, e quando o povo se continha e elas se tornavam senhoras da situação, descumpriam as promessas”.³² As promessas de atendimento das demandas dos amplos setores da sociedade sempre foram uma estratégia de apaziguar o povo e manter o poder nas mãos de uma minoria. No que diz respeito a essa estratégia política de apaziguar as camadas populares, no intuito de concentrar o poder político nas mãos das elites políticas, o próprio Tancredo Neves

Sempre julgou ser a política a instância eficaz para a solução de problemas econômicos e sociais. Conseqüentemente, atribuía às elites políticas o papel de direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade. Nesse sentido, essas elites deveriam estar constantemente como que antecipando-se ao movimento de reivindicações e demandas dos diferentes grupos de interesses.³³

Em outras palavras, apesar de defender a ideia de que as classes políticas deveriam estar atentas às demandas dos vários setores da sociedade, Tancredo Neves acreditava que o poder político deveria estar nas mãos das elites políticas, responsáveis pelo “direcionamento do caminho a ser trilhado pela sociedade”. É nesse sentido que Tancredo defendia que os problemas econômicos e sociais do país deveriam ser resolvidos no campo da política institucionalizada, e não através de radicalismos nas ruas. A postura de Tancredo, deste modo, estava de acordo com a prática de conciliação entre as elites de nosso país, uma tradição na nossa história política,

³¹ RODRIGUES. *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 60.

³² _____. *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 66.

³³ DELGADO; SILVA. *Tancredo Neves*, p. 38.

segundo José Honório Rodrigues, e na política mineira, se lembrarmos os apontamentos de Bernardo Mata-Machado e Maria Arminda do Nascimento Arruda.

No campo da política institucionalizada, o processo de redemocratização do Brasil iniciado em meados dos anos 1970 e desenvolvido na década seguinte foi realizado “por cima”, pelos grupos dirigentes.³⁴ As demandas populares não foram totalmente ouvidas, o regime mudou, mas o poder permaneceu nas mãos dos mesmos grupos sociais, políticos e econômicos. Tancredo Neves participou de todo esse processo de maneira moderada e conservadora. Não nos esqueçamos, Ulysses Guimarães foi o grande nome da oposição institucionalizada à Ditadura durante um bom tempo, foi apenas quando setores militares desistiram de dialogar com ele que o nome de Tancredo Neves surgiu como uma possibilidade de negociação entre os militares e a oposição. Se Tancredo prometia o advento de uma “Nova República”, com o combate às desigualdades sociais, não devemos nos esquecer que o político mineiro estava preocupado em realizar uma conciliação política que impedisse mudanças radicais e abruptas na estrutura da sociedade brasileira.

A imagem positiva de Tancredo Neves

Como vimos, Tancredo Neves não foi o único a fazer oposição à Ditadura durante o período em que durou o regime. Ele sequer foi o principal líder da oposição institucionalizada desde o início – Ulysses Guimarães cumpriu um papel mais importante na oposição durante um tempo. Ademais, Tancredo era um político muito ligado a grupos moderados e conservadores, fiel à tradição “conciliadora” dos políticos mineiros. Mudanças rápidas e profundas na realidade brasileira dificilmente viriam por meio das ações do político mineiro caso ele tivesse de fato exercido o seu mandato de presidente da República àquela época.³⁵ E todavia, quando Tancredo

³⁴ É preciso não perder de vista que estamos nos referindo aqui especificamente ao campo da política institucionalizada, onde os grupos dirigentes realizaram a conciliação política e encaminharam “por cima” a redemocratização. Todavia, há que se salientar que a ação política não se realizava única e exclusivamente no campo institucional-partidário, pois nos anos 1980 a sociedade civil exerceu também o seu papel na luta pela redemocratização, como nas manifestações das *Diretas Já!*, onde as pessoas ocupavam as ruas para pedir o fim da Ditadura. Todavia, tendo em vista os limites e os objetivos do presente artigo, estamos concentrando as nossas reflexões na conciliação que possibilitou a transição “pactuada”, um processo que foi marcado por negociações no campo da política institucionalizada, onde Tancredo Neves atuou.

³⁵ Diga-se de passagem, nem todos confiavam nas promessas de Tancredo Neves de trazer mudanças para o Brasil. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, o PT – Partido dos Trabalhadores – desconfiava do caráter “conciliador” de Tancredo, bem como de sua “posição centrista” e de seu “conservadorismo pessoal”. Por ser um político que fez oposição moderada à Ditadura, Tancredo não era visto com bons olhos pelo PT, que o via muito próximo de certos integrantes do regime militar. A aliança com José Sarney, ex-presidente da Arena e do PDS (partido do regime militar) aumentou ainda mais a desconfiança em relação a Tancredo nos quadros do PT: “o PT

adoeceu e foi internado antes de tomar posse no cargo para o qual foi eleito, muitas pessoas entraram em desespero. Pessoas fizeram vigília em frente ao Hospital das Clínicas em São Paulo durante semanas. Após a morte de Tancredo, milhares acompanharam o cortejo do seu corpo nas ruas. A comoção por sua morte foi grande.

Mas se Tancredo teve uma trajetória mais ligada aos grupos dirigentes da sociedade brasileira, como podemos explicar a reação de parte considerável da população quando de sua doença e de sua morte em abril de 1985? Como entender a imagem positiva de Tancredo Neves que está na memória de muitas pessoas que se lembram dele como um bom político preocupado com as questões sociais e que “acabou com uma ditadura”, como muitos disseram durante as eleições presidenciais de 2014, nas quais os eleitores de Aécio Neves, neto de Tancredo, fizeram questão de lembrar a trajetória do avô do seu candidato?

Em nossa avaliação, a construção de uma imagem positiva de Tancredo Neves começou já quando o político mineiro foi internado em 1985. Todo o processo de doença e morte de Tancredo foi acompanhado pelos veículos de comunicação de maneira bastante intensa, em especial pela televisão. Segundo Arlindo Machado, existem as “cerimônias televisivas de exceção”³⁶ que interrompem a grade normal de programação. Como exemplo de tais cerimônias, Machado cita justamente os funerais de Tancredo Neves e afirma:

[...] esses rituais coletivos que a televisão transforma em “história instantânea” têm o poder de modelar a memória coletiva, assim como de integrar e reorganizar sociedades inteiras em torno de um mito ou de uma vontade coletiva. Transmissões desse gênero – afirmam [Daniel] Dayan e [Elihu] Katz – estão intimamente ligadas à história, não apenas no sentido de que elas custodiam a vontade coletiva, mas sobretudo no sentido de que a representação de eventos que ainda estão em processo de realização pode influir em seu desenvolvimento e em suas consequências. Nesse sentido, mais do que referir-se à história, elas muitas vezes *fazem* (ou pelo menos marcam) a história.³⁷

A morte de Tancredo Neves já foi vista, quando do seu acontecimento, como um marco para a história do país, visto a importância que o político mineiro teve principalmente nas negociações daquela transição democrática pactuada. As reportagens televisivas a respeito da sua doença e da sua morte já começaram a elaborar uma dada memória em torno da figura de Tancredo e daquele momento da história do país. Citemos como um bom exemplo dessa

via na candidatura de Tancredo uma transição conservadora e pactuada com o autoritarismo”. Cf. SILVA. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, p. 274.

³⁶ MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 5. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2009, p. 139.

³⁷ _____. *A televisão levada a sério*, p. 139-140.

cobertura televisiva o especial *O Martírio do Dr. Tancredo*, do *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão, que foi assim analisado por Douglas Attila Marcelino:

Numa primeira parte de *O martírio do Dr. Tancredo* foi exibida uma retrospectiva dos fatos considerados mais importantes dentro do período que se estendeu da noite de 14 de março, véspera da data prevista para a festa da posse, até a morte de Tancredo Neves, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo. Na segunda parte, vários pronunciamentos de autoridades, depoimentos e homenagens à figura de Tancredo seriam exibidos. Em ambos, salta aos olhos a exaltação e a heroicização da sua figura. Não somente supostos traços positivos da personalidade do presidente eram recorrentemente destacados, como sua trajetória política era projetada de forma teleológica, sob a ótica da predestinação do salvador da nação brasileira [...] mencionava-se uma grande soma de termos médicos (diverticulite, apendicite, leiomioma etc.), muitos dos quais tinham passado a fazer parte da rotina dos brasileiros no período logo seguinte à sua internação, na véspera da data prevista para a posse. [...] a exploração religiosa do episódio acompanhou o programa em diversos momentos e marcou os meios jornalísticos durante todo aquele período da internação e da morte do presidente. [...] Assim, obtinha continuidade o processo de santificação de Tancredo Neves, que certamente perpassou também as reportagens feitas por diversos outros meios jornalísticos no período. [...] Já a religiosidade do presidente constituía-se como um outro elemento importante na construção da sua imagem santificada. Na narração de sua visita ao Vaticano, por exemplo, o jornalista Celso Freitas mencionava que aquele era também “o encontro com a fé mais profunda do presidente, a fé católica”. [...] Exibindo em seguida imagens de pessoas comuns rezando e se desesperando dentro e fora de igrejas brasileiras, o programa colocava em pauta essa que foi de fato uma questão que perpassou os noticiários do período, qual seja, a da espera por um milagre. [...] A exploração das manifestações de religiosidade da população brasileira foi, sem dúvida, um dos elementos mais frequentes e comoventes de todo o programa da Rede Globo de Televisão. Imagens como as de pessoas chorando e rezando pelas ruas, das missas e orações dentro de igrejas, dos rostos de cidadãos comuns, vestindo roupas simples e com semblante de preocupação frente a imagens de santos, foram correntes durante todo o telejornal. Acompanhando as mesmas, a narração do apresentador não deixava espaço para qualquer sentimento distinto, haja vista a onipresente afirmação de que “todos os brasileiros”, “todo o país”, “todo mundo” rezava e sofria por Tancredo Neves. [...] para além da exibição das imagens mencionadas, de populares orando e rogando pela saúde do presidente, o programa acentuava também o caráter plural das práticas religiosas mobilizadas, algo que não se choca com o forte conteúdo católico que perpassou o telejornal como um todo. Projetava-se, na verdade, a imagem de um país cujas diversas religiões se uniram para rezar pelo presidente, fomentando-se não somente a ideia de uma unidade indivisa de apoio a Tancredo, mas a imagem de uma nação não permeada por quaisquer conflitos religiosos. Partindo apenas do programa, nesse sentido, é possível acreditar que uma espécie de “ecumenismo natural” marcaria o povo brasileiro, algo que complementaria a visão mais geral de uma população fraterna e sem contradições³⁸.

³⁸ MARCELINO, Douglas Attila. A morte de Tancredo Neves pela TV: algumas reflexões sobre rituais, memória e identidade nacional. *Revista Mosaico*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, não paginado, mar. 2009. Disponível em:

A partir dessa análise de Marcelino, temos que o especial do *Jornal Nacional* procurou deixar registrada a ideia de uma união nacional em torno de Tancredo Neves, bem como a noção de que aqueles momentos decisivos da redemocratização se davam em um clima de fraternidade, sem contradições no seio da sociedade brasileira. O referido programa buscou, deste modo, já naquele momento, fixar uma dada memória da transição e também da figura de Tancredo como o herói da redemocratização.

Tom parecido a esse do *Jornal Nacional* foi o do programa *Globo Repórter*, também da TV Globo, exibido no dia 18 de abril de 1985. Cássia R. Louro Palha analisou esse programa em sua tese de doutorado intitulada *O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)*. A autora chamou a atenção para as imagens das pessoas rezando pelo estado de saúde de Tancredo Neves, a narração que destacava a “idolatria” do povo para com Tancredo e os sacrifícios de populares que deixavam os afazeres de suas vidas particulares para acompanhar de perto o estado de saúde do presidente eleito.³⁹

Ao analisar a cobertura do *Jornal Nacional* da TV Globo sobre aqueles episódios, a pesquisadora Marialva Barbosa fez a seguinte observação:

A tranquilidade do leito é substituída pelas imagens do público, onde excesso é a palavra de ordem. O morto cerimonial é expiado em atos celebratórios e dramáticos. O choro da multidão é convulsivo, as cenas de desespero se sucedem. Acentua-se o caráter dramático do momento comunhão.⁴⁰

As pessoas apareciam em reportagens televisivas bastante desesperadas, muitas vezes chorando por causa do estado de saúde de Tancredo Neves, e, posteriormente, por causa da sua morte. Era como se Tancredo fosse alguém da própria família de cada um. A cobertura televisiva foi realizada ao longo de algumas semanas, entre o início da doença e o falecimento do político mineiro. Dessa forma, pensamos que sobretudo o telejornalismo contribuiu para que todo um clima fosse gerado no seio de boa parte da população brasileira, de modo que, quando Tancredo Neves finalmente faleceu após vários dias de agonia, mesmo ele não tendo tido uma trajetória

<<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/morte-de-tancredo-neves-pela-tv-algumas-reflexões-sobre-rituais-memória-e-identidade-nacional>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

³⁹ Cf. PALHA, Cássia R. Louro. *O povo e a TV: construções do popular na história do Globo Repórter (1973-1985)*. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, f. 225-228.

⁴⁰ BARBOSA, Marialva. O dia em que o Brasil parou: a morte de Tancredo Neves como cerimônia midiática. *Portcom – Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação*, São Paulo, não paginado, [S.d]. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2285202163192164778341914740123014357.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

política muito ligada aos grupos populares da sociedade, a reação de muitas pessoas acabou sendo a intensa comoção e o desespero.⁴¹

Naquele ano de 1985, em meio a tantos problemas econômicos, muitas eram as desconfiças em relação ao futuro do país. Se nos anos anteriores o Brasil havia passado por um processo de modernização, com a urbanização e a industrialização, a dura realidade imposta pela década de 1980, com a inflação, o desemprego, a violência urbana crescente etc., fazia surgir “dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna”, sendo que o pessimismo ganhava cada vez mais intensidade.⁴² Em tal cenário, o fato de Tancredo Neves ter sido o primeiro civil eleito após mais de duas décadas de Ditadura significou para muitos uma possibilidade de mudança em uma época marcada por tantas dificuldades.

Mas as lágrimas e o sofrimento da população por conta da doença e da morte de Tancredo Neves também podem ser entendidas à luz da própria cultura política brasileira, onde o poder dos governantes quase sempre é marcado pelo personalismo. Ao refletir sobre o desenvolvimento das sociedades capitalistas, Sérgio Buarque de Holanda observou que, de modo geral, nessas sociedades há uma oposição entre a figura do Estado (geral, impessoal e abstrato) e a figura da Família (particular, pessoal e concreta), havendo uma tendência ao predomínio do Estado. Todavia, ao voltar-se para o desenvolvimento do processo histórico brasileiro, Holanda percebeu que o Brasil não conseguiu “apagar” o modelo da Família, as nossas relações sociais e políticas continuaram marcadas por “laços de afeto e de sangue”.⁴³

Segundo Holanda, no Brasil tudo passa pelo coração, ou seja, pelo sentimento, pela emoção. Ao contrário de outras sociedades, a razão não tem muito espaço nas nossas relações sociais e políticas. Esse primado do sentimento, em detrimento da razão, decorre do nosso processo histórico:

⁴¹ Cabe salientar que a cobertura televisiva da época não se limitou a fazer um apelo à comoção popular, mas também trabalhou no sentido de elaborar um mito em torno da figura de Tancredo Neves. Por ser mineiro, a figura do político foi associada à de Tiradentes, o famoso personagem e herói da Inconfidência Mineira. Desta maneira, a cobertura midiática da época contribuiu para colocar Tancredo Neves em um lugar muito específico na memória coletiva em torno da abertura política, a saber, o do herói da redemocratização que deu a vida em nome de uma causa justa: o fim da Ditadura. Para uma discussão mais aprofundada a respeito da mitificação de Tancredo na televisão, ver: PALHA, Cássia Rita Louro. Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 217-234, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a12v31n62.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015. Para um conjunto de reflexões mais abrangentes a respeito da trajetória de Tancredo Neves, da conjuntura da abertura política durante os anos 1980 e do olhar dos meios de comunicação sobre aquele momento da história do Brasil, ver: PRATA, Nair; CAMPELO, Wanir (Orgs.). *Tancredo Neves – A travessia midiática*. Florianópolis: Insular, 2011.

⁴² MELLO; NOVAIS. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 560.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 103.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje.⁴⁴

O desenvolvimento histórico brasileiro contrapôs, assim, as relações “racionais” e impessoais, próprias do meio urbano, às relações sentimentais e pessoais, próprias do tradicional meio rural. O “desequilíbrio social” de nossa sociedade, ou seja, a nossa dificuldade em separar o público do privado, é oriundo da nossa impossibilidade de acabar com o patriarcalismo e com o personalismo, presentes em nossa sociedade desde os tempos de colônia. O “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda é, desse modo, o homem brasileiro, incapaz de ser inteiramente formal e ritualístico nas suas relações sociais. O brasileiro deseja quase sempre um “convívio mais familiar”⁴⁵ com as pessoas, especialmente com os socialmente superiores, procura muitas vezes estabelecer uma maior intimidade com o outro.

Segundo Ângela de Castro Gomes, essa incapacidade de separar o público do privado já foi percebida pelo pensamento social brasileiro desde o início do século XX. A autora afirma que há uma “tradição dicotômica de pensar o país” que opõe o “Brasil real” (sociedade patriarcal, clientelista, familista e oligárquica) e o “Brasil legal”, ou “artificial”, (sociedade urbano-industrial marcada pelo poder impessoal e racional do Estado e de uma burocracia técnica). Posto isso, a autora salienta que tal característica da cultura política brasileira foi vista como um sinal de atraso ao longo de nossa história. Ao citar como exemplo a tentativa de centralização do poder por parte de Getúlio Vargas nos anos 1930, a autora aborda como houve na nossa história um desejo de “modernizar” o país, ou seja, fortalecer o poder central do Estado (relações impessoais/racionais) em detrimento das oligarquias (relações pessoais/sentimentais) regionais.⁴⁶

Ademais, como Ângela de Castro Gomes observa, a chamada Era Vargas deixou um legado para a política brasileira que é o chamado “sistema presidencial plebiscitário” existente no Brasil, caracterizado pelo excesso no reconhecimento de que “há uma certa mística e personalização da função” de presidente da república. Neste modelo, “a figura pessoal do presidente torna-se o centro de fixação e simbolização de todo o poder da República, advogando e recebendo maior legitimidade popular que os outros dois poderes, e até mesmo investindo

⁴⁴ HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 105.

⁴⁵ _____. *Raízes do Brasil*, p. 108.

⁴⁶ Cf. GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS; SCHWARCZ. *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras. 1998, p. 489-558. v. 4.

‘contra’ eles”⁴⁷. Assim, no imaginário político brasileiro a figura do Executivo aparece com mais destaque e até mesmo legitimidade que as do Legislativo e do Judiciário, o poder de nossos presidentes tem altas doses de personalismo.

Em nossa avaliação, toda a comoção gerada pela doença e pela morte de Tancredo Neves está relacionada a esse aspecto de nossa cultura política, para além do grande desejo de mudanças na estrutura social e econômica do país naquele momento. Com a Ditadura em declínio, o telejornalismo também fez sua parte para elaborar uma imagem positiva de Tancredo Neves, salientando a sua religiosidade, o seu talento para a política e sua preocupação com a justiça social. A própria data da morte de Tancredo contribuiria para a sua “santificação”: 21 de abril. O político nascido em Minas Gerais, a terra da Inconfidência Mineira, veio a óbito em pleno Dia de Tiradentes.⁴⁸ Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda:

[...] os fatos acontecidos durante a doença de Tancredo Neves assemelham-se aos passos do calvário e, não casualmente, a figura de Tiradentes foi lembrada a todo momento. O desenlace daqueles dias de aflição deu-se no mesmo dia da morte do Inconfidente, conferindo forte carga simbólica ao evento e realimentando o imaginário tecido em torno da figura de um redentor.⁴⁹

A imagem positiva de Tancredo acabaria sendo associada à figura do herói nacional Tiradentes e a tudo o que ela representava no imaginário republicano, em especial a ideia de liberdade, ideia essa que era tão cara naquele momento de transição da Ditadura para o Estado democrático de direito. A associação com Tiradentes ressaltava ainda a mineiridade de Tancredo Neves, salientando os traços positivos do político mineiro. A sua morte estimulou a imaginação de muitos: como seria o seu governo caso Tancredo não tivesse morrido? Restariam, enfim, apenas especulações.

Todavia, como nós historiadores sabemos bem: o “e se...” não existe na História. A “Nova República” começou sem a presença física de Tancredo, embora a sua imagem continuasse presente na memória das pessoas.

Considerações Finais

⁴⁷ GOMES. *A política brasileira em busca da modernidade*. na fronteira entre o público e o privado, p. 533.

⁴⁸ Cabe lembrar que Tiradentes é talvez o grande herói republicano do Brasil. Sobre a transformação de Tiradentes em mártir da República, ver: BALLAROTTI, Carlos Roberto. A construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 3, p. 201-225, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1946/2194>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

⁴⁹ ARRUDA. *Mitologia da Mineiridade*, p. 225-226.

Tomar a trajetória do político mineiro Tancredo Neves como objeto de estudo é um exercício intelectual que nos permite pensar acerca de uma série de temas que dizem respeito à história do Brasil (com destaque para o período da transição da Ditadura para o Estado democrático de direito) e à nossa cultura política (a conciliação, a mineiridade). Se há uma memória sobre Tancredo que valoriza os aspectos positivos desse personagem, um exame mais detalhado do processo de redemocratização do país e do ideário político de Tancredo nos mostra que a imagem positiva deste sujeito não é capaz de nos mostrar toda a complexidade que marcou o período final da Ditadura Militar brasileira.

Tancredo não foi o único a lutar contra o regime dos militares, ele nem mesmo foi o mais importante opositor da Ditadura desde sempre. Não podemos nos esquecer que muitos foram os sujeitos que lutaram contra a Ditadura durante os mais de 20 anos de duração do regime. Será preciso lembrar a importante atuação de estudantes, trabalhadores rurais, artistas, intelectuais e políticos de esquerda que enfrentaram o regime, sendo que alguns até deram a própria vida nesse combate, por meio da luta armada? O são-joanense apenas veio para o primeiro plano da política nacional no final de sua vida. Em outras palavras, a Ditadura não acabou por causa de apenas um homem, mas por causa de diversos fatores que colaboraram para a mudança do regime político do nosso país, tais como os problemas econômicos e o cenário mais amplo da América Latina, que também passava por um processo em que governos ditatoriais estavam caindo.

Tancredo foi um dos articuladores de uma transição política pactuada “por cima”, entre os grupos dirigentes da sociedade brasileira que estavam interessados em restabelecer as liberdades individuais e em manter o poder político e econômico em suas mãos. Mas não nos esqueçamos que a luta pelo fim da Ditadura não ocorreu apenas no campo da política institucionalizada, onde Tancredo atuava, mas também nas ruas. Ademais, o ideário político de Tancredo era basicamente de tipo moderado e conservador. Um eventual mandato seu dificilmente significaria um período de transformações muito amplas na estrutura social, econômica e política do país, afinal, o papel desempenhado por Tancredo na redemocratização foi o de um político que trabalhou para que não houvesse qualquer tipo de radicalismo na abertura política. Inserido no campo da política, Tancredo tinha também os seus interesses e as suas convicções. A sua imagem “santificada” foi construída com a colaboração da cobertura televisiva à época de sua enfermidade e de sua morte. O modo como o político apareceu no telejornalismo do período não deve ser ignorado quando se analisa a forma como Tancredo aparece na memória de muitas pessoas.

Levar todas essas questões em consideração quando do estudo da trajetória de Tancredo é importantíssimo se quisermos fazer uma análise que rompa com os limites da memória coletiva e do senso comum a respeito do político mineiro. Não se trata de transformar o “herói” Tancredo Neves em um “vilão” da História, mas de tentar pensar a recente história brasileira de maneira mais complexa e de entender o personagem Tancredo Neves como alguém inserido em uma cultura política muito específica e que, assim como qualquer outra pessoa, também tinha os seus anseios, os seus interesses e suas expectativas quanto ao futuro do país.

Hoje, mais de 30 anos depois do fim da Ditadura, refletir sobre Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil é uma tarefa necessária, afinal, em meio aos inúmeros problemas vividos pela população brasileira na atualidade, precisamos pensar seriamente sobre o tipo de democracia que temos construído desde os anos 1980.

O Bandoleirismo na América Portuguesa: Os casos de Minas e Pernambuco

The banditry in Portuguese América: The cases of “Minas” And “Pernambuco”

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor de História do CEFET/MG, e de Pedagogia da UEMG.

rodufop@yahoo.com.br

Recebido em: 28/09/2014

Aceito em: 23/08/2015

RESUMO: Este trabalho versará sobre a análise dos conceitos empregados para se definir o ladrão no século XVIII à luz da legislação da época, das acepções do dicionarista de Raphael Bluteau e dos trabalhos produzidos pela historiografia espanhola. Em seguida, apresentaremos um breve estudo comparativo sobre as ações de salteadores em Minas e em Pernambuco no período setecentista, especialmente nos sertões destas capitânias na segunda metade deste século.

PALAVRAS-CHAVES: América Portuguesa, bandoleirismo, violência coletiva.

ABSTRACT: This paper will focus on the analysis of the concepts used to define the thief in the eighteenth century to the legislation of the time, the meanings of the lexicographer Raphael Bluteau and works produced by the Spanish historiography. Then, we present a brief comparative study of the robbers of “Minas Gerais” and “Pernambuco” in eighteenth-century period, especially in the hinterlands of these captaincies in the second half of this century.

KEYWORDS: Portuguese America, banditry, collective violence.

Este trabalho são algumas de nossas conclusões de nossa tese de doutorado recentemente defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Nosso objetivo é apresentar brevemente como se deu a formulação de conceitos para se definir o ladrão na América Portuguesa e oferecer ao leitor uma breve apresentação sobre o fenômeno do bandoleirismo em Pernambuco e em Minas na segunda metade do século XVIII. A escolha por estas capitânias se deve ao fato destas duas terem se constituído em regiões onde o bandoleirismo mostrou-se mais cotidiano e endêmico, conforme iremos demonstrar ao longo do texto. Ao final, espera-se que possamos ter contribuído para as discussões sobre o do poder local nos “trópicos lusitanos”.

Para que compreendamos o universo do bandoleirismo na América Portuguesa, iremos descortinar determinados termos relativos ao mundo do crime, focando aqueles que estão diretamente relacionados com o nosso objeto – bandidos que atuavam em bandos nos sertões da

América Portuguesa e que se ocupavam apenas da rapina. Ao final, esperamos que o leitor compreenda melhor o nosso objeto e possa entender, de fato, o universo conceitual da época para se definir um bandido – lembrando que os termos levantados estão presentes na nossa documentação. Daí a importância de não negligenciarmos nenhum termo, mesmo alguns conceitos que aparentemente fogem ao nosso objeto.

Na documentação pesquisada, localizamos variados termos para se denominar o que conhecemos atualmente como bandidos, assassinos, ladrões, delinquentes, malfeitores e criminosos. Primeiramente, reconhecemos que alguns desses termos já eram utilizados na documentação da época, excetuando-se aqueles que foram criados à luz das ciências jurídicas atuais e que foram incorporados pelo costume popular ao longo do século XX. Iremos focar na análise dos termos que eram próprios da época por meio do estudo das fontes e obras que foram coletadas para o período colonial.

Os principais termos coletados, quando da análise sobre a atuação dos bandos armados, foram os seguintes: bandidos, malfeitores, facinorosos, salteadores e ladrões de estradas. Todos esses termos referem-se e se aplicam a um tipo de banditismo próprio dos sertões da América Portuguesa. Portanto, ao nos referirmos ao banditismo, estaremos analisando um tipo específico de bandido, que é aquele indivíduo que atuava em bandos nos sertões e caminhos da América Portuguesa. Pontuamos, entretanto, que o bandoleirismo é um fenômeno tipicamente europeu. E. P. Thompson mostrou-nos essa questão ao indicar as ações de bandos armados nas florestas de Windsor e de Hampshire na Inglaterra setecentista¹. Ali, formou-se uma legislação própria para a contenção desses sujeitos, expressada através da lei “9 George I c. 22”, conhecida como a Lei Negra. Essa lei visava proteger as florestas e os bosques ingleses das ações de bandos armados e evitar as mais variadas desordens nos referidos territórios.

Segundo Sérgio Said Staut Jr., em virtude da amplitude e abrangência da “Lei Negra”, que extrapolava em muito a simples defesa das florestas inglesas e a contenção dos distúrbios sociais, dificilmente uma conduta criminosa não poderia ser encaixada nessa nova lei². Para Thompson, essa nova lei, criada especificamente em um momento em que as ações criminosas estavam adquirindo um grau de maior periculosidade (século XVIII), ia além dos cinquenta delitos previstos pela legislação. Assim, um

¹ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

² STAUT JÚNIOR, Sérgio Said Jr. *Cuidados metodológicos no estudo da História do Direito de Propriedade*. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, v. 42, p. 156, 2005. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/journals/2/articles/32646/public/32646-40021-1-PB.pdf>>. p. 156. Acesso em 20/07/2014.

cálculo mais rigoroso, porém mais legalista, considerando as diversas categorias de pessoas a cometer cada infração (armadas ou não, disfarçadas ou não, principais responsáveis em primeiro ou segundo grau, cúmplices etc.), resulta num total de 200 a 250 delitos. Além do mais, a Lei estava esboçada de modo tão vago que se converteu em terreno prolífico para decisões judiciais cada vez mais abrangentes³.

Em síntese, essa lei foi denominada de “A Lei Negra” em “homenagem” aos “caçadores das florestas inglesas que, para capturarem de maneira mais fácil os animais selvagens, especialmente os servos (gamos ou veados), utilizavam o artifício de pintar os rostos de negro, geralmente com carvão, ficando assim camuflados”.⁴ Ao lado dessa lei, sobreviviam os “costumes em comum” dos povos. Amparados em um direito basicamente consuetudinário, os trabalhadores rurais e os moradores das florestas reivindicam o direito de explorar as florestas e os bosques, uma vez que nesses locais era retirada a base do sustento do seio familiar. Ao final, a criação da referida lei objetivava a defesa da propriedade privada, constantemente ameaçada pelos bandoleiros. Esse assunto requer um estudo mais pormenorizado. Para pesquisas futuras, seria interessante estabelecer um contraponto entre a “Lei Negra” com a legislação criminal, fundamentalmente a legislação sobre o bandoleirismo ratificada em Portugal e na Espanha. Por ora, apenas pontuaremos que tanto o fenômeno dos bandos armados quanto o estabelecimento de uma legislação que englobava os bandidos remetem a uma matriz europeia, sendo percebida essencialmente na Inglaterra e nas nações ibéricas. Em Portugal, havia uma legislação específica sobre o assunto. Esse conjunto de normas só foi ratificada na segunda metade do século XVIII, à medida que as ações dos bandoleiros iam se tornando mais frequentes e audaciosas. Desta forma, a tradição bandoleira foi transplantada para os “trópicos” e adequada às peculiaridades locais.

Para melhor compreensão dos termos aplicados ao bandido, iremos analisá-lo sob o olhar da época. De imediato, esclarecer-se-á o que vem a ser uma quadrilha de rapina, termo utilizado na época para caracterizar as quadrilhas de assaltantes. Segundo dados extraídos das fontes levantadas, notamos que esse tipo de ação nada mais é que uma forma de criminalidade típica dos tempos modernos, e que nos sertões da América Portuguesa adquiriu determinadas peculiaridades típicas desse território. Os bandos armados possuíam as seguintes características: presença de um líder; possibilidade da organização hierárquica do bando; atuar nas estradas, nos sertões e vales de montanhas da colônia; solidariedade interna; planejamento das atividades; ações baseadas no roubo e/ou em assassinatos (homicídio e latrocínio); influência, disciplina e lealdade

³ THOMPSON. *Senhores e caçadores*, p. 23.

⁴ STAUT JÚNIOR. *Cuidados metodológicos no estudo da História do Direito de Propriedade*, p. 155.

entre os seus membros; composição social variada (presença de negros forros, brancos pobres, índios, e até mesmo oficiais régios e eclesiásticos).

Em geral, são essas as condições para qualificarmos o que vem a ser uma quadrilha de rapina na colônia, que em verdade não diferia tanto daquelas que se notabilizaram em Portugal. Apenas pontuamos que tais características variavam de bando para bando, ou seja, havia as peculiaridades que eram próprias de cada quadrilha. Por exemplo, havia bandos que tinham em si bastante forte o caráter da vingança. Outros, entretanto, apenas viam nessa forma de criminalidade uma forma marginal de sobrevivência na sociedade. Em alguns casos, a rapina servia, inclusive, para se adquirir não apenas riquezas, mas prestígio. Em Pernambuco, temos casos de bandos que agiam visando à solidificação de redes de solidariedades e aquisição de patentes militares.

Antes, contudo, de analisarmos os conceitos, temos de nos ater para a seguinte questão: tais formas de tratamento representam o olhar oficial da época sobre esses bandidos. Portanto, ser um facinoroso, por exemplo, não significa que este sujeito seja um vilão em potencial, e o agente repressor o herói. É necessário que estejamos atentos para essas sutilezas para que não caiamos em armadilhas. Muitas vezes, não estamos diante de heróis ou bandidos, e sim de uma cultura política complexa em que os interesses políticos de cada sujeito estavam em jogo. Prova disso seria o fato de vários oficiais estarem em conluio com salteadores, formando determinadas redes clientelares nos sertões. O fenômeno do mandonismo bandoleiro corrobora essa nova visão. Não há como negar a profusão de interesses em comum entre determinados bandidos com alguns membros do oficialato militar e mesmo religioso.

O Mandonismo bandoleiro refere-se a formas de caráter privado utilizados pelos potentados (grandes posseiros que habitavam os sertões da América Portuguesa) para efetivarem o seu mando nos sertões da colônia. Geralmente, se uniam a bandidos para fortalecerem os territórios dominados por eles. Os potentados, além de terem o domínio da terra, eram oficiais de prestígio na colônia, possuindo grandes plantéis de cativos. Estavam envolvidos em diversos atos ilícitos, como o contrabando, e em diversas violências, incluindo a física⁵.

Assim sendo, mesmo que os nossos personagens sejam, de fato, bandidos cruéis, não podemos considerar que os oficiais eram pessoas honestas e obedientes à Coroa. Muitas vezes,

⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas minas setecentistas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.

estas autoridades eram tão violentas como os salteadores em estudo, praticando atos violentos, como a própria rapina.

Raphael Bluteau, clérigo regular teatino falecido por volta do ano de 1734, nos dá algumas acepções desses termos sob a ótica da época. Para *bandido*, o autor assim o conceitua: “banido. perseguido, fugitivo, desterrado”.⁶ Desta forma, o termo possui várias acepções, sendo uma das variantes a ideia de criminoso. Ser um bandido nesse período poderia ter como equivalência um indivíduo que fora banido do seu meio social, perseguido por outrem – seja qual for o motivo – ou mesmo desterrado (expulso) do seu meio por variadas causas. Contudo, a palavra *bandidos* já guarda em si a ideia de violência:

Vem do italiano Banditi, que quer dizer, ladrões de estrada, assassinos degradados, que andão em bandos, correndo as terras fazendo roubos, violências, hostilidades. Em Itália, principalmente no Reino de Nápoles, há muitos bandidos⁷.

Nesse caso, quando o termo é usado no plural, temos a sensação de que o autor está pensando nas quadrilhas de salteadores que se notabilizaram no Antigo Regime. A ideia de violência, roubo e hostilidades lembram-nos as ações dos bandos armados que atuaram na América Portuguesa, sendo assim, veremos o que Bluteau tem a nos dizer sobre o termo *ladrão*: “Deriva-se do latim ‘latro’, antigamente latrocinar era o mesmo que militar, ou guerrear [...] assim suponho, que os soldados antigos erão grandes ladrões” [...].⁸ Inicialmente, o autor relaciona “ladrão” à ideia de feitos militares. Ser um ladrão poderia significar qualquer indivíduo que estivesse em atividades militares ou de guerra, desde que a serviço do bem comum, ou seja, do Estado. Contudo, o termo também guarda em si a noção de roubo. Basta, para tanto, pensarmos no argumento utilizado pelo autor ao conceituar a palavra utilizando-se do famoso caso de Judas, considerado por ele como o maior de todos os ladrões por vender como seu o que era do bem comum: o Cristo, e seu incondicional amor pela população da época.

O maior de todos os ladrões foi Judas, porque vendeu como seu o que era de todos. No castigo deste latrocínio andava interessado todo o mundo, por isso no tempo, em que Cristo perdoou a Pedro, que o negara, pediu o perdão dos algozes, que o crucificarão, não perdoou a Judas, nem para tão grande ladrão podia haver misericórdia, pois vendendo a Cristo, vendera e alhearia de si próprio a misericórdia⁹.

⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Oficina de Pascoal da Sylva, Lisboa, 1713, p. 13. Acesso em 04/08/2014.

⁷ BLUTEAU. Grifos nossos.

⁸ _____. *Vocabulário português e latino*, p. 17.

⁹ _____. *Vocabulário português e latino*.

Prosseguindo a análise, Bluteau empreende um estudo sobre os costumes da época ao enfatizar que o “ladroar” não era um modo de vida aceito pelas populações desde os tempos imemoriais, uma vez que as leis oficiais dos povos antigos eram severas nesse aspecto. Não havia perdão. Assim, o Imperador Federico teria sido o primeiro a mandar enforcar ladrões. Prometeu, legislador egípcio, “ordenou que os ladrões fossem entregues aos rapazes, que dele farião boa justiça”. Em algumas localidades, o roubar é julgado crime tão grande, que entregão o roubador ao roubado, para que ele mesmo o castigue a sua vontade [...].¹⁰ Uma noção de justiça em que o direito oficial acaba se adaptando aos costumes locais. O caráter essencialmente cristão prevalece nas palavras do autor ao afirmar que o roubar é um ato contra as leis divinas.

Muitas vezes, castigou Deus severamente os ladrões [...] e se nos sacrifícios da lei antiga proibiu Deus o mel, foi porque há composto da substância, que as abelhas roubão ás flores. Fazenda roubada não aproveita, por pintar as harpias, como virgens, porque o furto (como elas) não dão fruto. A águia, que roubou a vítima oferecida a Júpiter, levou com o furto uma brasa, que poz fogo no ninho [...]. Aos que tem poder, nunca faltão razões para furtar [...].¹¹

Dessa análise, deparamo-nos com uma das mais antigas leis existentes nas sociedades humanas: A *Lei de Talião – olho por olho, dente por dente*: máxima cristã originária dos antigos babilônios e que esteve expressa no famoso *Código de Hammurabi*.

Podemos estabelecer um diálogo das acepções de Bluteau com as do historiador e especialista sobre o bandoleirismo espanhol José Antonio Martín. Buscando desvendar o universo bandoleiro da época do Antigo Regime, os conceitos de bandido e bandoleiro foram colocados em pauta. Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola, bandido é definido como um fugitivo da justiça chamado por bando. E bandoleiro é tido como um ladrão, salteador de caminhos. A presença desses termos em língua espanhola foi documentada a partir do século XVII. A palavra bandido procede do italiano *bandito*, que significa *proscrito, foragido*. Já bandoleiro provém do catalão *bandoler*, documentada já em 1455, com significado de salteador e como consequência do grande desenvolvimento das bandeiras e lutas civis na Catalunha dos séculos XV ao XVIII, que deram origem ao bandoleirismo espanhol.

A discussão sobre o significado dos termos adentra no mundo acadêmico com o ensaio de Álvarez Barrientos e García Mouton. Na visão dos autores, bandoleiro e bandido têm histórias paralelas e significados distintos em princípio. O bandido era um criminoso que vivia dos seus

¹⁰ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

¹¹ _____. *Vocabulário português e latino*.

furtos e crimes sem estar inserido na imagem de um bandoleiro (que agia por questões de honra).

Martín assim sintetiza a questão:

Pero con el correr del tiempo, el significado se fue transformando a la par que las acciones que llevaban a cabo “cuando las circunstancias políticas y sociales obliguen a esos caballeros a echarse al monte, a descuidar sus haciendas y admitir entre su gente a hombres proscritos. Como consecuencia de esta situación, esos bandos, llevados por la necesidad, acabarán generando situaciones de bandolerismo, acercando su actuación a la de vulgares salteadores de caminos”. Bandido, procedería del italiano, y es aquél al que se le persigue por bando “por delitos o crímenes que generalmente no caben en la imagen del bandoleiro”.¹²

Contudo, os autores deixaram claro que ambos viveram muitas vezes de forma semelhante, possuindo em si uma sinonímia de significados. Outras informações sobre o assunto foram coletadas em páginas eletrônicas, especialmente no site espanhol <encydia.com>, dedicado ao bandoleirismo. Baseado em boas referências sobre o tema, o bandoleiro foi assim caracterizado:

Um bandolero, (também chamado *bandido*, *encartado*, *brigante*, *salteador*, *proscrito* ou *forajido*) era um homem armado que se dedicava ao roubo e a pilhagem, e mais raramente ao contrabando e ao sequestro. Pelo geral, assaltavam aos viajantes nos caminhos perigosos das montanhas. Não costumavam actuar em solitário, senão organizados em quadrilhas¹³.

O artigo de Pedro Jacinto Jaén González em muito contribuiu para a discussão. O conceito do referido termo foi ampliado ao afirmar que esse fenômeno se deu em lugares que apresentavam uma série de características favoráveis para o seu desenvolvimento, sendo que em cada região o bandoleirismo teria se manifestado com características distintas. O autor buscou mostrar que várias denominações foram utilizadas para definir o mesmo fenômeno, ou seja, o termo “bandoleiros” pode significar igualmente ‘salteadores, bandidos, foragidos, acotados, encartados, relegados, etc’.¹⁴ A palavra “salteadores” foi previamente conceituada, sendo considerada um termo latino que significa *saltus* (bosque), “siendo denominado así este tipo de malhechor, porque sus actividades las llevaban a cabo en el bosque”.¹⁵

¹² MARTÍN, José Antônio. “Una aproximación al bandolerismo em España”. *Revista Ibero Americana. America Latina – España – Portugal*. Ensayos sobre letras, historia y sociedad. *Dossier: La verdad de la ficción: bandolerismo, historia, literatura, sociedad*. n. 31, p. 87, 2008. Disponível em: <<http://www.iberio-americana.net/en/iberoam31.html>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

¹³ Disponível em: <<http://pt.encydia.com/es/bandolerismo>>. Nesse site, temos preciosas informações sobre o bandoleirismo espanhol, além da indicação de obras, museus e outras páginas eletrônicas sobre o assunto.

¹⁴ JAÉN GONZÁLEZ, Pedro Jacinto. “Introducción al Bandolerismo”. *Revista Innovación y experiencias educativas*. Nº15, Madrid, Espanha, 2009. Disponível em: <http://www.csicsif.es/andalucia/modules/mod_ense/revista/pdf/Numero_15/PEDRO_JAEN_2.pdf>.

¹⁵ _____. “Introducción al Bandolerismo”, p. 2.

O típico bandoleiro era um homem dedicado ao roubo e à pilhagem, normalmente acompanhado por uma quadrilha. Suas ações realizavam-se em lugares “desertos y esperando al paso de diligencias o viajeros solitários. Raramente se dedicaban al contrabando y secuestro de sus víctimas”.¹⁶

Outro termo usado pelo autor como possível sinônimo para bandoleiro foi *grassatores*, bandidos ambulantes que se refugiavam em bosques e se dedicavam ao saque de viajantes, em zonas de passagens desses sujeitos. Ao menos na Espanha, a arma preferida dos bandidos era o chamado sicário, uma espécie de espada que os malfeitores utilizavam para roubar e assassinar as suas vítimas, depois de despojá-los de seus bens. Eram considerados pelo autor como os mais perigosos e os mais temíveis. Em Portugal e na América Portuguesa as armas preferidas dos salteadores eram as armas de fogo.

Para González, os períodos de crise econômica representam os momentos propícios para a eclosão das ações dos malfeitores. Em geral, esses sujeitos eram indivíduos pertencentes às classes mais baixas, desprovidos de melhores condições de sobrevivência. Considera o autor o fenômeno como um problema de caráter agrário, mais especificamente no tocante à má distribuição das terras, o que, em sua visão, teria ocasionado uma multidão de homens pobres e despossuídos de bens. Essa visão foi compartilhada por diversos autores espanhóis, como Juan Reglá, García Martínez e Escudero Gutiérrez¹⁷. Contudo, sabemos que as condicionantes do fenômeno são bem mais complexas, envolvendo questões políticas e culturais próprias de cada espaço. Veremos essas condicionantes mais à frente.

Os bandoleiros foram agrupados em três grupos distintos: os *bandoleros guapos o valentones*, os *contrabandistas* e os *ladrones famosos*. O primeiro grupo dizia respeito aos bandidos que possuíam os seus próprios valores morais, sendo vistos como assassinos públicos. O segundo eram indivíduos que se abstinham de matar sempre que era possível. Dedicavam-se apenas ao contrabando de gêneros proibidos, burlando a vigilância e os registros fiscais. Já o último grupo eram bandidos que matavam e roubavam em um maior espaço de tempo. Estavam enquadrados na concepção de *salteador de caminos y diligencias*, ou seja, salteadores que se dedicavam a assaltos nos caminhos, em grupos que variavam de quatro a oito componentes¹⁸. Interessante observar a

¹⁶ JAÉN GONZÁLEZ. “Introducción al Bandolerismo”, p. 2..

¹⁷ Sobre o assunto da questão agrária e o fenômeno do bandoleirismo ver: LOZANO, Jesús Carlos Urda. *El Bandolerismo em los Montes de Toledo durante el siglo XIX*. Trabajo (Máster) - Facultad de Letras, Universidad de Castilla – La Mancha, 2011.

¹⁸ _____. *El Bandolerismo em los Montes de Toledo durante el siglo XIX*, p. 3.

inserção da figura feminina nesses bandos, algumas com considerável respeito perante os membros da quadrilha. Algo que veremos em Minas na análise do bando dos Vira Saias.

Assim, a historiografia espanhola em muito contribuiu para a discussão do bandoleirismo, seja na questão da conceituação dos termos como na distinção e nas formas de ação dos bandos armados. Em verdade, são visões que iluminam as definições de Bluteau.

Prosseguindo a nossa pesquisa conceitual, iremos conceituar o termo “*salteador*” por meio de Bluteau. O seu significado é bastante simples: “Ladrão de estradas, que despoja, ou rouba os caminhantes [...]”.¹⁹ Esse termo foi recorrente na documentação analisada para a América Portuguesa. O significado é idêntico e relembra as *companhias de salteadores* que agiram nos sertões da colônia. Os meios de ação dos salteadores podem ser examinados à luz do termo *saltear*, qual seja:

Investir de improviso, e como de fato, como fazem os ladrões de estrada aos caminhantes, para lhe tirar a fazenda, e a vida. Querem alguns, que se derive este verbo da palavra latina “*saltus*”, que vai o mesmo, que mato, brenha, e é porque de ordinário, se escondem os salteadores nos matos, e nos montes, para executarem mais seguramente as suas atrocidades [...]”²⁰.

Saltear era, nessa acepção, um modo de vida de ladrões – salteadores de estradas – que se embrenhavam pelos sertões da colônia em busca de suas vítimas. Unidos em bandos armados, utilizavam-se dos recursos da natureza – montanhas, matas fechadas e precipícios – como um meio seguro de execução de suas ações. Como animais que se camuflam nas matas, esses salteadores tinham a seu favor o conhecimento dos ambientes inóspitos dos sertões. Uma vez realizado o assalto, desapareciam nas matas sem deixar maiores vestígios. Um bom exemplo dessas práticas foi o que ocorreu na Serra da Mantiqueira. Ali se formou um poderoso bando liderado por um cigano por alcunha “Montanha”, bastante conhecido na época por utilizar-se de estratégias engenhosas, como se utilizar dos recursos naturais para facilitar as suas ações.

Se a palavra *salteador* guarda em si o sentido de ladrão de estradas, o termo *facinoroso* não apenas complementa o termo anterior, mas potencializa e qualifica o ato criminal. Vejamos o que nos diz Bluteau:

Que tem cometido grandes crimes [...]. Cheio de crimes. Vida facinorosa [...]. Também poderás dizer “*Vita Scelerata*” [...] “*Scelerata Prelia*” por batalhas, em que se cometerão grandes crimes. Vida Tão Facinorosa, como a minha [...]”²¹.

¹⁹ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 454.

²⁰ _____. *Vocabulário português e latino*, p. 454.

²¹ _____. *Vocabulário português e latino*, p. 11.

Já para *malfeitor*, vemos a quantificação do ato. “Culpado em algum crime [...]. Autor de muitos crimes. ‘Homo facinorosus’, ou ‘sceleptus’, ou ‘maleficus’, ou ‘sceleratus’”.²² Em contrapartida, *criminoso* significa apenas o autor de um crime, um simples delinquente.²³ Desta forma, a categoria de *delinquente*²⁴ é mais branda, significando apenas aquele que tenha sido o autor de um delito qualquer. O sentido da palavra *delinquir* vem a clarear melhor a questão ao pontuar o seguinte: “cometer um delito, uma falta, um pecado [...]”.²⁵ “Delito” (“Derelictus”), para os legistas da época, era o mesmo que “*desemparado*”, ou “‘Boni Defertio’, ou pecado de omissão. Comumente se toma por culpa, crime [...]”.²⁶ Ou seja, para ser um delinquente basta cometer um crime ou uma falta qualquer, que seja contrário às leis de Deus e às leis de Estado. Tornava-se omissão na medida em que o sujeito transgride as normas sociais cientes de que o seu ato recorre a uma transgressão das leis previamente codificadas. Nesse caso, temos como exemplo os bandos armados que se ocupavam do contrabando e da falsificação de moedas. Se não há a rapina e a prática do homicídio, há a transgressão das leis expressas nas Ordenações Filipinas e nas inúmeras leis complementares codificadas pela coroa para os seus domínios ultramarinos. Em todo caso, reunir-se em bandos armados em áreas ermas já era por si só um grave crime contra os interesses econômicos da coroa, e um ato que desafiava o poder político do soberano. Afinal, estava em jogo a ameaça representada pelos potentados em áreas ainda pouco reconhecidas pelo rei e pelos seus representantes régios. Tentava-se, a todo custo, impedir que interesses privados se sobressaíssem nas “áreas de fronteiras”.

Normalmente, muitos desses bandos tinham como chefe um grande potentado local, que desafiava os poderes locais, ou mesmo fazia parte de uma rede clientelar que colocava em questão a arquitetura dos poderes no império. Ou seja: a forma como os poderes locais conseguia manter uma posição política mais fortalecida perante o império mediante a formação de alianças entre potentados, bandidos e oficiais eclesiásticos e seculares. Houve casos de quadrilhas compostas por brancos pobres, mestiços, índios e negros que mantinham estreita relação com os poderosos locais, ou mesmo conseguiam formar uma área de mando simplesmente pelo poder da força e da intimidação.

Essa situação pôde ser corroborada quando da análise da documentação da época. Em 1797, o alferes Manoel de Souza de Macedo, irmão e testamenteiro do falecido capitão José de

²² BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 268.

²³ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 61.

²⁴ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 50.

²⁵ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 50.

²⁶ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*, p. 50.

Souza de Macedo, estando em diligência na condução de um preso da vila de Pitangui para Vila Rica, foi surpreendido, na altura da Serra da Moeda, por uma quadrilha de salteadores e assassinos que recebiam o apoio de patronos da região. Os componentes do bando eram o pardo Luciano Borges de Campos, Luís e João Pinheiro “[...] conhecidos pelas suas condutas, e um pardo Cipriano Escravo do Padre Silvério Ribeiro de Carvalho e dois escravos de Lopo Antônio Ribeiro de Carvalho, que dizem ser o Comandante desta escolta [...]”.²⁷

Segundo Anastasia, era comum a proteção conferida a bandos armados por homens poderosos, “que praticavam, na concepção das autoridades, atos imprevistos de violência [...]”.²⁸ A autora concluiu essa situação da seguinte forma:

Redes de solidariedade estabeleciam-se entre eles, congregando negros cativos, forros, mestiços, homens brancos pobres e potentados, no geral ricos fazendeiros e, muitas vezes, prepostos do rei de Portugal²⁹.

Sobre esse aspecto, lembramos que o poder oriundo da intimidação, da valentia e da virilidade foram recursos amplamente utilizados por bandidos e potentados não apenas nas Minas, mas em toda a colônia, como bem observou Célia Nonata da Silva em sua dissertação de mestrado *As Teias da Vida*, defendida no ano de 1998 na UFMG.³⁰ Nos sertões da comarca do Rio das Mortes, existiram os chamados “redutos de dominação bandoleira”. Nessa região, essas áreas abrangiam os sertões da Mantiqueira – região que circundava a antiga Borda do Campo e dominada pela quadrilha da Mantiqueira –; os sertões das matas do Senhor Bom Jesus dos Perdões, notabilizada pela existência de pequenos bandos armados; os sertões de São Bento do Tamanduá, dominada essencialmente pelo bando de Januário Garcia Leal; e o que se formou nos sertões de leste, fronteira com a capitania do Rio, dominada pelo bando de contrabandistas liderado pelo “Mão de Luva”. Consta-se que desde o ano de 1765 instalara-se nos sertões e cachoeiras de Macacu (área fronteiriça entre Minas e Rio) a referida quadrilha. Esse bando só foi desbaratado no ano de 1786.

Definimos os referidos redutos como áreas de poder privado dominadas por bandoleiros e salteadores. Estes sujeitos, muitas vezes, eram financiados ou prestavam serviços aos potentados locais. Esta situação foi amplamente percebida nos anos de 1780 e 1790 nas Gerais.

²⁷ SGAPM. Cx.87 Doc. 13. “Requerimento do alferes Manuel de Sousa Macedo, da Vila de Pitangui, irmão testamentário do falecido Capitão José de Sousa De Macedo, Assassinado por escravos, na estrada de Moeda, durante a condução de um preso para o Rio de Janeiro referente a prisão dos culpados”. Vila Rica, 27.10.1797.

²⁸ ANASTASIA. *A geografia do crime*, p. 19.

²⁹ _____. *A geografia do crime*, p. 19.

³⁰ SILVA, Célia Nonata da. *A teia da vida: violência interpessoal nas Minas setecentistas*. 89f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 1998.

A quadrilha da Mantiqueira compunha-se de mestiços e ciganos. Agia nos sertões da Mantiqueira durante os anos iniciais da década de 1780. Era liderado por um cigano denominado Joaquim de Oliveira, por alcunha “Montanha”. Possuíam engenhosos expedientes, sendo responsáveis pela morte de respeitáveis homens de negócio, como Antônio Sanhudo de Araújo, morador no Sabará. Seus membros acabaram sendo presos e sentenciados no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

Composta por brancos pobres, escravos, libertos e indígenas, o bando do “Mão de Luva” ocupou-se do extravio ilegal de ouro para o Rio de Janeiro. Em geral, os seus membros procuravam fugir dos registros e dos destacamentos localizados nas proximidades de sua área de atuação – os sertões das Cachoeiras de Macacu. Acabaram sendo presos, inclusive o Luva, e, ao que tudo indica, sentenciados no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro.

O bando dos “Virassaia” agia por meio da rapina entre os sertões do São Francisco e Serra de Santo Antônio de Itacambiruçu a partir da década de 1780. Segundo a documentação da época, era composto por uma centena de pessoas e comandado por João Nunes Girdes e sua mulher Mariana de Jesus Mendonça, também conhecida como a “crudelíssima”. Este bando foi desbaratado apenas no início dos oitocentos. Em geral, assaltavam fazendas e viajantes nos caminhos.

Já nos sertões da vila de São Bento do Tamanduá agiu o bando de salteadores liderado por Januário Garcia Leal, por alcunha o “sete orelhas”. Movido por vingança, o dito bando teria iniciado a sua trajetória de crimes a partir do assassinato de um dos irmãos de Januário, morto cruelmente por sete indivíduos.

Por meio de fontes e obras sobre o assunto, podemos entender que a sua alcunha se explica pelo fato de que Januário, após localizar os seus algozes, teria matado todos e feito um colar com as orelhas – que secara e salgara – dos assassinos de seu irmão. Após a vingança consumada, o dito bando continuou as suas ações. Assim, teriam atingido à categoria de malfeitores comuns.

Sintetizando, este bando armado pode ser classificado como um claro exemplo de como o reconhecimento da honra e do poder pode desembocar em atos violentos. Em uma sociedade ditada pelo lócus do poder e da afirmação individual, era normal os indivíduos preservarem o seu nome tendo como recurso a violência física.

Por fim, temos o caso do bando de João Costa. Tal bando teria agido na Serra de Santo

Antônio de Itacambiruçu- região pertencente ao Distrito Diamantino - entre os anos de 1781 a 1787. As suas atividades ligavam-se ao extravio de diamantes na dita serra, e isto valeu vários embates com as autoridades do Distrito Diamantino. Conta-se que o desbaratamento do bando teria se efetivado a partir da denúncia de uma certa Margarida Felicidade, amante de João Costa. Em pouco tempo, os seus homens foram mortos, presos ou fugiram para outras partes da capitania de Minas. Contudo, o destino de João Costa ainda permanece um mistério.

Em decorrência desses estudos, percebemos que o bandoleirismo, fenômeno tipicamente europeu, ocorreu não apenas em Minas, mas em boa parte da América Portuguesa, especialmente na segunda metade dos setecentos – citamos o caso de Pernambuco. Em nossas pesquisas nos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, localizamos uma vasta documentação sobre as ações de bandoleiros nos sertões dessa capitania.

A nossa escolha em se analisar a capitania pernambucana deve-se ao fato de que nesta localidade foi localizado um volume bastante significativo de documentos atestando as ações de bandoleiros, principalmente em seus sertões. Conforme pontuamos em nossa tese de doutorado, as fontes coletadas para a região mostrou-nos um número bastante considerável de requerimentos de senhores de engenho, negociantes e oficiais locais pedindo ao Conselho Ultramarino permissão para o porte de armas, em virtude da presença desses bandidos nas estradas e caminhos ermos. Tal coleta, centrada nos documentos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, acusou, em média, 50 petições de viajantes pedindo a graça de poder portar armas em suas viagens nos setecentos. Esse número tende a crescer se observarmos que esses requerimentos podem também ser localizados em outros arquivos espalhados pelo nordeste brasileiro, especialmente em Recife.

Em geral, o sertão pernambucano, como em Minas, era o espaço do mandonismo bandoleiro, dos quilombos, dos bandidos, dos potentados e das quadrilhas de rapina. Área influenciada pelo clima marcado pelo rigor da seca e da violência coletiva, palco de conflitos “envolvendo colonos, padres seculares e missionários, índios ‘do mato’ e até mesmo os aldeados que já inseridos no sistema colonial se tornaram aliados dos portugueses”.³¹ Contudo, espaço também das riquezas, dos solos férteis, dos complexos agropecuários, dos engenhos e dos negócios. Naturalmente que o avanço para o sertão ocasionou diversos conflitos com os índios,

³¹ CUNHA, Elba Monique Chagas da. *Sertão, sertões: colonização, conflitos e História Indígena em Pernambuco no período pombalino, 1759-1798*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional) - UFRPE, Recife, 2013, p. 86-87.

uma vez que a disputa não era apenas pelas terras, mas também pelos recursos naturais ali presentes em uma terra semiárida.

Este era o maior problema enfrentado pelos colonos e pela administração pública, pois os nativos eram inconstantes, fugindo do controle da sociedade colonial, ou mesmo dos aldeamentos, os índios adentravam refugiando-se nesses espaços, tentando manter sua autonomia social, causando muitas vezes danos às propriedades e vilas próximas, trazendo pânico aos moradores³².

Sintetizando, foi nesses espaços, aparentemente sem lei ou baseado no direito costumeiro, que o poder privado mostrava a sua verdadeira faceta. Kalina Silva, sem considerar a questão do banditismo, assim se expressou sobre a situação dessas regiões:

A conquista do sertão assumiu, assim, um sentido civilizador, pois enquanto região não colonizada, o sertão apresentava-se como a fronteira colonial, significando-se, desde o século XVI, como espaço de mobilidade humana, aproveitado por integrantes da sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima. Assim, durante a fase de conquista, o sertão, fronteira da “civilização do açúcar”, foi representado pelo imaginário dominante das vilas açucareiras como o espaço do que era selvagem, perigoso, mas que também prometia riquezas. O sertão era constituído então pelas vizinhanças não colonizadas da zona do açúcar, as matas marginais que limitavam as áreas de engenhos, as serras onde os índios se refugiavam, assim como pelo semi-árido e a caatinga distante³³.

Assim como em Minas, o sertão pernambucano era apresentado como um local de refúgio para os marginalizados (homens pobres livres) e para os vadios, onde os braços da justiça pouco alcançavam aquelas áreas inóspitas. Uma carta datada do ano de 1761 nos mostra com mais precisão essa visão:

[...] pela diversidade dos distritos, e sua vizinhança, costumam os que devem alguma coisa as justiças de um território, destes refugiarem-se no outro, que sendo sertões mal povoados de justiças em toda a parte enquanto se recorre as justiças do respectivo distrito, tem a comodidade de se livrarem da de uma e outra jurisdição, inconveniente a que acudiu a providência do Rei Nosso Senhor³⁴.

A cotidianidade da violência coletiva em Pernambuco era, aparentemente, mais recorrente do que na capitania mineira. O palco das ações desses facinorosos foi principalmente os sertões, formando nessas áreas alguns redutos de dominação bandoleira

³² CUNHA. *Sertão, sertões*, p. 90.

³³ SILVA, Kalina Vanderlei. “As representações do sertão no imaginário barroco açucareiro entre os séculos XVI e XVIII”. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 12, Londrina, 2005. [Anais...]. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0543.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

³⁴ AHU_ACL_CU_015. 31/ agosto/ 1761 – 3 documentos – Recife, 31 de agosto de 1761. In: PIRES, Idalina Maria da Cruz. *Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas, 1757-1823*. Tese (Doutorado) - UFPE, Recife, 2004, p. 56.

No ano de 1764 as autoridades da Vila de Goiana – área situada ao norte da capitania – descobriram a existência de duas quadrilhas de salteadores e assassinos que estavam a prejudicar o sossego público das pessoas que habitavam a região e localidades próximas. Falava-se que os seus membros eram responsáveis por uma série de latrocínios e assaltos nos caminhos e arredores da vila, causando enorme prejuízo para o comércio e os negócios da capitania de Pernambuco.

O governador da capitania, José da Cunha Grã Ataíde e Melo, o Conde de Povolide, em meio às queixas prestadas pelo capitão-mor da vila de Goiânia, Sebastião Correia Lima, relatava ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, não apenas a existência dos bandos, mas a composição social dos seus membros, compostos por mamelucos, pretos e outros mestiços que têm feito mortes e assaltos aos moradores da região.

Logo que tomei parte deste governo, me representou o capitão mor da capitania de Goyana, Sebastião Correia Lima por carta de 17 de maio, a grande vexação, que padeciam os povos daquele distrito principalmente nos lugares chamado Caricê, e Terra Dura, causada por dois bandos de facinorosos, compostos de mamelucos, pretos, e outros mestiços, que infestavam aquele território, não só com roubos, levando casas à escala, mas também executando cruelíssimas mortes, com tal freqüência, que haviam posto em terror todos aqueles habitantes³⁵.

Caetano do Rego era um dos principais cabeças do bando. Acusado de um uma série de crimes, foi intensamente perseguido pelas tropas do governo. Tais ações foram em vão, devido aos obstáculos da natureza e aos estratagemas do bandido. Estevão “Lelê”, outro membro do bando, em razão da detenção do seu pai e irmãos, teria buscado por três vezes assassinar o governador em sua própria casa, o que teria levado o conde de Povolide a se manifestar à Coroa, afirmando categoricamente que se algum dos presos se soltasse poderia haver uma grande desgraça. Temia que atos vingativos pudessem se manifestar perante os oficiais que o prenderam³⁶.

Durante as devassas, vários bandoleiros foram presos, entre eles um matador bastante conhecido na região, de nome Manuel da Paixão, além de seus irmãos e parentes, igualmente assassinos³⁷.

³⁵ A.H.U-PE. Cx. 105. Doc. 8186. A.H.U-PE. Cx. 105. Doc. 8186. Da carta do dito acima, com a remessa de 16 presos, que se pegarão.

³⁶ A.U.H-PE. Cx. 106, doc. 8205. Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide, Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as prisões dos facinorosos que matavam e assaltavam em Goiana.

³⁷ Ver: A.U.H-PE. Rol dos presos que vão a ordem do senhor general por matadores e ladrões. Cx. 106, doc. 8205.

Em 1769, o governador recebia as primeiras ordens vindas do Reino a respeito das medidas a serem adotadas com os detentos. Ordenava-se a remessa dos criminosos para Lisboa, a fim de serem sentenciados conforme as suas culpas.

E ordena que depois de serem sentenciados os que se achão presos nessa capital, mande V.Exc continuar a mesma diligência, para segurar os que faltão, fazendo-as setenciar segundo as suas ordens; Pois que este é o único meio de se evitarem tantas desordens e insultos como os que tem praticado naquelas terras dos ditos facinorosos³⁸.

Na verdade, a questão da violência dos salteadores já era vista com certo temor nos seiscentos. Em 1671, os camarários de Olinda escreviam à Coroa sobre o problema das ações dos malfeitores em toda a extensão da capitania. Relatavam que ali a situação era preocupante, devido ao grande crescimento dos “roubos, latrocínios e mortes”³⁹ que eram comuns na capitania. Assim, pedia “seja servido ordenar que no governo dessas capitanias [...] justicar e castigar os culpados com pena de morte natural na mesma forma que incidem ao Rio de Janeiro, com que se instaurão os grandes crimes que se cometião” [...].⁴⁰

Alexandre Bittencourt, ao estudar os sertões de Ararobá de Pernambuco, analisou documentos oficiais trocados entre os poderes locais e a Coroa portuguesa. Segundo ele, ali se formou um imaginário social no qual os sertões era um espaço propício para os variados tipos de desordens, como as ações de facinorosos de variados tipos sociais.

Por conta da imagem construída dos sertões durante os primeiros séculos de colonização, havia, no século XIX, certa preocupação de alguns viajantes de negócios em cruzar os caminhos dessa região. Os colonos que porventura precisassem viajar por esses espaços tinham receio de fazê-lo e por muitas vezes apelavam às autoridades providências de segurança. Uma das alternativas contra o “perigo” dos sertões era o recurso a homens de armas, motivo de petições feitas por esses viajantes⁴¹.

Esse imaginário, essencialmente europeu, remete-nos ao imaginário medieval. Segundo Le Goff, nas florestas desse período se refugiavam variados tipos de atores sociais, como andarilhos, cavaleiros e bandidos. O medo desses espaços, povoados de salteadores, fazia parte de um

³⁸ A.U.H-PE. Cx. 106, doc. 8256. Ofício (minuta) do [Conselho Ultramarino] ao [governador da capitania de Pernambuco], conde de Povolide [Luís José da Cunha Grã Ataíde e Melo], informando que estavam corretas as medidas tomadas contra os criminosos de Goiana e ordenando o envio dos presos para Lisboa.

³⁹ A.H.U-PE. Cx. 10, doc. 915. Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os muitos delinqüentes existentes naquela capitania, e pedindo o mesmo direito que tem o Rio de Janeiro para condenar os malfeitores até a morte natural.

⁴⁰ A.H.U-PE. Cx. 10, doc. 915. Carta dos oficiais da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. Pedro] sobre os muitos delinqüentes existentes naquela capitania, e pedindo o mesmo direito que tem o Rio de Janeiro para condenar os malfeitores até a morte natural.

⁴¹ MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. Do litoral aos sertões de Ararobá de Pernambuco: fronteiras, poder local e sociedade na américa portuguesa (1762-1822). *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 30.2, p. 8, 2012 .

imaginário em que a fronteira (o desconhecido) deveria ser devastada e adequada aos costumes e normas sociais⁴².

O autor baseou os seus estudos nas fontes depositadas na coleção *Documentos Históricos Municipais*, publicada pelo Centro de Histórias Municipais – FIAM/CEHM. No *Livro da Criação da Vila de Cimbres (1762-1867)*, Marques analisou alguns documentos sobre o referido assunto. Em suas conclusões, o autor trabalhou com a hipótese de que os senhores de engenho utilizavam-se dessas petições como um meio de assegurar a própria segurança nos intrincados e perigosos sertões pernambucanos. Citamos, abaixo, a correspondência de Antônio dos Santos Coelho da Silva pedindo para poder portar armas durante as suas viagens:

[...] havendo infinitos *lugares despovoados e perigosos* de cometimentos, muito principalmente para o suplicante pela razão das indispensáveis arrecadações e remessas dos reais donativos para a Fronta da Fazenda, por cujo princípio obtive pela ouvidoria provisão para o uso de armas ofensivas e defensivas [...] Pede a Vossa Excelência se digne a prometer ao suplicante de *continuar o uso das pistolas e de acompanhar-se de um criado armado com bacamarte* durante o tempo do contrato, visto o perigo em dever-se julgar-se o suplicante pelas ditas arrematações e remessas⁴³.

O autor também cita outra correspondência, desta vez do sargento mor de Cimbres, Manoel José de Serqueira, o qual pediu e recebeu autorização não apenas para usar armas de defesa, mas para armar os homens forros que o acompanhava em suas jornadas.

[...] faço saber que esta provisão virem que atendendo a representar-me Manuel José de Serqueira, sargento-mor das ordenanças da Vila de Cimbres, Capitania de Pernambuco, que em razão do seu posto de várias diligências do Real Serviço, *prisões de facínoras* e execução de outras reais ordens, como também em consequência do manejo de seus negócios, sendo um dos maiores fazendeiros daquela vila, lhe era forçoso transitar muitas vezes por caminhos desertos, *expostos aos ataques dos malfeitores*, pelo que me pedia lhe concedesse faculdade para poder usar de armas de defesas, assim como os forros que houvessem de acompanhá-lo em todas as mencionadas ações de diligências do Real Serviço e nas do seu negócio. Hei por bem à vista do seu requerimento e dos documentos que apresentou, conceder ao suplicante o *uso de armas de defesas* na forma de sugestão, que Vossa Mercê lhe permita e aos ditos forros que o acompanham nas ações das mencionadas diligências e viagens⁴⁴.

Segundo Marques, é difícil saber, de fato, as verdadeiras intenções dos colonos ao direcionarem essas cartas à coroa. A primeira hipótese trabalhada pelo autor é a de que esses homens tinham ciência dos respectivos perigos, daí procuravam se defender portando armas de

⁴² LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. *O imaginário medieval*, 1994.

⁴³ Cópia de petição, despacho e mais documentos do capitão Antonio dos Santos Coelho da Silva, 30 de outubro de 1804. FIAM/CEHM. *Documentos históricos municipais, Livro da Criação da Vila de Cimbres*, p. 178; LE GOFF. *O imaginário medieval*, p. 8.

⁴⁴ FIAM/CEHM. *Documentos históricos municipais: livro da Criação da Vila de Cimbres*, p. 231.

fogo. A segunda diz respeito ao fato de eles se utilizarem das imagens e discursos produzidos pelo sertão como um meio de fazerem o uso de pistolas.

Apropriando-se dessas imagens construídas, os indivíduos que ocupavam cargos públicos, entre eles homens de negócios, faziam uso delas em suas práticas sociais, procurando, cada um ao seu modo, tirar um melhor proveito possível para elevação de seu patamar na sociedade colonial. Por outro lado, ao mesmo tempo em que atendia os interesses dessa elite local, a Coroa portuguesa também estava atenta em relação aos excessos de autonomia cometidos por essa gente do sertão⁴⁵.

Restam-nos, de momento, complementar esses estudos buscando quantificar e sistematizar as fontes sobre esse assunto para que possamos melhor compreender a natureza política dessas reivindicações. As representações referidas percorreram todo o período colonial e centraram-se no decorrer dos setecentos, especialmente na segunda metade do século XVIII. No geral, acreditamos, tendo em vista o número de representações redigidas, e o teor dos documentos pontuando sistematicamente os perigos das ações de salteadores, que os pedidos do uso de armas correspondem a uma necessidade de segurança dos viajantes, mas não descartamos que a importância da posse de armas esteja vinculada a uma questão de obtenção de prestígio e *status* social. Como dissemos anteriormente, a posse de armas conferia poder social ao indivíduo⁴⁶.

Os requerimentos analisados foram escritos principalmente pelos senhores de engenho e negociantes, sendo também localizadas petições redigidas por bacharéis, capitães e oficiais de ordenanças, coronéis, capitão e sargento-mor, mestre de campo, procuradores e oficiais da câmara de Recife. Citaremos alguns exemplos: em 1798, o senhor de engenho José Carneiro Pessoa, domiciliado em Pernambuco e senhor do Engenho Jardim, na freguesia de Santo Amaro, distante da vila de Recife seis léguas, suplicava à coroa a mercê de poder usar pistolas “por serem os caminhos infestados de ladrões salteadores teme o suplicante perigo de vida quando vai a dita vila e a outros lugares [...]”⁴⁷.

Um caso bastante interessante é o do capitão, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício José Antônio da Silva Pinto. O seu requerimento, bastante rebuscado, tinha como petição o uso de armas devido aos perigos das estradas e segurança contra os seus inimigos. Dizia o

⁴⁵ MARQUES. *Do litoral aos sertões de Ararobá de Pernambuco*, p. 15.

⁴⁶GOMES, José Eldes. Na mira da lei. *Revista de História*, 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/na-mira-da-lei>>. Acesso em: 4 jun. 2014

⁴⁷ A.U.H-PE. Cx. 189, Doc. 13049. Requerimento do senhor do engenho Jardim em Jaboatão, José Carneiro Pessoa à rainha [D. Maria I], pedindo licença para usar pistolas a fim de se defender dos salteadores quando passar à vila do Recife.

capitão que por ser um comerciante respeitável, casado e estabelecido “nesta Praça de Pernambuco, em que reside há dez anos, tem vivido em tranqüilo sossego [...] não só no giro do seu comércio como em a execução de algumas ordens do Tribunal do Santo Ofício de que como familiar do mesmo [...]”,⁴⁸ cujo ofício o fez colecionar vários inimigos durante os anos e que, além de ser senhor de algumas propriedades que distava 37 léguas da Praça de Recife “em as quaes por seus administradores, faz fabricar canas de açúcar, algodões, e outras diferentes lavouras [...] e laranjeiras [...] que distão desta cento, e tantas léguas em que cria gados, vacum, e cavalari⁴⁹ [...]” de que satisfazia os interesses econômicos da coroa e dos reais dízimos⁵⁰. Por isso se via obrigado a realizar diversas viagens pelo interior, contudo, além dos seus inimigos, deparava-se com diversos perigos nas estradas, “cheias de ladrões, e malfeitores, e por isso quase todos os dias acontecem assassinos”. Por isso pedia o suplicante a graça, em forma de provisão de licença, de poder portar pistolas e todas as armas, não apenas ele, mas os seus administradores e fâmulos que porventura viesse a acompanhá-lo em suas empreitadas.

Os exemplos se seguem ao longo de toda a história colonial pernambucana, como no caso do fazendeiro Francisco Xavier Carneiro, professo na Ordem de Cristo e portador de várias fazendas distantes da dita capitania. Como necessitava se ausentar frequentemente a tratar de sua cultura, por ter que passar por estradas e matos onde costumão sair salteadores, facinorosos a acometer os passageiros, e o suplicante para acautelar a sua vida precisa levar pistolas em coldres para não ser acometido de qualquer insulto⁵¹.

⁴⁸ A.U.H-PE. Cx. 204, doc. 13952. Requerimento do comerciante, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício, capitão José Antônio da Silva Pinto, por seu procurador José Rodrigues Simões, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para ele, seus administradores e fâmulos portarem pistolas e todas as armas que necessitarem para defesa e segurança contra seus inimigos.

⁴⁹ _____. Requerimento do comerciante, senhor de engenho e familiar do Santo Ofício, capitão José Antônio da Silva Pinto.

⁵⁰ Outra visão que poder ser extraída desta passagem é a existência, em Recife, dos complexos agropecuários por parte dos senhores de engenho. Assim sendo, podemos indagar que esses homens não eram apenas donos de engenhocas, mas de outras propriedades dedicadas a variados produtos e na criação de animais. Vemos também que esses mesmos indivíduos estavam inseridos nas redes comerciais, atuando como grandes negociantes. Portanto, estamos diante do fenômeno conhecido como “diversificação das atividades produtivas”, algo bastante recorrente nas grandes praças comerciais do centro-sul, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro. Para mais informações ver: FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. Mais recente, temos a excelente obra organizada por: FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. F. (Org.). *Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁵¹ A.H.U – PE. Cx. 190, doc. 13104. Requerimento do cavaleiro da Ordem de Cristo, Francisco Xavier Carneiro da Cunha à rainha [D. Maria I], pedindo licença para usar pistolas em coldres, por possuir várias fazendas e passar por estradas perigosas povoadas de salteadores.

As representações não se limitaram aos senhores de engenho. O capitão da Companhia de Granadeiros do terço auxiliar da freguesia do cabo, José Bezerra de Abreu, escrevia à coroa informando que por estar no real serviço e em constantes viagens para a habitação do mestre de campo José Felix da Rocha, necessitava do porte de pistolas para se defender dos perigos das “estradas despovoadas, cheias de matos, e acometidos de ladrões”.⁵²

No âmbito dos negócios, variados sujeitos viam nessas mercês uma forma de assegurar as suas vidas e a segurança do seu comércio. O negociante José Joaquim Jorge, morador abastado da praça de Pernambuco, em razão de suas constantes viagens de negócios e cobranças pelos dilatados e desertos sertões, “e inficionados de ladrões que continuamente os infestão, matando, e roubando os passageiros”⁵³ e, temendo o suplicante esses insultos, pedia a mercê de poder nas jornadas que fizer levar pistolas nos coldres para a segurança de sua vida. Em razão disso, a coroa concedia-lhe nas jornadas que fizer levar tais armas para que desse modo se evite “os assaltos que estão sempre praticando aqueles inimigos com os miseráveis passageiros”.⁵⁴

Na capitania anexa do Rio Grande do Norte, a preocupação com os perigos dos caminhos estava presente. O capitão-mor das Ordenanças dos distritos das vilas de Arês e Vila Flor, André de Albuquerque Maranhão Júnior, dono de muitas fazendas de gado, preocupava-se com a sua segurança nas suas empreitadas. Sendo obrigado a grandes jornadas, em razão de negócios e das diligências a que o seu posto militar o obrigava, pedia a mercê de portar pistolas nos coldres, pois passava “por caminhos desertos, cheios de gente facinorosa, malfeitores, que continuamente roubão e tiram a vida aos viandantes”.⁵⁵

Por fim, vale a pena explicar, em poucas palavras, o caso do capitão-mor João Barreto de Sá e Meneses. Vendo-se em perigo de vida, escrevia à coroa suplicando licença para que ele, seus familiares e acompanhantes portassem pistolas nos coldres e espingardas em razão dos enormes perigos existentes nos sertões, caracterizados pelo nosso personagem como sendo representados por caminhos medonhos e sertões agrestes suscetíveis de terríveis emboscadas de ladrões e

⁵²A.H.U – PE. Cx.186, doc. 12928. Requerimento do capitão da Companhia de Granadeiros do Terço Auxiliar da freguesia do Cabo, José Bezerra de Abreu, à rainha [D. Maria I], pedindo licença para portar pistolas, por necessitar viajar grandes distâncias.

⁵³A.H.U – PE. Cx. 243, doc. 16308. Requerimento do negociante Francisco Cordeiro Moniz Falcão, por seu procurador Francisco de Paula, ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para si e seu pajem portarem espingarda, pistola e faca a fim de evitarem assaltos no percurso de suas terras até à vila mais próxima.

⁵⁴_____. Requerimento do negociante Francisco Cordeiro Moniz Falcão, por seu procurador Francisco de Paula, ao príncipe regente [D. João].

⁵⁵ A.H.U-RN. Cx. 8, doc. 30. Requerimento do capitão-mor das Ordenanças dos distritos das vilas de Arês e Vila Flor, André de Albuquerque Maranhão Júnior, ao príncipe regente [D. João], pedindo permissão para poder levar armas de fogo consigo quando viajar em suas diligências, por causa dos grandes riscos de assalto e morte nos caminhos.

salteadores. Relata Meneses que esses perigos eram cotidianos, mesmo após a prisão do terrível facinoroso João Duarte Camargo Bueno⁵⁶.

Em princípios dos oitocentos, o capitão-mor da vila de São Francisco das Chagas, José Barreto de Sá e Meneses, denunciava a existência de um poderoso bando de malfeitores comandado por João Duarte Camargo Bueno e protegido pelo ouvidor da Jacobina, o Doutor José da Silva e Magalhães. Segundo o seu relato, esse régulo vexava e aterrorizava os sertões pernambucanos e parte da cidade da Bahia. Agia matando e assaltando as propriedades dos habitantes do sertão do Abaeté e vilas da capitania de Pernambuco, onde se fazia *sentir a sua ferocidade*.

Desde que chegou aos sertões pernambucanos, o nosso personagem teria se tornado um *insigne facinoroso*, levando o terror aos habitantes dessa localidade, que

Andando sempre armado, e fazendo-se acompanhar de uma califa de assassinos, e tanto assim que assassinando a João Carlos de Almeida para poder sem perturbação viver em comércio criminoso, com sua mulher, em que já estava, ouça com todo o escândalo viver com a mesma depois de haver cometido um delito tão atroz; as justiças não se atreverão a tirar devassas daquele mesmo delito como consta, e se vê da sentença de justificação [...].⁵⁷

Acompanhados de armas curtas e de fogo, o bando seguia aterrorizando a capitania. Conta-se que Camargo Bueno teria mandado matar até a sua própria mulher por meio de seu irmão Pedro Duarte Camargo para poder se casar com a filha do capitão-mor Pedro Domingues do Passo, a quem tinha deflorado. Acontece que, por engano, a vítima acabou sendo a sua própria filha, o que impediu o assassinato da sua referida esposa. Não abalado com o acontecimento, ele e o seu bando continuaram as suas ações, perturbando o sossego dos povos daquela vila e suas vizinhanças, prejudicando o comércio local. A atuação da quadrilha estaria, assim, assustando os comerciantes e viajantes que transitavam pelos caminhos. Se dermos atenção ao relato do capitão Meneses, a circulação de mercadorias estava seriamente abalada, uma vez que

Semelhantes acontecimentos exigem prompta providência, Vossa Alteza como Príncipe Junto, e que procura o sossego, e felicidade dos vassallos fiéis, pacíficos, e industriosos que se aplicão ás culturas, e fazem prosperar o comércio, para limites, e freio a abusos, tão enormes e de péssimas conseqüências, que abalão até a própria, e legítima autoridade de Vossa Alteza fazendo esmorecer, e afugentar aqueles vassallos, que mais se distinguem no

⁵⁶ A.H.U-PE. Cx. 263, doc. 17593. Requerimento do capitão-mor [da vila de São Francisco das Chagas], José Barreto de Sá e Meneses ao príncipe regente [D. João], pedindo licença para poder portar pistolas e a seus empregados a concessão de portar espingardas para proteção de suas vidas, por conta das ciladas que se tem armado ao suplicante nos caminhos inacessíveis por onde passa, após ter prendido ao facinoroso João Duarte Camargo Bueno.

⁵⁷ A.H.U-PE. Cx. 263, doc. 17593.

Real Serviço, como os que pacificamente vivem dos frutos de sua industrial, e aumentão as forças do Estado, promovendo o seu potencial⁵⁸.

Ao que tudo indica, o bando acabou sendo desmantelado nos princípios dos oitocentos, conforme atesta o já citado requerimento do capitão Sá e Meneses, que pede licença para o uso de armas depois de ter prendido o famoso bandido. Temia pela sua vida, afinal não faltava naqueles lugares outras quadrilhas, tão perigosas como a de Camargo Bueno⁵⁹.

O conjunto de relatos apresentados nos leva a deduzir que os membros das quadrilhas pesquisadas, utilizando-se da violência e do temor, estariam dominando boa parte dos sertões pernambucanos, constituindo, como em Minas, alguns redutos de dominação bandoleira. Como apresentado durante a pesquisa, os sertões eram dominados pelos poderosos potentados locais e por diversos bandoleiros. Muitas vezes, nessas “áreas de fronteiras”, conhecidas como “zonas de *non droit*”, havia a união entre potentados e bandidos. Por meio dessas alianças, os primeiros mantinham e aumentavam a sua área de mando, já os bandoleiros preservavam os seus redutos de dominação, por meio dessas redes clientelares e por meio do uso da força e do temor.

Tais redes foram muito bem apresentadas pelo professor Antônio Manuel Hespanha e por Ângela Barreto Xavier. A economia do bem comum, como práticas informais de poder estava baseada em uma tríade de obrigações, qual seja: dar, receber e restituir. O prestígio político alicerçava as hierarquias e definia a capacidade de uma pessoa em dispensar e retribuir benefícios. Imerso em uma economia de favores de ganhos simbólicos, os homens de antigo regime viam a dádiva como um elo que fortalecia os laços de clientela – obrigatoriedade de retribuição dos favores e serviços permeada pela ideia de amizade, liberalidade, caridade e magnificência⁶⁰.

Em suma, o estudo das ações das quadrilhas de rapina possibilitou uma melhor compreensão do fenômeno da violência coletiva e do poder local na América Portuguesa. Além da apresentação desses bandos armados, foi possível visualizar o alcance do bandoleirismo nos “trópicos” e o significado dos conceitos empregados na documentação pesquisada.

Os casos estudados sobre o bandoleirismo em Minas levou-nos a empreender uma busca mais sistematizada sobre este fenômeno na América Portuguesa. Localizamos uma gama considerável de fontes sobre o referido fenômeno para a capitania de Pernambuco. Comparando-se as duas regiões, concluímos que nos sertões pernambucanos, a violência coletiva era mais

⁵⁸A.H.U-PE. Cx. 263, doc. 17593.

⁵⁹A.H.U-PE. Cx. 263, doc. 17593.

⁶⁰ HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 4.

antiga e mais corriqueira. Pequenos e médios bandos de rapina ali agiam cotidianamente, o que levou vários homens, dentre estes senhores de engenho e militares, a redigir petições à coroa portuguesa pedindo a graça de portar armas em suas viagens de negócios. Espera-se que este breve estudo venha a ascender novas luzes sobre os recentes estudos sobre o bandoleirismo na América Portuguesa. Afinal, este tema é novo e pouco se tem estudado sobre as relações entre o poder político local e as ações de salteadores nos referidos espaços. Ao final, esperamos que, ao menos, possamos ter apresentado ao leitor um pouco mais sobre este fenômeno nos “trópicos” portugueses.

“Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos

"Linguistic Contextualism" and "Conceptual History": bringing two approaches to the study of political languages and concepts

Rogério Barreto Santana¹

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
rogeriobsantana@hotmail.com

Recebido em: 14/11/2015

Aprovado em: 13/01/2016

RESUMO: A partir do final da década de 1960, a História testemunhou uma verdadeira “virada” no que diz respeito aos estudos tradicionalmente conhecidos como História das Ideias. Nesse cenário de renovação do campo da História Política, dois historiadores se destacaram - Quentin Skinner (1940-) e Reinhart Koselleck (1923-2006) - por suas respectivas abordagens de tradição anglófona e germana: “Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”. Não obstante as diferenças teórico-metodológicas presentes em ambos os projetos historiográficos, este artigo tem como objetivo central realizar uma análise baseada na justaposição das duas viradas discursivas: a linguística e a hermenêutica. Nossa hipótese é que tanto a primeira quanto a segunda podem ser de grande relevância para um exame que leve em consideração não apenas a linguagem política dos agentes, mas também os usos de determinados conceitos e suas transformações ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Contextualismo Linguístico, História Conceitual, Método.

ABSTRACT: From the end of 1960s onwards, History experienced a true “turn” regarding a field of study traditionally known as “History of Ideas”. In this scenery of renovation of the Political History, two historians, Quentin Skinner (1940-) and Reinhart Koselleck (1923-2006) stand out because of their respective approaches to the Anglophone and German traditions: “Linguistic Contextualism” and “Conceptual History”. Despite the theoretical and methodological differences in their historiographical projects, this article has the main aim of presenting an analysis based on two linguistic turns: the linguistic and the hermeneutic. Our hypothesis is that both may be of great importance to an investigation concerning not only the political language of the agents but also the use of specific concepts and their changes through time.

KEYWORDS: Linguistic Contextualism, Conceptual History, Methodology.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Este artigo é fruto de uma discussão mais ampla que desenvolvo na tese de doutorado.

Introdução

Haja vista o quadro mais amplo da historiografia brasileira que, de uma forma ou de outra, faz jus a história conceitual desde o início dos anos 2000,² data de 2006 aquele que provavelmente tenha sido o primeiro grande esforço intelectual de propagação e sistematização do método no Brasil. Organizado por João Feres Júnior e Marcelo Gantus Jasmín, o livro *História dos Conceitos: debates e perspectivas*³ apresenta, entre outras coisas, a possibilidade da realização de um projeto desse volume em território nacional, além de algumas aproximações e distanciamentos entre a história conceitual e o chamado contextualismo linguístico. A propósito, tal comparação foi também o foco do artigo que os pesquisadores submeteram, um ano antes da publicação da sua obra, à Revista brasileira de Ciências Sociais:

O presente artigo discute, de forma sucinta, algumas das principais questões em torno das quais vem se dando o debate acerca do fazer história do pensamento político e social nas últimas três décadas. Importa esclarecer, comparando, limites e possibilidades teóricas e metodológicas das duas vertentes mais produtivas no campo hoje: o contextualismo linguístico de Quentin Skinner e a história dos conceitos (Begriffsgeschichte) desenvolvida por Reinhart Koselleck [grifo meu].⁴

Paralelamente a tais trabalhos, é necessário previamente dizer que esses guardaram intrínseca relação com o projeto desenvolvido pelo grupo *Iberconceitos*, que reuniu, naquele contexto, acadêmicos de nove países latino-americanos os quais, durante três anos, produziram ensaios sobre a história de dez conceitos de 1750 a 1850.⁵ O resultado dessa iniciativa coletiva veio com a publicação, já em 2007, do livro *História dos conceitos: encontros transatlânticos*.⁶ No caso específico brasileiro, a divulgação em 2009 do *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*⁷ pareceu, definitivamente, consolidar um tipo de abordagem que, atualmente, possui um conjunto expressivo de pesquisadores em diferentes programas de pós-graduação do país.

² A título de exemplo, três pesquisas de historiadores brasileiros podem ser mencionadas: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2003; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. 396 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo/ FFLCH-USP, Programa de pós-graduação em História, São Paulo, 2003; e FERES JÚNIOR, João. *A history of the concept of Latin America in the US: misrecognition and social scientific discourse*. University of New York, New York, 2003.

³ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, Editora PUC-Rio, 2006.

⁴ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *RBCS*, Vol. 20 n°. 57 fevereiro/2005, p. 27-38.

⁵ Ver contextualização completa em: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.8.

⁶ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus (orgs.). *História dos conceitos: encontros transatlânticos*. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

⁷ FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*.

Com efeito, se, por um lado, no Brasil, há talvez uma recepção maior da história conceitual de cunho *koselleckiano*, como demonstram as pesquisas ibero-americanas que possuem, como lembramos, a participação de muitos dos nossos historiadores; por outro lado, com João Feres Júnior e Marcelo Gantus Jasmin concordamos que o método contextualista, igualmente, faz parte desse amplo movimento de renovação da história do pensamento político e social que atingiu várias nações desde o início da década de 1960.

Nesse sentido, convém advertir que a análise a seguir se detém exclusivamente à dimensão metodológica das obras de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck.⁸ Embora os autores se notabilizem por volumosa produção no campo da história do pensamento político, não me ocuparei, aqui, dessa dimensão de seus trabalhos. Evitarei - como sugeriu Ricardo Silva no seu ensaio sobre Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo - o impulso de avaliar os métodos de Skinner e Koselleck à luz de suas realizações práticas como historiadores por considerar que qualquer obra substantiva complexa realiza, num só tempo, mais e menos do que prescreve o método que a inspirou. Seguindo o raciocínio de Silva, realiza mais porque há fatores não controlados pelas prescrições metodológicas que influenciam o resultado de uma investigação (tais como o acesso a recursos materiais e institucionais, a “sorte” na descoberta de documentos relevantes, ou características idiossincráticas, como a energia individual e a criatividade dos pesquisadores); e realiza menos, conclui ele, porque toda metodologia “exagera” em suas prescrições, sugerindo um “ideal” procedimental que jamais se efetiva integralmente.⁹

Sendo assim, nas linhas que se seguem sugerimos como hipótese uma aproximação entre esses dois enfoques para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos. Acreditamos que um e outro se sustentam metodologicamente, podendo ser complementares em muitos sentidos, desde que ressalvados, em algum momento, as distinções entre ambos.¹⁰ Vale ressaltar que tamanha empreitada se apoia em estudos anteriores, de maior fôlego e extensão do que este.¹¹ Na verdade,

⁸ De acordo com a bibliografia mais recente, dentre as quais mencionei já algumas delas, a obra desses autores alcançou maior repercussão acadêmica em comparação com o que foi produzido pelos seus pares, além, obviamente, da declarada consistência de seus trabalhos.

⁹ Desenvolvi este parágrafo com base na metodologia empregada por: SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

¹⁰ Para além de tais ressalvas, é preciso destacar o caráter metodológico da história conceitual frente à perspectiva mais abrangente da História dos Conceitos enquanto disciplina ou campo autônomo de conhecimento. Um bom levantamento das implicações teóricas e práticas dessa combinação é obtido em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, pp. 11-22.

¹¹ Importante e pioneiro trabalho sobre as relações existentes entre a história conceitual e o contextualismo linguístico é o de: RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. New York; Oxford University Press, 1995. Uma tentativa de estabelecer uma plataforma comum entre Skinner e Koselleck é notada em: PALONEN, Kari. Quentin Skinner's Rhetoric of conceptual change. *History of human sciences*, 10, p. 61-80, 1997.

poucos foram aqueles que se empenharam em sintetizar, em poucas páginas, as contribuições metodológicas de Skinner e Koselleck sem, contudo, perder de vista a densidade e a consistência dos ensinamentos oriundos dessa combinação. Isso é o que, rigorosamente, proponho-me fazer neste artigo.

Desenvolverei o argumento em três largas passadas: primeiro, apresentarei o método contextualista com base em um dos principais representantes da Escola de Cambridge, o historiador Quentin Skinner. Na continuação, passarei para a história conceitual de Koselleck, expondo seus aspectos fundamentais. Por fim, evidenciarei mais objetivamente as aproximações possíveis entre os métodos contextualista e conceitual, depois de tê-los digerido no decorrer da narrativa.

Contextualismo Linguístico e História Conceitual como ferramentas de análise

Por muito tempo, convencionou-se o pensamento de que a História das Ideias pouco contribuía para o desenvolvimento de uma abordagem pautada na intenção dos autores bem como no contexto das suas práticas. Tal modelo tradicional de História era geralmente apresentado pelos seus críticos como de natureza “contraproducente”, “abstrata”, “estéril” ou ainda “desencarnada” do ponto de vista dos usos sociais. Como se não bastasse, compreendia-se o estudo das ideias, sobretudo políticas, a partir de um universo uno, cuja noção de influência aparecia enquanto elemento principal das continuidades reveladas por uma história de conceitos normalmente separados das motivações e atitudes dos agentes históricos. Aproximando-se da Filosofia e da Linguística de maneira nem sempre sugestiva, preponderavam nesse tipo de interpretação formas “anacrônicas”, “descontextualizadas” e “generalizadoras” que se valiam da utilização superficial e vaga do termo ideias. Em suma, faltava uma adequação maior dos textos ao seu contexto social de produção.¹²

Sobre o assunto, ver também: *Quentin Skinner: history, politics, rhetoric*. Cambridge: Polity Press; Malden: Blackwell Pub, 2003. Já numa linha monográfica, vale recordar a pesquisa de: IHALAINEN, Pasi. *Protestant nations redefined: changing perceptions of national identity in the rhetoric of the english, dutch and swedish public churches, 1685-1772*. Leiden: Brill, 2005.

¹² Uma leitura possível da crítica francesa à tradicional História das Ideias é feita em: FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3 ed. Lisboa: Presença, 1989. Para um exemplo tradicional de história das ideias que se aproxima da crítica mencionada neste artigo, ler: LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser: estudo da história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 13. Um balanço sobre o assunto “história das ideias” é realizado por: FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Foi na esteira de historiadores como John Pocock (1962),¹³ John Dunn (1968)¹⁴ e Quentin Skinner (1966; 1969)¹⁵ que, já no início da década de 1960, observou-se uma “virada” de perspectiva no modo pelo qual se concebiam a questão da linguagem, do significado dos discursos e das estratégias narrativas atentas à reconstrução do contexto. Partindo inicialmente das investidas de Peter Laslett (1956)¹⁶ contra os estilos convencionais de história das ideias políticas, esses historiadores tomaram posteriormente suas próprias direções, destacando-se frente ao pioneirismo de Laslett pelas suas formulações metodológicas mais declaradas. Em 1962, por exemplo, John Pocock chamou a atenção para a necessidade de se resgatar a história do pensamento político do domínio do tratamento exclusivamente filosófico dos textos clássicos. Esse tipo de orientação metodológica, como indicou Pocock, impossibilitava à compreensão das conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico. Tal interpretação reapareceria de forma ainda mais enfática alguns anos depois. Em artigo originalmente publicado em 1968, John Dunn insistia na necessidade de se estudar a história das ideias como uma atividade discursiva, ocorrida num contexto no qual a restringia e a capacitava, simultaneamente. Também em Quentin Skinner a afirmação da metodologia contextualista surgiria, em 1966, de par com a crítica às abordagens tradicionais.¹⁷

Sem dúvida, a emergência e consolidação do contextualismo linguístico se deveram, em grande parte, à extensa produção dos autores acima mencionados. Coube, porém, àquele último, a elaboração mais sistemática do encontro da Filosofia da História de Collingwood com o aparelho analítico da Filosofia da Linguagem ordinária.¹⁸ Ademais, como assegura Ricardo Silva,

¹³ POCOCK, John G. A. *The History of Political Thought: A Methodological Enquiry*. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (ed.). *Philosophy, Politics and Society* (second series). Oxford, Blackwell, 1962, pp. 183-202. A sistematização teórico-metodológica da obra de Pocock está disponível em português: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁴ DUNN, John. *The Identity of the History of Ideas*. *Philosophy*. Vol. XLIII, n. 134, 1968, pp. 85-104. Embora tenha atingido menos impacto na historiografia brasileira, em comparação com as produções de Pocock e Skinner, vale lembrar outro trabalho de John Dunn que igualmente teria contribuído para a consolidação do método contextualista: *The Political Thought of John Locke: An Historical Account of the Argument of the Two Treatises of Government*. New York: Cambridge University Press, 1969.

¹⁵ Respectivamente: SKINNER, Quentin. *The Limits of Historical Explanation*. *Philosophy*. Vol. 41, 1966, pp. 199-215; *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. *History and Theory*. Vol. 8, n. 3, 1969, pp. 3-53.

¹⁶ LASLETT, Peter. *Philosophy, Politics and Society*. Oxford, Blackwell, 1956.

¹⁷ Construí parte do parágrafo sintetizando o pensamento de: SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

¹⁸ Em recente entrevista de julho deste ano concedida ao colaborador da Revista de História Bruno Garcia, Quentin Skinner declarou haver uma “dívida intelectual” com duas figuras especialmente importantes no mundo anglófono: Collingwood (1889-1943) e Wittgenstein (1889-1951). Quanto ao primeiro, lembrou o historiador: “*escreveu trabalhos importantes sobre metodologia na história da filosofia, especialmente nos anos 30. Na sua autobiografia, no começo dos anos 1940, ele escreveu algo muito importante, que chamou de lógica de pergunta e resposta: propunha que o conceito crucial de interpretação era o de recuperar as perguntas elaboradas pelos autores cujos textos parecem respostas. Esta me pareceu uma ideia luminosa*”. Já sobre Wittgenstein, afirmou Skinner: “*Eu era um estudante de graduação em Cambridge e ele era nosso herói. O que entendíamos que*

entre os historiadores de Cambridge Skinner foi aquele quem mais obstinadamente dedicou-se à dupla tarefa de invectivar contra as abordagens concorrentes e formalizar a metodologia contextualista. Em consequência disso, é contra ele que a maior parte dos críticos do contextualismo linguístico tem dirigido suas baterias.¹⁹ Daí reside o principal motivo de se atribuir a Skinner um lugar de destaque na reconstituição das discussões pertinentes ao assunto.

Ao que tudo indica, três artigos metodológicos constituíram o ponto de partida da vasta produção do historiador inglês, a saber: *The Limits of Historical Explanation* (1966); *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969); e *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics* (1988). Não parando por aí, a concretização de toda uma análise do autor centrada em grandes obras do pensamento político moderno emanaria entre as décadas de 1970 e 1980, com a publicação de *The Foundations of Modern Political Thought* (1978) e *Machiavelli* (1981). De nome já conhecido, a maturidade intelectual de Skinner, segundo seus críticos, só seria reconhecida nos anos 1990, quando se difundiram trabalhos como *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes* (1996), *Liberty before Liberalism* (1998) e *Visions of Politics* (2002), sendo esse último escrito em três volumes, dentre os quais o primeiro deles se destacaria pela retomada daqueles ensaios iniciais que ajudaram a conformar o seu olhar sobre a História.²⁰

Quanto a isso, Quentin Skinner vislumbrou várias possibilidades de leitura e interpretação dos textos históricos. Uma delas é situar os escritos no seu devido contexto intelectual e discursivo, atentando-se para o fato de que os atores os produziram de acordo com as motivações específicas de seu tempo. Como ficou explícito ainda na escrita da introdução do primeiro volume do *Visões da Política*, menos do que “entrar” na cabeça dos indivíduos para se valer das suas intenções – algo bastante improvável de acontecer –, caberia ao historiador das ideias, na medida do possível, a tentativa de se aproximar das “coisas à sua maneira”.

Dito de outra forma, a compreensão dos “significados” de ideias ou mesmo de conceitos passaria pelo próprio questionamento do lugar de onde essas ideias e conceitos se

Wittgenstein estava dizendo é: pare de falar sobre significados, pergunte para que os conceitos estão sendo usados, trate-os como ferramentas, pergunte para que essa ferramenta é útil. Isto também foi luminoso para mim, especialmente pela forma como era recebido por John L. Austin (1911-1960), o filósofo da linguagem. Ele deu uma explicação que acho bastante útil, chamando isso de “atos de fala”. Ver entrevista completa em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/quentin-skinner-1>. Acesso em: 14 de setembro de 2015 às 19:43.

¹⁹ SILVA. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político, p. 300.

²⁰ Todos os livros citados podem ser encontrados já traduzidos em língua portuguesa. Para mais detalhes, consultar: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999; *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999; *Visões da política: sobre os métodos históricos* (vol I). Rio de Janeiro: Difel, 2005; *Maquiavel*. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2010.

desenvolveram. Mais do que isso, pensar sobre tais questões nos remete a um maior diálogo com os autores e os reais escopos de suas práticas sociais. Ou seja, com o argumento de que “speech is also action” - expresso ainda mais abertamente nos volumes seguintes de sua obra de talvez maior expressão do ponto de vista teórico -, Skinner validou na historiografia o pensamento de que a língua não traduz apenas um ato retórico, mas igualmente uma relação com o poder. Uma vez tomada como recurso, ela poderia moldar o “mundo” no qual os indivíduos atuaram e deram significados às suas ações políticas quase sempre conscientes.²¹

O assunto ganharia destaque em dois dos capítulos do já citado livro *Visões da Política: ‘Social meaning’ and the explanation of social action* e *Moral principles and social change*. O fato é que, seguindo a risca as reflexões trazidas pelo historiador, não haveria como negligenciar a “agência humana” no processo de mudança social, especialmente quando entendemos que os autores são de fundamental importância para uma boa compreensão das obras que pretendemos estudar.²²

Nessa lógica, definir os conceitos e a linguagem dos autores revela não só o conhecimento do seu vocabulário e das suas possibilidades de escrita, como também as variadas intencionalidades presentes nos seus respectivos trabalhos e atos discursivos. Apreender “motivos” e “intenções”, desse modo, acaba sendo a “chave” para a compreensão dos textos históricos. À medida que os motivos tratam de condições que antecedem a realização da obra, as intenções, por seu turno, respondem pelas ações evocadas a partir de fatores aparentemente externos ao que se empreendeu posteriormente na forma de discurso.²³

Adequar “motivos” e “intenções” à interpretação das narrativas históricas para a construção do contexto social e linguístico em que se inserem os textos historiográficos, portanto, dificilmente seria possível naquele quadro tradicional de História das Ideias como apresentado páginas atrás. O método contextualista, distintamente, viabiliza uma série de perspectivas não contempladas pela “história do pensamento”, como chamou a atenção Skinner no livro *Liberdade antes do Liberalismo*:

[...] os historiadores do pensamento fariam bem em se concentrar não meramente, ou mesmo principalmente, num cânone de assim chamados textos clássicos mas, preferivelmente, no lugar ocupado por esses textos em tradições e quadros mais amplos do pensamento.²⁴

²¹ SKINNER, Quentin. *Visions Of Politics: Regarding Method*. New York: Cambridge University Press, (Vol.I), pp. 1-7.

²² O assunto também foi bem discutido em: SEWELL JR, William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *The American Journal of Sociology*, Vol. 98, No. 1 (Jul., 1992), pp. 1-29.

²³ SKINNER. *Visions Of Politics*, pp. 96-102.

²⁴ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 83.

A crítica tecida por Quentin Skinner ao que denominou de “história do pensamento” remonta, talvez, aquela que se tornou a maior das suas contribuições à historiografia contemporânea. Tomando de empréstimo as considerações de Vanderlei Sebastião de Souza, em Skinner encontra-se a transformação de um “texto qualquer” em documento histórico passível de uma leitura objetiva, em que a dicotomia entre autor, texto, contexto e linguagem é suprimida em função de um “contextualismo linguístico” mais performático e sensivelmente histórico, cujas ideias são tratadas dentro das tradições intelectuais e do repertório normativo disponível numa dada sociedade ou num grupo de indivíduos. Skinner - salienta o pesquisador - restituiu o lugar do autor no processo de produção e difusão das ideias ao defender a autonomia do pensamento e invocar uma história de homens e mulheres que pensam, agem e escrevem a partir de intenções conscientes. Na concepção dele, define Souza, o sentido da história estava presente na relação do ator-escritor com a linguagem e a experiência social historicamente compartilhada, uma vez que o contexto é ele mesmo constitutivo do próprio objeto que se pretende analisar.²⁵

Se, por um lado, a História Intelectual tal qual preconizada pelo historiador da modernidade nos serve de ferramenta para a análise dos sujeitos e do seu universo discursivo traduzido como prática social, por outro lado, esse contextualismo linguístico - pelo seu foco maior nas linguagens políticas e nos indivíduos num curto espaço de tempo - parece oferecer menos elementos para uma abordagem conceitual capaz de evidenciar as mudanças que os conceitos históricos passaram ao longo do tempo.²⁶ O próprio Quentin Skinner reconheceu o julgamento sofrido há alguns anos, tanto que, numa possível tentativa de revisão do método, distinguiu o seu trabalho daquele produzido pelo historiador Reinhart Koselleck:

[...] my approach differs markedly from that of Koselleck and his associates, who have chiefly been preoccupied with the slower march of time and much less concerned than I have been with the pointillist study of sudden conceptual shifts. One reason why I have been less interested in such broader chronologies is that, in the examples I have given, the shifting vocabularies are little more than indexes or reflections of deeper transformations in social life.²⁷

Diversamente do que se poderia então esperar do método contextualista - que até certo ponto não estaria tão preocupado com uma dimensão diacrônica do processo histórico ou ainda com as alterações mais lentas das definições no tempo -, eis que surge também no final da década

²⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 5, Ano 5, nº 4. (Out/Nov/Dez., 2008), p.19.

²⁶ Este trecho pode ser revisitado em: SANTANA, Rogério Barreto. *A História das Ideias em Perspectiva*. <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/11/A-Hist%C3%B3ria-das-Ideias-em-Perspectiva-pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 15:51, p.5.

²⁷ SKINNER. *Visions Of Politics*, p. 180.

de 1960 a História Conceitual alemã, que, sem dúvida, foi mais bem representada pelo historiador Reinhart Koselleck (1923-2006).²⁸ Considerados o contexto político e intelectual em que ambos os métodos se originaram - especialmente no que se refere às duras críticas feitas à tradicional História das Ideias – e as proximidades epistemológicas existentes entre eles - tanto na ênfase dada à contextualização dos sujeitos quanto na premissa de que há uma relação profunda entre História e Linguagem -, a disciplina História dos Conceitos parece propor algo menos viável ao método contextualista, isto é: uma apreensão dos significados e dos usos de determinados léxicos em diferentes momentos e situações.²⁹

Tendo originalmente publicado sua tese de doutoramento em livro no ano de 1959,³⁰ Koselleck demonstrou já ali uma íntima relação com o estudo das ideias, da política e da história contemporânea e do seu tempo ao interpretar muitos dos problemas a sua volta em vistas da dinâmica interna do Iluminismo e da patogênese do mundo burguês. Combinando análises em História das Ideias e análises sociológicas das condições, procurou antes de tudo estudar os movimentos das ideias na medida em que eles permitiam explicitar seu acento político, fundando, assim, uma verdadeira teoria da história baseada no nascimento do moderno pensamento político desde o Iluminismo. Em síntese, para Koselleck:

Esta investigação concentra-se no lado político do processo. Para mostrar sua conexão com a crise que se insinuava lentamente, isto é, para dar conta da unidade da formulação dupla da nossa questão, serão indicados os pontos de partida históricos que permitam comprovar o sentido político da filosofia burguesa da história e detectar a crise latente em que incorreu e à qual sucumbiu, em primeiro lugar, o Estado absolutista.³¹

Não obstante a publicação de *Crítica e Crise*, a História dos Conceitos só ganharia efetivamente destaque na década de 1970 com o dicionário histórico dos conceitos (1972-1997) produzido em conjunto por alguns historiadores alemães, dentre os quais Koselleck estava

²⁸ Um resultado da internacionalização do projeto historiográfico de Koselleck é encontrado em: FERES JR, João; e JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007. A obra serve de referência, em termos empíricos, para pesquisas que pretendem se valer das categorias propostas pelo historiador alemão. Dividido em ensaios escritos por pesquisadores de diferentes nacionalidades, o livro é composto por trabalhos teóricos e substantivos, que se aproximam pela utilização da história conceitual e/ou pela centralidade conferida a esse tipo de abordagem.

²⁹ A tese data de 1954 e tem como título: “*Kritik und Krise: Ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*”. A edição brasileira do livro de 1959 intitula-se: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

³⁰ A tese data de 1954 e tem como título: “*Kritik und Krise: Ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*”. A edição brasileira do livro de 1959 intitula-se: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

³¹ KOSELLECK. *Crítica e crise*, p.15.

incluso como um de seus co-organizadores.³² Retirado do segundo volume do léxico editado por Koselleck, pode-se dizer que o verbete “História” é hoje um dos principais pré-requisitos para se apreender o significado de método tão caro à historiografia nos últimos tempos.³³ Em seu rastro, vale registrar a escrita de mais três trabalhos do historiador que se tornaram incontornáveis para o desenvolvimento pleno de toda a sua abordagem sobre o tempo, a história dos conceitos, teoria da história e historiografia: *Futuro Passado* (1979); *Estratos do Tempo* (2000); e *The practice of conceptual History* (2002).³⁴

Para um exame dos aspectos metodológicos fundamentais da história conceitual que por ora nos interessa assinalar, faremos alusão a dois ensaios que desvendam algumas perspectivas para o estudo que propomos: *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, publicado no Brasil em 1992; e *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, traduzido em 2004 para o espanhol por Javier Fernández Sebastián y Gonzalo Capellán de Miguel.³⁵

Em *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, Koselleck lança uma primeira ideia: nem toda palavra existente em nosso léxico pode se transformar num conceito ou possuir uma história. É preciso antes de qualquer coisa, afirma o historiador, estabelecer a distinção entre conceito e palavra.³⁶ Habita aí um segundo e importante argumento do artigo: o uso dos conceitos.

Todo conceito, seguindo Koselleck, é sempre concomitantemente fato e indicador. Não sendo apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. Nesse caso, um conceito pode se relacionar àquilo que se quer compreender, mas também assumir uma dimensão necessariamente tensa com o conteúdo. Isso porque, nas palavras dele: “considero teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da

³² Ver prefácio do livro que tece um rápido giro acerca da produção do léxico: ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. Prefácio: O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 9-34.

³³ A tradução do verbete “História” está disponível para os leitores brasileiros desde 2013 em: KOSELLECK, R (et al). *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

³⁴ Respectivamente: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006; *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014; *The practice of conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

³⁵ Nessa ordem: KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146; *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45.

³⁶ KOSELLECK. Uma história dos conceitos, p.1.

experiência histórica”. Assim, todo conceito se articula a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tomando-o compreensível.³⁷

Nesse ponto, em nada parecem se diferenciar a metodologia contextualista de Skinner daquela preconizada pela história conceitual de Koselleck, sobretudo quando essa última considera que um desdobramento lógico de tal procedimento exige a contextualização dos termos em unidades maiores, num conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais, etc. O que equivale inferir, em outras palavras, que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos.³⁸

Dessa formulação Koselleck tira aquele que talvez seja um dos assuntos mais controversos de sua história conceitual: “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única”. Dito de outra forma, ele acredita que a História dos Conceitos, enquanto matéria, mostra-nos como novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos ou pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas. Em suma, da mesma palavra um novo conceito se forja, tornando-se assim único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar dela inteligível.³⁹

O fato de possuir tamanha proximidade com o método contextualista não chega, porém, a inviabilizar a existência de uma linha divisória entre esse último e o tipo de abordagem como sugerida por Koselleck. Isso se torna bastante evidente quando o historiador alemão, diferentemente de Skinner, concentra-se num determinado tipo de investigação que assume a importância de se ater as temporalidades diversas e a necessidade de apreensão das mudanças semânticas mais lentas, malgrado o uso pragmático da língua:

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua.⁴⁰

³⁷ KOSELLECK. Uma história dos conceitos, p. 3.

³⁸ _____. Uma história dos conceitos, p. 4.

³⁹ _____. Uma história dos conceitos, p. 4-7.

⁴⁰ _____. Uma história dos conceitos, p. 8.

Resumidamente: a diacronia está contida na sincronia. Todos os conceitos têm vários níveis de profundidade diacrônica e arrasta consigo uma grande carga de experiências acumuladas ao longo do tempo.⁴¹

Enquanto no ensaio que acabamos de comentar Koselleck passou tangencialmente pelos problemas de ordem metodológica, não seria o que o historiador faria ao escrever posteriormente *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. Nele, o pesquisador formula uma questão que garante ser a chave para a História dos Conceitos: “¿cuál es la naturaleza de la relación temporal entre conceptos y situaciones o circunstancias?”. Que pôde ser então por ele assim respondida: [...] “cualquier cosa que pueda y deba ser conceptualizada se encuentra fuera de los conceptos”.⁴² Ao analisar a mudança recíproca dos conceitos e das circunstâncias, Koselleck cita o historiador Heiner Schultz, para quem:

1. El significado de la palabra, así como el de las circunstancias aprehendidas en ella permanecen sincrónica y diacrónicamente constantes.
2. El significado de la palabra permanece constante, pero las circunstancias cambian, distanciándose del antiguo significado. La realidad así transformada debe ser nuevamente conceptualizada.
3. El significado de la palabra cambia, pero la realidad previamente aprehendida por ella permanece constante. Por lo tanto, la semántica debe encontrar una nueva forma de expresión con el fin de ajustarse de nuevo fielmente a dicha realidad.
4. Las circunstancias y el significado de las palabras se desarrollan separadamente, cada una por su lado, de manera que la correspondência inicial no puede mantenerse por más tiempo. Sólo a través de los métodos de la historia conceptual es posible entonces reconstruir qué realidades solían corresponderse con qué conceptos.⁴³

Ao acomodar essas quatro possibilidades de transformação, Koselleck nos permite chegar a uma primeira conclusão do seu raciocínio: o significado e o uso de uma palavra jamais estabelecem uma relação de correspondência exata com a realidade. Ambos, conceito e realidade, de acordo com ele, têm suas próprias histórias que se modificam de diversas maneiras e ritmos, ainda que relacionados entre si. Isso pode ocorrer, igualmente, quando se trata da nossa capacidade de conceituação da realidade, assim como a própria realidade conceituada pode também se apresentar de forma variada e distinta daquela inicialmente observada.⁴⁴ Uma segunda e talvez definitiva advertência, assim, não deixa de estar atrelada àquela primeira: cada conceito

⁴¹ A ideia contida neste parágrafo é encontrada em: KOSELLECK, Reinhart. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45, p. 36.

⁴² KOSELLECK, Reinhart. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45, p. 30.

⁴³ _____. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, p. 31.

⁴⁴ _____. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, p. 36.

contém vários estratos profundos provenientes de significados passados, guardando um potencial dinâmico e de mudança dentro da linguagem.⁴⁵

Ao renunciar à ideia de uma história linguisticamente determinada, problematizaria Koselleck em importante livro: “o que a história da palavra, do conceito e da matéria nos revela sobre aquilo que era designado e experimentado com o termo (...)?”⁴⁶ Confrontando pergunta de tamanha complexidade em seu *Estratos do Tempo*, o pesquisador alemão nos levou a algumas direções. Podemos então completar com Julio Benvivoglio que a virtude maior do historiador, nesse sentido, foi a de atentar para a historicidade dos conceitos e do pensamento sócio-político, valorizando o caráter formativo e pragmático da constituição e do uso das ideias na História. Além disso, ao demonstrar que um conceito não é inalterável, não é um centro fixo e estável, conseguiu validar positivamente o pensamento de que os conceitos devem ser entendidos como um objeto imerso na temporalidade e na linguagem.⁴⁷

Conclusão

O caro leitor pode agora, e com toda a razão, questionar-se: como articular os dois projetos historiográficos examinados ao longo deste artigo com o uso das fontes?

Como justifiquei no início, meu intuito principal não consistiu em desenvolver o argumento com base num objeto de pesquisa específico, tampouco corroborar com o emprego das metodologias contextualista e conceitual tendo em vista um recorte empírico em particular, proposta sem dúvida atraente, mas que demandaria outro espaço para discuti-la. Quanto a isso, boa parte da bibliografia mencionada neste ensaio, seja no seu corpo ou em notas de rodapé, atesta a recepção e o uso de tais metodologias observando-se o seu caráter mais pragmático.⁴⁸

⁴⁵ KOSELLECK. Historia de los conceptos y conceptos de historia, p. 37-38.

⁴⁶ _____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014, p. 233.

⁴⁷ BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 114-134. ISSN: 1517-2120, pp.115-128.

⁴⁸ A esse propósito, em 2014 finalizei dissertação de mestrado que também se valeu do arcabouço teórico-metodológico dispensado por Quentin Skinner e Reinhart Koselleck para uma compreensão da linguagem política e da comparação histórica realizada por Perdígão Malheiro (1824-1881) no contexto de crítica e conformação da crise da escravidão no país. Os resultados na ocasião foram satisfatórios, sobretudo no que se refere a uma reflexão acerca de como experiências históricas da Modernidade relacionavam-se com determinadas retomadas e superações do passado, e como isso transparece na historiografia. A dificuldade de analisar diacronicamente as linguagens políticas de Perdígão Malheiro, bem como a comparação histórica por ele empregada em diversos momentos de sua trajetória, levaram-me a trabalhar, sobretudo, com duas categorias propostas pela História Conceitual de Koselleck, categorias essas que ampliaram o meu foco para além da abordagem contextualista até então estudada, a saber: “*experiência*” e “*expectativa*”. Se subtraída a aproximação entre as duas metodologias, ou ainda, sem o devido olhar de complementaridade entre ambas, talvez a pesquisa tivesse tomado contornos diferentes, por sua vez menos desejados no momento. Consultar dissertação em: SANTANA, Rogério Barreto. *Perdígão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão, 1863-1871*. 161f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-

Com efeito, o livro *História dos conceitos: debates e perspectivas*, citado ainda na introdução, contém um documento importante e muito informativo do encontro entre a Escola de Cambridge e a História Conceitual.⁴⁹ O dicionário político e social do mundo ibero-americano, dirigido pelo renomado historiador Javier Fernández Sebastián (para quem, no seu trabalho híbrido, muitas vezes é imprescindível a aproximação entre as duas escolas complementares: a linguística e a hermenêutica), expressa interesse semelhante.⁵⁰

Certamente, arriscar-se a esse tipo de apropriação, como alertamos, exige um nível distinto de aperfeiçoamento, algo que as investigações ricamente têm demonstrado há cerca de duas décadas e meia dentro e fora do Brasil. Essas problemáticas, portanto, devem ser respeitadas e cuidadosamente assumidas e examinadas. Uma vez então deflagrado o menor empenho deste texto em apresentar resultados concretos originários da efetiva aplicação do contextualismo linguístico e da história conceitual, o que nos restaria relatar antes de assentar um ponto final à discussão?

Evidenciarei, sistematicamente, alguns dos pontos analisados neste artigo que envolvem as aproximações sugeridas no título deste trabalho. Nesse sentido, do contextualismo linguístico a história conceitual legou: 1 – o conselho de se estabelecer o pertencimento de um determinado conceito a linguagens políticas do seu tempo, que é caracteristicamente uma preocupação de Pocock; 2 – a identificação das redescritões retóricas, à maneira como Skinner as definiu; e 3 – a preocupação em identificar os casos em que o significado do conceito se torna objeto de disputa. Já da história conceitual, o contextualismo linguístico poderia incorporar: 4 – a noção de pluralidade dos tempos históricos; e 5 – a perspectiva diacrônica dos documentos. Ademais, ambas as metodologias compartilham em comum: 6 – o desenvolvimento de uma teoria da modernidade e do político; 7 – uma história da recepção; por fim, 8 – um movimento de abertura em relação às fontes: autores menores (apesar de, ironicamente, Skinner e Koselleck privilegiarem os nomes clássicos), livros desconhecidos, panfletos, textos jurídicos, etc.⁵¹

Graduação em História Social, São Paulo, 2014. O texto completo pode ser acessado em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19012015-190903/pt-br.php>.

⁴⁹ Comentário semelhante é observado em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, p.22.

⁵⁰ SEBASTIÁN, Javier Fernández. El mundo atlántico como laboratorio conceptual (1750-1850). Bases para un *Diccionario histórico del lenguaje político y social en Iberoamérica*. (Resumen del proyecto de investigación Iberconcepts). Disponível em: <https://rodrigomorenog.files.wordpress.com/2015/08/diccionario-politico-y-social-del-mundo-iberoamericano-1750-1850.pdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2015 às 16:26.

⁵¹ Sintetizei, neste parágrafo, uma discussão presente em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, pp. 13-21.

Tais aproximações indicam, como visto, possibilidades de ganhos heurísticos para o estudo conjunto das linguagens políticas e dos conceitos que ainda não atingiram sua capacidade máxima de compreensão nos estudos acadêmicos, sobretudo na disciplina de História. Embora se identifique a existência de bons frutos, a semente foi plantada em terreno fértil para que novas e promissoras colheitas possam acontecer. Pensando nisso, espero ter contribuído com este breve texto.

Resenha: MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2014, 240 p.

Alex Rogério Silva

Mestrando em História e Cultura Social

UNESP/*Campus* de Franca

alex465@gmail.com

Recebido em: 25/05/2015

Aprovado em: 01/07/2015

[...] Passar um homem infortúnios
Ruínas, perdas, naufrágios,
por acaso, ou por desastre
no mundo é ordinário.
Mas não há maior desgraça,
nem mais lastimoso caso,
do que um triste nascer,
por herança, desgraçado.
Que um morgado de misérias,
É mui triste morgado,
ainda mal, ainda negro,
que por seu mal vêm tantos!
Como estou de posse dele,
de dor e de pena estalo.
E o coração me faz
dentro do peito pedaços [...].¹

O Tribunal da Santa Inquisição em Portugal foi criado em 1536, com o intuito de zelar pela pureza da fé católica dando início a um processo de perseguição àqueles que de alguma forma cometeram, pronunciaram ou defenderam heresias, na qual os cristãos-novos seriam suas principais vítimas. Em um segundo momento, os sodomitas, bigamos, blasfemos, luteranos e feiticeiros (em menor número), se tornaram alvos constantes por parte do Tribunal.

Desde a instituição de tal Tribunal em terras lusitanas, este foi bombardeado por críticas dos mais variados tipos e encabeçadas pelas mais diferentes personagens. Desde clérigos, passando por literatos chegando até mesmo aos membros constituintes do poder real, estimulando a construção de inúmeras imagens sobre a instituição.

¹ BNP-Lisboa. Reservados, Códice 6.031. *Carta a Francisco de Meças*. In: MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2014, p. 141.

Estudos sobre as críticas referentes ao Tribunal do Santo Ofício português eram de certo modo esparsos em livros e artigos que envolviam outras temáticas ou personagens. Até agora. Em 2014, foi lançado no Rio de Janeiro, o livro *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*, de autoria de Yllan de Mattos, atualmente professor de História Moderna da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Esta obra, fruto de sua tese de doutoramento, defendida em abril de 2013 na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação de Ronaldo Vainfas, é segundo Isabel Drumond Braga, Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Portugal, “um trabalho cuja temática é relevante para o melhor conhecimento do Santo Ofício Português, contribuindo para colmatar o vazio historiográfico ao apresentar-se como o primeiro trabalho de fôlego sobre a matéria”.²

A obra versa sobre as imagens construídas pelos críticos da inquisição portuguesa. Estudos semelhantes foram realizados fazendo referência ao Tribunal de Castela³ e ao Tribunal Romano⁴, retratando críticas às jurisdições e aos procedimentos inquisitoriais. No caso lusitano, críticas ao tribunal são contemporâneas ao período de seu funcionamento como após sua extinção, em 1821. Inúmeros escritos são produzidos de modo a registrar o cotidiano e as perseguições por parte da instituição inquisitorial construindo assim o que o autor designa como uma *literatura anti-inquisitorial*. Diversos letrados, clérigos, com destaque ao Padre Antônio Vieira, se posicionaram contra a atuação inquisitorial, causando diversos conflitos entre a Inquisição e suas relações com o poder real, mas também com relação ao papado, em Roma.

O livro é composto por quatro capítulos, construídos de um modo peculiar, em que, na tentativa de tornar o texto contínuo, a última frase de cada capítulo se completa na primeira frase do seguinte, apontando a preocupação do autor em não só apresentar e debater o assunto, mas também tornar o texto de certa forma acessível aos leitores especializados, mas também ao público em geral.

No primeiro capítulo, intitulado *As “odiosas novidades” vindas de Castela e a Restauração* é proposta uma discussão da tentativa por parte do Tribunal do Santo Ofício Castelhana de reforma do tribunal lusitano, bem como da recusa dos inquisidores portugueses a aceitar a

² BRAGA, Isabel Drumond. *Prefácio*. In.: MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2014, p. 13.

³ PASTORE, Stefania. *Il vangelo e l'aspada: l'Inquisizione di Castiglia e i suoi critici (1460-1598)*. Roma: Edizioni di Storia e letteratura, 2003.

⁴ VALENTE, Michaela. *Contro l'Inquisizione: il dibattito europeo – secc. XVI-XVIII*. Turim: Claudiana, 2009.

interferência régia no tocante as suas rotinas procedimentais. Nesse meio tempo, as críticas ao tribunal já são grandes, chegando a Madri e Roma. Entretanto, as interferências papais, quanto do Tribunal Romano não se valeram, pois a inquisição lusitana utilizou de todos os meios para se manter autônoma dos outros poderes para desenvolver seus trabalhos.

“*Não só o espiritual, senão o político deste papel*”: a batalha pelos preceitos inquisitoriais é o título dado pelo autor para o segundo capítulo em que se volta para uma questão que envolve duas instituições portuguesas: o conflito entre a Companhia de Jesus e o Santo Ofício. É desencadeado um conflito entre tais instituições pela questão dos privilégios sobre a compra de maçãs. Além disso, o autor trata das críticas contra o confisco inquisitorial no período até chegar ao alvará de 1649 na qual o rei isenta o confisco dos capitais dos penitenciados pelo Santo Ofício, e a atuação do padre Antônio Vieira, maior crítico da Inquisição no século XVII.

O terceiro capítulo cognominado, “*Havia bem de morder o justo da Inquisição*”: as críticas ao Santo Ofício, a análise se volta aos populares que procuraram dar voz às queixas e as injustiças. Este capítulo mostra as críticas de homens, mulheres e poetas a Inquisição, denunciando julgamentos arbitrários, ações interesseiras por parte do Tribunal no quesito de bens de acusados, a concepção da prática do judaísmo em segredo presente no pensamento inquisitorial com relação aos cristãos-novos, enfim, neste momento, o cotidiano é colocado em evidência mostrando que a crítica era feita por todos.

No quarto e último capítulo da obra, chamado *Confusão no reino, perturbação em Roma: os papéis contra o Santo Ofício*, procura por meio de uma narrativa, construir o episódio do requerimento feito a Roma por parte dos cristãos-novos, com o auxílio do padre Antônio Vieira para a realização de uma reforma do estilo de atuação do Santo Ofício. Nesse sentido, a proposta é a de analisar as críticas apresentadas pelos procuradores dos cristãos-novos ao papado, tendo como fontes toda a correspondência trocada pelos agentes envolvidos nesta questão. Além disso, há a análise do processo de suspensão do Tribunal da Inquisição lusitano e finaliza com o seu restabelecimento em 1681.

Segundo a professora Isabel Braga:

Ao ler a obra, o leitor encontrará a marca de alguém cujo gosto pela literatura se percebe e se aprecia, a escolha de títulos de capítulos instigantes, cuja leitura subsequente não desilude, e uma escrita que revela a capacidade de tornar simples os complexos meandros inquisitoriais. Mas o leitor encontrará mais, isto é, terá a oportunidade de, pela primeira vez e de forma aprofundada, poder se inteirar da autoria e do teor das principais críticas dirigidas a uma instituição

secular que marcou de forma indelével a sociedade portuguesa da Época Moderna.⁵

A obra se apresenta como uma inestimável referência àqueles que se interessam pela temática, nesse sentido, desafia o especialista mais rigoroso a encontrar algum demérito.

⁵ BRAGA. *Prefácio*, p. 14.

Os poetas nordestinos no Rio de Janeiro: impressões sobre a “cidade grande” em folhetos de cordel (1960-1990)

CAMELO, Júlia Constança Pereira. O cordel e o migrante nordestino: companheiros de viagem. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

Geraldo Magella de Menezes Neto

Mestre em História Social da Amazônia

Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA)

Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC)

geraldoneto53@hotmail.com

Recebido em: 02/12/2015

Aprovado em: 08/01/2016

O cordel e o migrante nordestino: companheiros de viagem é um livro de Júlia Constança Pereira Camelo, professora do curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). A obra é uma versão da dissertação de mestrado em História defendida pela autora na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Assis), no ano de 2000. O livro se relaciona à trajetória de vida da autora, “nordestina, pernambucana, de origem rural, após trilhar um longo caminho permeado por algumas migrações”.¹

O objetivo da obra é analisar como os poetas migrantes do Nordeste, radicados no Rio de Janeiro, desenvolveram a produção de cordel no período entre 1960 e 1990, em função do público.² O recorte é explicado da seguinte maneira: parte-se da década de 60, “que apresentou uma crise [na produção de folhetos de cordel] observada por todos aqueles que compararam 60 com 50”³; e estende-se até as décadas de 80 e 90, porque nesse período “encontra-se a principal tendência do cordel urbano”: produção de folhetos e biografias de personagens ilustres, políticos, escritores, cientistas, pensadores e até pesquisadores voltados para a cultura popular.⁴

¹ CAMELO, Júlia Constança Pereira. *O cordel e o migrante nordestino: companheiros de viagem*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014, p. 15.

² _____. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 15.

³ _____. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 15.

⁴ _____. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 17.

A autora utiliza como fontes folhetos⁵ de catorze poetas que vivem, trabalham e produzem cordéis no Rio de Janeiro.⁶ A maioria dos poetas é oriunda do interior da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

A obra é dividida em quatro capítulos: o primeiro, intitulado “Caminhos percorridos”, trata da trajetória da literatura de cordel da Europa até o Brasil, e por fim, ao Nordeste; além de descrever algumas características dos folhetos, e suas classificações; o segundo capítulo, “Estudos sobre migrantes e poesia popular”, faz uma breve revisão de estudos que abordam o tema da migração, e outras temáticas, destacando que “a adaptação, o sonho, a esperança, a aculturação e a capacidade criadora estão presentes em toda a produção desses poetas nordestinos.”⁷

No terceiro capítulo, “Passado e presente: dois tempos verbais sempre presentes”, a autora destaca que mesmo que o poeta migrante nordestino tenha partido para a cidade grande, no caso estudado, o Rio de Janeiro, o Nordeste permanece como fonte de inspiração. Apesar dos migrantes terem saído de sua terra natal por causa das dificuldades de sobrevivência, “o Nordeste é descrito como lugar de fartura, de alegria, de festas, etc.”, se referindo à região como “um lugar bom, onde eram felizes”⁸, se contrapondo às dificuldades vivenciadas na “cidade grande”.

Interessante notar que nos folhetos analisados por Camelo, vários poetas utilizam palavras e expressões muito comuns no Nordeste, como *arrenegar* (significa zanga, revolta); *cabra ruim da molesta* (quer dizer que o indivíduo é pior do que uma doença); *bolsa lisa* (corresponde a bolso liso); *pisa* (surra ou sova bem marcante); *fugiu em continente* (indica que a fuga foi logo em seguida).⁹ O que indica que grande parte do público visado pelos poetas era de migrantes nordestinos como eles, ou seja, que conheciam aquelas expressões.

O quarto capítulo, “Abordagens e estilos do Cordel Urbano”, é dividido em quatro tópicos, que representam temas comuns nos folhetos dos poetas nordestinos residentes no Rio de Janeiro entre os anos 1960 e 1990: cotidiano, biografias, discussões e pelejas, e histórias de amor. A autora procura demonstrar que os poetas de cordel estão “sempre exercendo seu papel

⁵ Júlia Camelo buscou folhetos em arquivos como os da Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina; Fundação Casa de Ruy Barbosa; Biblioteca Amadeu Amaral, Divisão Nacional do Folclore, da Casa de Cultura São Saruê; além de comprar folhetos na feira nordestina de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

⁶ Até o ano de 2000, quando foi publicada a dissertação de mestrado da autora.

⁷ CAMELO. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 48.

⁸ _____. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 56. Isso é comum na literatura de cordel em vários períodos, a exemplo da migração de nordestinos para a Amazônia no início do século XX no chamado *boom* da economia da borracha, no qual vários trabalharam como seringueiros. Sobre as representações do Nordeste nos folhetos do poeta piauiense Firmino Teixeira do Amaral, ver MENEZES NETO, Geraldo Magella de. História ambiental e literatura: o seringal nas obras de Ferreira de Castro e Firmino Teixeira do Amaral. *Tempos Históricos*. vol. 15, 2º Semestre, 2011, p. 155-178.

⁹ CAMELO. *O cordel e o migrante nordestino*, pp. 59-60.

de porta-voz do povo, fazendo denúncias, sugerindo soluções, apontando culpados, mas, principalmente, clamando por justiça para com os pobres, operários, ou seja, trabalhadores mal remunerados.”¹⁰

Percebe-se assim uma influência na obra de Camelo de pesquisadores como Joseph Luyten e Mark Curran. Para Luyten, o cordel é uma espécie de “jornalismo popular”, pois o poeta transforma as notícias do jornal em uma linguagem popular. Segundo Luyten, o público confia no poeta, no que ele escreve, pois o poeta convive com as camadas populares, partilha da mesma realidade.¹¹ Já Mark Curran aponta que o poeta de cordel também é “historiador popular”. Para o autor, “o cordel como crônica poética e história popular é a narração em versos do ‘poeta do povo’ no seu meio, ‘o jornal do povo’”.¹²

Algumas críticas podem ser feitas a obra de Júlia Camelo. Por exemplo, o longo tempo entre a defesa da dissertação (2000) e a publicação da obra (2014) traz alguns problemas. A produção historiográfica sobre o cordel neste intervalo de tempo cresceu bastante, em várias áreas, o que é deixado de lado pela autora, que deveria ter atualizado algumas discussões. Por exemplo, quando trata dos “caminhos percorridos” pelo cordel, Júlia Camelo se baseia em autores dos anos 1960-1980, muitos deles folcloristas, como Joseph Luyten, Roberto Câmara Benjamin, Manuel Diégues Júnior, Amadeu Amaral, Mário Souto Maior, etc. Não negamos a importância desses autores, no entanto, muitas ideias sobre a literatura de cordel foram reformuladas a partir dos anos 2000, principalmente a de que é um objeto que pertence ao folclore.¹³ Júlia Camelo se baseia em Joseph Luyten para tratar da “origem” do cordel, como um fruto da literatura popular da época da Idade Média, além de associá-lo a fortemente à oralidade: “acredita-se que, desde o século XVI, o cordel já cumpriu esse papel de mensageiro no sertão, ainda de forma oral”.¹⁴ Tais considerações são questionáveis hoje, a partir de pesquisas não citadas pela autora, como as de Márcia Abreu¹⁵, Vilma Mota Quintela¹⁶, Rosilene Melo¹⁷, etc. O

¹⁰ CAMELO. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 67.

¹¹ LUYTEN, Joseph Maria. *A notícia na literatura de cordel*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

¹² CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 20.

¹³ Fizemos crítica semelhante à obra *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*, de Aderaldo Luciano, no qual o autor dialoga com autores dos anos 1960-1980 e esquece vários estudos que mudaram as concepções sobre o cordel. Ver: MENEZES NETO, Geraldo Magella de. Questionamentos à historiografia do cordel brasileiro. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 13, dez. 2013, p. 220-225.

¹⁴ CAMELO. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 26.

¹⁵ ABREU, Márcia. *História de cordéis e folhetos*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999.

¹⁶ QUINTELA, Vilma Mota. *O cordel no fogo cruzado da cultura*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.

¹⁷ MELO, Rosilene Alves de. *Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

cordel recebe influências da tradição oral, mas o fato de ser impresso, com regras próprias de rima e métrica, faz com que tenha características específicas.

A própria ideia de Nordeste é vista hoje como uma construção imagético-discursiva. Segundo Durval Albuquerque Júnior, o Nordeste é uma “cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste.”¹⁸ Ou seja, o Nordeste é uma invenção em relação a um espaço Outro, que é o centro-sul do país, uma invenção que tende a caracterizar o Nordeste como atrasado. Júlia Camelo, em sua obra, poderia dialogar com as ideias de Albuquerque Júnior sobre a invenção do Nordeste, bastante influentes hoje.

A obra poderia ser mais rica se a autora fizesse uma apresentação dos poetas. A autora apenas cita os nomes e os locais de origem deles. A obra agrupa os folhetos por temas, o que tira a individualidade do poeta. Na página 20, Camelo diz que “dois são moradores de favela”, “três vivem da atividade de cordelista”, outros como “pedreiro, cobrador, motorista”.¹⁹ Ou seja, há uma descrição muito genérica de qual poeta está se falando. Uma pequena biografia, mesmo num anexo, poderia ajudar o leitor a identificar melhor os poetas.

Por outro lado, o livro demonstra como a literatura de cordel pode ser utilizada como fonte para se entender as impressões dos poetas sobre suas próprias trajetórias de vida, enquanto migrantes na “cidade grande”. Uma fonte que aborda as dificuldades vivenciadas pela população mais pobre, uma “visão de baixo”, poderíamos dizer, com muito potencial ainda a ser explorado por historiadores e demais especialistas. Portanto, apesar de algumas ressalvas, a obra de Júlia Camelo contribui e estimula novos estudos sobre a literatura de cordel no Brasil.

¹⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4 ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009, p. 307.

¹⁹ CAMELO. *O cordel e o migrante nordestino*, p. 20.